

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Cristina Arena Forli

**“O COLONIALISMO ERA MEU PAI”:** MEMÓRIAS DA INFÂNCIA E DA  
ADOLESCÊNCIA EM ROMANCES PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS

PORTO ALEGRE  
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA  
LINHA DE PESQUISA: PÓS-COLONIALISMO E IDENTIDADES

**“O COLONIALISMO ERA MEU PAI”:** MEMÓRIAS DA INFÂNCIA E DA  
ADOLESCÊNCIA EM ROMANCES PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS

CRISTINA ARENA FORLI  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. JANE FRAGA TUTIKIAN

Tese apresentada à banca de doutorado como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE  
2021

## CIP - Catalogação na Publicação

Forli, Cristina Arena

"O colonialismo era meu pai": memórias da infância e da adolescência em romances portugueses contemporâneos / Cristina Arena Forli. -- 2021.  
220 f.

Orientador: Jane Fraga Tutikian.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Romance português contemporâneo. 2. Memória. 3. Infância. 4. Adolescência. 5. Pós-colonialismo. I. Tutikian, Jane Fraga, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA  
LINHA DE PESQUISA: PÓS-COLONIALISMO E IDENTIDADES

CRISTINA ARENA FORLI

**“O COLONIALISMO ERA MEU PAI”:** MEMÓRIAS DA INFÂNCIA E DA  
ADOLESCÊNCIA EM ROMANCES PORTUGUESES CONTEMPORÂNEOS

Tese apresentada à banca de doutorado como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

---

Cinara Ferreira (UFRGS)

---

Carmen Lucia Secco (UFRJ)

---

Emílio Davi Sampaio (UEMS)

PORTO ALEGRE

2021

## AGRADECIMENTOS

Ao Gustavo, com quem tenho a alegria de partilhar a vida e a profissão, pelo afeto, pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo que estão refletidas em cada linha deste trabalho.

Aos meus pais, Adelina e Sérgio, que estiveram comigo desde os primeiros riscos traçados na folha de papel. Obrigada por acreditarem comigo que era possível continuar a estudar, sim.

À minha irmã, Graziela, pelo carinho e compreensão nos momentos de ausência.

Aos meus sobrinhos, Rafael e Vitória, crianças da minha vida.

Às minhas queridas amigas Juliana Gava de Oliveira, Luciane Alves, Caroline Valada Becker, Luara Minuzzi, Terena Guimarães, Rebecca Monteiro e Vanusa Oliveira pelas palavras sempre afetuosas e pela partilha de alegrias e tristezas. Vocês me inspiram imensamente.

Às professoras Cinara Ferreira e Carmen Secco e ao professor Emílio Sampaio que fizeram leituras tão sensíveis de meu trabalho.

À professora Regina Zilberman, com quem aprendi muito, pela avaliação de meu projeto de tese, pelas sugestões realizadas na qualificação e pela acolhida afetuosa ao longo de meu estágio na graduação.

Ao professor Paulo Ricardo Angelini por ter me recebido na PUCRS, pelos encontros do grupo *Cartografias narrativas* e pelas conversas sobre literatura portuguesa contemporânea.

Sobretudo, agradeço à professora Jane Tutikian pelo afeto, pelos ensinamentos, pelo auxílio ao longo da minha trajetória, por acreditar em mim e nesta tese, por ser uma mulher, profissional, vice-reitora inspiradora, que nunca deixou de lutar pela nossa universidade e que infelizmente foi destituída de seu cargo por um governo antidemocrático.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade gratuita e de extrema qualidade, que está hoje infelizmente sob reitorado de um interventor não eleito.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que foi fundamental para a realização desta tese.

A desmemória/ 2

*O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória.*

Eduardo Galeano

## RESUMO

Esta tese tem como foco a análise das configurações das memórias da infância e da adolescência em romances portugueses contemporâneos e sua relação com o discurso histórico oficial. Considerando a preponderância da memória pela perspectiva infantil/adolescente na ficção portuguesa contemporânea, bem como a relação dos sujeitos que lembram com o colonialismo português, foram elencados quatro romances para o *corpus* desta pesquisa: *O nosso reino* (2004), de Valter Hugo Mãe, *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso, *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, e *A árvore das palavras* (1997), de Teolinda Gersão. Tendo como narradores crianças/adolescentes ou adultos que relembrem essas fases da vida, esses romances enfatizam o processo de formação desses sujeitos em um momento tão violento da história, como é o colonialismo, em Portugal, Angola e Moçambique. A importância dessa abordagem está no fato de esses sujeitos não terem legitimação no âmbito da circulação dos discursos, o que configura suas memórias como subterrâneas (POLLAK, 1989), e no fato de esse momento da história ainda ser silenciado no que diz respeito à esfera pública portuguesa. Nesse sentido, tem-se como hipótese o fato de que essas memórias, por serem de sujeitos ainda menos condicionados a um sistema social disciplinar, possibilitam um olhar outro sobre o colonialismo, que tende a ser menos automatizado em relação ao olhar do adulto. Como aporte teórico, utilizam-se os estudos crítico-teóricos de pesquisadores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Phillip Ariès, Colin Heywood, Contardo Calligaris, Michel Foucault, Albert Memmi, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Margarida Calafate Ribeiro, Grada Kilomba, David Le Breton, Doreen Massey, entre outros. Os resultados indicam a importância dessas memórias para realizar uma rasura no discurso histórico oficial, possibilitando o tensionamento entre diferentes narrativas, a sensibilização proporcionada por uma ignorância mobilizadora e a insubordinação de quem desperta para a injustiça e não a aceita.

**Palavras-chave:** Romance português contemporâneo. Memória. Infância. Adolescência. Pós-colonialismo.

## ABSTRACT

This research focuses on the analysis of the configurations of childhood and adolescence memories in contemporary Portuguese novels and their relationship with the official historical discourse. Considering the preponderance of memory from the perspective of children / adolescents in contemporary Portuguese fiction, as well as the relationship of subjects that resemble Portuguese colonialism, four novels were listed for the corpus of this research: *O nosso reino* (2004), by Valter Hugo Mãe, *O retorno* (2012), by Dulce Maria Cardoso, *Caderno de memórias coloniais* (2009), by Isabela Figueiredo, and *A árvore das palavras* (1997), by Teolinda Gersão. Having as narrators children / adolescents or adults who remember these phases of life, these novels emphasize the process of forming these subjects at such a violent moment in history, as is colonialism, in Portugal, Angola and Mozambique. The importance of this approach lies in the fact that these subjects do not have legitimacy within the scope of the circulation of discourses, which configures their memories as underground (POLLAK, 1989), and in the fact that this moment in history is still silenced with regard to Portuguese public sphere. In this sense, it is hypothesized that these memories, being of subjects even less conditioned to a social disciplinary system, allow a different look at colonialism, which tends to be less automated in relation to the look of the adult. As theoretical background, the critical-theoretical studies of researchers such as Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Phillip Ariès, Colin Heywood, Contardo Calligaris, Michel Foucault, Albert Memmi, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Margarida Calafate Ribeiro, Grada Kilomba, David Le Breton, Doreen Massey, among others, are used. The results indicate the importance of these memories to scratch the official historical discourse, allowing the tension between different narratives, the sensitization provided by a mobilizing ignorance and the insubordination of those who awaken to injustice and do not accept it.

**Keywords:** Contemporary Portuguese Novel. Memory. Childhood. Adolescence. Postcolonialism.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como enfoque el análisis de las configuraciones de la infancia y la adolescencia en las novelas portuguesas contemporáneas y su relación con el discurso histórico oficial. Teniendo en cuenta la preponderancia de la memoria desde la perspectiva infantil/adolescente en la ficción portuguesa contemporánea, así como la relación de los sujetos que recuerdan con el colonialismo portugués, cuatro novelas fueron seleccionadas para el corpus de esta investigación: *O nosso reino* (2004), de Valter Hugo Mãe, *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso, *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, y *A árvore das palavras* (1997), de Teolinda Gersão. Teniendo como narradores niños/adolescentes o adultos que recuerdan estas fases de la vida, estas novelas enfatizan el proceso de formación de estos temas en un momento tan violento de la historia, como es el colonialismo, en Portugal, Angola y Mozambique. La importancia de este abordaje radica en el hecho de que estos sujetos no tienen legitimidad en el ámbito de la circulación de discursos, lo que configura sus memorias como subterráneas (POLLAK, 1989), y en el hecho de que este momento de la historia todavía está silenciado con respecto a la esfera pública portuguesa. En este sentido, se tiene la hipótesis de que estas memorias, debido a que son sujetos aún menos condicionados a un sistema social disciplinario, posibilitan otra mirada al colonialismo, que tiende a ser menos automatizada en relación con la mirada del adulto. Como contribución teórica, se utilizan los estudios crítico-teóricos de investigadores como Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Phillip Ariès, Colin Heywood, Contardo Calligaris, Michel Foucault, Albert Memmi, Dipesh Chakrabarty, Homi Bhabha, Boaventura de Sousa Santos, Stuart Hall, Margarida Calafate Ribeiro, Grada Kilomba, David Le Breton, Doreen Massey, entre otros. Los resultados indican la importancia de estas memorias para realizar una borradora en el discurso histórico oficial, posibilitando la tensión entre las diferentes narrativas, la sensibilización proporcionada por una ignorancia movilizadora y la insubordinación de aquellos que despiertan a la injusticia y no la aceptan.

**Palabras clave:** Novela portuguesa contemporánea. Memoria. Infancia. Adolescencia. Postcolonialismo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	.....	212
Figura 2	.....	213
Figura 3	.....	214
Figura 4	.....	215
Figura 5	.....	216
Figura 6	.....	217
Figura 7	.....	218
Figura 8	.....	219

## SUMÁRIO

<b>1 ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS, UMA INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 A MEMÓRIA EM DISPUTA .....</b>	<b>26</b>
<b>3 A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA.....</b>	<b>45</b>
<b>4 “O MEU CORPO FOI UMA GUERRA”: AS MEMÓRIAS DO CORPO .....</b>	<b>64</b>
<b>5 “SOBRE TODAS AS COISAS QUE NASCEM DA TERRA”: AS MEMÓRIAS DO ESPAÇO.....</b>	<b>113</b>
<b>6 “O QUE HÁ DE PERSEGUIR-NOS SEMPRE”: ENTRE INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS, AS MEMÓRIAS QUE NÃO SE DEIXAM ESQUECER .</b>	<b>168</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU REFLEXÕES SOBRE REPARAR, LEMBRAR E NARRAR.....</b>	<b>196</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>204</b>
<b>FIGURAS .....</b>	<b>211</b>

## 1 ENTRELAÇANDO HISTÓRIAS, UMA INTRODUÇÃO

Jeanne Marie Gagnebin (2009), ao tratar da significação de elaborar o passado em seu *Lembrar escrever esquecer*, atenta para a intensa preocupação com a problemática da memória. A pesquisadora salienta que “assistimos a um *boom* de estudos sobre memória, desmemória, resgate, tradições” (GAGNEBIN, 2009, p. 97). Voltar o olhar para o passado implica um processo de reconstrução a partir do tempo presente. Esse processo, individual ou coletivo, não é linear, e apresenta diversas lacunas a serem preenchidas, gerando o aparecimento de conflitos, uma vez que a lembrança não é isenta da disputa por poder.

Refletindo sobre como a história encarou o passado, Beatriz Sarlo (2007) enfatiza a importância da mudança nos objetos da história, indicando também uma modificação em sua perspectiva. Para a pesquisadora, essa modificação envolve o deslocamento dos estudos para as margens das sociedades modernas, a alteração na noção de sujeito e de hierarquização dos fatos, o destaque para o cotidiano, a adoção de um foco próximo aos atores e a crença na descoberta de uma verdade a partir da reconstituição da vida desses atores sociais. Esse movimento em direção ao cotidiano e às margens favoreceu a emergência de narrativas apoiadas na memória e seu entendimento como importantes fontes testemunhais.

Importante também para entender como o passado foi compreendido é o que Sarlo (2007) denomina *guinada subjetiva*, em que se volta o olhar para a subjetividade de sujeitos subalternizados. Sarlo (2007, p. 17) argumenta que

O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente. Como se trata da vida cotidiana, as mulheres (especialistas nessa dimensão do privado e do público) ocupam uma parcela relevante do quadro. Esses sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado, demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos "discursos de memória": diários, cartas, conselhos, orações.

Ocorre, assim, uma reorganização ideológica e conceitual do passado e dos sujeitos que o vivenciam. Essa reorganização se dá paralelamente à

renovação metodológica e temática que os estudos culturais possibilitam no presente. É essa guinada responsável, assim, pela reconstituição “da textura da vida e da verdade abrigadas na rememoração da experiência, [pela] revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, [pela] reivindicação de uma dimensão subjetiva” (SARLO, 2007, p. 18).

Os textos que emergem nesse momento evidenciam a necessidade de afirmação de um eu que se inscreve, com a força da própria palavra, historicamente. Retomando a afirmação de Gagnebin (2009), é possível refletir então acerca do que há em comum com a emergência desses estudos sobre a memória que englobam áreas distintas do conhecimento e que não deixam de aparecer. Esses estudos surgem como materialização de um compromisso não apenas político, mas também ético, da memória, incumbindo os pesquisadores da importante tarefa social de não deixar esquecer.

Na literatura, a emergência de narrativas que problematizam questões relacionadas à memória tem ganhado cada vez mais força. A memória, ao possibilitar a representação de experiências individuais e coletivas e o entrelaçamento de realidade e ficção, impulsiona o diálogo com a história. O texto literário permite a inscrição de narrativas não legitimadas no discurso histórico oficial, abrindo espaço para que legitimidades sejam criadas, em que se apoiam diferentes existências.

A literatura portuguesa contemporânea tem demonstrado uma preocupação com a memória por meio de narrativas que trazem à tona a experiência dos sujeitos e sua relação com o doloroso passado ditatorial de Portugal, que impôs o prolongamento do colonialismo até 1975. Os estudos apresentados pela pesquisadora Margarida Calafate Ribeiro (2012, 2016), em “O fim da história de regressos e o retorno à África: leituras da literatura contemporânea portuguesa” e “A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais?”, são fundamentais para refletir sobre esse aspecto.

Para a pesquisadora, a memória não era tida como essencial para a democracia; pelo contrário, era seu elemento perturbador. Isso ocorria porque era sobre essa memória que se tropeçava, tendo como sua concretização os ex-combatentes regressados ou os retornados da África, por exemplo. O que se vê

na ficção portuguesa produzida após o 25 de abril é o destaque para a memória como elemento fundamental para a construção mais efetiva de uma democracia, uma vez que o império e a sua herança são temas, com frequência, para essa literatura. Em suas palavras:

Pelas análises profundas que empreendem do Portugal contemporâneo, intrinsecamente ligado à memória da ditadura que se prolonga nos nossos gestos, pensamentos e políticas e pela leitura política e ideológica que vai fazendo do que foi o colonialismo em África, que ainda hoje assombra, de maneira fracturante, o presente pós-colonial português, estas obras questionam os protocolos de esquecimento sobre os quais se fundou e construiu a nossa democracia, mais à procura da Europa do que de si própria, exigindo-nos uma democracia com a memória. (RIBEIRO, 2012, p. 90)

É por meio da memória, assim, que a tomada de consciência é possível, promovendo uma reavaliação do passado a partir do tempo presente. Essa memória, para Ribeiro (2012), foi construída por narradores e personagens que protagonizaram, de alguma forma, as guerras coloniais na literatura portuguesa do último quarto do século XX, dando destaque a nomes como Lobo Antunes, Lídia Jorge e João de Melo. Já na literatura do século XXI, a pesquisadora destaca que com frequência tem sido utilizada a memória de crianças para evidenciar uma outra perspectiva sobre o colonialismo. Acresce-se ainda a utilização da memória da adolescência, não citada pela autora, mas que também é preponderante na literatura portuguesa contemporânea. Assim, memórias da infância e da adolescência são retomadas ou por crianças e adolescentes que assumem a narração para si ou por adultos que relembram essas fases de suas vidas.

Deve-se atentar para o fato de que o movimento de descolonização não atingiu só as ex-colônias que passaram a ser países independentes, mas também Portugal. O processo de descolonização da África pela maioria dos países europeus se consolida em 1945 com a imposição das Nações Unidas para que as potências coloniais promovessem a autogestão de suas colônias. Contudo, durante o Estado Novo, António de Oliveira Salazar fecha os olhos para essa realidade e segue seu propósito de manter um grande império “uno e indivisível”. Por isso, quando ocorre nas colônias uma intensificação da

consciência nacional a partir de 1950, há como resposta uma atuação fortemente repressiva pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), visando a inibir qualquer manifestação em prol das independências.

No entanto, não é possível conter esse impulso anticolonialista, que culmina, devido à falta de abertura do governo português, na guerra colonial, em 1961. Guerra essa não reconhecida pelo governo diante do povo português e que mobilizou cerca de 1 milhão de homens para o exército. Trata-se da tentativa mais violenta e desesperada por manter o sistema colonial, que gerou marcas intransponíveis nos sujeitos envolvidos, configurando-se um processo histórico de extrema complexidade e que ainda na contemporaneidade é motivador de diversas narrativas.

É importante perceber e reconhecer que grande parte da história de Portugal se passou fora de seus limites físicos. O silêncio sobre a forma como o país viveu o processo de colonização ainda está presente. Presente também está a negação da consequência dessa história: a influência da lógica colonial ainda hoje, evidenciando um processo histórico complexo de continuidade e mudança, em conformidade com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2019).

Se esse processo histórico e sua influência são negados, a mirada ao passado nessas condições gera apenas lamento e saudosismo, impossibilitando a ação crítica. Nesse sentido, a teoria pós-colonial exerce um papel fundamental para os estudos sobre a memória na contemporaneidade, pois permite a reivindicação de narrativas não condizentes com as do discurso histórico oficial, possibilitando a reavaliação do passado por meio de perspectivas de sujeitos “ex-cêntricos” (HUTCHEON, 1991).

O termo “pós-colonial” é pensado inicialmente, após a Segunda Guerra Mundial, em um sentido temporal para marcar as independências dos países colonizados. Com a publicação de estudos como os de Aimé Césaire, Franz Fanon e Albert Memmi, que se propuseram a refletir sobre o colonialismo e o racismo, o termo vai assumindo outro sentido, até ganhar força e passar a ser utilizado, ao fim dos anos 1970, para abarcar a problematização dos efeitos culturais causados pelas colonizações.

Publicado em 1978, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, de Edward Said (2007), é um marco para esse campo. Analisando a forma como foram construídos os conhecimentos sobre o Oriente, o teórico palestino enfatiza como a cultura europeia é capaz de manejar e até produzir esses conhecimentos. O Orientalismo é entendido então como um discurso, e, como tal, envolve uma configuração de poder que não pode ser ignorada, a de dominação do Ocidente sobre o Oriente. É a partir dessa configuração de poder que se institui uma autoridade intelectual sobre o Oriente, determinando a consciência política em textos nos mais diversos âmbitos (SAID, 2007).

Em “A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial”, Russel Hamilton (1999) revê a discussão de Appiah (1997) sobre o uso do prefixo “pós” nos termos “pós-colonialismo” e “pós-modernismo” a fim de esclarecer seus significados. Hamilton (1999) conclui que o uso dos prefixos se assemelha no que diz respeito à necessidade da abertura de novos espaços. Contudo, esse uso também os difere, pois o “pós-modernismo”, por estar ligado à vanguarda estética, expressa um sentido de superação e problematização da estética moderna. O “pós-colonialismo”, por sua vez, apresenta uma “carga de significadores e referentes políticos e sócio-econômicos” (HAMILTON, 1999, p. 17). A presença do passado colonial é uma constante na memória, mas também nas estruturas de poder e nas diferentes relações sociais do presente. Desse modo, repensar esse passado enquanto se caminha para o futuro é importante estratégia para compreender as heranças do colonialismo e frustrar os discursos que o reafirmam.

Olhar para o passado por essa perspectiva envolve refletir sobre a forma como os espaços foram compreendidos historicamente, os discursos produzidos sobre eles e a legitimidade que diferentes sujeitos (e seus corpos) têm no âmbito da existência e da produção de conhecimento. Dipesh Chakrabarty (2020) atenta para a centralidade que o domínio europeu assume para a produção de conhecimento histórico não ocidental, sobretudo no âmbito acadêmico. Prevendo uma possível crítica a seu trabalho em relação a uma ideia de Europa homogênea, o historiador assevera que

[...] assim como o fenômeno do orientalismo não desaparece sensivelmente porque alguns de nós alcançamos agora uma consciência crítica do mesmo, da mesma forma certa versão da “Europa”, materializada e celebrada no mundo fenomênico das relações cotidianas de poder como o cenário do nascimento do moderno, continua dominando o discurso da história. A análise não a faz desaparecer. (CHAKRABARTHY, 2020, p. 105)

A consciência acerca do fenômeno não é suficiente para fazê-lo desaparecer e deixar de exercer domínio no âmbito do discurso histórico. Ao analisar importantes termos de uma retórica do moderno, questionando sua universalidade, enfatiza o entendimento da Europa como uma ficção que o colonizador contou ao colonizado a fim de fabricar a dominação colonial. Essa compreensão de Chakrabarty sobre as relações de poder a partir do *locus* enunciativo e dos atores envolvidos põe em evidência a subalternidade das histórias não ocidentais, bem como de seus sujeitos.

Como reivindicador de um outro *locus* de enunciação, como bem observa Walter Mignolo (1996), o pós-colonialismo possibilita o deslocamento dos centros de poder. Stuart Hall (2003, p. 108), por sua vez, assevera que

O termo se refere ao processo geral de descolonização que, tal como a própria colonização, marcou com igual intensidade as sociedades colonizadoras e as colonizadas (de formas distintas, é claro). Daí a subversão do antigo binarismo colonizador/colonizado na nova conjuntura. De fato, umas das principais contribuições do termo “pós-colonial” tem sido dirigir nossa atenção para o fato de que a colonização nunca foi algo externo às sociedades das metrópoles imperiais. Sempre esteve profundamente inscrita nelas – da mesma forma como se tornou indelevelmente inscrita na cultura dos colonizados.

O sociólogo menciona o processo de descolonização como um marco para as sociedades envolvidas, mas também destaca, em outro excerto, que o termo não se limita a descrever uma época ou sociedade. A recusa ao uso de binarismos essencialistas é importante valor teórico atribuído pelo autor, que chama atenção para a inscrição do legado colonial também nas antigas metrópoles imperiais. Para Hall (2003), o conceito de pós-colonialismo pode auxiliar na descrição e caracterização da mudança nas relações globais, cuja marca se constitui a transição da era da dominação imperial para o momento

que sucede as independências das antigas colônias, bem como na compreensão sobre as novas formas e relações de poder que surgem a partir desse novo contexto.

Ana Mafalda Leite (2012, p. 313), em compreensão à obra de Hall, enfatiza que

[...] o pós-colonialismo não se limita a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a colonização, como parte de um processo global, essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica, das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação.

Não há mais espaço, assim, para as antigas narrativas imperiais, centradas em uma ideia de nação como um monolito, fundamentadas nas noções de totalidade, homogeneidade e universalismo, sem considerar o aspecto disjuntivo do social. Em contrapartida, abre-se espaço para uma nova visão dessas narrativas, que tem o descentramento como característica e que destaca o processo de construção do nacionalismo e das fronteiras nacionais, como também destacam Ella Shohat e Robert Stam (2006).

No caso português, pensando a partir do que Boaventura de Sousa Santos (2003) denomina como “pós-colonialismo situado”, a condição semiperiférica de Portugal precisa ser considerada. Tendo como norma o colonialismo britânico, é em relação a ele que o colonialismo português é entendido como duplamente subalterno. Isso ocorre porque, no âmbito das práticas, Portugal foi praticamente uma “colônia informal” da Inglaterra, o que gerou um colonialismo em excesso e um capitalismo deficitário. Já no âmbito do discurso, o sociólogo português destaca o fato de, desde o século XVII, a história do colonialismo ter sido escrita não em língua portuguesa, mas em língua inglesa, ocasionando um duplo problema de autorrepresentação.

Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de autorrepresentação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial. Por outro, o problema de autorrepresentação do colonizador português cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial, gerando um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato,

cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua auto-representação para além da representação de sua subalternidade. (SANTOS, 2003, p. 25)

Apesar de a especificidade do colonialismo português firmar-se em razões econômicas, não quer dizer que sua manifestação não tenha ocorrido em outras áreas da sociedade, tais como a social e a cultural, envolvendo discursos e narrativas. Santos (2003) afirma que são as diferenças no colonialismo português que geram as diferenças no pós-colonialismo do país, sendo a primeira delas a ambivalência e a hibridez que marcaram as relações entre colonizador e colonizado nessas sociedades. A questão racial é indicada como outra diferença, para o teórico. A ambivalência e a hibridação são aspectos manifestos pela cor da pele. Em oposição à ideia lusotropicalista de que a miscigenação comprova a ausência de racismo por parte do colonizador português, a miscigenação é tida como resultado de uma forma diferente de racismo, que indica regras sexistas da sociedade. Por fim, o caráter ambivalente da identidade do colonizador português também está no fato de esta conter a identidade do sujeito colonizado e a do colonizador colonizado por outro.

Dessa forma, se o pós-colonialismo, de maneira mais ampla, expressa a urgência “de contestar singularidades de diferença e de articular ‘sujeitos’ diversos de diferenciação”, conforme assinala Homi Bhabha (2013, p. 128), o pós-colonialismo situado, como observado anteriormente, permite analisar mais especificamente o caso português e as fraturas específicas deixadas nos sujeitos envolvidos. Neste trabalho importa pensar como, no âmbito das narrativas portuguesas pós-coloniais, surgem as memórias da infância e da adolescência nos contextos de transição do colonialismo para a descolonização em Portugal, Angola e Moçambique. Em que medida essas memórias estão envolvidas com o direito de narrar?

Homi Bhabha (2014), em “The right to narrate”, explica que o direito de narrar não se trata apenas de um ato linguístico, mas diz respeito à autoridade de contar, recontar ou reformular histórias, funcionando como uma metáfora para o reconhecimento e a representação sociais. A narrativa assume significação como parte de um processo dialógico que expressa as transformações sociais.

Esse direito envolve, portanto, uma questão de forma ética e estética e deve ser garantido a todos os sujeitos, sobretudo aos que tiveram suas falas perturbadas ou interrompidas. É ele garantidor de que as sociedades não sejam de um “silêncio ensurdecido” (BHABHA, 2014, n. p.). Em busca de fazer valer esse direito e de romper, assim, com o silêncio imposto é que se volta para a memória, atentando para o fato de que narrar a lembrança é também uma forma de intervir no presente.

A geração de escritores que aborda a experiência de protagonistas do colonialismo português, tais como António Lobo Antunes, Helder Macedo e Lídia Jorge, também traz à tona as lembranças da infância. No entanto, essas lembranças geralmente são de uma vida em Portugal anterior ao processo de transição do Estado Novo para a democracia (com exceção para o caso de Helder Macedo, que relembra sua infância e adolescência a partir da África). Os romances que surgem posteriormente, no século XXI, e retomam a memória da infância são denominados por Ribeiro (2012, p. 93) como “da geração dos netos que Salazar não teve”, sendo então referentes à experiência de filhos e netos da guerra colonial, da ditadura. Essas lembranças são próprias, mas de criança, e dizem respeito aos eventos que marcaram o fim do império português. Nas palavras da pesquisadora,

Os filhos e netos dos grandes movimentos migratórios acima referidos, fruto do pós-guerra e das descolonizações – mas também da fuga à pobreza, à violência e ao abandono e à falta de desenvolvimento -, mostram-se, tornam-se incomodamente visíveis. (RIBEIRO, 2016, p. 22)

Ribeiro (2012, 2016) pensa essas lembranças como pós-memórias, conceito trabalhado por Marianne Hirsh e que diz respeito à memória da geração seguinte à da geração que passou pelos acontecimentos traumáticos. Sarlo (2007) problematiza a especificidade que traria a análise das memórias da memória familiar pela perspectiva da pós-memória, uma vez que o que é tomado como especificidade da pós-memória é também traço característico de muitas outras memórias, a saber o caráter mediado das lembranças, a experiência do passado como uma experiência vicária, a utilização de relatos para a construção

do passado. Tendo em vista a crítica da pesquisadora e em concordância com ela, optou-se por não pensar a partir dessa noção as memórias em questão neste trabalho.

Essas memórias de perspectiva infantil e adolescente envolvem um momento em que ocorrem mudanças profundas na constituição do sujeito, de despertar para a vida, para o mundo, juntamente com o despertar para uma condição tão complexa como a do colonialismo. É o caso das narrativas *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, *O nosso reino* (2004), de Valter Hugo Mãe, *O retorno* (2014), de Dulce Maria Cardoso, e *A árvore das palavras* (1997), de Teolinda Gersão. São então os olhares da criança ou do adolescente que auxiliam na tomada de consciência que a memória exige com essas lembranças.

Em *O nosso reino*, o narrador é Benjamim, um menino de 8 anos que rememora seu passado recente em uma vila não denominada no romance, remetendo à situação de qualquer vila portuguesa, durante a década de 1970, período em que o país vive sob o regime ditatorial do Estado Novo e a transição para a democracia com a Revolução dos Cravos. Nesse momento ainda ocorre a guerra colonial contra as independências das colônias africanas que, por mais que não tenha seu campo de batalha em Portugal, é claro que atingiu significativamente a vida dos portugueses.

A Revolução dos Cravos, também um marco histórico-temporal no romance de Mãe, dá início ao fim da guerra e ao processo de descolonização. Como aspecto preponderante da sociedade que cerca Benjamim e também de sua formação, destaca-se a religiosidade exacerbada, que leva o menino a vivenciar situações extremas. A família, instituição tão valorizada e defendida pela Igreja e pelo Estado, não cumpre o papel que em tese se espera dela, o de prover sustento e proteção à criança. A imaginação e o sonho permeiam a narrativa e mesclam-se a fatos da trajetória de Benjamim e sua família, sendo o narrador o único que resta para contar essa história.

*Caderno de memórias coloniais* apresenta uma narradora adulta que relembra sua infância com a família na cidade de Lourenço Marques, atualmente Maputo, em Moçambique, e sua mudança para Portugal ao fim do período

colonial, impondo à menina a condição de retornada. A relação com o pai, já anunciada no início do livro, é o eixo central da narrativa. Ao mesmo tempo em que a figura paterna é apresentada em seu zelo e amor pela filha, também sua face racista, sexista e mesquinha é explorada, sendo essa figura então a principal representante do sistema colonial, cuja lógica é denunciada. Com a imposição da partida para Portugal, a narradora é incumbida de uma missão: a de fazer ouvir a palavra de sua família e da comunidade de brancos com quem viveu em Moçambique. No entanto, não consegue entregar a mensagem de que era portadora.

Em *O retorno*, é o adolescente Rui quem conduz a narrativa, que retrata, alternando presente e passado recente, a partida de sua família de Luanda, em Angola, após a independência, para Portugal. As lembranças surgem ao longo do texto como uma tentativa desesperada de reter, de alguma forma, o passado, de convencer-se sobre presente e futuro e de não esquecer quem se é. No hotel, espaço de transição entre a Angola das memórias e um Portugal com o qual não é estabelecida identificação, o tempo vivido é o de eterna espera, a memória é disputada pelos retornados, que têm no passado um tempo idealizado, um tempo em que viveram os melhores dias de suas vidas. O pai de Rui é raptado no dia da viagem da família, que precisa partir sem ele. A expectativa de sua chegada na antiga metrópole se torna constante para a família, que sofre na condição de retornada. É preciso então lidar com a possibilidade da morte.

Por fim, *A árvore das palavras*, romance dividido em três capítulos, tem como narradora Gita em dois deles. No primeiro, ela relembra sua infância na antiga Lourenço Marques com a família, revelando uma oposição entre as casas que marca sua trajetória: a Casa Branca, de sua mãe, Amélia, e a Casa Preta, de Lóia, empregada da família, local ao qual ela julga pertencer. O segundo capítulo apresenta um narrador em terceira pessoa que centra o foco na trajetória de Amélia, que se casa por procuração com Laureano, pai de Gita, e viaja até Moçambique para com ele viver. Também é foco desse capítulo a expectativa de Laureano com a chegada de Amélia. No terceiro capítulo, Gita relembra a infância e sobretudo a adolescência em Moçambique até a necessidade da partida para Portugal. A memória surge pela voz da narradora

que, ao recordar-se de determinadas situações no passado, como se voltasse a viver a lembrança, retoma esta no tempo presente.

Essas narrativas têm em comum, para além da questão da infância e da adolescência, o fato de fazerem emergir a memória de um tempo, o momento em que ocorre o processo de descolonização das colônias portuguesas, em diferentes espaços, Portugal, Moçambique e Angola. Importa atentar para o fato de que as narrativas são entendidas como registros de um passado ainda mal resolvido historicamente, pois, ainda que existam obras literárias sobre esse passado, não há um debate público que problematize diferentes perspectivas, resultando em um “silêncio ensurdecido”, como diz Bhabha (2014), por referir-se a uma grande parcela da população que não teve o seu direito de narrar garantido. Isso ocorre porque suas narrativas desestabilizam as narrativas oficiais responsáveis por construir a imagem ideal em que o português quis acreditar sobre si e sua pátria, conforme elucidada Eduardo Lourenço (2009).

A partir dos aspectos anteriormente descritos, este trabalho pretende responder como essas memórias se configuram em relação ao discurso histórico oficial e como influenciam a narrativa pós-colonial portuguesa. Tem-se como hipótese que a perspectiva infantil/adolescente possibilita um olhar outro sobre o colonialismo por estar menos condicionada a um sistema disciplinar em relação ao adulto. Se, como afirma Michel Foucault (2004), a criança é mais individualizada que um adulto nesse sistema, estaria ela menos suscetível a automatização do olhar e das formas de viver. Walter Omar Kohan (2015), ao analisar as relações entre infância e filosofia, vê na infância uma “quase condição” da filosofia, uma vez que possibilita pensar sobre algo como nunca pensado anteriormente, maravilhar-se diante das coisas, proporcionando uma perspectiva inusitada por ser desautomatizada e uma escuta perspicaz por mover ao questionamento.

O adolescente, estando em uma condição intervalar, como destaca Contardo Calligaris (2000), também ainda não teria sua visão completamente disciplinada pelo mundo adulto. Pelo contrário, há na adolescência uma vontade de subversão ao mundo adulto. É nesse sentido que se reflete sobre como o olhar de quem desperta para uma consciência mais ampla de si e do mundo

passa a ser importante forma de representar o colonialismo e os conflitos sociais que dele emanam.

A utilização das memórias da infância e da adolescência nas narrativas promove o deslocamento da história para o universo cotidiano e sobretudo familiar. Devido ao fato de a criança e o adolescente ocuparem uma posição à margem da sociedade, esses sujeitos também não são reconhecidos como instâncias legitimadas no âmbito da produção de sentidos. Dessa forma, essas narrativas, ao terem como foco fases da vida em que ocorrem tantas mudanças (sejam elas físicas ou psicológicas), atentam para sujeitos que se questionam mais do que os adultos, uma vez que estes tendem a tomar a realidade que os cerca como natural. São esses sujeitos, seja na condição de criança/adolescente, seja na condição de adulto que relembra infância/adolescência, tendo como base suas curtas trajetórias de vida, que mostram as consequências de um sistema colonial para a sociedade e para si mesmos, tendo em vista que precisam crescer sob a lógica dessa violenta estrutura social.

A fim de compreender as memórias inscritas nessas narrativas, o trabalho foi dividido em cinco capítulos. Em “A memória em disputa”, é desenvolvida uma reflexão sobre as concepções de memória com base nos estudos desenvolvidos por Maurice Halbwachs, posteriormente revisitados e ampliados por Michael Pollak. Os pressupostos teóricos desses autores auxiliam na compreensão da complexidade que essas memórias carregam consigo. Em seguida, em “A construção da infância e da adolescência”, com base nos estudos de Phillipe Ariès, Colin Heywood, Sigmund Freud, Michel Foucault e Contardo Calligaris, são discutidas algumas noções de infância/adolescência ao longo da história, bem como as posições ocupadas por crianças/adolescentes socialmente e no âmbito da produção de sentidos.

Pensando o corpo como ponto de partida para as lembranças, “O meu corpo foi uma guerra’: as memórias do corpo” analisa como os corpos dos narradores e das pessoas a sua volta surgem em suas memórias, em que medida esses corpos carregam em si aspectos do social e como se relacionam com os espaços ocupados. Sendo a corporeidade considerada a forma de

inserção do sujeito no mundo e tratando-se, assim, de um fenômeno social e cultural, o corpo constitui-se um produto da sua relação com a sociedade, a história e a cultura, como bem destaca o sociólogo David Le Breton (2007). Seus sentidos não podem desvincular-se, portanto, dessa sociedade, como se percebe nas narrativas, e só são criados e apreendidos devido à memória.

Se as imagens criadas do mundo não podem ser separadas da constituição do eu e também formam as lembranças reconstruídas, seguindo as ideias de Halbwachs (2003) e Pollak (1992), é o espaço também um elemento fundamental para a memória. É por meio da fixação do espaço de convivência, por exemplo, que se torna possível acessar determinada categoria de lembranças. Ao mesmo tempo em que o espaço influencia o sujeito, este também o modifica e gera sentidos compreendidos apenas pelo grupo de que faz parte (HALBWACHS, 2003). Pollak (1992) destaca a importância do espaço para a memória, definindo-o como um de seus elementos constituintes e ressaltando a possibilidade de ele fazer parte do próprio espaço-tempo do sujeito ou não, de modo a enfatizar a importância da identificação do sujeito com o espaço, que se dá pela importância que esse espaço adquire em determinado grupo social. Sendo assim, em “‘Sobre todas as coisas que nascem da terra’: as memórias do espaço”, a reflexão gira em torno das lembranças sobre os espaços em sua relação com os sujeitos que rememoram e da forma como esses espaços rememorados ditam o que deve ser lembrado e esquecido e definem lugares sociais.

Por fim, em “‘O que há de perseguir-nos sempre’: entre infâncias e adolescências, as memórias que não se deixam esquecer”, reflete-se sobre a memória e sua relação com o tempo. Para Halbwachs (2003), pensar o tempo a partir de determinado evento implica pensar também um espaço. Se não é possível apagar as marcas deixadas pelo espaço, não se pode apagar, da mesma forma, a compreensão do tempo. Mesmo com as subdivisões em comum para o tempo nas sociedades, os grupos sociais têm definidos espaços e representações próprias de seu tempo. Nesse sentido, esse capítulo reflete sobre os tempos que essas memórias da infância e da adolescência fazem emergir, de modo a auxiliar na compreensão do presente e na afirmação dos

sujeitos. O que se percebe é que o tempo enfatizado por essas memórias é um tempo que difere do homogêneo e vazio (BHABHA, 2013), que auxiliou na construção de uma memória oficial. Trata-se de um tempo de ordem afetiva, que colabora para tensionar as narrativas históricas propagadas pela memória oficial.

Essas memórias da infância e da adolescência são entendidas como memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), pois pertencem a sujeitos que não ocupam posições centrais no âmbito da circulação dos discursos. Elas possibilitam a propagação de narrativas que rasuram o discurso histórico oficial. Daí sua importância. É, assim, por meio do tensionamento entre passado e presente que essas memórias resistem e realizam sua inscrição na memória coletiva, evidenciando que o passado colonial se constitui uma herança mais presente do que se gostaria.

## 2 A MEMÓRIA EM DISPUTA

Sabe-se que no final do século XIX e início do século XX há uma intensificação do interesse pelo estudo da memória, nesse momento não apenas pelo viés biológico, mas como um fenômeno social, configurando uma ruptura com o cientificismo das sociedades europeias. Maurice Halbwachs, sociólogo francês, realiza o mesmo movimento que ocorre entre seus contemporâneos de outros campos das Ciências Humanas: a aproximação da realidade. Com seus escritos, a sociologia abre-se para o campo do estudo da vida cotidiana. Interessa para a realização deste trabalho a obra *A memória coletiva*, publicada postumamente em 1950, em que o autor diferencia as concepções de memória individual, memória histórica, memória coletiva e sua relação com o tempo e o espaço ocupado pelo indivíduo (Cf. FORLI, 2016).

Ideia fundamental na obra de Halbwachs (2003) é o fato de não se poder desvincular a memória dos contextos sociais a que estão atrelados os indivíduos que recordam. Nesse sentido, são duas as formas de organização das lembranças por ele admitidas: a memória individual e a memória coletiva. A primeira organiza-se em torno de um indivíduo, que tem seu ponto de vista sobre as lembranças; a segunda, em torno de uma sociedade, que constitui representações parciais do mundo. Assim, considerando que a memória de uma pessoa não é unicamente sua, o sociólogo concebe a memória individual de forma aberta e não isolada.

Halbwachs (2003) admite a lembrança como reconstrução do passado que se baseia em informações do presente. Essa reconstrução implica a preparação de outras reconstruções realizadas em outros momentos e em que a imagem já teria se modificado. A lembrança de outro indivíduo sobre pontos comuns, como uma espécie de lembrança simulada, possibilita ampliar a percepção que se tinha do passado. Dessa forma, a consciência não se fecha sobre si, também não sendo, por isso, solitária. Para o autor,

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em

nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.  
(HALBWACHS, 2003, p. 30)

As lembranças continuam sendo coletivas, pois nunca se está sozinho. Ao longo da vida, cada indivíduo faz parte de diferentes grupos, os quais exercem influência sobre si mesmo que de forma imperceptível. Compartilham-se então um passado em comum com esse grupo e uma corrente de pensamento coletivo, que seriam as diferentes preocupações, opiniões, leituras em comum com outros indivíduos. É devido a essa natureza de ser social que um indivíduo jamais se recordará de algo sozinho. O que se experiencia em grupo faz parte da formação de cada um e, portanto, influencia também as representações que se faz do passado. Nesse sentido, a percepção de outras pessoas, a imaginação sobre um acontecimento e a apreensão de representações da memória histórica podem auxiliar na criação de representações do passado.

Para Halbwachs (2003), deve-se entender por história não uma sucessão cronológica de datas e acontecimentos, mas o que distingue um período de outro, sobre os quais se tem acesso apenas por narrativas parciais e, portanto, incompletas. Assim, não é possível que a história se constitua de todo o passado ou do restante desse passado. Há, para o autor, uma história viva, que se renova com o passar do tempo e que caminha juntamente à história escrita. Daí o motivo de afirmar que as formas de ser e de pensar também se fixam na memória, tal como os fatos.

As diferentes influências que se sofre pelo meio no qual se está inserido não são percebidas. Apenas no cruzamento de diferentes correntes de pensamento na consciência, provindas dos diferentes grupos dos quais se faz parte, é que ocorre a manifestação dessas influências. Esse é também o momento em que surgem os estados individuais, denominados pelo autor de “intuição sensível” (HALBWACHS, 2003, p. 58). Esses estados apresentam caráter individual por não estarem ligados completamente nem a um, nem a outro ambiente; por isso são relacionados a cada indivíduo. Nesse sentido,

[...] na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* – para distingui-lo das percepções em que entram alguns

elementos do pensamento social. (HALBWACHS, 2003, p. 42, grifo do autor)

É a intuição sensível, então, um elemento fundamental para a reconstrução do passado. É a ela que estão relacionadas a afetividade das lembranças retomadas por cada indivíduo, mantendo assim o caráter subjetivo das recordações. Esse indivíduo então percebe a realidade que o cerca e assimila essa percepção de acordo com sua experiência nos diferentes grupos sociais.

É nesse sentido que, para o sociólogo, o reaparecimento da lembrança é o resultado da aproximação de percepções, e não de reflexões. As percepções seriam então definidas pela ordem espacial em que objetos sensíveis se apresentam. O sociólogo defende a ideia de que as percepções

limitam-se a reproduzir objetos exteriores, não contêm nada mais do que esses objetos e não podem nos conduzir além deles. Daí a convicção (temos de admitir) de que elas serviram unicamente para nos deixar em determinada disposição física e sensível, favorável ao reaparecimento da lembrança. (HALBWACHS, 2003, p. 53-54)

Para que a lembrança surja, então, o caminho percorrido no passado precisa ser refeito, e é uma sequência de percepções, na visão do autor, que possibilita encontrar esse caminho. Daí o motivo de serem raras as recordações que não envolvam imagens ou pensamentos que remetem a outras pessoas ou grupos. No entanto, elas acontecem, mostrando que a memória coletiva não é suficiente para explicar todas as lembranças e suas evocações.

É interessante observar que a infância é citada por Halbwachs (2003) como exemplo para mostrar a importância para a memória da constituição de cada um enquanto ser social. Para o autor, um indivíduo não lembra da primeira infância conscientemente devido ao fato de não haver uma base para as impressões da criança, por esta ainda não estar totalmente ligada às preocupações de um grupo. Assim, muito provavelmente, as recordações que se têm dessa fase são mais imagens criadas sobre o que outros fizeram do fato.

Pode-se questionar então como se realiza a distinção entre o que é lembrado e o que é imaginado. Conforme o sociólogo, mesmo que algumas lembranças sejam retomadas tão diretamente, não é possível realizar essa

distinção, pois testemunhos e deduções precisam ser considerados como possíveis influenciadores da lembrança. É nesse sentido que o autor destaca a amplitude do que se refere ao social ou ao histórico na memória.

No que se refere à memória infantil, Halbwachs (2003) acredita que é a memória coletiva que mantém as lembranças da infância. Por isso, considera ser mais adequado não falar em memória histórica nesse caso, por afirmar que a história se centra em um ponto de vista adulto. Para o autor, a influência da família e da escola na memória infantil é de extrema importância, pois as lembranças familiares despertam uma sensação de proximidade mais intensa com o passado, o que pode ampliar uma categoria de lembranças. O que é aprendido sobre determinado assunto contribui para que o passado se modifique em relação ao que era lembrado anteriormente. Novas imagens sobre esse passado recobrem as antigas, de forma a gerar, assim, uma espécie de degradação desse passado.

Nesse sentido, de acordo com os preceitos de Halbwachs (2003), o indivíduo que lê uma história contemporânea e vê acontecimentos desde o seu nascimento até cerca de 8 a 10 anos de idade tem a sensação de ler algo que lhe é exterior e que ignorava. Ele aprende a situar a infância na história. Contudo, mesmo esclarecendo essa primeira fase da vida, não é possível enriquecer as memórias no que há de pessoal devido ao fato de a memória se apoiar na história vivida. Para o autor,

Um ser como a criancinha, reduzido a suas percepções, guardará de tais espetáculos apenas uma lembrança frágil de pouca duração. Para que atinja a realidade histórica atrás da imagem, ela terá de sair de si mesma, terá de ser posta no ponto de vista do grupo, para que possa ver como tal fato marca uma data – porque entrou no círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato deixa de se confundir com uma impressão pessoal. (HALBWACHS, 2003, p. 79-80)

Em algumas situações de grande comoção social, é possível que a criança veja abrir diante de si esse círculo estreito onde estava encerrada. São momentos bastante raros, para o sociólogo, de revelações de uma vida política e nacional, aos quais ela não se atém habitualmente. Assim, o autor apresenta uma visão da criança como um ser limitado por ainda não ter se constituído

enquanto um ser social, e não como um ser que se relaciona com o mundo de maneira distinta, porém, igualmente complexa à do adulto. É apenas após a fase denominada “puramente sensitiva” (HALBWACHS, 2003, p. 81), momento em que a criança se interessa pelos diferentes sentidos das imagens que a circundam, que seu pensamento é dividido entre impressões totalmente pessoais e diferentes correntes do pensamento coletivo. Trata-se, portanto, de uma fase transitória.

No entanto, esses momentos de grande comoção social não são os únicos em que a criança entra em contato com meios mais amplos do que sua família e amigos. Halbwachs (2003, p. 83) destaca a relação da criança com uma “categoria de adultos”, cuja simplicidade, ressalta o autor, aproxima suas concepções. Um exemplo, para ele, seriam os empregados domésticos. Em suas palavras,

com eles a criança se entretém espontaneamente e compensa a reserva e o silêncio a que a condenam seus pais em relação a tudo o que “não é para a sua idade”. Os empregados domésticos às vezes falam com muita liberdade diante da criança ou com ela, e as compreendem, porque eles às vezes se expressam como crianças grandes. (HALBWACHS, 2003, p. 83)

Ao mesmo tempo em que a criança é aproximada dos empregados devido ao fato de estes suprirem uma atenção que os pais não suprem, esses trabalhadores e a criança são equiparados numa relação de limitação mnemônica e cognitiva. Nas palavras do autor, falta-lhes complexidade para compreender os acontecimentos que lhes rodeiam, tal como as crianças, uma vez que, de acordo com seu relato sobre sua infância, era por meio de uma empregada de sua casa que ele obteve um panorama de acontecimentos importantes para a sua época, tais como a guerra de 1870, o Segundo Império, a República. Panorama este que carregava consigo uma perspectiva denominada por ele como repleta de superstições e ideias preconcebidas, revelando então a visão do autor acerca do modo como a população em geral concebia esses quadros históricos. Essa visão reduz esses indivíduos a uma posição de subalternidade na medida em que classifica suas compreensões de mundo como limitadas, em vez de apenas as considerar como formas de ver e compreender o mundo diferentes das do adulto.

Outro grupo de adultos que também é destacado por Halbwachs (2003) como mais próximo da criança são os avós, pois, entre diferentes razões, ambos estariam desinteressados pelos acontecimentos do presente, em que se centraria a atenção dos pais. Seriam os avós então os responsáveis por deixar na criança vestígios do passado em que viveram.

Em todo caso, muitas vezes é na medida em que a presença de um parente idoso está de alguma forma impressa em tudo o que este nos revelou sobre um período e uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória – não como uma aparência física um tanto apagada, mas como o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro, que o resume e o condensa. (HALBWACHS, 2003, p. 85)

Assim, os avós representam um quadro vivo da época a que pertenceram, pois carregam consigo os modos de ser e de pensar dessa época. Se, como bem destaca o autor em diversos momentos de sua obra, é na história vivida que se sustenta a memória, nesse sentido, os avós são para a criança um meio de contato com esse passado, com a história dita vivida, uma vez que os quadros coletivos da memória não remetem especificamente a datas ou nomes, mas “representam correntes de pensamento e de experiência em que reencontramos nosso passado apenas porque ele foi atravessado por tudo isso” (HALBWACHS, 2003, p. 86).

Cabe observar novamente o grupo escolhido pelo sociólogo para analisar a relação de proximidade com a criança, os avós. É interessante pensar que, na organização familiar, os avós e as crianças ocupam um lugar de subalternidade. Para esses grupos, foram criadas instituições que auxiliam em sua “administração”: as escolas, as creches, as casas geriátricas são locais que indicam a falta de lugar para essas pessoas no cotidiano atribulado do adulto ativo. Nesse sentido, estariam também as memórias desses indivíduos muito relacionadas em sua subalternidade, merecendo ambas os espaços de confinamento a fim de não contaminarem as memórias dos grupos sociais adultos.

É interessante observar que, ao adentrar a abordagem do tempo em relação à memória, Halbwachs também menciona estas duas fases da vida, a infância e a velhice. Considerando as divisões do tempo como tradicionais, de

forma a obrigar o indivíduo a ver a vida e os acontecimentos sob a forma da medida, e a duração uma sequência de diferentes estados, por isso percebida de forma diferente por cada indivíduo, ele afirma ser provavelmente devido a uma falta de interesse crescente no que se refere às faculdades afetivas que o idoso desenvolve um ritmo de vida interior muito mais lento, o que dá a sensação de que o espaço de um dia seja curto demais. Já a criança, devido às diversas impressões e observações que faz no espaço de um dia, tem um ritmo de vida interior muito mais rápido, o que a faz perceber um dia de forma mais extensa do que o idoso.

A fim de determinar as divisões do tempo, para o autor, é melhor estabelecer como referência as mudanças que acontecem nos corpos materiais. O que é escolhido como ponto de referência nesse retorno a fenômenos materiais é a constatação de uma relação de simultaneidade e que essa relação se reproduz em intervalos regulares. Assim, divisões convencionais de tempo se impõem de fora, mas se originam de pensamentos individuais. Daí o fato de o sociólogo considerar o tempo uma criação artificial, que é obtida “por soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimo às durações individuais e somente a estas” (HALBWACHS, 2003, p. 119).

Halbwachs ainda destaca que, ao pensar no tempo realizando uma abstração de eventos particulares, o indivíduo imagina um espaço. Não é possível desvincular-se das marcas impressas pelos espaços por que se passa. Entre essas marcas está também a compreensão do tempo. Daí o motivo de o autor afirmar que, embora existam subdivisões comuns para o tempo em uma sociedade, “cada grupo localmente definido tem sua própria memória e uma representação só dele de seu tempo” (HALBWACHS, 2003, p. 130). Isso ocorre porque em diferentes grupos essas subdivisões do tempo assumem significados distintos. São citados como exemplos os anos escolar, religioso, leigo, camponês, industrial e militar, tendo cada um deles organizações distintas, de acordo com as necessidades de cada grupo, não havendo imposição de um sobre o outro.

Se o indivíduo precisa de um espaço para se situar no tempo, é o espaço também elemento fundamental para a lembrança, uma vez que “[...] as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de nosso eu”

(HALBWACHS, 2003, p. 157). São essas imagens do mundo exterior também formadoras das lembranças reconstruídas. Para o autor, a imobilidade dos objetos materiais à volta dá a ideia de estabilidade, de que tudo permanece em ordem. Nesse sentido, o apego que se tem em relação aos objetos materiais, ao ambiente material circundante, apresenta tanto a marca do próprio indivíduo quanto a marca de quem é próximo a ele, seja a família, sejam os amigos, remetendo a laços que permitem uma ligação com as sociedades.

Da mesma forma que um lugar influencia um grupo que o ocupa, também um grupo molda o local, dando a ele, portanto, a sua marca. Sendo assim, cada aspecto desse lugar apresenta sentidos inteligíveis somente aos membros do grupo, pois as partes desse lugar remetem a outros aspectos da estrutura e da vida da sociedade. Sobre novos fatos no contexto espacial, o autor ainda assinala:

[...] um acontecimento realmente grave sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar – seja porque este modifica todo o grupo, por exemplo, uma morte ou um casamento, seja porque o grupo modifica o lugar: a família enriquece ou empobrece, o pai da família é chamado para outro posto ou passa a uma outra ocupação. A partir desse momento, este não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva e, ao mesmo tempo, o ambiente material não será mais o mesmo. (HALBWACHS, 2003, p. 160)

Mesmo que o acontecimento não afete diretamente o ambiente material, como uma guerra, por exemplo, ele modifica a relação do grupo com o lugar, o que resulta em grupo, memória e ambiente material diferentes do que eram antes da ocorrência do evento. Dessa forma, está também a memória em constante movimento. Tanto ela quanto o ambiente material sofrem modificações de sentido.

Não é possível que haja rememoração então sem um contexto espacial. Essa necessidade já se mostra na própria concepção de percepção definida por Halbwachs, estando assim também na base da memória individual. Nesse sentido, quando não se consegue imaginar o ambiente material, a memória também não consegue atingir essa região do passado. É, para o autor, ao espaço ocupado pelo indivíduo, o espaço de convivência, de fácil acesso mesmo

pela reconstrução do pensamento, que se deve atentar, pois a fixação desse espaço permite o acesso a uma determinada categoria de lembranças. Devido à sensação de estabilidade que proporciona, a imagem do espaço possibilita a ilusão de imutabilidade e de encontrar, no presente, o passado.

Se para rememorar é necessário que seja refeito o caminho anteriormente percorrido, pode-se questionar então qual o critério para que um acontecimento se mantenha na memória coletiva. Partindo da noção de memória individual, Halbwachs afirma que, para que ocorra essa continuidade de um acontecimento na memória coletiva, é necessário um testemunho. No entanto, o sentido para o termo “testemunho”, nesse caso, não é literal, uma vez que não é necessária a presença física dos indivíduos. Por meio do testemunho, reforça-se ou enfraquece-se o conhecimento que se tem sobre um evento.

Para Halbwachs, contudo, não há memória que seja formada apenas de imaginação, bem como não há representação histórica exterior ao indivíduo. Os testemunhos não são suficientes para que um indivíduo possa valer-se da memória de outros. Uma concordância entre as memórias e a diversidade de pontos de contato entre elas são necessárias para que a lembrança seja reformulada sobre uma base em comum, evidenciando, assim, a memória como um elemento de coesão social.

Há, dessa forma, dois tipos distintos de memória manifestas para o indivíduo, uma coletiva e outra individual. Ambas se interpenetram. Por isso, não é possível fazer uma distinção rígida e separativa em que, de um lado estivesse uma memória que não necessita de contextos e de outro um panorama histórico, pertencente a um grupo, que não tem memória devido a sua construção, reconstrução e conservação nas memórias individuais. Halbwachs, ao distinguir a memória individual da coletiva, vê na primeira a possibilidade de confundir-se com a memória coletiva para a confirmação de lembranças e o preenchimento de lacunas. A memória coletiva, por sua vez, é caracterizada por conter as memórias individuais, no entanto, não se confunde com elas. A evolução da memória coletiva é regida por leis próprias, e, se lembranças individuais a invadirem, essas lembranças têm suas formas modificadas quando substituídas em um conjunto de consciência não pessoal.

Halbwachs (2003) realiza, em sua obra, uma distinção entre a memória coletiva e a história. A primeira apresenta caráter contínuo, pois as lembranças mantidas são as que estão em latência ou as que podem ser retomadas por uma consciência coletiva. Os limites de um grupo são também o limite dessa memória. Com a sucessão de grupos, um período pode deixar de interessar. No entanto, esse desinteresse não significa o esquecimento do passado por parte do grupo. Não há linhas de separação no desenvolvimento da memória coletiva, característica da história para Halbwachs. As fronteiras da memória coletiva são, portanto, incertas. Presente e passado não se opõem, como no caso dos períodos históricos consecutivos. Devido a essa oposição, esses períodos, para o autor, geram um sentido de renovação característico da história.

Se a memória coletiva é sempre plural, para Halbwachs (2003), a história é uma só. O sociólogo ressalta a possibilidade de distinção entre as histórias parciais de diferentes segmentos sociais. Contudo, argumenta que “o mundo histórico é um oceano para onde afluem todas as histórias parciais” (HALBWACHS, 2003, p. 106). A história trata-se, assim, de um grande painel que abarca histórias parciais. Entretanto, o autor tem consciência de sua limitação. Ao abordar essa limitação, esclarece a impossibilidade de a história permitir uma memória universal.

Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe os acontecimentos, contextos esses que permanecem exteriores aos grupos, e defini-los cotejando uns aos outros. (HALBWACHS, 2003, p. 106-107)

Por um lado, ao admitir a existência de histórias parciais e a impossibilidade de a história criar uma memória universal, Halbwachs sugere a impossibilidade de se ter uma representação única do passado. Por outro lado, ao mesmo tempo, pensar a história como uma só e como um fenômeno que está fora dos grupos sociais também parece indicar, na contemporaneidade, uma

visão positivista, mas essa visão é a mesma de seus contemporâneos, que ainda não consideravam a possibilidade da existência de várias histórias.

É importante atentar, no entanto, para o caráter pioneiro do sociólogo para a inserção da dimensão social em relação à memória e, sobretudo, para, em oposição a uma tendência mais universalista da concepção de história, a afirmação de que a memória coletiva é sempre plural. Se analisar o passado permite que um grupo compreenda que permanece o mesmo e que tenha, assim, uma consciência identitária ao longo do tempo, a memória coletiva se aproxima, de alguma forma, da ideia de histórias plurais, que só é desenvolvida na pós-modernidade.

Entretanto, muitos estudos associam a memória coletiva à uma ideia de homogeneidade. A pesquisadora Veridiana Domingos Cordeiro (2015) chama atenção para o fato de os estudos sobre a memória na década de 1980, apesar de buscarem entender as disputas que a envolvem e a forma como a memória de um grupo se sobrepunha à outra, não partirem dos pressupostos de Halbwachs por considerarem inexistente essa questão. Para a autora,

[...] embora todos os indivíduos que rememoram eventos comuns relativos ao passado sejam considerados como sendo partícipes de um único *grupo*, isso não quer dizer que possuam uma *memória coletiva* homogênea sobre esses eventos. Esses indivíduos rememoram os mesmos eventos com interpretações distintas e até mesmo conflitantes [...]. (CORDEIRO, 2015, p. 103, grifos da autora)

Desse modo, a homogeneidade é apenas aparente, pois a memória individual garante a subjetividade e, assim, o elemento da divergência para a memória coletiva. Ainda que indivíduos façam parte de um mesmo grupo, suas lembranças não terão o mesmo valor para esse grupo e em articulação com outros grupos.

É importante ressaltar, nesse sentido, que a memória coletiva tem sua origem a partir de uma rememoração do passado que é individual e, conseqüentemente, que ela depende do indivíduo para manter seu mecanismo. A memória individual, por sua vez, é um ponto de vista sobre a memória coletiva. É necessário considerar o lugar ocupado por um indivíduo em um grupo e as relações que estabelece com outros meios, pois esses fatores externos são fundamentais influenciadores da lembrança. Assim, as concepções defendidas

pelo sociólogo evidenciam que existe uma continuidade entre essas memórias. Ao mesmo tempo em que se tem esse caráter de continuidade, de duração em relação à memória, tanto a memória individual quanto a coletiva se caracterizam como modificáveis, uma vez que a própria concepção de lembrança já implica a preparação de diferentes reconstruções do passado com base no presente.

Tendo a memória o caráter de uma construção sujeita a modificações e a continuidades, o pensador austríaco Michael Pollak (1992, p. 201), em sua conferência intitulada “Memória e identidade social”, atenta para “pontos relativamente invariantes, imutáveis” da memória. Partindo das reflexões de Maurice Halbwachs para desenvolver seus estudos, Pollak (1992) centra-se na imutabilidade de alguns eventos observada a partir de entrevistas de histórias de vida. Para o autor,

É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente, houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. (POLLAK, 1992, p. 201)

Esses elementos, ditos irredutíveis pelo autor, passam a ser importantes constituintes do ser que rememora, uma vez que há um trabalho da memória, capaz de solidificar as lembranças a ponto de impossibilitar mudanças. Além disso, como Pollak (1989) destaca em “Memória, esquecimento e silêncio”, é a partir do processo de reconstrução de si que o indivíduo define seu lugar na sociedade e as relações que estabelece com os outros. Dessa forma, esses elementos que retornam sempre à memória por meio desse processo de reconstrução de si não podem ser vistos como meros fatos, pois são significativos elementos que compõem a identidade individual.

Posta essa observação, Pollak (1992) questiona quais seriam os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. Para ele, em primeiro lugar, estão os “acontecimentos vividos pessoalmente” (POLLAK, 1992, p. 202). Os “acontecimentos vividos por tabela” (POLLAK, 1992, p. 202) estão em segundo lugar e trata-se dos acontecimentos vividos pelo grupo ao qual o sujeito estabelece o sentimento de pertencimento. Nem sempre são vivenciados pela pessoa, mas ganharam grande relevo no imaginário e, por isso, quase não é

possível distinguir se ela participou deles ou não. A esses acontecimentos, somam-se os eventos que não estão dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É então por meio da socialização política ou histórica que ocorre um processo de projeção ou de identificação com o passado, gerando uma “memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201). Esses acontecimentos, em geral traumatizantes, são de extrema importância para um grupo, possibilitando que sejam transmitidos por muito tempo e gerando alto grau de identificação nas pessoas.

Outro elemento constituinte da memória, citado por Pollak (1992, p. 203), são as “pessoas, personagens”. Seguindo a mesma lógica dos acontecimentos, o autor menciona as personagens encontradas ao longo da vida e as que se conhece por tabela, de forma indireta, porém que se tornam quase conhecidas de fato, o que inclui personagens que não fizeram parte do espaço-tempo de uma pessoa ou grupo.

Por fim, o último elemento constituinte da memória abordado por Pollak (1992) são os lugares. De acordo com ele, “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico.” (POLLAK, 1992, p. 202). São exemplos um lugar de férias que adquire importância na memória, não dependendo da data em que foi visitado; lugares de apoio da memória, como os lugares de comemoração, monumentos aos mortos, por exemplo. Também os locais muito longínquos, que não abarcam o espaço-tempo de uma pessoa, podem ser importantes para um grupo e, conseqüentemente, para a pessoa de forma indireta ou devido ao sentimento de pertença em relação a esse grupo. Como exemplo desses locais longínquos, é possível citar os lugares de origem de povos que passaram por diáspora.

Esses elementos constituintes da memória, para Pollak (1992), envolvem ainda o fenômeno da projeção ou transferência de acontecimentos, personagens ou lugares e o problema dos vestígios datados da memória. Em relação ao fenômeno de projeção ou transferência, sabe-se que os acontecimentos, as personagens ou os lugares retomados pela memória podem estar fundamentados em bases concretas; no entanto, também pode se tratar de projeções ou transferências, como é o caso, citado pelo autor, da junção da

Primeira Guerra Mundial com a Segunda, como se fossem uma grande guerra, em algumas regiões da França, tamanha a força que a Primeira Guerra Mundial adquiriu na memória da população devido ao grande número de mortos. Os vestígios datados pela memória, por sua vez, dizem respeito ao que se grava como data de um acontecimento. Nesse sentido, dependem da experiência de vida de cada pessoa, de sua atuação nas vidas pública e privada. Assim, ora há maior precisão em relação às datas da vida pública, ora em relação às datas da vida privada, possibilitando uma polifonia na cronologia de eventos e, portanto, de modo a permitir uma quantidade de cronologias muito extensa.

Pollak (1992) elenca esses diferentes aspectos da memória para destacar sua primeira caracterização: ela é seletiva, uma vez que nem tudo é lembrado. É também, em parte, herdada, não se referindo apenas à vida física de alguém, e se modifica conforme o momento em que é articulada. A partir do tempo presente e das preocupações que dele fazem parte, a memória, individual ou coletiva, se estrutura. Dessa forma, configura-se um importante objeto de disputa, gerando conflitos políticos a fim de determinar o que deve ser lembrado e esquecido.

Essa ideia de que a memória é organizada conforme preocupações e interesses políticos permite pensar sobre seu caráter de construção, podendo essa construção ser realizada num nível consciente ou inconsciente. Existe, portanto, um trabalho de organização da memória (POLLAK, 1992). Nesse sentido, ao refletir sobre o caráter de construção da memória em relação à memória herdada, o sociólogo chama atenção para a ligação estreita entre a memória e o sentimento de identidade, tomando este em um sentido mais superficial,

[...] imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que a pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira que quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 204)

Assim, não é possível que um indivíduo controle o processo de construção de sua identidade, uma vez que a imagem adquirida ao longo da vida não depende dele próprio. Nesse sentido, o autor destaca três elementos

fundamentais a esse processo: a unidade física, que diz respeito às fronteiras físicas, seja do corpo (no nível individual), seja de pertencimento (no nível coletivo); a continuidade no tempo, no sentido físico, moral ou psicológico; e o sentimento de coerência, de unificação. São importantes esses elementos pois, havendo a ruptura por parte do sujeito com eles, ocorrem indícios de patologias, o que permite observar que a memória é também formadora da identidade, individual ou coletiva, tendo em vista que é a ela que o indivíduo recorre para reconstruir a si mesmo buscando manter o sentimento de unidade.

Contudo, como se observa a partir da noção de identidade proposta por Pollak (1992), existe um elemento que foge da alçada do indivíduo, que é exterior a ele, o outro. Não é possível construir uma imagem de si que não sofra mudanças, negociações ou transformações em relação aos outros. Sendo assim, tanto memória quanto identidade passam por processos de negociação e apresentam caráter conflitivo, na medida em que se constituem importantes objetos de disputa.

Se, como destaca Pollak (1989, p. 10), a memória busca definir e reafirmar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre diferentes grupos, sendo essa “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, tem-se então a disposição de um quadro de referências. É nesse âmbito que o autor aborda o conceito de “trabalho de enquadramento da memória”. Esse trabalho é realizado com base no material histórico, reunindo-o e interpretando-o a partir de diferentes referências a ele associadas e de enfrentamentos entre o presente e o futuro, tendo em vista a manutenção de fronteiras sociais, mas também a sua modificação. Tomando o termo “historiadores” no sentido proposto por Antonio Gramsci, de historiadores orgânicos, para Pollak (1992), em parte, esse trabalho é realizado por esses historiadores. Contudo, ele obedece a limites, uma vez que a memória não pode ser construída arbitrariamente, pois precisa atender a exigências de justificação e também de credibilidade, estando esta última ligada à coerência dos discursos emitidos (POLLAK, 1989, p. 10-11). Tido como um investimento, esse trabalho pode ser analisado em qualquer organização social que buscou solidificar uma unidade. Assim, observa-se que o sentimento de identidade individual e coletiva está em jogo.

Nesse sentido, a fim de manter a coerência nos discursos sobre a história, o trabalho de enquadramento da memória exige a escolha de testemunhas. Essa escolha é realizada por atores que Pollak (1989, p. 11) define como profissionalizados, “profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão”. Como exemplo, é citada a pessoa responsável pela associação de sobreviventes do campo de Auschwitz-Birkenau, que afirma se considerar um pouco como “guardião da verdade” (POLLAK, 1989, p. 11). É, assim, a escolha por “testemunhas autorizadas” (POLLAK, 1989, p. 11) para sustentar a memória da associação e de deportados uma extensão do controle da memória. Controle esse que toma proporções mais formais por meio do acesso a arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”, como Pollak (1989, p. 11) destaca. São, então, a materialização desse trabalho de enquadramento da memória os monumentos, as bibliotecas, os museus. Esses pontos de referência ligam os indivíduos ao sentimento de origem e de filiação, passando alguns deles a fazer parte de um “fundo cultural comum”, ou seja, estando, de certa forma, à disposição de todos.

Outro conceito destacado por Pollak (1992) é o “trabalho da própria memória em si”, que corresponde a uma espécie de manutenção que a memória realiza quando já está bem constituída, de modo a trabalhar por si. Para o autor,

Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de reorganização da memória do próprio grupo. Isso é óbvio no caso do Partido Comunista. Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral. (POLLAK, 1992, p. 206)

Essa reorganização evidencia a relação entre a memória e a identidade coletiva, pois, ao reorganizar a memória de um grupo, redefinindo os elementos geradores de unidade, de coerência e de continuidade, se alteram também as identidades coletivas, podendo gerar cisões e rupturas nesse grupo. É nesse sentido que o autor defende a ideia de que essa reorganização então ao mesmo tempo em que é realizada a custo de muito investimento também é alvo de um grande risco. Havendo uma forte constituição de memória e identidade, os questionamentos exteriores não geram a necessidade de uma reorganização no nível coletivo ou individual das identidades. Dessa forma, são os períodos de

crise ou de guerras que suscitam maiores preocupações com a memória e a identidade, fazendo emergir memórias ditas “subterrâneas” (POLLAK, 1989, p. 5). Para o autor, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]” (POLLAK, 1989, p. 6). Daí a necessidade, por parte de dirigentes, de aliar uma profunda mudança política a uma revisão autocrítica do passado, que, como se viu, sempre oferece riscos.

A partir das concepções de memória aqui apresentadas e dos desdobramentos que elas envolvem, cabe destacar alguns pontos cruciais dos estudos de Maurice Halbwachs e Michael Pollak a fim de aproximá-los. Halbwachs centra sua defesa na memória como um fenômeno social e que, portanto, depende de mecanismos coletivos para seu funcionamento. Daí a ideia de que a memória, seja de um indivíduo ou de um grupo, depende dos contextos sociais a que ambos estão atrelados. Esses contextos se situam em um tempo e em um espaço, compreendidos e ressignificados de acordo com cada grupo, sendo o espaço, sobretudo, um elemento fundamental para que a rememoração ocorra, tendo em vista que a fixação do espaço permite o acesso a recordações.

Michael Pollak também se vale dos conceitos de memória coletiva e memória individual para pensar sua relação com a identidade social. Ao definir os elementos fundamentais à constituição da memória, ocorre a retomada e a reatualização de elementos também destacados por Halbwachs ao longo de *A memória coletiva* (acontecimentos, pessoas/personagens, lugares), uma vez que, para Pollak, além da experiência direta envolvendo esses elementos, é possível também que eles façam parte da memória do indivíduo por tabela, isto é, por meio do sentimento de pertencimento a um grupo. Essa compreensão aproxima-se do que Halbwachs diz sobre o aproveitamento da memória dos outros por parte de um indivíduo. É preciso que a memória deste último concorde com a dos outros para haver a reconstrução da recordação sobre uma base comum. Dessa forma, entende-se a concordância mencionada por Halbwachs como uma espécie de equivalência com o sentimento de pertença e também como um anúncio do caráter conflitivo da memória, citados por Pollak.

Há ainda, por parte de Halbwachs, a preocupação de tentar esclarecer de que forma a coesão se mantém socialmente e de que modo a coletividade se manifesta no nível individual. Por isso as reiteraões constantes de que um indivíduo nunca está só, uma vez que carrega consigo diversos outros indivíduos que não precisam estar presentes fisicamente para exercerem sua influência. Pollak, por sua vez, parte de uma perspectiva que enfatiza o caráter de construção da memória tanto no nível individual quanto no coletivo, de modo a ressaltar a importância dos processos e dos atores que intervêm no trabalho da memória e a estabelecer então uma empatia com os grupos dominados como regra, reabilitando os discursos periféricos. Assim, a memória dita “subterrânea” passa a ser mais significativa, em oposição à memória oficial.

Há, então, na perspectiva de Pollak, uma preocupação não com a coesão da memória coletiva, como em Halbwachs, mas com o que nela representa aniquilação, opressão. Ele centra sua atenção justamente sobre a força impositora que a memória coletiva pode exercer, evidenciando formas de dominação e violência. É nesse sentido que ele defende a ideia de que a memória é um objeto de disputa. Daí a importância das memórias subterrâneas ou clandestinas. São elas as memórias que resistem ao esquecimento e rompem com o silêncio para emergir em momentos de crise.

Pollak contribui ainda com os estudos de Halbwachs ao acrescentar a noção de que as memórias individual e coletiva também podem ser herdadas, originando-se a partir da projeção ou da identificação com um passado. Nesse sentido, aproximando-se da afirmação de Halbwachs de que nem a memória individual pode ser fechada em si mesmo e isolada, ambas as memórias não estão ligadas apenas à vida física do indivíduo, de forma a extrapolar seu espaço-tempo e a possibilitar a transmissão de recordações ao longo dos séculos.

Como se vê, então, os estudos de Halbwachs foram fundamentais para os de Pollak. Apesar de suas divergências, sem o entendimento fundamental de que a memória é um fenômeno social não seria possível entendê-la como geradora de disputas em torno do que vai ser recordado e esquecido, bem como não seria tida como fruto de um processo de construção que envolve diferentes atores, ideias essas fundamentais a este trabalho. Se os romances em questão

para esta pesquisa apresentam em comum o fato de retomarem memórias da infância e da adolescência, seja com narradores infantis/adolescentes, seja com narradores adultos que lembram essas fases de suas vidas, acerca do processo colonial e de descolonização que vivenciam as personagens, pode-se questionar qual a relação dessas memórias com as concepções apresentadas por Halbwachs e Pollak.

Se em Halbwachs as memórias das crianças sofrem uma espécie de confinamento em relação às memórias dos adultos, já constituídos enquanto seres sociais, é possível considerar então as memórias desses narradores como as memórias definidas por Pollak (1989) como subterrâneas ou clandestinas. A importância de centrar-se nesse tipo de memória em relação a eventos traumáticos ou a momentos de crise está no fato de que elas possibilitam a problematização das narrativas de coesão, unidade e continuidade constituídas a partir das memórias que se pretendem imutáveis, como a memória oficial. Nesse sentido, busca-se compreender de que modo essas memórias perturbam a memória oficial e como é o seu funcionamento a partir dos romances escolhidos.

### 3 A CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Para além da questão da memória, é necessário refletir sobre a especificidade que infância e adolescência representam na vida de um sujeito, uma vez que é um momento em que se vive uma intensa transição, em que ocorre o despertar para a vida, para a consciência e a descoberta de corpos, alheio e próprio, para um mundo existente além do protegido espaço familiar, e, conseqüentemente, para a diferença social construída e ensinada. Além disso, essas fases foram concebidas de diversas formas ao longo da história, o que altera também as posições que esses sujeitos ocupam na sociedade, bem como no âmbito da produção de sentidos. Um pesquisador fundamental no que diz respeito à história da infância é Philippe Ariès, historiador francês. Tal como seus colegas da Escola dos Annales, sua obra centra-se em questionar as formas de pensamento e de ação da população comum, voltando-se, portanto, para a vida cotidiana e utilizando uma ampla variedade de documentos para realizar sua análise. Para esta pesquisa, importa refletir sobre o clássico *História social da criança e da família*, publicado em 1960, que trata das concepções de infância, família e sobre a vida escolástica.

Ariès evidencia ao longo de seu estudo que a concepção de infância foi construída socialmente. Nesse sentido, a relação estabelecida entre adulto e criança não é tida como um dado posto, nem foi sempre igual ao longo da história. Ela depende do momento e também do espaço em que os sujeitos estão inseridos. O historiador ancora suas reflexões então a partir de documentos datados da Idade Média até a Modernidade a fim de apresentar as modificações no que ele denomina como “sentimento da infância” e o novo lugar que passam a assumir a criança e a família na Modernidade. Para tanto, são elencados tópicos fundamentais que norteiam o olhar sobre essas modificações, tais como as idades, os trajes, os jogos e as brincadeiras, a noção de inocência, a escola e a família.

Ariès volta seu olhar para a história da arte e para a iconografia a fim de refletir sobre o momento em que surge o sentimento da infância, que deve ser entendido como a consciência da particularidade da infância em relação ao mundo adulto. Para o autor, até o século XII a arte desconhece a infância ou não

a representa, pois as poucas representações existentes, a maioria alusiva a passagens bíblicas, apresentam as crianças como homens reduzidos em tamanho. A mesma observação é feita no âmbito da literatura, mais especificamente da epopeia, em que as crianças são representadas com a força de guerreiros adultos. De acordo com o historiador,

Isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida. (ARIÈS, 2016, p. 18)

É então por volta do século XIII que começam a surgir representações de crianças que se aproximam mais do sentimento moderno, são elas: a imagem do anjo (criança grande) e as imagens do menino Jesus ou da Nossa Senhora, remetendo ao mistério que envolvia a maternidade de Maria e seu culto. Posteriormente, também se torna mais comum a imagem da criança nua, assexuada, tida como uma alegoria da alma.

É com a amplificação e a diversificação do tema da infância sagrada no século XIV que ocorre um progresso na consciência coletiva acerca do sentimento de infância. A partir desse momento, há uma multiplicidade de infâncias na iconografia cristã; posteriormente, nos séculos XV e XVI, na iconografia leiga, com o surgimento do retrato e do *putto* (criança pequena nua); e ainda, no século XVI, com as efígies funerárias, representando a saída da criança do anonimato. Nesse momento, há uma coexistência de pensamentos: o de indiferença com a criança e o de despertar para o sentimento da infância.

Um significativo interesse surge no século XVII pela representação da criança sozinha por meio de retratos pintados, que no século XIX seriam substituídos por fotografias, havendo uma particularidade antes não reconhecida, a da alma imortal da criança. Dessa forma, é no fim do século XVI e ao longo do século XVII que as representações das crianças são mais numerosas e significativas para o desenvolvimento do sentimento da infância. O que se percebe a partir desse panorama, e também é destacado pelo pesquisador, é o fato de que a importância dada à criança cresce à medida que

se intensifica a cristianização dos costumes, indicando então a fundamental influência do cristianismo na formação do pensamento ocidental.

Ariès (2016) também atenta para o fenômeno do infanticídio, tolerado até o fim do século XVII. Apesar de ser considerado um crime passível de grave punição, o infanticídio continuava sendo praticado em segredo, camuflado como um acidente familiar, uma prática tida como “moralmente neutra”. Prática essa que evidencia, assim, a pouca importância dada à vida da criança, em contraste com a valorização da vida que se inicia também nesse mesmo século.

A primeira tese, assim, que Ariès defende é a de que na Idade Média inexistia o sentimento de infância, o que não significa negligência ou desprezo. Contudo, é importante salientar que o próprio historiador faz uma ressalva no prefácio a sua obra sobre essa afirmação:

J. L. Flandrin criticou uma preocupação muito grande, “obsessiva”, de minha parte, com o problema da origem, que me leva a denunciar uma inovação absoluta onde haveria antes uma mudança de natureza. A crítica é justa. Este é um defeito que dificilmente pode ser evitado quando se procede por via regressiva, como sempre faço em minhas pesquisas. Ele introduz de uma forma demasiado ingênua o sentido da mudança, que, na realidade, não é uma inovação absoluta, e sim, na maioria dos casos, uma *recodificação*. (ARIÈS, 2016, p. xiii, grifo nosso)

Sendo assim, deve-se considerar esse redimensionamento em sua teoria acerca dessa primeira tese, passando a perceber uma natureza diferente para o sentimento da infância na Idade Média, e não a inexistência desse sentimento.

A partir da constatação de um desenvolvimento mais significativo em relação ao sentimento da infância no fim do século XVI e ao longo do XVII, Ariès analisa alterações no cotidiano que relevam essa modificação nas mentalidades. Como as fases da vida são determinadas pelas idades, importa, para o autor, refletir sobre o momento em que surge o interesse pelas idades da vida e conseqüentemente a classificação de cada fase. Ariès destaca que a noção de idade adquire mais importância a partir do século XVI, momento em que se passa a registrar a idade nos retratos familiares, como uma forma de individualização, exatidão e autenticidade, uma vez que os retratos, juntamente com os diários, eram tidos como documentos da história familiar. Nesse momento, inicia-se também uma preocupação com a indicação de datas nesses

registros familiares, a fim de dar maior consistência à história familiar. Esses registros indicam também um movimento outro, o de reter a memória.

O uso das palavras também é citado por Ariès como um indício significativo da noção de idade. Na Idade Média, havia uma grande variedade terminológica para as definições das idades. No momento da tradução dessa terminologia para o francês, no século XVI, constatou-se que não havia palavras o suficiente para designação como no latim. O que ocorre então é a indistinção da infância e adolescência até o século XVIII, expressa, por exemplo, pelo uso indiferente nos colégios da palavra “puer” e “adolescens”. De acordo com o autor, “a palavra *enfant*, nos *Miracles Notre-Dame*, era empregada nos séculos XIV e XV como sinônimo de outras palavras tais como *valets*, *valenton*, *garçon*, *filis*, *beau filis* [...]” (ARIÈS, 2016, p. 10). De acordo com o autor,

A longa duração da infância, tal como aparecia na língua comum, provinha da indiferença que se sentia então pelos fenômenos propriamente biológicos: ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade. A ideia de infância estava ligada à ideia de dependência: as palavras *filis*, *valets* e *garçons* eram também palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. Só se saía da infância ao se sair da dependência, ou, ao menos, dos graus mais baixos da dependência. (ARIÈS, 2016, p. 11)

As palavras mencionadas pelo autor como sinônimos de “enfant” faziam parte do vocabulário das relações de dependência da época e, em certa medida, de subalternidade. Dessa forma, a infância estava relacionada à ideia de dependência.

É no século XVII que a burguesia passa a utilizar a palavra “infância” no seu sentido moderno. Contudo, as classes sociais populares mantêm a indefinição. A partir do século XVIII, busca-se em outras línguas palavras que possam melhor designar a primeira infância, indicando assim que essa busca se intensifica à medida que se intensifica também o interesse pelas crianças. Entretanto, ainda persiste a ambiguidade entre as concepções de infância e adolescência (esta última ainda muito distinta da que se conhece na Modernidade), por um lado, e de juventude por outro. Como exemplo de representação do primeiro adolescente tipicamente moderno, Ariès (2016) cita a música Siegfried, de Wagner, que expressaria como características desse

indivíduo a pureza, a força física, o naturismo, a espontaneidade e a alegria de viver. Traços esses que transformariam o adolescente no herói do século XX, de início, na Alemanha, e, posteriormente, na França, reverberando sobretudo influência do romantismo alemão. Nas palavras do autor,

A “juventude”, que então era a adolescência, iria tornar-se um tema literário, e uma preocupação dos moralistas e dos políticos. Começou a desejar saber seriamente o que pensava a juventude, e surgiram pesquisas sobre ela, como as de Massis ou de Henriot. A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. (ARIÈS, 2016, p. 14)

O interesse pela “juventude”, que à época era a adolescência, se intensifica e passa a fazer parte das preocupações sociais. O desejo pela compreensão do pensamento do jovem atinge o âmbito das pesquisas. Ariès explicita que é após a Primeira Guerra Mundial que a consciência sobre a juventude passa a ser um fenômeno que atinge a grande maioria da população por ser a juventude um sentimento comum entre os ex-combatentes. A partir desse momento, a adolescência passa a ser a idade desejada.

Daí em diante, a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente. [...] Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo. (ARIÈS, 2016, p. 15)

Nesse momento, ocorre um desejo de estender essa fase da vida por mais tempo. Isso se dá devido ao fato de essa fase ser entendida como uma idade do não conformismo, de uma vontade de mudança no estado de coisas, assumindo fundamental papel para essa imagem a juventude militar.

Tal como indica o movimento em outros âmbitos da vida cotidiana, o traje que as crianças utilizavam não apresentava diferença em relação ao do adulto até o século XIII, certificando a pouca particularização da infância na época. É no século XVII que a criança de classe econômica mais privilegiada passa a utilizar roupas diferentes das do adulto.

A adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do fim do século XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância, esse sentimento

que constitui as crianças numa sociedade separada da dos adultos (de um modo muito diferente dos costumes iniciatórios). (ARIÈS, 2016, p. 38)

Com o passar do tempo, os trajes adquirem maior importância, uma vez que passam a ser significativas marcas da condição social, sobretudo quando se pensa na França antiga devido ao elevado custo das roupas. Considerava-se indecente quem se vestisse de maneira divergente a sua classe e idade. Assim, as roupas também tornavam visível as etapas do crescimento. Entretanto, deve-se destacar que essa especificidade estava limitada aos meninos. As meninas ainda continuavam sendo confundidas precocemente com mulheres.

É interessante notar que esse movimento de particularização da infância para os meninos e de permanência de não particularização em relação às meninas confirma discursos do senso comum ainda hoje propagados sobre gênero. Ainda é comum ouvir que as meninas amadurecem mais cedo que os meninos, que assumem mais responsabilidades desde muito mais novas. No entanto, essa naturalização acerca do gênero foi construída historicamente e está muito mais relacionada a uma não permissão para a infância das meninas.

Semelhante ao que ocorre com os trajes, as brincadeiras e os jogos também não eram específicos para as crianças. À medida que ia crescendo, a criança participava mais do mundo adulto e jogava os mesmos jogos que os adultos, entre estes ou entre crianças. A partir do século XVII, essa participação não se estende a crianças na primeira infância. Também não existia uma discriminação rigorosa entre brinquedos de meninas e de meninos, como passa a haver na modernidade, determinando assim mais fortemente papéis de gênero.

Ariès (2016, p. 74) chama atenção para um fato interessante no que diz respeito a esse assunto:

Partimos de um estado social em que os mesmos jogos e brincadeiras eram comuns a todas as idades e a todas as classes. O fenômeno que se deve sublinhar é o abandono desses jogos pelos adultos das classes sociais superiores e, simultaneamente, sua sobrevivência entre o povo e as crianças dessas classes dominantes. É verdade que na Inglaterra os fidalgos não abandonaram, como na França, os velhos jogos, mas transformaram-nos, e foi sob formas modernas e irreconhecíveis que esses jogos foram adotados pela burguesia e pelo “esporte” do século XIX.

Desse modo, com o abandono, por um lado, dos jogos pelas classes economicamente privilegiadas na França e, por outro, com a modificação desses jogos, na Inglaterra, para a denominação de “esporte”, perpassando uma alteração que estabelece outro sentido social para a prática, ressalta-se uma relação entre a concepção de infância e de classe, que também pode ser percebida no que se refere às roupas.

Se não houve uma preocupação maior por parte dos adultos com a especificidade da infância nas sociedades tradicionais, não é de se espantar que a ideia de inocência não estivesse relacionada a essa fase da vida, como se associa com tanta facilidade na contemporaneidade. Este se constitui, de acordo com Ariès (2016), um sentimento estranho à sociedade medieval. As brincadeiras entre pais e filhos, empregados e crianças, eram indecentes e indicavam um estímulo bastante precoce ao desenvolvimento da sexualidade, sobretudo com os meninos. A partir do fim do século XVI, sob forte influência da moral católica e protestante, há um desenvolvimento mais intenso das ideias de disciplina e controle, e, ao mesmo tempo, um esforço para incutir o sentimento de culpa nas crianças. Nesse momento, também ocorre a censura de livros destinados a crianças, indicando uma maior preocupação com a escolha de um conteúdo adequado para essa faixa etária. No século XVII, as ideias desses moralistas atingem maiores proporções e é o momento em que ocorre a imposição do sentimento de inocência infantil. Assim, já não são mais toleradas as antigas brincadeiras indecentes.

Juntamente à noção de inocência, também surgem as ideias de fragilidade e debilidade associadas à infância. Ariès (2016, p. 85) destaca que

Essa ênfase dada ao lado desprezível da infância talvez tenha sido uma consequência do espírito clássico e de sua insistência na razão, mas acima de tudo foi uma reação contra a importância que a criança havia adquirido dentro da família e dentro do sentimento da família. [...] Lembremos apenas que os adultos de todas as condições sociais gostavam de brincar com as crianças pequenas. Esse hábito era sem dúvida antigo, mas em um determinado momento passou a ser notado a ponto de provocar irritação. Assim nasceu esse sentimento de irritação diante da infantilidade, que é o reverso moderno do sentimento da infância.

A atribuição desses aspectos da infância ao classicismo e, conseqüentemente, ao racionalismo remete à figura de John Locke, importante pensador que reflete sobre a educação e à infância. Locke (2017) não acredita no inatismo, o que justifica sua defesa acerca da mente como uma tábula rasa. Há a ênfase, assim, para a aquisição do conhecimento a partir da experiência. Como a criança não teria vivido muitas experiências, de acordo com a visão do filósofo, seu conhecimento acerca do mundo seria muito limitado e estaria ela em uma condição de grande dependência.

Ainda na contemporaneidade há resquícios dessa visão negativa da infância, uma vez que vocábulos como “infantil”, “infantilidade”, “criancice” são frequentemente associados à imaturidade, leviandade, ingenuidade, ignorância, enfatizando um sentido pejorativo associado a essa fase da vida. Ariès (2016) menciona ainda que juntamente ao desprezo pela infância ocorre também o desprezo pela figura do professor. Tendo este sua parte na responsabilidade com a educação das crianças e sendo visto, assim, como uma espécie de tutor, o professor é considerado pedante pela sociedade, aspecto que é observável, da mesma forma, na atualidade em alguns contextos sociais.

Seguindo o mesmo movimento de moralização da sociedade anteriormente mencionado, a educação infantil adquire maior importância, pois era necessário proteger a criança, sua alma, e, posteriormente, despertar nela o sentido de dignidade. Da inexistência da separação por idades nas turmas e de uma relação que se limitava mais à aula na escola medieval, passa-se, com o colégio moderno, à condenação da mistura de idades entre a burguesia, a fim de manter a moralidade, e ao controle mais extensivo à vida do estudante. Sendo assim, é com o estabelecimento da disciplina que a instituição escolar se torna uma forma de separação entre criança e adulto, de adestramento e vigilância da juventude.

Com isso, o colégio adquire um status essencial na sociedade, pois era o local por excelência que possibilitava a educação da infância e da juventude em geral. E é graças a relação entre idade e classe escolar que a segunda infância e a adolescência são distinguidas, pois no fim do século XIX ocorre a difusão do ensino superior nas camadas burguesas. Contudo, nas classes populares a indistinção ainda permaneceu.

Não é apenas a escola que passa por uma mudança radical em sua concepção, em seu funcionamento e em sua responsabilidade no que diz respeito à infância e à adolescência, essa mudança também ocorre com a família. Em contraposição à ideia de família da Idade Média, cuja função consistia em assegurar a transmissão da vida, do nome e de bens materiais, na Modernidade, os pais se tornam uma espécie de guardiães espirituais da criança, sendo responsáveis por sua alma, o que certifica uma função moral e espiritual em relação à criança.

Desse modo, tanto a escola quanto a família retiram a criança da sociedade dos adultos. A escola é responsável por praticar uma espécie de confinamento da infância, com um regime disciplinar que se intensifica com o tempo em rigorosidade. Já a família priva a criança da liberdade de que usufruía anteriormente e impõe a ela castigos, que revelam na verdade um amor obsessivo. Ariès (2016, p. 195) destaca ainda:

A família moderna retirou da vida comum não apenas as crianças, mas uma grande parte do tempo e da preocupação dos adultos. Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida.

Nesse sentido, com a reclusão da criança na escola, não seria mais necessária a preocupação destinada a ela. A família moderna passa a voltar-se para si mesma, em oposição à vida coletiva das famílias das antigas sociedades, mostrando-se avessa à imposição de uma sociabilidade mais intensa. Para Ariès (2016), o fenômeno de ascendência moral da família é burguês. As classes populares ainda manteriam a identificação com uma vida mais no âmbito da coletividade. Assim, o que se percebe é uma relação entre o sentimento de família e de classe.

Se nas antigas sociedades vivia-se em um estado de contraste, em que a fortuna e a miséria estavam no mesmo espaço, na sociedade moderna, esse contraste se torna intolerável, de modo a culminar na cisão da burguesia com o povo. Esta se volta para si, organizando-se à parte. Seriam, então, esses sentimentos de família e de classe manifestações da intolerância frente à diversidade.

Ariès (2016) deixa claro que a intensificação no interesse pela infância é resultado da ascensão do sentimento mais geral de família, que, ao voltar-se para si mesma, expressa uma reconfiguração da relação entre seus membros. Do ingresso precoce da criança no mundo adulto, na participação de trabalhos e de jogos, da falta de preocupação com a manutenção da vida, do infanticídio tolerado, da associação da infância com a dependência e a subalternidade das classes populares nas antigas sociedades, passa-se a um processo de reconfiguração da conscientização da particularidade infantil no século XIII, que tem uma evolução nos séculos XV e XVI, mas que se desenvolve mais significativamente nos séculos XVI e XVII.

A adolescência especificamente não é muito abordada por Ariès (2016) devido ao fato de infância e adolescência terem sido diferenciadas apenas no século XIX, com a implementação do ensino superior na burguesia. Como esse fenômeno atingiu a burguesia, a indistinção entre as duas fases da vida ainda se manteve por bastante tempo nas classes populares. Sendo assim, infância e adolescência são noções de fronteiras escorregadias, visto que sofrem modificações conforme cada momento histórico.

A obra de Phillippe Ariès foi amplamente criticada, sobretudo em relação à tese de que o sentimento da infância era inexistente na Idade Média. Contudo, apesar dos problemas observados por outros historiadores, não deixa de ser extremamente importante para diversas áreas. Colin Heywood (2004), em seu *Uma história da infância*, dedica uma seção de seu capítulo inicial somente às concepções de infância na Idade Média, criticando a obra de Ariès.

Heywood (2004) defende a ideia de que as sociedades tradicionais provavelmente tiveram algum conceito de infância, porém as concepções seriam muito distintas das que se têm hoje sobre a infância. Nesse sentido, destaca a importância da obra de Ariès, mas atenta para a necessidade de seguir adiante com os estudos partindo de uma abordagem que busque diferentes concepções de infância em diferentes períodos e lugares e que tente explicá-las com base nas condições culturais predominantes. Em suma, a maioria dos comentaristas sobre a Idade Média afirmam que a criança era tida como pecadora. Seria essa então a idade da deficiência, da imperfeição. Devido ao caráter vago das fontes que dizem respeito à estimativa de idades, a conclusão a que chega o autor é a

de que a infância e a adolescência na Idade Média não foram tão ignoradas, mas definidas de modo impreciso.

Interessa nesta pesquisa a análise que Heywood (2004) realiza sobre as concepções de infância dos séculos XVIII, XIX e XX. De acordo com o autor, o século XVIII, em relação aos seus predecessores, seria o século em que os pensadores desenvolvem ideias mais próximas às noções contemporâneas de infância. Nesse momento, afirma-se que a criança tem sua importância em si mesma, não sendo mais considerada um adulto imperfeito.

Heywood (2004) destaca a obra de John Locke como uma das mais importantes para a modificação de atitudes com relação à infância no século XVIII, uma vez que foi a partir de *Alguns pensamentos sobre a educação* que a ideia da criança como uma tábula rasa foi desenvolvida. Heywood (2004) enfatiza a importância que Locke dá à educação e à observação ao ensino das crianças por parte dos seus preceptores. Contudo, Locke (2017) não foge, de acordo com o autor, de uma imagem negativa da criança, que precisa de auxílio por ser considerada fraca.

Para Heywood (2004), é com Jean-Jacques Rousseau, sobretudo com *Emílio*, que se tem uma reconstrução da infância, tendo em vista que o pensador defende a ideia da inocência infantil desde o nascimento e a particularidade de visão, pensamento, sensação infantis. O pensamento de Rousseau exige, nesse sentido, o respeito para com a infância, a fim de que as crianças fossem, acima de tudo, crianças antes de adultos. Contudo, apesar de nascer inocente, a criança corre o risco de degenerar diante das instituições sociais às quais é submetida, impondo, assim, ao adulto a culpa pela degeneração de sua pureza.

A concepção romântica de infância apresentaria uma modificação sutil na ideia de inocência infantil defendida anteriormente por Rousseau, como bem destaca Heywood (2004). De acordo com o pensamento rousseauiano, os 12 anos iniciais na vida da criança não seriam de virtuosismo, mas a ignorância a protegeria. Já os românticos veem nas crianças criaturas sábias e profundamente sensíveis. Como resultado, então, ocorre uma redefinição no relacionamento entre adulto e criança, as crianças passam também a ensinar os adultos.

Embora diversos escritores românticos tenham contribuído para a representação da inocência infantil, essa visão não era a predominante. Como afirma Heywood (2004), mantém-se por muito tempo a associação entre infância e pecado original, sendo estimulada ainda no século XVIII na Inglaterra com o movimento evangélico. Além disso, essa visão romântica encontrava maior ressonância na classe média, sendo pouco relevante então para a vida de grande parte dos jovens que eram inseridos desde muito novos no mundo dos adultos.

São o fim do século XIX e o início do século XX, nas palavras de Heywood (2004), marcos importantes para a construção da noção de infância que se tem na contemporaneidade. O autor atenta para a afirmação de Viviana Zelizer sobre o surgimento na América, entre 1870 e 1930, da criança “sem valor” em termos econômicos, mas emocionalmente inestimável. Apesar de o novo valor dado à criança já fazer parte do pensamento das classes médias urbanas no século XIX, as classes trabalhadoras ainda contavam com o salário dos filhos muito jovens para auxiliar nas despesas. A fim de incentivar a retirada das crianças do ambiente de trabalho, a infância passa a ser sacralizada pelos reformadores norte-americanos, o que resulta em um aumento ao valor sentimental dado à criança.

Esse momento de virada de século é relevante também para a concepção de adolescência. Heywood (2004) enfatiza a notoriedade dos estudos do psicólogo Granville Stanley Hall não como pioneiros, mas como popularizantes do conceito de adolescência. Conforme Heywood (2004, p. 42), Hall segue a ideia de que o sujeito “refaz o desenvolvimento da raça humana, desde as origens até a civilização”. O momento da adolescência seria então o de um “novo nascimento”, uma fase marcada pela transitoriedade, que teria como aspectos universais a tensão e um temperamento intempestivo. Contudo, como bem enfatiza Heywood, os pesquisadores têm visto a adolescência como uma construção cultural, assim como a infância. Nesse sentido, é importante perceber esse estágio da vida como variante conforme o ambiente social e cultural em que o sujeito está inserido.

Heywood (2004) atenta para a ampliação do período de transição entre infância e idade adulta. Um interesse que pode ser explicado em parte pela

segregação dos jovens ao mundo adulto em escolas. Por outro lado, havia uma ansiedade intensa com relação ao futuro e um mal-estar quanto à condição física e moral dos jovens no Ocidente, isto é, com uma espécie de “degeneração” moral, de modo a gerar maiores cuidados com a saúde, a educação e a moral dos jovens.

Ariès (2016) também dá relevância para uma preocupação com a saúde da criança que se intensifica no século XIX devido ao desenvolvimento da ciência. Ao mesmo tempo, os novos conhecimentos suscitam questionamentos acerca da educação infantil. Ocorre, nesse momento, a centralidade da criança como preocupação de estudo em diversas áreas. Marco fundamental também na reconfiguração das concepções de criança e infância no fim do século XIX e no XX são os estudos psicanalíticos, com os quais a infância passa a ser uma fase indispensável para compreensão do sofrimento do adulto.

Com *Três ensaios para uma teoria sobre a sexualidade*, por exemplo, Sigmund Freud (1996) situa o desejo sexual como pulsante no inconsciente já na infância, e não apenas na puberdade, como seus contemporâneos defendiam. Opondo-se a uma lógica racional, Freud postula a noção de inconsciente, que segue um funcionamento próprio e escapa ao controle do indivíduo ao manifestar suas contradições, desejos, conflitos. Com essa concepção, o indivíduo, que se via como uma unidade, passa a se perceber sem o controle total sobre si. Para o autor, está no próprio corpo o prazer da criança (autoerotização), havendo uma ligação íntima entre a função sexual e a sobrevivência.

É importante destacar que a sexualidade, para o psicanalista, não diz respeito somente às atividades relacionadas aos órgãos sexuais, mas a atividades que desencadeiam a sensação de prazer pelo suprir de necessidades fisiológicas básicas (como comer, urinar, defecar, respirar). Tendo em vista a ideia de um corpo que carrega consigo as marcas da sexualidade desde a infância, o autor postula suas fases do desenvolvimento sexual, evidenciando, assim, uma nova compreensão da relação entre o sujeito e seu corpo. Se o corpo carrega tais marcas, a repressão da sexualidade infantil resulta também na repressão do corpo e, por consequência, na repressão das formas de ser do indivíduo.

Nesse sentido, com sua teoria sobre a sexualidade infantil, Freud (1996) delega um lugar para a criança distinto do anteriormente visto nessa mesma virada de século. De um lugar marcado pela sacralização da infância, associada às ideias de pureza e inocência infantis, em que a criança adquire um valor sentimental inestimável, passa-se a um lugar em que a criança é vista como portadora de desejos, frustrações, sonhos, desmistificando assim a infância que seus contemporâneos defendiam. Devido a essa ruptura com a representação da criança associada à inocência e à pureza, sua obra é recebida com tantas críticas na época e ainda hoje é alvo de muitas contestações. É importante ressaltar que se, por um lado, há a ruptura mencionada, por outro, também há a mistificação da infância como sendo o lugar de origem de todo o sofrimento do indivíduo.

Outro marco para pensar a infância e a sexualidade é a obra de Michel Foucault, publicada no século XX, *História da sexualidade – a vontade de saber*. Para o filósofo, a partir do século XVIII, há um controle sobre o comportamento sexual dos sujeitos a fim de que se tornem mais produtivos. Daí o incentivo, por exemplo, à prática monogâmica. Nessa obra, Foucault reflete sobre como o dispositivo da sexualidade afeta a criança e a forma de viver a infância, produzindo regimes de verdade. Ao elencar a “pedagogização do sexo da criança” (FOUCAULT, 1999, p. 99) como um dos quatro conjuntos estratégicos que criam dispositivos de saber e poder acerca do sexo a partir do século XVIII, Foucault destaca a existência da atividade sexual infantil e, em razão de esta ser vista como indevida, a ameaça física, moral, individual e coletiva que constitui. Por isso, as famílias, os educadores e os médicos devem se responsabilizar pelo disciplinamento e vigilância dos corpos infantis, vistos como em ameaça constante pelo ato da masturbação.

É a sexualidade, então, vista por Foucault (1999) como um dispositivo histórico de poder capaz de controlar muito eficazmente os sujeitos, sendo esse dispositivo produzido por práticas discursivas. O sujeito é estimulado a manifestar sua sexualidade pela prática da confissão, que é introjetada socialmente pela tradição judaico-cristã, mas que ultrapassa o âmbito de atuação da Igreja, sendo então a confissão também incitada, por exemplo, em práticas educativas e medicinais.

Com essa obra especificamente, Foucault vê na psicanálise mais uma forma de controle da sociedade, exercendo uma prática que remonta à técnica judaico-cristã da confissão. A governamentalidade da criança, assim, é necessária para que ela se desenvolva conforme os valores sociais, políticos e morais de cada época, e a escola é o seu lugar de confinamento por excelência, em semelhança às prisões, para que um corpo dócil, que possa ser dominado, modificado e melhorado, seja produzido.

No que se refere à adolescência, Freud (1996) não utiliza especificamente essa palavra, mas recorre aos termos “puberdade” e “juventude”. Assim, importa, para ele, pensar o que ocorre psiquicamente durante a puberdade, momento em que a sexualidade passa a ser organizada de forma diferente em relação à infância. De acordo com seus preceitos, as funções das zonas erógenas adquirem um novo teor nessa fase da vida, elas possibilitam, através do que Freud denomina de pré-prazer (o prazer desenvolvido na infância), o prazer final, ou prazer de satisfação da atividade sexual, que só surge com a puberdade. Nesse momento, a pulsão sexual passa a estar à serviço da função reprodutora. O autor também delega à puberdade o estabelecimento de uma separação nítida entre homem e mulher, contraste que afirma como decisivo para a configuração da vida humana.

É na contemporaneidade que se passa a discutir mais especificamente sobre a adolescência. Contardo Calligaris é um dos estudiosos que volta seu olhar para esse fenômeno. No entanto, é preciso atentar para o fato de que sua visão é a de um psicanalista e, portanto, não apresenta uma preocupação acerca da construção das concepções de adolescência ao longo da história. Cabe a ele procurar elucidar como a adolescência e o adolescente são entendidos na atualidade ocidental, tendo em vista que essas compreensões envolvem também fatores sociais, econômicos e culturais. Em seu *A adolescência*, Calligaris (2000) se refere a essa fase da vida como um mito criado no início do século XX, que passa a ter maior força após a Segunda Guerra Mundial, como uma formação cultural tão intensa a ponto de ser alimentada como uma espécie de culto nesse século.

Para Calligaris (2000), a adolescência tem como seu marco inicial a puberdade, havendo discrepâncias entre autores sobre começar alguns anos

antes ou alguns anos depois. No entanto, é esse momento de mudança fisiológica que possibilita estimar seu início. Como uma primeira definição, nas palavras do psicanalista, o adolescente é alguém:

1. que teve o tempo de assimilar os valores mais banais e mais bem compartilhados na comunidade (por exemplo, no nosso caso: destaque pelo sucesso financeiro/ social e amoroso/ sexual);
2. cujo corpo chegou à maturação necessária para que ele possa efetiva e eficazmente se consagrar às tarefas que lhes são apontadas por esses valores, competindo de igual para igual com todo mundo;
3. para quem, nesse exato momento, a comunidade impõe uma moratória. (CALLIGARIS, 2000, p. 15)

Nesse sentido, o adolescente se sente capaz, devido ao fato de ser treinado por vários caminhos diferentes, de assumir valores da comunidade. Contudo, apesar de se sentir apto para desempenhar um papel na sociedade da qual faz parte tal qual um adulto, ele ainda não é tido como adulto e, portanto, precisa ainda estar sob tutela. Caso opte por fazê-lo, será de forma marginal. Sendo assim, pode-se pensar o tempo da adolescência como um tempo da suspensão.

Além disso, como bem destaca Calligaris (2000), há um ideal promovido pela modernidade que está acima de qualquer outro, o ideal da independência. Para ser considerado adulto, então, o sujeito nessa fase transicional precisa afirmar-se como independente. Esse ideal colabora para dificultar a condição intervalar em que o sujeito se encontra na medida em que, mesmo com a maturação do corpo, faltaria a esse jovem a maturidade. No entanto, é justamente a espera que o condena à imaturidade, seguindo então uma lógica circular.

Ao mesmo tempo em que esse sujeito é privado de sua autonomia e condenado à imaturidade, há uma lógica cultural que idealiza essa fase da vida como um momento de felicidade. Ao adolescente assim se impõe uma contradição: se, por um lado, há a frustração devido à moratória, por outro, essa idealização social exige dele alegria. Calligaris (2000) ressalta que, em um primeiro momento de instituição da adolescência pela cultura, pensou-se que as dificuldades em torno dela fossem causadas pelas modificações fisiológicas, que de fato são significativas. Entretanto, para o psicanalista, essas mudanças que

o sujeito sofre só se constituem um problema característico dessa fase da vida devido ao não reconhecimento por parte do adulto dessas modificações como indícios da passagem para a vida adulta. Afinal, de acordo com o psicanalista,

Como ninguém sabe direito o que é um homem ou uma mulher, ninguém sabe também o que é preciso para que um adolescente se torne adulto. O critério simples da maturação física é descartado. Falta uma lista estabelecida de provas rituais. (CALLIGARIS, 2000, p. 21)

O que gera o maior problema então para o autor é a indefinição sobre como sair da adolescência. Restam, então, a espera e o enigma acerca dessa passagem. Calligaris (2000, p. 21) continua sua formulação do adolescente como alguém:

4. cujos sentimentos e comportamentos são obviamente reativos, de rebeldia a uma moratória injusta;
  5. que tem o inexplicável dever de ser feliz, pois vive uma época da vida idealizada por todos;
  6. que não sabe quando e como vai poder sair de sua adolescência.
- (CALLIGARIS, 2000, p. 21)

O adolescente se vê então preso a essa fase transitória. Já não é mais criança e, portanto, não tem mais o amor incondicional do adulto. Ao mesmo tempo, ainda não é adulto. Sua identidade é marcada pela negação. Ele não é, de acordo com o autor, “mais nada” (CALLIGARIS, 2000, p. 24), o que desencadeia um sentimento de angústia e de rebeldia intensos. Junto a esse fator, somam-se ainda as modificações no corpo, gerando uma autoestima fragilizada. Ao longo de todo esse período da vida, sem saber o que os adultos esperam, esse sujeito buscará formas de se afirmar socialmente a fim de romper com a condição de subordinação a que é submetido. Assim, Calligaris (2000, p. 26) determina para a adolescência “a tarefa de interpretar o desejo inconsciente (ou simplesmente escondido, esquecido) dos adultos”.

Em geral, como analisa o autor, o adolescente interpreta bem os desejos dos adultos e os realiza. Contudo, se esse desejo foi reprimido, é porque havia a necessidade do esquecimento. Isso gerará uma repressão ainda maior, por parte do adulto, no adolescente. Calligaris (2000) cita como exemplo a idealização da marginalidade e da delinquência por parte do adulto. Para o autor

[...] a idealização do que está fora da lei é própria à cultura moderna. O individualismo de nossa cultura preza acima de tudo a autonomia e a independência de cada sujeito. Por outro lado, a convivência social pede que se traguem doses cavalares de conformismo. Para compensar essa exigência, a idealização do fora-da-lei, do bandido, tornou-se parte integrante da cultura popular. Gângsteres, *cowboys*, malandros literários, televisivos ou cinematográficos seguem entretendo nossos sonhos. Eventualmente (mas não necessariamente) essa idealização é acompanhada por algum tipo de justificativa moral. Por exemplo, Robin Hood está à margem da lei, mas isso porque o xerife de Nottingham é um usurpador ilegítimo. Ou seja, Robin Hood se situa contra e acima da lei em nome de uma justiça superior a ela. Mas essa artimanha parece cada vez menos necessária: nas últimas décadas (justamente quando apareceu e vingou a adolescência), a marginalidade e a delinquência são cada vez mais glorificadas pela cultura popular. Prova de um sonho adulto bem presente e bem reprimido. (CALLIGARIS, 2000, p. 27-28)

Caracterizando essa idealização como própria da modernidade, ela surge como compensação à exigência de conformismo para a convivência em sociedade. Passam a fazer parte do imaginário social, de forma mais acentuada, as figuras destacadas pelo autor como representativas dessa marginalidade. Se em um primeiro momento a justificativa moral era necessária para a idealização da marginalidade, como ocorre com o caso da personagem de Robin Hood, posteriormente essa justificativa é dispensada, e a idealização da figura do marginal ganha ainda mais força na cultura popular.

Essa idealização é notória desde o século XIX, na expressão artística romântica, do jovem marginal, inadaptado socialmente, e que necessita romper com os valores sociais impostos a ele. No século XX, essa idealização da marginalidade se torna ainda mais presente, encontrando expressão nos movimentos de vanguarda das primeiras décadas do século e, em seguida, nos anos 1950 com a geração Beat e os movimentos de contracultura, por exemplo. Esses movimentos têm em comum uma necessidade de ruptura com padrões artísticos tradicionais em defesa da liberdade de expressão, das formas de viver e de criar. Claro que, de acordo com os contextos, existem peculiaridades nessas representações, mas o que ocorre é a repetição, de alguma forma, da retomada da figura do jovem marginalizado. O adolescente, com sua força transgressora, constituiria o herói que surge no século XX, conforme Ariès (2017) observa em sua obra.

Com as concepções até então apresentadas, buscou-se não uma definição exata das noções de infância e adolescência, ou de criança e adolescente, mas uma reflexão acerca de como essas fases foram compreendidas em alguns momentos da história e das posições que esses sujeitos ocuparam socialmente. Apesar da centralidade que a criança e o adolescente adquirem com a modernidade no âmbito familiar e também no âmbito científico, essa nova importância não parece ser suficiente para que esses sujeitos sejam vistos como produtores legítimos na ordem do discurso (FOUCAULT, 2010).

Nas sociedades ocidentais, a ideia de dependência e, em certa medida, de subalternidade relacionada a essas fases da vida ainda prevalece, na medida em que a referência, seja no âmbito comportamental, seja no âmbito do discurso, é sempre o sujeito adulto, o que implica a falta de legitimidade para os pontos de vista infantil e adolescente. Desse modo, se os lugares que esses sujeitos ocupam socialmente são os da margem, estão também suas memórias condicionadas a esse espaço, uma vez que não serão tidas como legítimas, como consolidadoras de um discurso oficial, mas como memórias da ordem de um contradiscurso, memórias subterrâneas, como quer Pollak (1989).

Ana Maria Coelho Frota (2007), na esteira de Ariès, propõe uma discussão sobre as concepções de infância e adolescência que indica o entendimento de ambas como categorias construídas historicamente. A partir de um paradigma pós-moderno, a pesquisadora alerta para o fato de a criança e o adolescente serem retirados do centro, descentralizados, visto que suas existências são consideradas a partir da relação com o outro. Não existe, dessa forma, a infância/a criança, a adolescência/o adolescente, pensando em uma perspectiva que considera esses estados como uma essência, com uma definição. Há, sim, uma pluralidade de formas de ser criança/adolescente e de viver a infância/adolescência. E é a partir dessa ideia de pluralidade apresentada que a análise dos romances será realizada.

#### 4 “O MEU CORPO FOI UMA GUERRA”: AS MEMÓRIAS DO CORPO

Como bem destaca o antropólogo francês David Le Breton (2007, p. 7), em seu *A sociologia do corpo*, “a existência é corporal”. O corpo, por viver a experiência, carrega em si a memória. A lembrança é possível porque o sujeito existe nele. Por meio do corpo e no corpo, são encontradas formas de ser e estar no mundo. Fronteiras são reconhecidas e estabelecidas. Vive-se política, social e culturalmente. Entende-se o corpo, portanto, como o espaço de articulação primeiro da memória e conseqüentemente da história. Nesse sentido, está profundamente atrelado à identidade dos sujeitos e envolvido em relações de poder.

Michel Foucault (2004), em *Vigiar e punir*, chama a atenção para um saber sobre o corpo que não diz respeito ao saber científico de seu funcionamento e para um controle de suas forças, os quais constituem o que ele denomina como “tecnologia política do corpo”. Esta apresenta caráter difuso, tornando impossível localizá-la apenas em uma instituição ou no aparelho do Estado especificamente. Tanto instituições quanto Estado fazem uso dela, a valorizam; entretanto, seu nível de atuação e seus mecanismos são distintos. Para Foucault (2004, p. 24), ela se constitui uma “microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças”.

Pensando o poder não como uma propriedade, mas como uma estratégia, Foucault (2004) ressalta o fato de o corpo ser objeto e também alvo de poder (tal como a memória, conforme destaca Pollak [1992]), estando, em qualquer sociedade, preso a limitações, proibições ou obrigações. Está o corpo submetido à ação da disciplina, que, por meio da coerção, o torna obediente, de modo a manipulá-lo nos mais diversos âmbitos. O poder disciplinar atua no sentido do adestramento dos corpos, daquilo que se encontra nas minúcias da vida e do corpo, de forma a exercer uma vigilância constante sobre os sujeitos e a funcionar como uma máquina, agindo de forma silenciosa. Desse modo, a disciplina é responsável por dar origem a corpos submissos, corpos “dóceis”, como quer o filósofo, podendo ser encontrada no modo organizacional de

penitenciárias, escolas, hospitais e exércitos, por exemplo, onde são exercidas as “micropenalidades”.

David Le Breton (2007, p. 8), por sua vez, destaca que

Pela corporeidade, o homem faz do mundo a extensão de sua experiência; transforma-o em tramas familiares e coerentes, disponíveis à ação e permeáveis à compreensão. Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma ativa, no interior de dado espaço social e cultural.

Le Breton considera a existência corporal como inserida socialmente. Assim, se a existência se dá em determinado espaço e tempo, não é possível negar que a produção de sentidos exercida pelo corpo sempre estabelecerá relação com o dado social, histórico e cultural vivido. Essa relação não é diferente para a criança e o adolescente, pois, independentemente das condições sociais familiares ou do contexto de nascimento, há a predisposição para interiorizar e reproduzir determinados traços da sociedade de que fazem parte. É então a relação com o seu grupo de pertencimento que permite o desenvolvimento desses traços (LE BRETON, 2007).

Le Breton (2007, p. 8) ainda argumenta que:

Esse processo de socialização da experiência corporal é uma constante da condição social do homem que, entretanto, encontra em certos períodos da existência, principalmente na infância e na adolescência, os momentos fortes. A criança cresce numa família cujas características sociais podem ser variadas e que ocupa uma posição que lhe é própria no jogo das variações que caracterizam a relação com o mundo da comunidade social em que está inserida. Os feitos e gestos da criança estão envolvidos pelo padrão cultural (*ethos*) que suscita as formas de sua sensibilidade, a gestualidade, as atividades perceptivas, e desenha assim o estilo de sua relação com o mundo.

Nesse sentido, se as fases da infância e da adolescência são fundamentais para o processo de socialização corporal de que fala Le Breton, são também importantes para o desenvolvimento da memória, uma vez que os feitos, gestos e significações, de uma forma geral, que são produzidos pelo corpo, só são interiorizados porque existe uma memória que possibilita essa interiorização. Da mesma forma, é o corpo que experiencia a dor, física ou psíquica, que os acontecimentos, as pessoas, o mundo que o cerca geram. A dor, assim, configura-se uma marca da memória no corpo. Memória essa que é

fundamental para a articulação de lembranças sobre o passado tal como já foi problematizado a partir dos estudos de Maurice Halbwachs (2003) e Michael Pollak (1992, 1989).

Importa ainda atentar para o fato de que, nessas fases da vida, os sujeitos tomam consciência de seus corpos e, ao mesmo tempo, vivenciam sua profunda modificação, o que, é claro, não é experienciado de forma apaziguada. Nesses momentos, o corpo altera-se muito rapidamente devido ao crescimento. Ao mesmo tempo em que a criança/ o adolescente está se (re)conhecendo, sua imagem escapa-lhe, é escorregadia. Esse conflito intensifica-se na adolescência, conforme esclarece Contardo Calligaris (2000), pois o adolescente, ao ver no espelho sua imagem, percebe um vazio. Trata-se de uma imagem que está sempre em déficit com o olhar alheio. Nesse sentido, o corpo é também gerador de conflito e insegurança.

Na infância e na adolescência, o corpo sofre também com a vulnerabilidade, tendo em vista que estabelece relação de dependência para com os provedores da família ou para com o Estado, que deve, pelo menos em tese, suprir as necessidades dos jovens que são abandonados. Além de ser marcado, então, implícita ou explicitamente pela sociedade, por consequência é marcado também pelas desigualdades que nela são apresentadas. Tendo o corpo essa capacidade de refletir o social, pode ser considerado, de acordo com David Le Breton (2011, p. 372), um “objeto concreto de investimento coletivo, suporte de ações, signos e marcas sociais, motivo de reunião e de distinção pelas práticas e discursos que suscita”.

Tendo como norte uma reflexão que é também existencial, as memórias do corpo são fundamentais para as narrativas analisadas nesta tese. Em *Caderno de memórias coloniais* (2009), o corpo é desencadeador das lembranças da narradora adulta sobre sua infância com a família, e sobretudo com o pai. É na relação com o corpo do pai e da mãe que define as significações sobre seu próprio corpo e, assim, constrói sentidos possíveis para sua identidade. Em *O nosso reino* (2004), por sua vez, a partir das lembranças de um passado recente, o corpo do menino Benjamim é tolhido pelo peso da religião. Lidando com a representação da criança associada à pureza, a quem o paraíso é lugar de direito, seu corpo sofre diversos abusos por parte dos adultos

à sua volta, justamente quem deveria suprir suas necessidades em todos os sentidos e em quem deveria poder confiar.

Em *O retorno* (2014), as lembranças recentes do adolescente Rui surgem em meio a uma narrativa no tempo presente. O deslocamento do seu corpo retornado é apresentado juntamente com os corpos de sua família, de Luanda, em Angola, para Lisboa, em Portugal. Tal como em *Caderno de memórias coloniais*, o corpo retornado é objeto de reflexão de onde convergem suas lembranças. Em *A árvore das palavras* (1997), a memória da infância e, posteriormente, da adolescência de Gita faz emergir um corpo problematizado a partir da sua relação com a família e o espaço moçambicano.

As memórias desses narradores têm o corpo como ponto de partida, uma vez que, mesmo sem refletir consciente e explicitamente sobre ele, não é possível que o corpo seja retirado da existência do sujeito. A compreensão de mundo, os valores, as noções de eu e outro, semelhança e diferença, pertença ou não pertença só se mantém pelo funcionamento da memória e são experienciados e apreendidos por meio do corpo. Desse modo, a produção de sentidos sobre si, atrelada à memória e conseqüentemente ao corpo, também está relacionada com a produção de sentidos sobre o outro, tendo em vista que é pela noção de diferença, ou seja, daquilo que o sujeito considera não ser, que ele define seus modos de ser.

Entre os romances analisados nesta pesquisa, *Caderno de memórias coloniais* é, sem dúvida, o que apresenta de forma mais explícita uma problematização, pelo viés da rememoração, sobre os corpos. A narrativa de Isabela Figueiredo traz à tona a memória de uma narradora, branca, filha de pais colonos, que retoma suas lembranças de transição da infância para a adolescência junto da família em Moçambique e, posteriormente, em Portugal, para onde é obrigada a ir. Os capítulos são compostos por fragmentos inicialmente publicados no *blog* da autora, Novo Mundo, e por fotos da cidade e de sua infância. Apesar de não haver a nomeação da narradora ao longo do texto, há assumidamente a coincidência biográfica na narrativa, tal como declara Figueiredo (2015, n. p.) em “Palavras prévias”, o que não exime a obra de um trabalho literário.

A relação da narradora com o pai é o eixo central da narrativa de Figueiredo e evidencia extremos, uma relação de amor e de ódio. De amor pela figura paterna que dispensa tantos cuidados com a filha, a carrega para todos os lados, a incentiva a estudar e a conquistar sua liberdade, sobretudo econômica, e, ao mesmo tempo, de ódio, devido ao fato de, à medida que crescia e conquistava a independência tão defendida pelo pai, tomava consciência da realidade violenta do colonialismo e todas as injustiças que carregava consigo, as quais o próprio pai exercia. Nesse sentido, para compreender a reflexão realizada pela narradora sobre seu corpo, é importante analisar as compreensões e definições acerca dos corpos a sua volta, sobretudo da mãe e do pai, uma vez que o grupo social é fundamental para o processo de socialização corporal, conforme esclarece Le Breton (2007).

A lembrança sobre a sexualidade paterna é tema de um dos primeiros capítulos do livro, quando da afirmação sobre o pai gostar de ter relações sexuais. A evidência dessa afirmação, de acordo com a narradora, está nítida no corpo. É possível lê-la pelo corpo. A memória acerca da sexualidade paterna traz à tona a relação que o pai estabelece com outros corpos, no caso, corpos de mulheres, de modo a evidenciar a naturalização da subjugação dessas mulheres, negras ou brancas, cada uma em sua medida. Os assédios a mulheres, as traições à esposa, as conversas sobre o pai ter deixado muitos “herdeiros mulatos” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.) nos bairros indígenas são indicadores dessa subjugação, anunciando o corpo dessas personagens à disposição do corpo masculino, como meros objetos para seu desfrute. A própria descrição do pai como um homem forte, viril, a ponto de a narradora sentir-se “dominada” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.) por sua força reforça essa ideia.

O comportamento do pai da narradora não se trata de um caso isolado; é, sim, comum aos homens, de uma forma geral:

Os brancos iam às pretas. As pretas eram todas iguais e eles não distinguiam a Madalena Xinguile da Emília Cachamba, a não ser pela cor da capulana ou pelo feitio da teta, mas os brancos metiam-se lá para os fundos do caniço, com caminho certo ou não, para ir à cona das pretas. Eram uns aventureiros. Uns fura-vidas. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

O colonialismo presente nas ações desses homens também persiste na escolha vocabular. As mulheres são denominadas “pretas”, perdem um dos elementos que lhes daria individuação, o nome, e são todas designadas da mesma forma. Uma forma que coloca em evidência uma característica corporal, a cor da pele, em detrimento de suas subjetividades. Um dos aspectos de distinção, entre os mencionados pela narradora, as reduzem a aparência de seus corpos, sexualizados pelos homens. Parece que, como forma de exemplificação dessa distinção e representação do olhar colonial, após o capítulo em que a citação se insere, é incluída uma foto com três meninas e duas mulheres (Figura 1). Entre as mulheres, uma delas é negra, está sem blusa e um de seus seios é maior que o outro, retomando a afirmação da narradora. As mulheres negras ainda são rebaixadas ao estatuto de animais, como “cadelas fáceis” e “coelhas” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.).

Grada Kilomba (2019), em seu *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, elabora uma carta de abertura a sua obra na edição em português em que problematiza o uso do termo “preta/preto”, entre outros tantos vocábulos da língua portuguesa, devido à tradução. Para a pesquisadora, o referido termo se trata “do mais comum e violento termo de insulto dirigido a uma pessoa” (KILOMBA, 2019, p. 18), sendo mencionado também como forma de inferiorização e objetificação. Da mesma forma, Kilomba também atenta para a nomenclatura animal utilizada na língua portuguesa como meio de marcar como inferior uma identidade. No caso do romance, as mulheres ainda são equiparadas a animais que apresentam sentidos pejorativos na língua portuguesa ligados à sexualidade.

Sobre a caracterização do sujeito negro, Stuart Hall (2003, p. 70, grifo do autor) afirma que

A “negritude” tem funcionado como signo da maior proximidade dos afro-descendentes com a natureza e, *consequentemente*, da probabilidade de que sejam preguiçosos e indolentes, de que lhes faltem capacidades intelectuais de ordem mais elevada, sejam impulsionados pela emoção e o sentimento em vez da razão, hipersexualizados, tenham baixo autocontrole, tendam à violência etc.

O teórico chama atenção para a associação entre sujeito e natureza, suscitando a reflexão entre o dualismo natureza/cultura e seu importante lugar

no imaginário ocidental. Tendo sustentado distinções entre o que era considerado humano e não humano, esse dualismo é responsável por criar hierarquias para as existências. É a partir dele que a existência do homem branco é considerada superior, estando este associado à mente no que diz respeito ao dualismo mente/corpo. O sujeito negro, por sua vez, associado a natureza e corpo, tem sua existência reduzida à animalização.

No caso do colonialismo português, Boaventura de Sousa Santos (2010) defende a ideia de que a ambivalência e a hibridação estão também na cor da pele, como é o caso dos sujeitos denominados “mulato” e “mulata”, termos tão pejorativos e amplamente criticados. A miscigenação não certifica a ausência de racismo, mas expõe um racismo diferente em relação ao do colonialismo inglês, marcado pela divisão racial da sociedade. Ao manter relações sexuais com as mulheres indígenas e negras, no caso da narrativa de Figueiredo, o pai da narradora e os demais colonos evidenciam esse desejo do outro que acaba por fundar a ambivalência da representação do colonizador.

Ainda sobre a visão do corpo paterno pela memória da narradora, a solidez, a disponibilidade, a doçura, a temperatura morna e a cor morena relatados caracterizam-no como um corpo que se pertence e se basta, um corpo impositivo. Ela acrescenta: “O corpo do meu pai era dele e valia a pena. O seu corpo era o do outro que estava em mim, mas sem guerra. Redondo, macio, arranhado, o corpo do meu pai dava-se ao riso, às cócegas, ao meu corpo” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.).

Em contraposição, a lembrança acerca do corpo da mãe é a de que era “geométrico e seco” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). A menina não tinha autorização para tocá-lo. O afastamento do corpo da mãe evidencia a noção de proibição em relação ao corpo das mulheres, que não deviam ser tocados nem por elas mesmas. Se os corpos, como relembra Guacira Lopes Louro (2000), são significados pela cultura e alterados também por ela, os sentidos que a narradora de *Caderno* encontra para o corpo de seu pai e de sua mãe são condizentes com o caráter patriarcal do sistema colonial no qual tanto ela quanto o pai e a mãe estão inseridos e também correspondem às marcas de gênero. Sem dúvidas, as formas como ela representa seu corpo também são reveladoras da pedagogia admitida por esse sistema para os corpos, no caso, o da mulher.

Ao lembrar-se do próprio corpo, a narradora afirma: “O meu corpo foi uma guerra, era uma guerra, comprou todas as guerras. O meu corpo lutava contra si, corpo-a-corpo, mas o do meu pai era grande, pacífico” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). Em oposição à recordação do corpo paterno, o corpo da narradora está presente em sua memória como um corpo conflituoso, luta até contra si mesmo e é pequeno. Essas afirmações se justificam ao longo da narrativa devido a uma pedagogia opressora dos corpos, fixada em sua memória, que gerou dificuldades com a descoberta da própria sexualidade. Daí o motivo de a narradora retomar o sentimento de desejo e de vergonha em relação a sua sexualidade.

Uma das situações que exemplifica a atuação dessa pedagogia é a lembrança do episódio em que brinca com um vizinho, fora de casa. Na idade de 7 ou 8 anos, a narradora aceita participar de uma brincadeira para a qual Luisinho, filho de colonos da vizinhança, a convida: “jogar a foder” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). A aceitação envolve a curiosidade infantil por não saber de que se trata a ação. A execução desta demonstra também que nem o menino tinha esse conhecimento, pois ambos se despem e ficam um em cima do outro conversando. No entanto, a chegada do pai é significativa da incompreensão que marca a educação machista e colonial a que ela era submetida.

E, num ápice, apercebo-me da figura do meu pai, oh, meu Deus, o meu pai, estou a vê-lo, debruçado nesse vago, com os antebraços pousados no tijolo da abertura da janela, olhando para baixo, observando a cena, apercebendo-se da situação e desaparecendo rapidamente, no meu enlace. Percebi tudo. Levantei-me, derrubando o Luisinho, e agarrando a minha roupa. No momento em que o meu pai deu a volta ao exterior da casa, entrou pela porta da frente e me arrebatou pelo braço, estava o Luisinho ainda em pelota e eu já vestida. Segundos antes da pancada, tinha já a certeza absoluta de que foder era proibidíssimo. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A lembrança é muito clara para a narradora devido ao trauma que a situação gerou. Como ela mesma afirma no excerto, é como se estivesse vendo o pai. Daí a descrição detalhada de cada momento da cena.

A ideia de acreditar estar fazendo algo errado já existe antes do encontro com o pai, mas a certeza é absoluta quando da reação dele. A repreensão ocorre com a batida, com a agressão ao corpo. Em nenhum momento ele conversa com

a menina sobre o assunto. A agressão física, conforme esclarece Foucault (2004), é imposta como mecanismo penal de um sistema disciplinar que busca reduzir os desvios comportamentais, corrigi-los. Esse mecanismo exerce um duplo papel, o de marcar o desvio, hierarquizar qualidades, competências e aptidões e o de castigar e recompensar os sujeitos de acordo com suas ações. Desse modo, a punição perpetua a memória da violência através e no corpo, de modo a alcançar o comportamento desejado.

A humilhação e a privação da liberdade, processos também da penalidade disciplinar (FOUCAULT, 2004), são aplicadas, da mesma forma que o castigo físico, pois, durante muito tempo, a narradora é proibida de sair de casa e permanece completamente envergonhada, sem achar que conseguiria olhar novamente para o rosto do pai. A partir desse momento, os cuidados com ela seriam redobrados e a vigilância passaria a ser constante.

No esquema de docilidade que envolve os corpos, Foucault (2004) destaca que as disciplinas seriam “os métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2004, p. 117). Nesse sentido, o colonialismo enquanto estrutura discursiva permite a criação de uma ordenação para os corpos, que funciona como um sistema disciplinador sobre os sujeitos. Ordenação essa sustentada pela memória corporal. O colonialismo se constitui como um método de vigilância. A narradora, ao já imaginar estar fazendo algo errado antes mesmo de saber o que significa a palavra “foder”, demonstra o funcionamento desse sistema. E a sua manutenção se dá pela punição por parte do pai e a permanência da vigilância pela lembrança da punição ao corpo.

Em *A árvore das palavras*, a memória do corpo se evidencia pela voz de Gita, no primeiro capítulo ainda referente à infância e no terceiro, à adolescência. As lembranças da narradora revelam uma relação de muita proximidade com o pai, Laureano, sobretudo com seu corpo. O acesso a ele se dá de maneira fácil e com uma frequência cotidiana. Essa proximidade se confirma ao longo do romance, por exemplo, pela interlocução que dirige ao pai no primeiro capítulo, pela rememoração de diversas situações que ocorrem no passado dele, de sua fisionomia, do prazer de olhá-lo, dos muitos passeios que realizavam juntos, das

brincadeiras. Entre estas, Gita menciona o jogo que inventa para o momento da chegada do pai em casa, quando se esconde e imagina-o como um animal a procurá-la:

Ser encontrada é uma morte, um júbilo, o passar de um limite. Por isso eu grito, de terror, de gozo e de espanto. E então tu pegas em mim e eu sei que estou à tua mercê e que, como um animal vencedor, me poderás levar contigo, para o outro lado da floresta. Sim, esse instante é uma pequena morte jubilosa. Triunfas sobre mim e, como se me devorasses, eu desapareço nos teus braços. Mas de repente continuo viva, como se voltasse à tona da água, do outro lado de uma onda gigantesca.

E agora és tu, de novo um homem, o homem amado desta casa. Vejo o teu rosto, o teu corpo, os teus olhos sobretudo, e não sei como foi possível ter estado alguma vez no teu lugar o animal. Ou o mal. Porque agora me és familiar como o vento ou a chuva. (GERSÃO, 2004, p. 13)

A partir do excerto, fica clara uma lembrança cuja sensação de profundo prazer parece muito presente, uma mistura de terror e gozo que esse encontro proporciona. O corpo do pai, na memória da filha, propicia o conforto, o sentimento de proteção tão caro para o desenvolvimento da criança. Diferentemente do pai da narradora de *Caderno*, Laureano não exerce o papel de regulador do corpo da filha. Esse papel é desempenhado por Amélia, mãe de Gita, que não consegue manter uma relação de proximidade com a menina.

Entre as lembranças de Gita não há a riqueza de informações sobre o passado da mãe, como há em relação ao do pai, o que certifica o distanciamento entre mãe e filha e justifica a necessidade de um segundo capítulo com um narrador onisciente que apresente ao leitor essas informações sobre o passado de Amélia. A personagem que ganha bastante espaço na memória da narradora, assumindo o papel materno e gerando o sentimento de identificação em Gita, é Lóia, empregada da família. Acerca da chegada de Lóia em sua casa, a narradora lembra:

Lóia traz sempre uma criança pendurada, no peito ou nas costas. Sei que foi assim que um dia ela apareceu, segurando Orquídea. Desconfiada, parando à porta. Aqui precisa ama? Sem largar Orquídea.

Entra, entra, diz Amélia impaciente, tão impaciente que por completo o leite lhe seca, e a língua lhe seca, e toda ela se afia de magreza e pressa, fechando logo a porta. Entra já, que essa aí não para de gritar e desde ontem que estou à tua espera. Não te mandei recado pela Fana? (GERSÃO, 2004, p. 16)

A lembrança sobre os corpos das personagens pela narradora é fundamental para entender as relações que se estabelecem na casa. A irritação de Amélia com o choro da filha, a não nomeação desta (chamada de “essa aí”) e sua caracterização evidenciam sua insatisfação com a maternidade (quase sempre imposta às mulheres casadas), que se apresenta no corpo, magro, seco e sem leite; portanto, incapaz de alimentar o corpo da filha, um corpo incompatível com a maternidade, conforme a lembrança de Gita. As recordações sobre Amélia geralmente dizem respeito ao seu gênio, à amargura, tristeza e impaciência que sempre a acompanhavam, de modo a aumentar ainda mais o distanciamento entre ambas.

Diferentemente do corpo de Amélia, o corpo de Lóia é lembrado como um corpo disponível, visto que está sempre carregando alguma criança, um corpo que acolhe o da menina Gita, modifica-o e dá-lhe vida, por meio de seu leite. Daí o motivo de a narradora lembrar-se de Lóia como uma mãe. Gita e Orquídea são como uma extensão do corpo de Lóia na memória da narradora, explorado pelo acúmulo de tarefas domésticas. Nesse sentido, devido ao fato de Lóia ser a personagem que preenche o espaço de referência feminina para Gita, quando esta relembra traços do corpo do pai, assemelha-os aos de Lóia. A referência à imagem de Orquídea como sua própria imagem no espelho confirma a identificação da narradora com Lóia e, portanto, com a filha desta. Identificação essa que se estende ao pai, determinando o espaço ocupado por ambos como o espaço da Casa Preta e do quintal, em oposição ao espaço da Casa Branca, o espaço de Amélia.

Essa identificação de Gita influencia diretamente os sentidos que constrói para o seu corpo por meio das lembranças.

Todas as coisas, no quintal, dançavam, as folhas, a terra, as manchas de sol, os ramos, as árvores, as sombras. Dançavam e não tinham limite, nada tinha limite, nem mesmo o corpo, que crescia em todas as direcções e era grande como o mundo. O corpo era a árvore e o corpo era o vento. Tocava-se no céu levantando apenas um pouco a cabeça, balançava-se no vento dançando, nessa altura a vida era dançada, só de pôr um pé adiante do outro o corpo se acendia em festa: tudo estava nele e era ele, os gritos altos dos pássaros, o bafo quente do Verão africano, a grande noite povoada de estrelas. Mas o infinito não tinha

sobressalto, nem sequer surpresa, era uma ideia simples, apenas a certeza de que se podia crescer até ao céu. (GERSÃO, 2004, p. 14)

O corpo surge, no trecho, como elemento em integração com a natureza, uma visão que remete a uma concepção animista da existência, comum na tradição dos povos africanos. Os elementos que compõem o espaço do quintal dançam e crescem livremente, sem direção determinada. Na memória da narradora, o corpo ao mesmo tempo em que se mescla a esses elementos também é capaz de transformar-se neles.

Para Le Breton (2007, p. 8), independentemente do lugar, da época e da condição social, a criança apresenta predisposição “a interiorizar e a reproduzir os traços físicos particulares de qualquer sociedade humana”. É a imersão no campo do simbólico que possibilita o desenvolvimento desses traços. Nesse sentido, o corpo sofre influência da educação que recebe e das identificações que estabelece, de modo a reproduzir os comportamentos de seu grupo social. Gita, ao ser criada por Lóia e identificar-se com ela, reproduz alguns traços da cultura africana, os quais auxiliam na composição dos sentidos que encontra para o seu corpo, de modo a estarem fixados em sua memória.

Negando uma lógica binarista, Homi Bhabha (2013), ao refletir sobre a formação das identidades dos sujeitos em contextos de passado colonial, postula a identidade como um processo de entrecruzamento nas fronteiras culturais. Para ele, o processo de identificação envolve três condições. De início, o teórico considera que a existência se dá em relação a uma alteridade. Projeta-se um desejo a um outro, externo a si. Sendo assim, é na relação com o outro que ocorre a articulação do desejo colonial, possibilitando o “sonho da inversão de papéis” (BHABHA, 2013, p. 83), em que o sujeito colonizado ocuparia o lugar do sujeito colonialista e este, paranoico, se sentiria ameaçado de perder seu lugar privilegiado para o colonizado.

Posteriormente, é destacado o lugar de identificação como um espaço de cisão. Assim, o desejo, por parte do colonizado, de ocupar o lugar do colonizador ocorre concomitantemente ao desejo, adjetivado por Bhabha (2013) como vingativo, de continuar ocupando também seu lugar como colonizado. Por fim, esse processo de identificação não é tido como uma identidade preexistente, mas como “a produção de uma imagem de identidade e a transformação do

sujeito ao assumir aquela imagem” (BHABHA, 2013, p. 84). Nesse sentido, Bhabha ressalta a ambivalência, a duplicidade das identidades dos sujeitos coloniais, indicando a noção de um terceiro espaço, um espaço híbrido, nem um, nem outro, e, portanto, para uma identidade que também é híbrida.

Em conformidade com as ideias de Bhabha, Stuart Hall (2007, p. 74), por sua vez, explica o seguinte sobre o hibridismo:

O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecibilidade.

Assim como Bhabha, Hall destaca o caráter processual do hibridismo e sua impossibilidade de precisão. Assim, identidades híbridas não são capazes de suprir uma necessidade de enquadramento, como afirma o autor.

Pensando o corpo como portador da analítica do desejo de que Bhabha (2013) trata, os sentidos formados por Gita sobre seu corpo revelam a memória de um corpo híbrido, na medida em que é modificado devido à educação que recebe, à identificação que estabelece com Lóia e à própria vivência na ainda colônia. Esse hibridismo não diz respeito apenas à concepção animista de mundo acerca do corpo, mas também a aspectos físicos, como, por exemplo, a busca pela semelhança com Orquídea, por meio do uso de tranças no cabelo, por ter, com frequência, os pés na terra e, portanto, geralmente empoeirados, a expressão do corpo na dança, a fala com os bichos e com a natureza de um modo geral. Todos esses elementos são memorizados pelo corpo, se manifestam nele/por meio dele e influenciam sua compreensão de mundo e, conseqüentemente, sua identidade.

De acordo com as recordações da narradora, Amélia percebe a manifestação dos elementos que rejeita no corpo da filha. Seu discurso é revelador da valorização da cultura europeia, tida como superior pela personagem, em detrimento da cultura local, vista como inferior. De forma preconceituosa e reducionista, define os sujeitos negros como não confiáveis por julgar que desejam mal aos brancos, por acreditar que lançam sobre estes

feitiços e por ter a certeza de que, sobre os sujeitos negros, nada se sabe, afirmação essa repetida diversas vezes.

Le Breton (2007, p. 72) assevera que

O racismo repousa, entre outras coisas, sobre uma relação imaginária com o corpo. Ele finca raízes no interior dos alicerces passionais que alimentam a vida coletiva, alimentam projetos, mobilizações, mobilizam tolerâncias ou violências. O racismo é o exemplo de uma forma-pretexto, socialmente disponível, para acolher as paixões mais divergentes, as razões mais ambíguas e dar-lhes enfim ramificação.

É com base em uma relação imaginária com os corpos dos sujeitos negros que Amélia faz suas afirmações racistas. Não há qualquer mobilização no sentido de buscar conhecer esse outro para ela tão estranho. Há, sim, uma necessidade de agressividade, que recai também sobre a filha.

A narradora reproduz a reação de sua mãe quanto à Lóia: “É preciso desinfetar-lhe o peito com álcool, ou Gita vai sofrer todos os contágios. Mas ela recusou-se a deitar qualquer desinfetante nos mamilos, e Gita sofre o pior dos contágios: torna-se negra como Lóia e Orquídea.” (GERSÃO, 2004, p. 14). Conforme a memória de Gita, Amélia projeta para a filha uma identidade a que esta não consegue corresponder. Daí o motivo de Gita lembrar-se de seu corpo como fator desestabilizador para Amélia, por carregar em si alguns elementos da cultura africana, o que gera o sentimento de raiva, perceptível à filha e marcado em sua memória, por vê-la como um reflexo do outro.

Ao lembrar-se da dinâmica dos corpos a sua volta, das visões que seus familiares têm sobre os corpos e do próprio corpo, a narradora coloca em evidência a percepção da diferença e o quanto ela causa desconforto e, em certa medida, até asco na visão redutora de sua mãe. Dessa forma, as lembranças de Gita em relação à Amélia são de rejeição, de modo a evidenciar a forte influência de um discurso colonial fundamentado na negação da alteridade e do hibridismo sobre a mãe.

Por sua vez, o desejo de identificação da narradora de *Caderno* com os sujeitos negros se constrói ainda na infância quando, por exemplo, vende mangas sentada no chão, atividade considerada imprópria para mulheres brancas. De acordo com suas palavras: “Mas eu era uma colonzinha preta, filha de brancos. Uma negrinha loira. E a colonzinha negra que eu era vendia

montezinhos de mangas do lado de fora do portão da machamba.” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). Desse modo, o conflito nessa identificação contribuiu para a rememoração de seu corpo como uma guerra, em constante batalha contra si, uma vez que a identidade de colona seria incompatível com a identidade negra.

Em *O nosso reino*, é a organização social dos corpos, os lugares que ocupam e a forma como são tratados que norteiam a análise. Benjamim, o narrador, apresenta a memória de uma relação de distanciamento com o corpo paterno. A maior aproximação se dá nos momentos de descontrole por parte do pai, em que ele agride o menino. Conforme suas lembranças, o acesso ao corpo da mãe é mais fácil e frequente em comparação ao do pai, mas não se assemelha à intimidade que Gita e a narradora de *Caderno* estabelecem com o corpo de seus pais. Além disso, esse acesso de Benjamim ao corpo da mãe não se reflete em uma educação de maior diálogo, como se percebe no excerto a seguir:

eu estava como uma seta apontada ao inferno, eram os medos, todos os dias, a cada noite, um medo sutil de alguém que viesse e soltasse enfim a corda do arco onde me apoiava. no meu silêncio escondia qualquer indício do que pudesse recear. a minha mãe abraçava-me longamente, como a sufocar dentro dela a visão que tivéramos ou algum segredo que me contivesse, e era a sua boca fechada que me permitia a entrada dos espíritos na minha cabeça, permitia que o homem mais triste do mundo fosse quem recolhia os mortos. (MÃE, 2012, p. 14)

O medo do inferno, lembrado constantemente ao longo da narrativa e anunciado desde o início do romance pelo narrador, revela uma educação extremamente católica, baseada na ameaça contínua do inferno como o lugar destinado aos que desviavam suas ações da conformidade com as leis divinas. Inevitavelmente essa educação influencia a forma como entende o seu corpo e os outros corpos. O contato com o corpo da mãe, lembrado a partir de uma ação que supostamente seria afetuosa (a de abraçar), não proporciona conforto, nesse caso, mas o sufocamento de seus anseios. É o silêncio materno que possibilita a dilatação da interioridade do menino, do reino de fantasias que constrói ao longo da narrativa, do qual faz parte a personagem mencionada no excerto, o homem mais triste do mundo, caracterizado, de acordo com as

palavras de Benjamim, como um ser animalizado, que saltava por entre árvores, como a voar, abria bichos com os dentes devido à fome e seria o responsável por recolher os mortos.

Sob a perspectiva infantil, a religiosidade é lembrada diversas vezes de forma ameaçadora.

na missa recebia-se o senhor, coisa que era assustadora para mim nos primeiros anos, diziam corpo de cristo e sangue de cristo e comia-se e bebia-se, como uma refeição única, impensável. o quanto me impressionava também ajudava a que aquele crucifixo da minha avó me assustasse, tão garrido, com as chagas e as feridas encarnadas de sangue, sempre tão dóida aquela expressão, como podia propor a felicidade, garanti-la ou anunciá-la. (MÃE, 2012, p. 35)

A recordação sobre o ritual da eucaristia, um dos sete sacramentos da Igreja Católica, realizado por quem já cumpriu a primeira comunhão, é descrita como causadora de pavor na criança, que ainda não consegue compreender o simbolismo religioso. A imagem memorizada do Cristo da avó, um Cristo adjetivado como mau pelo narrador, cujo sangue fica em evidência como materialização da dor, remete à ideia de uma divindade impossibilitada de assegurar a felicidade.

Ainda a imagem desse Cristo, retomada pela memória de Benjamim em outro excerto, remete a uma divindade cruel, que exerce a ameaça pela constante vigilância de sua onipresença: “eu só não encarava o medonho cristo da avó, porque pensava que ele, sim, seria capaz de entrar como um ar, pior do que os fantasmas insatisfeitos que habitavam na vila, a pedirem ajuda aos vulneráveis” (MÃE, 2012, p. 16-17). Essa onipresença ameaça o corpo, uma vez que o Cristo seria capaz de invadi-lo independentemente da vontade do menino. A lembrança da imagem das cabeças abertas, mencionada por Benjamim, acessíveis a todos os seres, do céu ou do inferno, certifica a ideia do acesso total aos pensamentos, sendo, por isso, constante em suas recordações a necessidade do cuidado com estes.

As recordações acerca da religiosidade exacerbada, profundamente marcada na família do narrador, que tem nove imagens de Cristo em casa, são frequentes e também evidenciam um aspecto fundamental da vila portuguesa não nomeada no romance, onde as personagens vivem. Essa característica da

sociedade portuguesa remete ao momento histórico em que se situa o romance, o fim do Estado Novo, momento de transição do regime ditatorial para o democrático em Portugal e a descolonização das colônias africanas.

Interessa ressaltar, nesse sentido, a importância da moral cristã para o regime ditatorial português e, portanto, da atuação da Igreja Católica em concordância com esse regime. Para além da defesa dos valores “Deus, Pátria e Família”, foi elaborada a Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa (CONCORDATA, 1940, n. p.), de modo a reconhecer a personalidade jurídica da Igreja, conceder diversos benefícios para essa instituição e garantir o apoio ao regime. Essa instituição assume tamanha importância durante o colonialismo português na África que auxilia no processo de superposição cultural, como destaca Jane Tutikian (2006). Superposição essa que se dá tanto implicitamente (por meio da catequese) quanto explicitamente, colaborando enormemente para a manutenção do Estado Novo e o ideário salvacionista tão fortemente arraigado à história portuguesa.

Foucault (2008) alerta para a importância que a Igreja teve na formação da identidade dos sujeitos modernos ao tratar da governamentalidade e do dispositivo do poder pastoral. Esse dispositivo funciona em torno da figura do pastor, que cumpre o papel de conduzir seu rebanho e de uni-lo. Esse poder é exercido pelo pastor sobre os indivíduos, sendo um importante aspecto para o seu funcionamento a circulação. Ele tem como justificativa a ideia de salvação; para tanto, o zelo para com as ovelhas é fundamental para alcançar tal objetivo. A demonstração da renúncia do desejo individual pelo pastor fortalece seu papel, estabelecendo um importante elo com o rebanho e se colocando como exemplo de devoção, força e disciplina em prol de um bem maior e coletivo. Assim, consolidam-se a valorização da obediência, o incentivo à submissão e ao sacrifício como importantes aspectos constituidores das individualidades.

Benjamim recorda a igreja como uma sacristia úmida, que fede a bolor, e por onde ratazanas correm rapidamente, estando associada então não só ao obsoletismo, mas também à sujeira e a um ambiente opressor. O principal representante dessa instituição, o padre, agride Benjamim por este não querer confessar-lhe seus pecados: “quando o padre me bateu da primeira vez fiquei perplexo. fiquei uma pedra presa ao chão, os joelhos a tremer como madeira tola

a querer ferir o mármore, e calei-me” (MÃE, 2012, p. 19). Exercendo o papel de pastor, o padre atenta individualmente para a ovelha desgarrada que representa o menino Benjamim ao não querer se confessar, uma vez que a tecnologia da confissão (FOUCAULT, 2008) é importante modo de controle das individualidades. Ao ver seu poder de controle ameaçado, o padre é violento e recorda a Benjamim que o seu corpo não lhe pertence. A punição ao corpo do menino não só evidencia a qualificação de sua ação como má, mas também tem a função de reprimir um novo desvio, por meio da memória corporal, e de reforçar a figura do padre como representante maior da vontade divina. Nesse sentido, pode-se pensar o próprio ato de se confessar como uma forma, instituída pela Igreja, de exercer a vigilância sobre os corpos dos fiéis, aplicando-lhes, quando necessário, uma penalidade de acordo com o desvio cometido para que ajam conforme o interesse dessa instituição e, por extensão, do Estado.

A reação de Benjamim à atitude do padre é a intensificação de seu medo, o que demonstra o funcionamento do mecanismo punitivo sobre o corpo por meio da memória. Sentimento esse que o leva a desejar matar o padre sob a justificativa de que seria este quem determina a vida e a morte das pessoas, ou seja, quem tem poder sobre os corpos. Nesse momento, a ação de matar é relativizada pela visão infantil que conclui ser a morte do clérigo uma forma de salvar o mundo inteiro da morte, negando assim o quinto mandamento da Igreja.

De acordo com as lembranças de Benjamim, essa relativização de um ato criminoso como a morte ocorre anteriormente também em relação ao empregado da casa da avó do menino, onde a família toda vivia. Novamente, nesse caso, é o medo o desencadeador desse desejo, evidenciando a dificuldade da criança em lidar com a alteridade e a influência de um pensamento maniqueísta, que fundamenta a doutrina cristã, uma vez que o empregado Luís é negro e tem sua imagem associada ao diabo pelo narrador.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a reação de Benjamim é a de exercer o controle sobre o corpo do outro, a ponto de julgar que cabe a ele decidir quem deve viver e quem deve morrer, reproduzindo a mesma lógica opressora a que seu corpo está submetido. Devido à dificuldade de compreensão, então, a lógica infantil encontra na aniquilação do corpo do outro uma solução para dar

fim à angústia que esse sentimento causa em si, de modo a evidenciar a interiorização de um padrão comportamental por meio da memória.

Desse modo, a Igreja, como principal formadora do pensamento da família de Benjamim e da comunidade onde vivem, exerce também sobre ele papel fundamental, de forma a nortear sua compreensão de mundo e, conseqüentemente, a compreensão sobre seu corpo e o corpo dos outros, a ponto de essas compreensões estarem presentes na elaboração de seu passado recente. É interessante refletir sobre o fato de que a própria composição do ser, de acordo com o discurso religioso cristão, engloba corpo e alma, sendo aquele o que representa a materialidade do ser humano e esta última, a imaterialidade.

Le Breton (2011) atenta para o fato de o pensamento religioso ignorar a noção de corpo de forma isolada do sujeito. Na Idade Média, por exemplo, o corpo não é entendido como separado do homem nem após a morte. Esse entendimento encontra fundamento na tradição judaico-cristã. A cultura medieval, então, rejeita a ideia de individuação, que na modernidade passa a ser tão central e que gera a ruptura entre o sujeito e seu corpo. É a partir do século XV, com o início das disseções oficiais e, posteriormente, com a ascensão da burguesia, de valores antropocêntricos e de uma visão mais racional, que o corpo começa a se assemelhar às representações atuais, estabelecendo as fronteiras entre o sujeito e o outro e sendo tido como fator de individuação. Desse modo, passam a coexistir duas visões: uma que certifica a ideia de que o sujeito possui o corpo, por este ser tido como uma matéria separada; a outra que ratifica a ideia de o sujeito ser o corpo, por não os conceber separadamente (LE BRETON, 2011).

José Carlos Rodrigues (1999), em seu *O corpo na história*, destaca que, na Idade Média, o corpo era tido como lugar simbólico de constituição da condição humana. Mesmo após a morte, a forma do corpo conduzia a alma para seu destino, o que indica essa entidade não tão etérea e imaterial assim. O além é representado pelos cristãos como um lugar que propicia conforto e prazer, onde não há, portanto, dor e sofrimento. É com o surgimento do dualismo cartesiano que a distinção entre corpo e alma passa a vigorar, sobretudo para suportar as disseções dos corpos em prol do desenvolvimento da ciência,

observa o pesquisador. Le Breton (2011) ainda acrescenta que, com a filosofia cartesiana, além de o corpo ser visto como matéria separada do sujeito, ainda tem seu valor diminuído em oposição ao pensamento, que passa a ser mais valorizado. Assim, é legitimada a ruptura entre mente/corpo.

Se hoje, como bem destaca Rodrigues (1999), não se suporta a dor, não havendo, portanto, sentido para o sofrimento, praticamente ao longo de toda a existência da humanidade foi necessário encontrar formas de lidar com a dor que não as formas técnicas. Nesse sentido, a solução encontrada para lidar com o sofrimento foi atribuir sentidos para ele, sobretudo por meio da criação de mitos que demonstrassem o motivo de sua existência, de modo a dar um significado positivo para o sentimento. É assim que a dor corporal passa a ser entendida como provação da fé, forma de purificação, de desligar-se das frivolidades da vida, de antecipar e compensar alegria, tornando, assim, o sofrimento mais suportável.

Uma lembrança muito significativa que pode exemplificar a relação entre corpo e alma em *O nosso reino* é a decisão, tomada pelo narrador e seu amigo Manuel, de suicidarem-se. Após a agressão do padre e a morte da avó, pela qual se culpa, Benjamim percebe que não seria possível matar o padre e decide, antes da missa para não ter de se confessar novamente, saltar de um rochedo, lugar onde anteriormente uma mulher havia se suicidado, direto para os “braços de deus, corajosamente” (MÃE, 2012, p. 26).

entre a euforia do percurso pedi a deus que me fizesse voar como voava o homem mais triste do mundo, que me deixasse chegar lá depressa, que naquele momento eu poderia ser a criança mais triste do mundo. se a tristeza fosse a chave, eu estaria pronto a abrir a porta. e fiz a asneira na minha vez, pensei que talvez a do manuel não tivesse ainda chegado.

[...]

mal a vi [a chuva], começara naquele exato instante em que avistei o rochedo, e a ele assomei na minha corrida sem hesitações, como um cavalo, e voei até à água que bateu no meu corpo adormecendo-o. (MÃE, 2012, p. 28)

A desistência de Manuel não desencoraja Benjamim de seguir seu propósito. O sentimento de intensa tristeza proporciona maior convicção sobre sua atitude, uma vez que, com o fim da vida terrena, a morte do corpo, esse sentimento e as preocupações que o geraram cessariam. Apesar da conotação

tão negativa que o suicídio apresenta na Igreja Católica, o que é certificado pela posterior reação do padre com outra agressão ao corpo de Benjamim, a morte do corpo é compreendida, conforme a lógica infantil, como uma forma de elevação da alma para junto de deus. É o corpo o condutor para o paraíso, lugar das crianças por direito, de acordo com Benjamim, ideia essa condizente com a da pureza e inocência inerente a todas as crianças, iniciada no século XVII e que se intensifica com a concepção romântica de infância (ARIÈS, 2016; HEYWOOD, 2004).

A tentativa frustrada de suicídio desencadeia em Benjamim um novo desejo que intensifica ainda mais sua obsessão pela religiosidade: o desejo de alcançar a santidade. Como uma espécie de messianismo, acredita ter sido escolhido por deus para viver. Após esse acontecimento, decide amar todas as pessoas e aceitar o que acontece em sua vida e na de seus familiares resignadamente como a vontade divina. Ele relembra que por isso não reage nem sequer menciona a nova agressão do padre ao seu corpo. Partindo de uma perspectiva maniqueísta de classificação dos homens entre bons e maus, o narrador vê na prática da bondade uma dádiva, necessária a quem deseja persistir e ascender ao paraíso. A santidade, desse modo, se constitui para o menino uma forma de lutar contra a maldade, e o corpo pode ser entendido como um veículo de condução do homem até a santidade, até o objetivo de salvação de sua alma e da alma dos outros.

É, nesse caso, na ideia de salvação que se pauta a noção de bondade. No entanto, para determinar que alguém necessita de salvação, é preciso uma hierarquização dos lugares ocupados pelos sujeitos e um exame das suas ações. O lugar ocupado por cada um habilita ou não determinados discursos, de modo a validar o exame, o qual permite perceber o sujeito, e, portanto, seu corpo, como efeito e objeto de poder (FOUCAULT, 2004). Nesse sentido, o desejo de salvar as pessoas por parte de Benjamim, suas almas por meio de ações corpóreas condizentes com as leis divinas, evidencia a influência do discurso hegemônico cristão, que vê no não seguidor da doutrina um pecador, justificando então a correção do que é considerado desvio como uma prática bondosa. Trata-se do mesmo esquema que justifica o discurso da colonização. Discursos esses

que, como disciplinadores, possibilitam o controle sobre os corpos, de modo a torná-los dóceis (FOUCAULT, 2004).

É sob influência do discurso religioso cristão e do discurso colonial que Benjamim forma sentidos para os corpos das pessoas que o cercam. A lembrança sobre os corpos das personagens é significativa para essa análise. O corpo negro do empregado Luís é associado ao de um monstro, um diabo de quatro patas, preto e de cabeça em chamas. Em contraposição, o corpo branco do Sr. Hegarty, um inglês que cantava na igreja, é assemelhado ao de um anjo, com “cor de anjo” (MÃE, 2012, p. 23), e por isso então tendia para o céu. Em outro momento da narrativa, os corpos de Hegarty e Darci, uma senhora que vai para Portugal fugida de Moçambique, são contrapostos: “triste e preta, ela era o contrário do senhor hegarty. tanto tendesse ele para anjo, tenderia ela para o diabo. ou do diabo tivesse notícias no momento de se gerar.” (MÃE, 2012, p. 74). Desse modo, suas recordações apresentam a associação reducionista da cor da pele das personagens à sua oposição obsessiva entre deus e o diabo, não vendo seus corpos como portadores de subjetividades acima de qualquer característica física, não os vendo, portanto, como sujeitos históricos.

Se para Benjamim o discurso religioso exerce importante influência como regulador do corpo, para Rui, narrador de *O retorno*, o papel regulador do corpo é exercido pelo discurso hegemônico sobre a masculinidade. Tendo a narrativa início no dia da partida de Angola para Portugal, Rui conta sua história e de sua família no tempo presente; no entanto, as lembranças são inseridas desde o início do texto como uma forma de reter a memória, de não a deixar escapar, o que diferencia o romance dos demais em termos de construção.

Na condição de adolescente, Rui revela diversas reflexões sobre gênero e sobre o que gera interesse para as meninas. Suas reflexões geralmente dizem respeito ao que é ou não aceito socialmente como comportamento masculino, por exemplo, o enjoo, e o possível vômito que pode causar ao andar de avião, o fato de não poder ser chamado de bonito pela mãe, a constatação de que homem não pode chorar, a não permissibilidade de coçar-se, a não permissibilidade de sentir medo, o preconceito contra o tio homossexual. Também menciona ações que causam interesse para as meninas, como o ato de fumar e andar de moto. Sendo a adolescência um período em que o sujeito

busca reconhecer-se e afirmar-se socialmente para conquistar um espaço no meio adulto, como bem ressalta Calligaris (2000), a necessidade de se sentir pertencente a um grupo é intensificada. No caso de Rui, essa pertença diz respeito a um padrão tido como masculino, fazendo-o, assim, vigiar seu corpo, de modo a reprimir ou condenar ações consideradas inadequadas. Daí o motivo de, mesmo a narrativa sendo enquadrada no tempo presente, Rui lembrar-se constantemente das falas do pai, da mãe, de discursos em geral que certifiquem as suas ações.

Em uma abordagem que os soldados fazem a Mário, pai de Rui, em frente à casa da família, na tentativa de encerrar a conversa, Mário vira-se para ir embora e tenta fazer com que Rui faça o mesmo:

Põe-me a mão por cima do ombro para que o imite, tenho medo de ficarmos ambos de costas voltadas para as armas dos soldados, as pernas não me acompanham. A mãe e a minha irmã devem estar a espreitar-nos através da persiana da janela do quarto, sei que tenho de me virar e começar a caminhar, não posso ter medo de ficar de costas para as armas dos soldados, o soldado da cara quadrada veio vingar-se, a Pirata já está na entrada da casa a abanar a cauda, não posso ser covarde, só tenho de ir ter com a Pirata, sê tudo na vida menos covarde, rapaz, um covarde traiçoa pai e mãe, dececiona os amigos, é pau mandado dos inimigos, um covarde é pior do que um assassino, do que um ladrão, um covarde não tem outra sujeição senão a do medo, ouve-me com atenção, rapaz, um covarde vale menos que um morto, há histórias de mortos que ressuscitaram mas um covarde até disso teria medo, toda a vida ouvi o nojo que o pai tem aos covardes, não posso ser um covarde. (CARDOSO, 2012, p. 53-54)

O medo age como paralisador do corpo, o que gera desespero em Rui. O narrador, ao mesmo tempo em que tenta obter uma resposta de seu corpo com o movimento, também relembra todo o discurso negativo do pai sobre os covardes, que surge no trecho por meio do recurso do discurso indireto livre. Guacira Lopes Louro (2000) atenta para o fato de que o corpo ancora a identidade. Espera-se que seja inequívoco e constante para que, assim, dite a identidade.

Nesse sentido, as identidades de gênero e sexuais geralmente são inferidas de acordo com dados biológicos. É o que ocorre no caso de Rui, uma vez que é esperado um padrão comportamental de sua parte. Há a naturalização desse padrão e a imposição cultural reforçada pelo discurso paterno. Ao longo

da narrativa, surge diversas vezes a lembrança de que Rui e o pai são do mesmo grupo, numa relação de cumplicidade e de identificação. A memória sobre o pai, quando da sua ausência, reforça esse padrão, uma vez que envolve o sentimento de identificação. O narrador reconhece-se, assim, numa identidade e estabelece o vínculo de pertença ao grupo social dos homens. Daí a profunda negação ao medo, sentimento esse que não poderia condizer com sua identidade masculina, conforme o discurso hegemônico de que o pai é o principal representante.

Louro (2000, p. 17) ainda destaca que

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos.

As instâncias sociais propagam e incutem a pedagogia mencionada, por meio da memória, a ponto de o sujeito não se questionar mais sobre ela e tê-la, portanto, como natural, facilitando sua continuidade por meio da autovigilância que é exercida sobre seu corpo. O discurso hegemônico sobre a masculinidade age tão eficazmente sobre o corpo de Rui que desencadeia o sentimento de culpa por não ter conseguido agir como pensa que deveria diante dos soldados. A cena do pai sendo levado pelos soldados e do desmaio de Rui é relembrada diversas vezes ao longo da narrativa, de modo a causar o sentimento de culpa no narrador, que vê na prisão do pai a consequência de sua ação. É por meio da autovigilância que a condenação ao seu comportamento corporal é possível.

Posteriormente, já em Portugal, no hotel em que passam a viver, e sem o pai, que foi preso pelos soldados, Rui não consegue dormir pensando no que havia ocorrido: “Não consigo parar de pensar que se não tivesse começado a ver tudo branco eles não tinham levado o pai, vamos para casa, rapaz, se eu tivesse andado, mas não andei e os pretos levaram o pai.” (CARDOSO, 2012, p. 81). Tem início então a angustiante espera pela chegada de Mário a Portugal. Nesse momento, Rui se vê na obrigação de cumprir o papel de chefe da família, uma vez que é o único homem que acompanha a mãe e a irmã, um papel que lhe é imposto pelo gênero. É interessante atentar para a função estabilizadora

que Mário cumpre na família. Ele não só é responsável pelo sustento da família, como também resolve todos os conflitos que surgem, sobretudo as crises de Glória. Desse modo, a pedagogia do gênero, incutida na memória de Rui, possibilita a reprodução corporal dos gestos e das falas paternos na tentativa de acalmar a mãe e a irmã e suprir a falta do pai.

Outra marca da influência do discurso hegemônico acerca do gênero sobre o corpo de Rui é o desenvolvimento de sua sexualidade. O narrador tem no pai um cúmplice, lembrando-se das defesas que este realiza contra as reclamações da mãe quando dos longos períodos no banheiro ou do esvaziar da geladeira após a masturbação. Não há orientações sobre a prática sexual, mas a naturalização da masturbação e do interesse sexual de uma forma geral para os meninos, diferentemente do que ocorre nas outras narrativas. Sob influência desse discurso e do discurso colonial, Rui cria sentidos para os corpos das mulheres rememorando os momentos que passava com seus amigos em Angola:

Com o Gegé e com o Lee é diferente, passávamos horas a falar de como seria fazer ginga ginga com raparigas brancas, sabíamos que não era a mesma coisa do que fazer com as pretas que nem cuecas usam e fazem aquilo com qualquer um e se quisermos até fazem com dois ou três de seguida, a Fortunata uma vez fez com sete, uns a seguir aos outros, até fizemos fila como na cantina do liceu. (CARDOSO, 2012, p. 43)

À semelhança do pai da narradora de *Caderno*, Rui objetifica o corpo das mulheres. Estas perdem sua individuação e são caracterizadas pela cor de seus corpos. Novamente, nesse caso, os dados biológicos são tomados como referência para estabelecer as identidades. A comparação da fila na cantina da escola com a fila para ter relações sexuais com Fortunata é absolutamente cruel por equiparar a personagem a uma refeição, reforçando a violência de gênero a que as mulheres estão submetidas.

Configura-se outro exemplo sobre o desenvolvimento da sexualidade de Rui o abuso por parte de Silvana, uma mulher casada, e a posterior relação que eles estabelecem. Silvana abusa sexualmente de Rui quando este está com febre no quarto do hotel. Ao lembrar-se do fato, o narrador não tem certeza se ocorreu ou se seria um delírio da febre. Posteriormente, não considerando o

convite de Silvana para ir a sua casa um delírio, Rui, apesar da amizade com o porteiro Queine, de quem Silvana é esposa, passa a visitá-la frequentemente por vontade própria. No entanto, a gravidez de Silvana, que é silenciada pela personagem e sobre a qual o narrador não tem coragem de perguntar, impede a continuidade dos encontros.

O discurso patriarcal influencia então no sentido da obrigatoriedade de estar à disposição para ter relações sexuais com a mulher que se apresentar a ele, sob o risco de ter sua masculinidade contestada caso não aceite, e também por ter seu corpo objetificado por Silvana. É então em meio a essas relações abusivas, em que ora Rui sofre o abuso, ora ele pratica, que as suas primeiras relações sexuais acontecem. A partir delas, o narrador constrói formas de ver e compreender seu corpo, o corpo das mulheres e as relações sexuais.

Se o desenvolvimento da sexualidade se dá sem proibições com Rui, e também sem esclarecimentos, o ambiente não deixa de ser de violência, tal como é o ambiente lembrado pela narradora de *Caderno*. Para além do jogo com Luisinho, outra lembrança importante para demonstrar a atuação da pedagogia colonial sobre os corpos é o momento em que a narradora conhece o filho do vizinho, que era negro. A ameaça se coloca para a mãe quando esta descobre que a filha ia todos os dias ao telhado da garagem para conversar com o menino. O medo constitui-se um imperativo, uma vez que essa relação, além de considerada errada, pode retirar a pureza da menina.

Jeffrey Weeks (2000), em seu ensaio “O corpo e a sexualidade”, relembra que os sujeitos negros eram situados mais abaixo na escala evolutiva, mais próximo da primitividade e da natureza, de acordo com as ideologias sexuais do fim do século XIX. Além disso, suas representações estavam ancoradas nos mitos da hipersexualidade dos homens e na ameaça que constituíam para a pureza das mulheres brancas. Nesse sentido, o pensamento da mãe da narradora segue essa lógica discriminatória, que predefine os corpos dos sujeitos negros como sendo ameaçadores à sua filha.

É interessante observar que o desconhecimento também faz com que a menina sinta medo, sobretudo por acreditar estar grávida, tendo em vista que gostava do rapaz e achava que sempre que um homem e uma mulher gostavam um do outro um bebê nascia. Em seguida, ela relembra:

Se eu estivesse grávida do preto, o meu pai podia matar-me, se quisesse. Podia espancar-me até ao aviltamento, até não ter conserto. Podia expulsar-me de casa e eu não seria jamais uma mulher aceite por ninguém. Havia de ser a mulher dos pretos. E eu tinha medo do meu pai. Desse poder absoluto do meu pai. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Não há espaço para denominação do menino na narrativa, chamado de “o preto”. A marca da cor de seu corpo se sobressai acima de qualquer característica individualizante. O discurso colonial, fortemente atuante no âmbito familiar, não deixa espaço para a subjetivação que traria o nome dessa personagem, de modo a inferiorizá-la indo ao encontro do que esclarece Kilomba (2019). Esse discurso, como ressalta Jane Tutikian (2006, p. 108) configura-se “[...] um aparato de poder que se apóia no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais/culturais/históricas”. O medo da narradora apenas certifica o funcionamento pleno da força disciplinadora colonial, que encontra representação maior na onipresença do pai ao longo da narrativa e em sua memória. O futuro que ela imagina para si, caso ocorresse o que ela tanto temia, é com certeza expressão do discurso colonial dominante e revela o tratamento desumano a que podem ser submetidas as mulheres que não se enquadram nessa ordenação dos corpos.

Gita, por outro lado, embora rememore seu corpo regulado por Amélia na infância, na adolescência, experiencia sua sexualidade com mais liberdade. Em um capítulo cujo distanciamento temporal parece ser menor do que no primeiro capítulo e em que mais trechos no presente são inseridos, como uma espécie de reviver da lembrança, Gita caracteriza o estado de seu pai como depressivo após a partida de Amélia, o que o faz passar a maior parte dos dias dormindo. Essa inércia se reflete também nos cuidados com a filha, uma vez que ela cresce sem supervisão e sem orientação do pai. No entanto, sobre isso Gita afirma em uma conversa com Rodrigo, seu namorado: “Da vida dele [de Laureano] é ele que cuida, como eu da minha. Livremente. /Ele sempre me deixou ser livre, digo. E isso, mais do que tudo, eu lhe agradeço.” (GERSÃO, 2004, p. 157). É devido a essa liberdade, que não deixa de ser também um fruto do alheamento paterno, que Gita pode ter sua relação com Rodrigo sem intervenções.

A não proibição de seu desenvolvimento sexual possibilita que ela tenha uma visão emancipada de seu corpo, dos corpos dos outros e das relações. Seu corpo, diferentemente do corpo da narradora de *Caderno*, se permite o prazer, vendo, inclusive, na relação sexual uma forma de conhecê-lo melhor. Por isso, é possível o pensamento acerca de os primeiros amantes serem o sol e o mar. Condizente com uma concepção animista de mundo, o sol e o mar constituem-se os elementos da natureza que provocam o prazer no corpo pelo despertar dos sentidos. Posteriormente, ao lembrar dos lugares por onde passeou com Rodrigo, pensa que são os mesmos onde Laureano a levava quando era pequena e conclui:

O primeiro amante era o pai, ocorre-me de repente. Sempre o pai. Mas isso num tempo irreal, impossível, nos desejos e sonhos da infância. Que um dia ficou perdida para trás. Algures, no fundo de um armário, um gato-caixa-de-música tem a corda quebrada. Jamais dançará outra vez. (GERSÃO, 2004, p. 166)

Gita pensa no pai como primeiro amante por ser quem lhe apresentou a vida, quem a levou para diferentes lugares, para viver experiências diversas, despertando, portanto, sentidos em seu corpo. No entanto, esse tempo encontra-se tão distante que já não é mais possível retomá-lo.

Já Benjamim desconhece o significado da palavra “foder”, tal como a narradora de *Caderno*. Ao lembrar-se de uma conversa com Carlos, irmão de Manuel, pensa que a palavra dizia respeito a um jogo secreto. O discurso religioso não deixa de exercer sua influência sobre o corpo do menino, que presencia uma cena de jovens tocando seus corpos após o 25 de abril e corre para casa: “regressei a casa e pus a mão entre as pernas, retirei-a úmida, a cheirar mal, fazendo o sinal da cruz com ela, ajoelhando-me, que o sinal da cruz feito com a mão suja pelo sexo seria pecado mortal.” (MÃE, 2012, p. 111). O narrador nega a sexualidade em seu corpo, uma vez que o prazer sexual, quando desvinculado dos fins de procriação e da união matrimonial, vai de encontro ao princípio da castidade defendido pela Igreja. Tida como uma virtude moral, a castidade é capaz de manter “a integridade das forças de vida e de amor em si depositadas.” (A VIDA EM CRISTO, s. a., n. p.).

Tanto em *História da sexualidade* – a vontade de saber quanto em *Microfísica do poder*, ao tratar da política da saúde no século XVIII, Foucault (1999, 1984) atenta para a modificação nas relações entre pais e filhos que acontece a partir desse século. Entre as mudanças que ocorrem está a obrigatoriedade da manutenção da saúde das crianças. Nesse sentido, manter um corpo limpo, sadio, purificado é responsabilidade da família, sendo tida como uma lei moral.

Ariès (2016) também menciona essa alteração e atenta para sua função como guardião espiritual da criança. Nesse contexto, Foucault (1999, 1984) destaca a perseguição à masturbação infantil, que poderia comprometer a humanidade. Constitui-se então uma sexualidade das crianças, tida como perigosa e precária e que necessita de constante vigilância. Sendo assim, a violação da castidade por parte de Benjamim configura-se um ato moralmente desordenado. Daí a associação do sexo com a sujeira, com o que há de vil no ser humano, evidenciando o disciplinamento pelo discurso religioso (e estatal) e pela própria ideia de saúde que é desenvolvida a partir do século XVIII sobre o corpo do narrador, que autovigia suas ações, condena-as quando necessário e corrige-as.

As lembranças sobre as vestimentas também são significativas para observar como se incute na memória dos narradores formas de pensar sobre os corpos. Ariès (2017) menciona a importância da modificação nas roupas das crianças como um indício de uma particularização da concepção de infância, estando também essa modificação associada à necessidade de tornar mais visível determinada fase de crescimento e à expressão da condição social. No caso dos narradores dos romances em questão, as roupas são importantes marcadores da condição social, facilitadoras da vigilância sobre o corpo e sugerem formas de compreensão da infância e da adolescência.

A recordação sobre o vestido branco ao longo da narrativa de Figueiredo é significativa para refletir sobre os aspectos mencionados. A escolha da roupa pela mãe da narradora é uma forma de marcar a diferença social da família na então colônia portuguesa e de vigiar o corpo da filha. Além dos vários trechos em que a narradora menciona a preferência da mãe pela cor branca, há também três fotografias (Figuras 1, 2 e 3) em que a narradora, ainda bem pequena,

estava vestida de branco mesmo tendo em sua volta um ambiente rural. Novamente as fotografias servem como um resquício da materialidade de um tempo, causando no leitor um efeito maior de veracidade e de aproximação com a narrativa. Elas funcionam como uma espécie de confirmação da memória.

De forma semelhante, Gita lembra-se de Amélia vesti-la com vestidos cujo tecido é frágil e que tolhem o movimento, com sapatos de verniz, meias brancas e laço igual ao vestido, fazendo-a sentir como uma manequim sem vida em uma vitrine, conforme as palavras da narradora. Semelhantemente à mãe da narradora de *Caderno*, Amélia busca distinguir a filha das demais meninas moçambicanas a fim de marcar uma condição social mais privilegiada financeiramente que a da maior parte da população. Apesar de viverem em um local onde a terra era vermelha, sendo esta inclusive uma metáfora para Moçambique no caso da narrativa de Figueiredo, as mães insistiam com a cor branca. As recomendações para que a narradora de *Caderno* não se sujasse eram constantes, e as reclamações sobre a sujeira de Gita também, conforme essas lembranças que nitidamente causam desconforto nas narradoras.

Desse modo, para além da marca da condição social, as roupas são uma forma de tentar controlar o corpo. Permitem saber onde as meninas teriam andado para sujar-se, desencorajam o movimento, pelo uso da saia, e, além disso, representam a pureza, associada durante tanto tempo à infância ao longo da história e ainda na contemporaneidade com o senso comum, a necessidade, para as mães, de manterem as filhas brancas e limpas da ameaça da terra, dos sujeitos negros. A própria noção de sujeira implica uma polarização que determina o que é limpo como bom, superior, e o que é sujo como inferior, degradante. Na narrativa de Figueiredo, o vestido branco seria, então, como a própria narradora comenta, uma metáfora da vida de colona, tendo em vista que deixa bem marcada a condição desigual entre os sujeitos.

A lembrança sobre a dinâmica dos corpos das narradoras de Figueiredo e Gersão configura uma memória de resistência. Na narrativa de Gersão, o corpo, de um modo geral, se torna um elemento de insubmissão na memória de Gita, como é possível perceber, por exemplo, no momento em que a narradora sai de casa com o pai e já tira o laço da cabeça, as meias e os sapatos dos pés.

Além do “desalinho” proposital por conta da vestimenta, a negação às aulas de *ballet* também é uma forma de resistir corporalmente:

Porque tudo aquilo me aflige e me sufoca, o corpo triste, apertado na malha escura, o suor e lágrimas que custa a esparregata, o sangue nas unhas dos pés quando descalço os sapatos de pontas, o ponteiro batendo no chão como se tivesse enlouquecido: um dois três quatro, um dois três quatro, um dois três quatro. (GERSÃO, 2004, p. 54)

A lembrança, mais uma vez retomada no presente, denota o caráter vívido que apresenta. Para a narradora, os exercícios do *ballet* eram uma forma de tirar a vivacidade do corpo, torná-lo mecânico. Sua relação com a dança é muito estreita, mas não a dança europeia, que entristece o corpo e causa-lhe sofrimento, e sim com a dança africana, de pés descalços, embaixo da árvore do quintal, onde corpo e natureza se unem. Nesse contexto, ela afirma: “Ninguém vergará o meu corpo, ninguém o matará.” (GERSÃO, 2004, p. 54). O verbo “vergar”, nesse caso, pode assumir o sentido de “dobrar” ou “arquear”, numa referência mais explícita à dança, ou de “submeter-se”, sugerindo uma crítica a uma visão cultural eurocêntrica, que menospreza as culturas africanas. Visão essa defendida por Amélia. Nesse sentido, a memória sobre o corpo, que o reconstitui pela ação de narrar, configura-se não só uma forma de resistência, mas também uma forma de se conectar com a terra, certificando a ideia anteriormente desenvolvida acerca de um corpo híbrido.

Em *O nosso reino*, a partir de uma lembrança sobre um momento de brincadeira, um momento dessa prática social tão importante na infância, a regulação do corpo também ocorre por meio do controle da limpeza da roupa. Durante uma brincadeira, o narrador e Manuel se entusiasmam e jogam lama um no outro. Seu corpo é então, mais uma vez, fortemente agredido, agora pelo pai, justamente uma figura que deveria se responsabilizar pelo seu cuidado.

O menino relembra o seguinte após ter sofrido a agressão: “não foi a primeira vez que o meu pai teve um acesso de fúria, eu sabia que isso poderia acontecer a qualquer momento. anos antes, muito pequeno ainda, algumas imagens fixaram-se à minha cabeça, o meu choro e a minha mãe prostrada no chão em desespero.” (MÃE, 2012, p. 75). A imprecisão temporal com a retomada das lembranças é bastante comum ao longo do romance. Mesmo sem precisar

a data exata, a marca da dor é irreparável na memória e deixa cicatrizes no corpo. As imagens que Benjamim menciona revelam um histórico de agressão para com ele e a mãe ao longo dos seus poucos oito anos de vida, destacando não só a situação de vulnerabilidade a que ele estava submetido, como também a família inteira. A infância não é permitida ao corpo desse menino, que raramente se sujava. A atitude do pai revela a necessidade de descarregar sua raiva causada devido ao casamento, à meia-idade, da tia, o que não era considerado decente para a família. Ainda sobre esse momento, o narrador explicita:

os meus irmãos eram muito pequenos, o justino tinha quatro anos e o paulinho tinha quase seis. vieram erguer-me tontos de medo, já o meu pai longe dali e a minha mãe desmaiada no chão. com as dores senti que morreria, ainda tão grande era o turbilhão de golpes pelo simples toque na minha pele. por me arrastar até às escadas, um pequeno rasto de sangue ficou na madeira do soalho. um fio interrompido e estreito mas suficiente para me convencer, tinha sido como que assassinado pelo meu pai, havia que escolher um lugar para morrer e descobrir, enfim, todo o mistério da vida e da morte. fiquei muito sozinho e vulnerável. a ser abandonado pela minha própria família, rejeitado era como estava. (MÃE, 2012, p. 75)

A partir do excerto fica muito claro o nível de abuso por parte do pai ao corpo da criança, que sequer consegue levantar. Depois da agressão, ocorre o milagre, a partir do qual são articulados outros sentidos para o corpo em sua memória:

nos meus dedos as ervas deixaram orvalho e não sangue, e as minhas pernas estavam secas e cicatrizadas. a luz irradiou da minha pele, erguendo-me o corpo no ar, trazendo flores verdadeiras onde pousar o voo e levando-me encosta abaixo. já as pessoas em gritos às portas, que nunca se vira um sol nascer no início da noite, e quem lá vinha alado como um anjo, perfumes espalhados no ar, um sorriso. do cão fez-se o dia, fez-se o povo à rua, que deus falava, a sua mensagem chamava, e o que era vinha a todos. que nessa noite a terra abriera um pedaço de céu por onde deus pôde vir a ver como estávamos. de perto, muito perto, no meio de nós, no nosso reino. (MÃE, 2012, p. 77)

Entendido como uma intervenção divina diante de dificuldades, é o milagre uma narrativa de minimização da dor. Benjamim tem suas pernas cicatrizadas, o corpo iluminado e erguido ao céu. Além do corpo, espaço e tempo sofrem alterações como marca da intervenção divina. A própria menção ao verbo

“fazer” remete à narrativa de Gênesis, quando da criação do mundo. Nesse sentido, para além da transformação no corpo de Benjamim, estaria também a vila submetida a uma nova configuração disposta por Deus. A referência ao “nosso reino”, ao final da citação, além de retomar o título do livro, apresenta a intertextualidade bastante explícita com a oração “Pai nosso”. No entanto, na oração o reino é de Deus, e não dos homens, como indica o pronome possessivo.

A santidade então é manifestada pelo/no corpo pela sua glorificação, indo ao encontro do que destaca José Rodrigues (1999) acerca da valorização do corpo por conter o espiritual. Daí os indícios da santidade manifestos no corpo, a cura das feridas, a elevação e a luz que irradia do corpo. Essa condição de sua existência é sabida por Benjamim como causadora de dificuldades e, sobretudo, de sofrimento. Após o ocorrido, são muitas as pessoas que lhe procuram pedindo para que interceda pela vida de entes queridos, para que cure doenças, para que amenize os mais variados sofrimentos. Nesse momento, a saída de casa se torna cada vez mais penosa. Sua rotina é interrompida por essas diversas manifestações, o que acaba gerando a necessidade de ficar mais tempo recluso. Sobre essa modificação na sua existência, ele afirma:

ser santo não podia ser transformarem-me num boneco mágico que as pessoas secassem com os olhos, a fazerem pedidos constantes de coisas impossíveis, a porem-me a mão mil vezes como se gastaria a minha pele e o meu cabelo, como ficaria daquela cor amarela e suja como ficavam as imagens nos pontos onde todos lhe tocavam para a bênção. (MÃE, 2012, p. 81)

O menino, sem saber lidar com o entorno, reflete sobre seu corpo como uma imagem de igreja, para a qual as pessoas oram. O amarelo mencionado pelo narrador é associado à sujeira que as tantas mãos carregam em si e transmitem para a imagem. Essa definição não deixa de ser, de certa forma, uma objetificação do corpo e, ao mesmo tempo, remete ao que Rodrigues (1999) menciona sobre o culto às relíquias na Idade Média, que segue uma lógica de indistinção entre corpo e alma. O corpo do menino, então, não se distinguiria de sua alma. Daí os pedidos insistentes e a necessidade de tocá-lo, como quem toca sua alma santificada para mais próximo dela estar. Ficaria ele então com essa sujeira em si, com o fardo de tantas pessoas para tentar interceder. A

resolução de amar a todos torna-se difícil de cumprir diante de tantos pedidos impossíveis e realizados de formas tão distintas, inclusive pagãs. Novamente, assim, sua infância não é permitida pelo enorme fardo imposto sobre seu corpo.

Após o acontecimento do milagre, as dificuldades se intensificam na casa de Benjamim. Seu pai passa a beber muito e a aparecer em casa algumas poucas vezes para agredir a esposa, que ignora o que acontece tentando manter um sentido de normalidade para os dias. No entanto, aos poucos demonstra a alteração que sofre psiquicamente. Ela enlouquece gradativamente, à medida que as dificuldades vão aumentando após a saída do marido de casa. Benjamim é comparado a Jó por dona Tina, a vizinha, mãe de Manuel, a quem deus fez perder tudo o que tinha como forma de testar a fé, mas posteriormente beneficiou grandemente com a confirmação desta. Entretanto, ao contrário de Jó, o narrador enlouqueceria, não teria regresso.

Em concomitância com a degradação da casa, ocorre também a degradação do corpo das personagens. Os dois irmãos de Benjamim morrem quando a casa apodrece e desmorona sobre ambos. Ao recordar suas mortes, o narrador escreve seus nomes em um papel, por não haver fotografia. É a palavra também capaz de evocar a lembrança. Daí o motivo de ler inúmeras vezes os nomes escritos no papel, como uma tentativa desesperada de não deixar esquecer.

A partir de então ocorre um processo de redução de seu corpo e de sua mãe. Devido à tristeza e à fome, seus corpos diminuem. Sobre essa modificação, Benjamim também afirma:

e era verdade que os bichos, a passarem incautos pelo quintal da casa esquecida do senhor Francisco, eram um alimento nosso, meu e da minha mãe quando ainda viva, se por sorte, emagrecidos e frágeis, os conseguíamos apanhar. já afiávamos os dentes de modo bestial, desincomodados com as maneiras. (MÃE, 2012, p. 157)

Para além da redução em tamanho dos corpos mencionada pelo narrador, ocorre também outra modificação: sua redução em humanidade, a animalização desses corpos. A condição humana é posta em questão devido à situação-limite em que as personagens se encontram. À medida que a narrativa está mais próxima do fim, Benjamim fica sozinho, inclusive sem sua mãe, que

se suicida no mesmo rochedo onde ele tentou se suicidar. Ele é então o único que resta para contar a sua história familiar. Seu isolamento se intensifica e a única pessoa com quem conversa é Manuel, seu amigo. Diante de uma situação tão extrema, não há na narrativa uma intervenção por parte da população da vila, tão fervorosa em seu catolicismo a ponto de abandonar uma criança à mercê da vida. Manuel conta então ao narrador o que falam sobre ele: “[...] não sei, benjamim, não sei entender nada, sei que dizem que és o rapaz mais triste do mundo.” (MÃE, 2012, p. 158). O homem mais triste do mundo some ao fim da narrativa para dar lugar a Benjamim, que, tal como a personagem, vive em isolamento e tem em seu corpo indícios de animalização. Nesse sentido, o narrador vê em seu corpo o reflexo desse outro, que era tão distante e assustador, reforçando a ideia da perda de sua subjetivação.

A vestimenta, no caso de Rui, também se configura uma forma de regular o corpo, de enquadrá-lo em uma identidade estereotípica. No entanto, difere um pouco das análises anteriores por suscitar uma condição mais específica: a de retornados, e por se tratar do presente vivido. Um presente que se configura como a memória de uma época histórica e, ao mesmo tempo, dialoga constantemente com o passado narrativo. O termo “retornados” era utilizado para denominar os cidadãos portugueses que precisaram sair das ex-colônias na África para ir para Portugal ao longo do processo de descolonização. No entanto, muitos deles sequer já haviam pisado em Portugal. Devido à imposição para sair das ex-colônias como condição para manter a vida por conta da Guerra de Independência, o deslocamento desses corpos se dá de maneira traumática, uma vez que acarreta uma série de perdas. Nesse sentido, o corpo seria revelador das marcas dessa identidade imposta:

Ainda bem que o meu casaco é quente, o Mourita teve mais azar, só conseguiu arranjar uma gabardine fria, cor de caca, quando a usa parece um detetive dos filmes antigos, o Ngola tem um casaco cheio de franjinhas à Elvis e o Paulo um que era dos bombeiros, parecemos uns palhaços. Então se usamos as calças e as camisolas de lã quatro ou cinco números acima nem se fala. Nos sítios da roupa quase só nos dão números grandes, dizem que a roupa quente vem da América, do Canadá, da Alemanha e que lá as pessoas são grandes, mas nós sabemos que os de cá nos roubam as roupas melhores, no estrangeiro não pode haver só gigantes, também tem de haver gente do nosso tamanho. (CARDOSO, 2012, p. 149)

O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) era a instituição responsável pela suposta integração dessas pessoas. Assim, o termo “retornado” é consolidado mesmo oficialmente. As roupas doadas, geralmente muito maiores que os corpos que as utilizavam e com motivos específicos, como as franjas ou o escrito no casaco de Rui, constituem-se uma forma de marcar esses corpos socialmente, de modo a atribuir a eles um lugar marginal no corpo social. A menção à semelhança com palhaços diz respeito não só aos tamanhos maiores das roupas, mas também às cores, em geral bastante vibrantes, em oposição às cores neutras utilizadas pelos portugueses, sugerindo assim uma ridicularização dos corpos e para a definição de uma identidade indesejada.

Além das roupas, o corpo apresenta outras marcas de diferença que são vistas como definidoras da condição de retornado. Dessa forma, o narrador reflete o seguinte acerca da irmã:

A minha irmã tem vergonha de ser retornada, finge que é de cá e esconde o cartão que tem o carimbo vermelho, aluna retornada, o cartão que dá direito a um lanche na cantina. A minha irmã cheia de fome mas sem coragem de ir à cantina para que os de cá não vejam o cartão, aluna retornada. A minha irmã a achar que pode não ser retornada apesar das roupas grandes, da pele ainda queimada pelo sol de lá, de se rir sem medo que os lábios sangrem, um sorriso bonito, a minha irmã a fingir que não é retornada, a dizer pequeno-almoço, frigorífico, autocarro, furos, em vez de mata-bicho, geleira, machimbombo, borlas, a minha irmã a não querer ser retornada e quando acorda, hoje sonhei que estava a comer pitangas, a minha irmã triste que já nem discute comigo nem me chama estúpido. (CARDOSO, 2012, p. 150)

O excerto tem um ritmo marcado pela repetição de uma construção sintática que destaca o sujeito de quem o narrador fala e as ações praticadas por esse sujeito, que giram em torno da vergonha pela identidade imposta. Apesar da tentativa de escondê-la, outros aspectos do corpo, além da roupa, funcionam como determinantes dessa identidade de acordo com o narrador, que são a pele bronzeada do sol, em contraposição à “pele branca como o leite ou cinzenta-esverdeada, uma pele de cor estragada” dos portugueses (CARDOSO, 2012, p. 109) e o sorriso fácil, em oposição à seriedade dos portugueses, observada por Rui como sendo devido ao frio, que corta a boca quando se sorri.

Todos esses traços são evidências de um passado que não pode ser apagado. Daí as inserções das lembranças recentes sobre como a irmã era em Luanda. Essa memória vai impressa no corpo por onde o sujeito for. Além desses aspectos, há ainda a diferença marcada pelos usos da língua portuguesa. As variações lexicais citadas no excerto denunciariam o local de origem da personagem. Daí a opção pelos usos das palavras conforme o português falado em Portugal. A negação do uso dos vocábulos utilizados em Angola é, assim, uma forma de negar seu país de origem e, conseqüentemente, a identidade como retornada.

Nas palavras de Le Breton (2007), o processo de discriminação assenta-se numa classificação preguiçosa do sujeito, que se atenta apenas a aspectos identificados de maneira fácil e que fixa uma versão do corpo coisificada. A diferença, nesse processo, é percebida como um estigma. De acordo com essa visão discriminatória, os aspectos do corpo, tais como os citados por Rui ao descrever sua irmã, determinam o que o corpo é, o reduzem a essa definição, de modo a não considerar sua história em sociedade e a memória que carrega em si. Essa determinação acerca do corpo é resultado de uma memória oficial, que, como tal, encontra sua base em narrativas hegemônicas sobre esses corpos, um discurso regulatório. Pode-se tomar como exemplo, na narrativa de Cardoso, a afirmação sobre o merecimento do sofrimento dos sujeitos que se deslocaram dos países africanos para Portugal devido à violência com que teriam tratado os negros na África. Tal afirmação se constitui uma forma de manobra dessa memória, minimizando as possibilidades de empatia e justificando então o mau tratamento que esses corpos estigmatizados recebiam em Portugal.

A segregação dos corpos e o seu controle se estende também para os espaços onde circulam em Portugal esses sujeitos. A escola é um desses locais.

A puta de matemática pôs os retornados na fila mais afastada das janelas, nos lugares com menos luz, deve pensar que somos como as rosas da mãe que murçavam se não lhes dava o sol, deve ser isso. Um dos retornados que responde, a puta nunca diz os nossos nomes, um dos retornados que responde, era o que faltava, nunca abro a boca, o retornador da carteira do fundo que responde, insistiu a gaja, estava mesmo a querer farra. Custa assim tanto decorar o meu nome, se me chamasse Kijibanganga ainda tinha desculpa mas Rui, porra, é um

nome fácil e mesmo que me chamasse Kijibanganga a puta tinha obrigação de decorar. (CARDOSO, 2012, p. 141)

A indignação de Rui diante da situação é clara. Sua condição como adolescente não reduz a capacidade de análise sobre o comportamento da professora, que organiza a sala de aula de forma a separar os alunos oriundos dos países africanos sob a justificativa de que estariam mais atrasados que os alunos locais. Para realizar a referida análise, Rui retoma o efeito que a falta de água gerava nas rosas da mãe, indicando a constante presença da vida passada em Angola no presente.

Para Foucault (2004), a distribuição dos sujeitos no espaço é uma ação disciplinar. O espaço ganha uma divisão conforme os corpos que precisam ser separados, como uma forma de satisfazer a necessidade de vigiá-los, de modo a transformar grandes grupos desorganizados em “multiplicidades organizadas”. Desse modo, a organização realizada pela professora permite a vigilância de que Foucault trata. No excerto, a repetição da frase da docente, por meio do discurso indireto livre, parece gerar um efeito de eco no pensamento de Rui. A denominação dos alunos como “retornados” os homogeneíza, toma-lhes suas subjetividades por meio de um discurso que se configura uma forma de violência, da qual o narrador tem consciência e, por isso, se revolta.

O reforço de estereótipos sobre o corpo pode ser evidenciado em outras falas da professora, que surgem em meio ao fluxo narrativo. No primeiro dia de aula, por exemplo, a professora demonstra espanto ao ver a aparência física de Rui, loiro e de olhos azuis, o que implica a pressuposição de uma imagem para os africanos que não inclui uma multiplicidade de características físicas. Posteriormente também afirma o seguinte: “[...] ó menino isto não é a selva, não é como lá de onde vens, aqui há regras [...] lá podias andar montado nos leões mas aqui tens de ter modos [...]” (CARDOSO, 2012, p. 139). Essas falas remetem à cristalização de uma imagem da África, que é estereotipada como selvagem. Aspecto esse que determinaria o comportamento corporal de seus habitantes da mesma forma, evidenciando a predominância de um pensamento de base colonial, de modo a indicar que, apesar da revolução e das diversas manifestações, como as mencionadas por Rui, não foi possível se livrar do peso do colonialismo, uma vez que sua lógica está impregnada nas relações sociais.

Como um produto histórico, o discurso colonial constitui-se, para usar as palavras de Ella Shohat e Robert Stam (2006), um “aparato linguístico e ideológico”, que se traduz, por exemplo, em um sentimento de superioridade dos povos europeus em relação aos povos colonizados. Essa hierarquização em benefício do colonizador surge, assim, como forma de justificar os modos de violência por ele praticados. Sendo assim, a professora precisaria repreender o comportamento de Rui a fim de civilizar seu corpo, já que seu país seria selvagem, praticando então uma ação positiva para ela.

O hotel, espaço intervalar de onde surgem diversas memórias sobre uma Angola que não existe mais, é outro local de regulação dos corpos, para onde vão a família de Rui e outros portugueses que se encontram na mesma situação. A conversa com a diretora do hotel quando da chegada da família é significativa para essa análise. Esse capítulo é composto apenas pela fala da diretora; no entanto, é possível saber o que a mãe de Rui diz por meio das respostas que a funcionária dá à personagem. Logo de início a diretora já explica a organização do espaço do hotel, determinando os andares por onde a circulação deles é permitida. O último andar fica reservado aos “hóspedes de costume”, entre os quais não estão a família de Rui e as demais pessoas na mesma condição. Acerca disso, ela orienta:

Como compreenderão, esses hóspedes não podem ser incomodados, é um hotel de cinco estrelas e os hóspedes têm de ser tratados de acordo com o que pagam, não pode haver barulho, não pode haver qualquer espécie de confusão. Não, minha senhora, não percebeu bem. Não é que ache que não se sabem comportar, não estou a dizer nada disso. Ninguém nasce ensinado e o que não se sabe tem de ser aprendido e há hábitos que mudam de sítio para sítio. (CARDOSO, 2012, p. 68-69)

As regras impostas funcionam como uma forma de controlar os corpos das personagens para que não ajam de maneira indesejada, limitando os locais de circulação e os comportamentos. Apesar da negação por parte da diretora, a fala pressupõe um comportamento inadequado, sobretudo pelos períodos finais do excerto. O tom que norteia o seu discurso é de superioridade, certificado, por exemplo, pelas repetições de que o hotel é de cinco estrelas, de que a família teve muita sorte de lá conseguir lugar para ficar, de que o esforço para a ajuda

realizada é muito grande. É interessante ressaltar que é o próprio hotel um local de segregação, uma vez que os sujeitos nessa condição foram dispostos em hotéis, pensões e outras instalações improvisadas, o que facilita o reconhecimento de suas identidades, minimiza a dificuldade no funcionamento habitual do país e causa menos incômodo pela marca da diferença em seus corpos.

Apesar de o governo português defender a ideia de que mesmo os cidadãos das ex-colônias seriam considerados portugueses e tratados então como tais, na prática o que ocorre é uma definição bem estabelecida entre os portugueses de primeira, os que nasceram em Portugal e no país estabeleceram-se, e os portugueses de segunda, os sujeitos que nasceram em Portugal e foram para África em busca de melhores condições de vida e as suas famílias. Uma das formas de facilitar a segregação no corpo social é justamente pela identificação fácil dessas pessoas, que se realiza por meio da roupa, do reconhecimento dos lugares permitidos para habitar, para se sentar na escola, para circular na rua.

A memória sobre o corpo retornado é abordada em *Caderno de memórias coloniais*, problematizando uma experiência ainda mais difícil que a de Rui por incluir a questão de gênero. A ridicularização sobre o corpo da narradora não diz respeito apenas às cores vibrantes das roupas, as quais identificam, para os portugueses da metrópole, seu corpo como retornado, mas também à sua forma corporal. Os colegas de escola a caracterizam como gorda e retornada, de modo a tratar o corpo da narradora como sendo objeto de avaliação pública. Avaliação essa que atribui um valor negativo ao seu corpo, assumindo os termos o sentido de xingamento. A própria ridicularização das cores das roupas implica a atribuição de um valor pejorativo, nesse caso, para a cultura africana, uma vez que as roupas utilizadas são as que a narradora leva consigo de Moçambique.

Assim, tal como se observa na narrativa de Cardoso, o discurso colonial sobre esses corpos determina seu valor como inferior e menospreza seu sofrimento sob a justificativa do merecimento. Da mesma forma que Rui, a narradora indigna-se com a crueldade dos “portugueses de Portugal”, como ela os denomina, que se divertiam vendo o sofrimento alheio, sem considerar a

trajetória de perdas que os portugueses das ex-colônias sofreram com o deslocamento imposto. Daí a caracterização dos “portugueses de Portugal” como pequeninos e tristes.

Esse ambiente hostil favorece o surgimento do sentimento de desterro, que ela explica da seguinte forma: “Os desterrados são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afetivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque a sua presença traz más recordações.” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). A narradora sabe que, em Portugal, não encontraria referências sobre as quais pudesse se ancorar.

Stuart Hall é um dos estudiosos que trata da questão identitária e da necessidade que os sujeitos têm de estabelecer identificação. De acordo com o pesquisador, é por meio do processo de identificação que se projetam as identidades culturais. A identificação seria construída a partir do reconhecimento de origens comuns, de características compartilhadas ou, ainda, de um ideal em comum (HALL, 2000). Assim, ao não encontrar âncoras que gerem o sentimento de sustentação e de segurança em relação à identidade, o sujeito pós-moderno tem um sentimento de profunda perda subjetiva, como ocorre com a narradora de *Caderno*.

Ainda em busca de sentidos para definir os desterrados, a narradora afirma:

Um desterrado é também uma estátua de culpa. E a culpa, a culpa, a culpa que deixamos crescer e enrolar-se por dentro de nós como uma trepadeira incolor, ata-nos ao silêncio, à solidão, ao insolúvel desterro. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

É a consciência que desencadeia o sentimento de culpa. No momento da partida para Portugal, já no aeroporto, a narradora lembra-se da mãe a lhe dizer para contar aos portugueses a verdade sobre o que aconteceu com os brancos em Maputo. A mãe profere a frase: “Está tudo nas tuas mãos!” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). As mãos, membros do corpo responsáveis por possibilitar a interação com o mundo, são frequentemente relacionadas a significações que remetem à realização. Na obra de Figueiredo, a narradora

recorda suas mãos em comparação com as do pai, sobretudo no momento de despedida:

[...] e eu voltei-me e vi o seu rosto contrito, já do outro lado, as suas duas mãos inteiras espalmadas contra o vidro, o sorriso misturado com lágrimas. As duas mãos iguais às minhas mãos. Estas, de carne, que agora escrevem esta frase. As mesmas. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

[...]

Às suas mãos iguais às minhas coladas ao vidro da porta. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Essas lembranças sobre as mãos iguais de pai e filha remetem à ideia de continuidade possibilitada pela memória, o que permanece de si no outro. Nesse caso, se as mãos do pai foram responsáveis pela realização de tantas formas de violência para com os sujeitos negros, pode-se dizer que, ao olhar para as suas mãos e ver nelas a similaridade com as mãos do pai, é como se a narradora carregasse nas suas mãos o peso dessa violência. Daí a culpa repetida tantas vezes no excerto anterior em definição a um desterrado. Uma culpa que imobiliza e enrola-se ao corpo. Não é possível desfazer-se dessa herança.

Quando do deslocamento para Portugal, surge também a lembrança da experiência dolorosa acerca do corpo em desenvolvimento.

Do lado direito da estrada, no início da rua, abria-se uma porta larga para as entranhas de uma oficina. Não era uma porta, mas uma cloaca. Dentro, paredes negras de humidade e óleo velho. Escuridão. Quando passava frente ao portão, três homens atarracados, com mãos e roupa suja do trabalho, gritavam-me imprecções sexuais que me esforçava por não ouvir. Colava o pescoço aos ombros, comprimia as paredes dos ouvidos, fechava os olhos, fechava-me, e mesmo sem querer escutava mamas, cona, rabo, palavras que vinham adornadas com advérbios ou verbos de péssima expressão. Impropriedades.

Tinha 13 anos, e insultavam-me por evidenciar mamas, cona e rabo, não percebendo eu o desmerecimento. Insultavam-me por já ser uma mulher. Isso bastava. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Pensando o corpo como implicado nas relações de poder, tal como Foucault (2004) ensina, ele sofre com imposições sociais, as quais dizem respeito também à identidade que se espera a partir da objetividade do dado biológico. As imposições quanto aos papéis de gênero são tidas como características naturais de homens e mulheres porque são justificadas

socialmente pelo sexo biológico. Nesse sentido, parece que as inscrições histórica e mnemônica que os corpos sofrem são distintas. Conforme a lembrança da narradora, seu corpo ainda em desenvolvimento já é tido como objeto de desejo e contemplação masculina. Os homens então se sentem no direito de assediá-lo, indicando uma dimensão pública a esse corpo.

A evidência do desenvolvimento corporal também é apresentada por meio de uma fotografia (Figura 4), a última em que a narradora aparece. A idade que aparenta ter é em torno da idade da partida para Portugal, momento em que a família lhe impunha a identidade de mulher. Louro (2000) atenta para o fato de, por meio das estratégias de disciplinamento, aprender-se a vergonha e a culpa. Evidenciando o aprendizado por meio das estratégias mencionadas, numa atitude de submissão e impotência, a menina encolhe-se na tentativa de fechar-se em si mesma. No entanto, não pode apagar os indícios em seu corpo que possibilitam a associação fácil ao gênero feminino e que são suficientes para a prática da violência.

A lembrança de outra violência ao corpo da narradora diz respeito ao abuso por parte do dono da fábrica de louças, o ti Gusto. Após sair da casa de sua avó, a narradora vai trabalhar e morar no mesmo lugar onde se encontra essa fábrica para custear seus gastos em Portugal. Sobre o dono do estabelecimento, ela lembra:

O ti Gusto talvez gostasse de barro, mas do que ele gostava mesmo era de ter na garagem, à sua disposição, um ramallete de meninas com peitos duros e fresquinhos, umas mimosas, de face rosada e pele branca. Uns vasos de doce de leite, ainda morno, acabado de ordenhar às vaquinhas da fazenda. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A descrição minuciosa do corpo dessa personagem de cabelos oleosos, cheiro de vinho e suor, barba suja e calça sempre manchada de barro na braguilha, simbolizando seu pecado, conforme as palavras da narradora, é expressiva do asco causado e sugestiva de sua moral. Esse homem emprega somente meninas para trabalharem na garagem de sua casa com o interesse de abusar de seus corpos. Os diminutivos utilizados no excerto expressam a ironia de uma suposta afetuosidade por parte dessa personagem, que chamava a narradora para a fábrica fechada aos domingos, sob a pretensão de ensinar-lhe

a arte das terrinas como recompensa ao seu bom comportamento. Nesses dias, empurrava a menina contra a porta para tocar-lhe os seios e apalpar o seu corpo, objetificado novamente por um homem. É, assim, a objetificação ao corpo feminino mais um fruto de uma pedagogia violenta e opressora sobre os corpos, que tem como base a estrutura patriarcal que orienta a sociedade.

A memória de Gita sobre o seu corpo em deslocamento apresenta circunstâncias um pouco distintas na narrativa de Gersão. Já quase no momento da independência de Moçambique, a narradora aos 17 anos não suporta mais o alheamento do pai em casa e a convivência com Rosário, suposta empregada que Gita descobre, posteriormente, estar grávida de seu pai. Cogita ir para Lisboa na casa de suas primas, mas não tem vontade de viver na cidade nem de se separar de Rodrigo, seu namorado. É quando está caminhando na rua com Rodrigo que acontece uma situação fundamental para a decisão de sua partida. Gita repete para Rodrigo as palavras que Rosário havia falado anteriormente para ela sobre Laureano: “Apanhei grávida de ti, digo de repente, sem pensar.” (GERSÃO, 2004, p. 180). Ela profere a frase como uma brincadeira apenas para ver a reação do garoto, que, no entanto, é agressiva:

Mas Rodrigo afasta-se de mim no mesmo instante, a sua face contrai-se e empalidece.  
 Não é verdade, digo, mas ele atira-me contra a parede, sacode-me pelos ombros com movimentos descontrolados, como se tivesse enlouquecido.  
 Não é verdade, repito, arrependida e aflita.  
 Mas ele não ouve, não quer ouvir mais nada, tem o rosto lívido e os olhos brilham de pânico e de raiva.  
 De propósito, grita. De propósito. Para dar cabo da minha vida —  
 Segura-me os braços com que tento prender-lhes as mãos, torce-os brutalmente como se quisesse liquidar um inimigo, empurra-me com força para trás e de repente vai-se embora sem me olhar, quase a correr. (GERSÃO, 2004, p. 181)

Se antes da frase proferida pela narradora sua relação com o rapaz era de cumplicidade, uma vez que conversavam muito sobre as situações de suas famílias, sobre suas vontades e expectativas enquanto jovens, depois sua postura muda de forma extrema, a qual pode ser evidenciada pelas feições descritas por Gita, além da agressão ao seu corpo. A riqueza de detalhes da lembrança é indicadora da marca que deixou em si. A acusação de que a gravidez seria proposital desconsidera a transformação que o corpo e, portanto,

a vida da narradora sofreriam, caso estivesse realmente grávida, e retira a responsabilidade por parte de Rodrigo. Em mais uma atitude violenta e de desrespeito ao corpo da narradora, o término do relacionamento se dá por meio de uma carta, que é ainda enviada pela personagem, mesmo que por ordem de seu pai, trazendo como solução a realização de um aborto e oferecendo o dinheiro para cobrir as despesas.

Novamente o corpo da mulher ganha uma dimensão pública, uma vez que outros se veem no direito de intervir sobre ele, de decidir que rumo tomar mesmo que essa decisão pudesse resultar em sua morte. Daí o motivo de a narradora lançar o questionamento em uma carta para Rodrigo sobre o valor que ele teria em relação a ela. É claro que, na visão da personagem, e de sua família rica, o corpo de Rodrigo vale mais que o dela, tendo em vista a reação anteriormente mencionada.

É nesse momento que, por se ver sem alternativa, toma a decisão de partir para a casa do tio em Lisboa. Com o desejo de revolucionar o “país-casadas-primas”, ela reflete:

A independência, repito, fascinada, como se até aí não tivesse percebido que é disso, finalmente, que se trata:  
Um dia é-se livre, e já não se depende de ninguém. (GERSÃO, 2004, p. 187)

O planejamento do deslocamento se dá, apesar das dificuldades que o antecipam, por vontade própria. A decisão é feita por Gita, uma vez que o pai desconhece os motivos que a justificam. Como militante em prol da independência, aos 17 anos, tal como o país “e ao mesmo tempo que ele” (GERSÃO, 2004, p. 187), a narradora se torna independente para traçar sozinha uma nova fase de sua vida. O deslocamento de seu corpo surge então como uma ruptura necessária para sua emancipação.

Outro ponto importante, por fim, para refletir acerca das memórias do corpo e que perpassa o entendimento desenvolvido neste trabalho sobre essas memórias são as cicatrizes. Essas marcas corporais inscrevem a memória no corpo, remetem a uma história vivida, suscitando um passado que se faz presente. Mário, o pai de Rui, ao chegar em Portugal, gera euforia na família, mas também seu corpo atordoa o narrador. Ao ouvir os planos de Mário para refazer a vida em Portugal, Rui percebe a diferença, a partir do corpo, entre o

pai do passado e o do presente: “[...] o pai a quem eles ainda não tinham feito cicatrizes pelo corpo todo” (CARDOSO, 2012, p. 251). Sobre o efeito dessas cicatrizes em si, Rui afirma:

O pai nunca falou da prisão. Nem uma palavra. Talvez por isso eu não consiga olhar para as cicatrizes do pai quando o vejo em tronco nu. O silêncio do pai faz com que as cicatrizes contem coisas mais terríveis do que as que o pai poderia alguma vez contar, as cicatrizes mostram-me as feridas a serem abertas, o pai a gritar, a implorar, o pai deve ter chorado, o Sr. Moreira disse ao Helder que chega um momento em que até o mais valente dos homens chora. Quando olho para as cicatrizes do pai é como se estivesse a assistir ao que eles lhe fizeram, como se estivesse a assistir a tudo e continuasse sem conseguir mexer-me como quando levaram o pai. (CARDOSO, 2012, p. 251)

É a cicatriz que remete a retomada do passado recente no presente da narrativa. O silêncio sobre a prisão indica a interdição dessa memória que se deseja esquecer. O narrador não suporta esse silêncio, pois este permite o preenchimento do que seria lembrança pela imaginação, e imaginar pode ser pior do que saber o que de fato ocorrera, conforme o pensamento de Rui. Assim, a cicatriz, inscrição da memória no corpo, torna ainda mais latente o passado de conflitos gerados pelo processo de descolonização em Angola.

A lembrança acerca de uma mutilação do corpo do paterno também é recuperada pela narradora de *Caderno de memórias coloniais*.

Lembro-me de que não tinha as mãos inteiras. Sofrera a amputação de três dedos na direita. Cortara-os numa máquina tipográfica, aos 12 anos, ou talvez ainda mais cedo, pouco depois de ter começado a trabalhar. A máquina com que operava mostrou-lhe que já tinha idade suficiente para ficar sem eles. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A ausência dos dedos, conforme o excerto, gera o mesmo efeito da cicatriz. É essa ausência que reforça a presença do passado, de uma vida de dificuldade em um país que não ofereceu condições de subsistência à sociedade a ponto de os avós da narradora utilizarem da força do trabalho infantil para auxiliar no sustento da família, contrariamente à ideia da grandiosidade portuguesa, aspecto fundamental dessa identidade nacional, e tão difundida durante o Estado Novo. A última frase do trecho certifica a criticidade da narradora, que reconhece o fato de que a máquina não é capaz de distinguir

idades e condições de quem a opera, tarefa do ser humano que vê o corpo como uma máquina de trabalho, sendo ele infantil ou não.

Os narradores, por sua vez, não apresentam cicatrizes no sentido de marcas visíveis na pele como uma alteração do tecido fibroso, conforme ocorre com os pais de Rui e da narradora de Figueiredo. No entanto, em suas interioridades, essas marcas são muitas e também se manifestam pelo/no corpo, de acordo com o que foi analisado até então, como expressão do colonialismo. São cicatrizes não visíveis superficialmente, a quem não tem acesso a suas interioridades, mas não menos profundas. Rui exemplifica bem esse sentimento no excerto a seguir:

Não me mexo, o meu corpo não se dobra com dores como o do pai mas a raiva e o ódio rebentam-me todo por dentro, não, não é raiva nem ódio, que a raiva e o ódio enfraquecem com o tempo, é outra coisa, outra coisa que nem eu sei, o que me revolta mais é não conseguir compreender por que levaram o pai, é isso que me revolta e magoa mais, a dor de não conseguir compreender continua intacta ou até vai ficando mais forte [...]. (CARDOSO, 2012, p. 251)

A impossibilidade de compreender o passado, de encontrar uma justificativa para a prisão do pai, desencadeia sentimentos que afetam o corpo do menino, de modo a gerar sofrimento. Em latência, as cicatrizes do colonialismo, nesse caso, são impressas no corpo de Rui, impossibilitando o esquecimento do passado no presente.

Se a memória se sustenta, como bem destaca Halbwachs (2003), a partir da história vivida e se é o corpo o veículo de inserção do sujeito na história, ele carrega em si as marcas de um tempo. Nas narrativas analisadas, é posta em cena uma memória sobre os/dos corpos a partir das infâncias e adolescências dos narradores que revela as identidades impostas, as marcas de gênero, da cultura, a dominação, a dor, o sofrimento, fazendo brotar a herança de um passado em comum, coletivo, o colonialismo. Tendo em vista a condição de clandestinidade associada a essas memórias, seu discurso não é visto como consolidador de uma memória oficial, como cristalizador de uma história, portanto, oficial. Nesse sentido, essas memórias importam na medida em que são capazes de perturbar a história oficial.

Em todas as narrativas, as lembranças suscitam a presença do cotidiano familiar, evidenciando visões que partem de memórias individuais, mas que estão inseridas no âmbito coletivo. A relação filial é explorada em sua complexidade, e em nenhum momento são observadas infâncias/ adolescências idealizadas. A infância é associada, pela família dos narradores, às ideias de pureza e inocência. Daí a necessidade de proteger os corpos dos filhos da ameaça que representam a terra africana, os sujeitos negros, o pecado, aplicando punições aos seus corpos para que se autovigiem e se tornem dóceis e obedientes. Por sua vez, as adolescências apresentam em comum a experiência da sexualidade sem orientação, que, em um contexto como o do colonialismo, se dá de forma violenta, a realidade do abuso a esses corpos e o desejo de emancipação.

Na narrativa de Gersão, a memória de Gita sobre seu corpo, identificado com seu país de origem, apresenta a importância da influência da cultura africana, apesar dos pais portugueses, trazendo à tona o elemento da hibridiz externalizada em si. Mesmo com as ações disciplinadoras, sobretudo por parte de Amélia e do pai de Rodrigo, os quais agem de acordo com a estrutura do sistema colonial, cujas bases são o catolicismo e o patriarcalismo, Gita resiste corporalmente. Essa resistência ganha, assim, maior expressão quando do planejamento da sua partida, que configura a sua emancipação juntamente com a de Moçambique.

A memória que Benjamim apresenta sobre seu corpo evidencia a influência do discurso religioso, que age de forma disciplinadora, gerando uma resignação extrema e condicionando sua visão sobre os corpos dos outros. Devido a sua condição enquanto criança, seu corpo ainda é alvo da vulnerabilidade, sofrendo com a agressão por parte dos adultos. A situação de vulnerabilidade se intensifica à medida que a narrativa vai se desenvolvendo e chega ao ponto de seu corpo ser reduzido em tamanho e, posteriormente, animalizado. É possível entender essa redução como uma alegoria de um país em degradação, em que as pessoas vivem em condições miseráveis física e psiquicamente e em que persiste a tradição da Igreja, que contribui grandemente para essa miséria física e psíquica.

Já em *Caderno de memórias coloniais*, por meio da onipresença do pai, representante maior do colonialismo na narrativa, a memória da narradora retoma um corpo em conflito com o mundo e consigo mesmo, impossibilitado de encontrar seu lugar no corpo social. Uma das marcas da diferença, imposta pela identidade de gênero, parece resultar em uma inscrição histórica e mnemônica particulares à condição da menina e da mulher, que tem seu corpo objetificado socialmente desde muito jovem. Corpo esse que também ganha uma dimensão pública, na medida em que qualquer sujeito se julga no direito de opinar ou decidir sobre ele, de modo a fazê-lo vivenciar diversas violências.

A memória de Rui, apresentada em intercalações com o presente, por sua vez, carrega a influência do discurso hegemônico sobre a masculinidade, que imprime em seu corpo modos de ser, de se relacionar e de perceber o outro violentos e, ao mesmo tempo, o disciplina, a fim de que aja em conformidade com esse discurso. Tanto no caso de Rui quanto no da narradora de *Caderno*, o corpo na condição de retornado é percebido socialmente como a memória viva de um passado que se deseja esquecer. São esses corpos então elementos fundamentais no reconhecimento da diferença, no estabelecimento de um estigma social e da conseqüente segregação. Daí o motivo de suas memórias serem silenciadas, uma vez que elas fazem emergir uma história que é negada oficialmente.

A importância da emergência de memórias subterrâneas ou clandestinas, como as da infância e da adolescência, está no fato de causarem a perturbação nas narrativas da história oficial justamente por mostrarem pontos de vista que não são tidos como confiáveis para a realização do enquadramento da memória (POLLAK, 1992). As narrativas de Gersão, Mãe, Figueiredo e Cardoso propõem, ao evidenciar uma memória individual, mas que diz respeito também à coletividade de que faz parte, o movimento de contestação de uma verdade tida como única e absoluta a partir da memória de seus corpos subalternizados e regulados pelo sistema colonial, criando, assim, uma rasura no discurso histórico hegemônico.

## 5 “SOBRE TODAS AS COISAS QUE NASCEM DA TERRA”: AS MEMÓRIAS DO ESPAÇO

Na contemporaneidade, o espaço tem sido considerado uma categoria fundamental para as ciências humanas de modo geral. Isso porque a existência é marcada pelos espaços ocupados. Afirmou Michel de Certeau (1998, p. 202) que “o espaço é existencial e a existência é espacial”. Michel Foucault (2009), por sua vez, na conferência “Outros espaços”, já havia destacado o século XX como, possivelmente, espacial, uma vez que simultaneidade, justaposição, proximidade e distanciamento são seus aspectos principais. A partir do espaço são definidas as posições sociais, ou seja, compreende-se o mundo, o outro, a si mesmo, bem como se atua diante destes.

É no espaço, como enfatiza Halbwachs (2003), que o ser humano se situa em um tempo, não sendo possível separar as imagens do mundo do indivíduo que rememora, uma vez que essas imagens também compõem a lembrança. Retomando as ideias do sociólogo,

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra em todos os elementos de sua consciência, deixa mais lenta e regula sua evolução. (HALBWACHS, 2003, p. 159)

Para o autor, a influência entre grupo social e espaço é mútua, destacando-se o fundamental papel das imagens espaciais para a memória coletiva. Assim, essas imagens são capazes, conforme o teórico, de regular os pensamentos de um grupo.

Pollak (1992), por sua vez, enfatiza o lugar como elemento constituinte da memória, podendo esse lugar estabelecer ligação com uma lembrança pessoal ou coletiva, com ou sem apoio no tempo cronológico. Há lugares que podem servir de apoio à memória, como defende Pollak, tais como os lugares de comemoração. Nesse sentido, de forma mais ampla, é possível pensar o próprio desenvolvimento do espaço enquanto afirmação estatal como constituinte de uma memória. Os modos de organização espacial, os nomes escolhidos para

ruas, bairros, cidades, os monumentos históricos, todos definem o que deve ser lembrado e esquecido, bem como buscam no passado a afirmação para as ações do presente. Assim, como indica o título deste capítulo, pretende-se enfocar tanto as lembranças sobre os espaços retomadas pelos narradores quanto refletir sobre o espaço como constituinte da memória individual e coletiva.

Se a existência é situada em um espaço e este é um elemento fundamental para a memória, é claro que as formas como o espaço foi entendido e como o indivíduo se relaciona com ele influenciam também a memória. No âmbito da teoria da literatura, a categoria espaço por muito tempo não foi considerada importante. O pesquisador Luis Alberto Brandão (2005, p. 118-119, grifo do autor), no artigo “Breve história do espaço na teoria da literatura”, esclarece que

Se o espaço era visto como categoria empírica derivada da percepção direta do mundo, conforme a tradição realista-naturalista, vinculada à linhagem positivista do século XIX, este não desperta especial interesse teórico em um pensamento que, essencialmente antimimético, já concebe a mimese como *imitatio*, coloca no centro a própria linguagem.

Os formalistas russos, influenciados por um pensamento científicista, voltaram-se para a materialidade do texto literário, a forma, e por isso rejeitaram uma ideia de literatura como reflexo da realidade social (EAGLETON, 2006). Nesse sentido, sendo a categoria espaço entendida como vinculada a uma percepção direta do mundo, como Brandão explicita no excerto, o espaço é visto apenas como pano de fundo da narrativa. O estruturalismo, semelhantemente ao formalismo, centrou sua atenção na forma, o que resultou na associação do espaço a um “mundo extratextual” (BRANDÃO, 2005, p. 120), sendo, portanto, secundarizado.

Com o pós-estruturalismo, o espaço ganha maior notoriedade. Em oposição a uma lógica binarista, essa categoria passa a ser problematizada por sua hierarquização como inferior, empírica em excesso, passando a ser tratada como “efeito da diferença, ou seja, segundo uma perspectiva radicalmente relacional” (BRANDÃO, 2005, p. 123). A emergência dos estudos culturais, por sua vez, reivindicando uma politização da teoria, realiza uma abertura no que tange ao espaço, sendo este compreendido então como o lugar a partir do qual

ocorre a produção dos discursos e constituindo-se, portanto, fundamental para entender as relações de poder.

Alinhando-se à perspectiva dos estudos culturais, Said (1995), em *Cultura e imperialismo*, destaca a importância das relações entre geografia e poder, afirmando que na história tudo se origina a partir da terra. Tal afirmação, assim como suscita a reflexão sobre a habitação, também motiva a pensar sobre a posse de territórios. Posse essa que gerou a necessidade de agir em relação aos povos nativos. Essa ação se expressou na forma do imperialismo (e do colonialismo), que implica “pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (SAID, 1995, p. 36), envolvendo a disputa por territórios e seus povos. Para o pesquisador, o imperialismo, e conseqüentemente o colonialismo, se mantém e é impulsionado por ideologias que sustentam a ideia de que alguns povos e territórios necessitam ser dominados. Dessa forma, como bem salienta o autor, não é possível escapar da geografia; ninguém está fora ou além dela. Todos participam, de alguma forma, da luta pela geografia.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2004) destaca em seu *Por uma geografia nova* o quanto a geografia foi utilizada inicialmente como instrumento de dominação colonial, uma vez que os países

colonizadores contratavam geógrafos para auxiliar na empreitada da expansão. Santos (2004, p. 153) não considera o espaço como uma categoria imutável e define-o da seguinte forma:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

A concepção do espaço como testemunho de uma história interessa bastante a este trabalho, pois enfatiza o caráter ativo do espaço e o associa inevitavelmente à memória, tendo em vista que só é capaz de testemunhar quem

presenciou determinado acontecimento e pode retomá-lo por meio da memória. Importa, da mesma forma, pensar o espaço como “campo de forças”, envolvido, assim, em disputas de poder, uma vez que é produzido pelos sujeitos e distribuído e movimentado ao mesmo tempo o poder.

Santos (2004, p. 187) também compreende o espaço como um produto não acabado, não “fixado” ou “congelado”, enfatizando seu caráter processual, mas ao mesmo tempo chama a atenção para o fato de um de seus elementos ser fixo ao solo. Sendo o espaço uma produção dos sujeitos, não é possível que ele seja estanque. Se a lembrança é considerada uma reconstrução do passado com base no que se vive no presente (HALBWACHS, 2003), o espaço também sofrerá e gerará alterações com a superposição de traços de sistemas anteriores (SANTOS, 2004).

Também em consonância com os estudos culturais, a geógrafa cultural Doreen Massey, em seu *Pelo espaço – uma nova política da espacialidade*, propõe refletir sobre o modo como o espaço é pensado e a forma como o entendimento sobre ele afeta a compreensão acerca do mundo e sustenta ações. Para a pesquisadora,

Ele [o espaço] modula nossos entendimentos de mundo, nossas atitudes frente aos outros, nossa política. Afeta o modo como entendemos a globalização, como abordamos as cidades e desenvolvemos e praticamos um sentido de lugar. Se o tempo é a dimensão da mudança, então o espaço é a dimensão do social: da coexistência contemporânea de outros. (MASSEY, 2008, p. 15)

Massey enfatiza o caráter do espaço na dimensão da coexistência contemporânea, o que leva em direção a um outro provido de trajetória. Considerando o espaço como produto de inter-relações, a autora ressalta seu caráter múltiplo, “esfera na qual distintas trajetórias coexistem” (MASSEY, 2008, p. 29) e aberto, estando, assim, sempre em processo, aspecto que dialoga com o pensamento de Santos (2004).

A cientista considera implícita ao pensamento ocidental a ideia do espaço compreendido como uma superfície, contínuo, algo dado. No entanto, essa noção implica efeitos sociais e políticos nocivos, uma vez que povos e culturas podem ser entendidos apenas como fenômenos sobre essa superfície, de modo a retirar suas trajetórias, suas histórias (MASSEY, 2008). É a perpetuação dessa

memória, com respaldo histórico de saber, que norteou e justificou os movimentos colonizatórios ao longo da história, em que se incluem Portugal, Angola e Moçambique, e é ela de certa forma que ainda norteia o discurso histórico.

Grada Kilomba (2019) menciona o exemplo da expansão marítima, ainda muitas vezes denominada “descobrimientos” nas narrativas históricas. A opção pelo último termo envolve a confirmação dessa memória sobre o espaço, pois desconsidera o fato de os espaços “descobertos” serem habitados por sujeitos históricos, o que revela a anulação então de heterogeneidades e a redução de coexistências simultâneas.

Fundamentais então para a noção de espaço defendida por Massey (2008) são a diferença e a heterogeneidade. Sobre estas, a autora explicita:

A forma mais evidente que isso tomou foi a insistência de que a estória do mundo não pode ser contada (nem sua geografia elaborada) como a estória apenas do “Ocidente”, ou a estória, por exemplo, daquela figura clássica (irônica e frequentemente, ela própria essencializada) do macho branco, heterossexual e que essas eram estórias particulares, entre muitas outras (e sua compreensão através dos olhos do Ocidente ou do macho heterossexual é ela própria específica). Tais trajetórias foram parte de uma complexidade, e não os universais que elas, por tanto tempo, propuseram ser. (MASSEY, 2008, p. 31)

O excerto chama atenção para a importância que o entendimento de espaço tem para a compreensão da história e para a consolidação de hegemonias. Massey (2008) destaca, assim, o caso da história do Ocidente, vista e ensinada como uma história universal, e não parcial, como de fato é; bem como a perspectiva do homem branco e heterossexual. A hegemonia das perspectivas do espaço ocidental no discurso histórico, inserida no âmbito da disputa pela memória, é um reflexo do imperialismo europeu, uma vez que a luta pela geografia não envolve apenas conflitos armados, mas também ideias, representações, saberes de um modo geral, como afirma Said (1995), corroborado pela defesa da pesquisadora. A luta pela geografia, assim, envolve também a luta pela memória, pela perpetuação dessas ideias, representações e saberes. É a multiplicidade de olhares então fundamental para a expressão de histórias outras, que partem de outros espaços, outras concepções de espaço e

consequentemente envolvem memórias distintas, evidenciando uma visão de história e espaço como abertos.

No capítulo intitulado “Geografias pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial”, Ana Francisca de Azevedo (2007) explicita a relação das preocupações pós-coloniais com a geografia. Para a pesquisadora,

Tenta perceber-se como a cultura é factor crucial na produção e reprodução do espaço, articulando-se as expressões do local e do global, bem como aspectos de mito e memória passíveis de exprimir a constituição dos grupos sociais e dos indivíduos. (AZEVEDO, 2007, p. 33)

Os espaços, explica a autora, revelam hierarquias, de modo a refletir o imaginário geográfico, estabelecendo fronteiras entre o eu e o outro. Tanto o eu quanto o outro fazem parte, assim, dos processos de construção da diferença e da alteridade, bem como da construção do espaço social. Azevedo (2007, p. 42) ainda observa que no regime colonial o espaço é imaginado como uma “paisagem culturalmente vazia”, semelhantemente à ideia de espaço implícita ao pensamento Ocidental destacada por Massey (2008), que fundamentou as práticas coloniais. Se o espaço é tido como vazio, ele não apresentaria, da mesma forma, memória. Sendo assim, há um discurso espacial utilizado para justificar e legitimar o controle de pessoas e de seus recursos, que, de formas diferentes, segue sendo perpetuado pela memória com a reafirmação de uma concepção espacial colonialista.

É importante então refletir sobre as culturas imperialistas e sobre o imperialismo em si para “[...] indagar as representações, os imaginários, as lógicas e as práticas coloniais, por forma a colmatar uma ‘amnésia histórica’ que trespassa, entre outros domínios, a disciplina de geografia” (AZEVEDO, 2007, p. 49), assumindo uma tarefa de rever esses aspectos. A partir dessa reflexão possibilitada pela recuperação da memória, são observados espaços de caráter híbrido, espaços marcados pela diferença, que exigem uma reescrita geográfica, por meio da retomada de memórias não consideradas oficiais, de memórias clandestinas.

Homi Bhabha é um dos estudiosos para quem a problematização da diferença associada ao espaço é fundamental. Já no título de *O local da cultura*, Bhabha (2013, p. 20) chama a atenção para a questão espacial e enfatiza o fato de se viver em um momento de trânsito em que há o cruzamento de espaço e tempo para a produção de “figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”. É o deslocamento pelo espaço que acarreta também um deslocamento cultural, fazendo emergir inscrições mnemônicas distintas nos sujeitos, de modo a suscitar reflexões sobre fronteira, margem, pertença, não pertença, colônia, metrópole. Assim, para o teórico, importa pensar “[...] o espaço da inscrição ou da escrita da identidade [...]” (BHABHA, 2013, p. 92).

Para Bhabha (2013), a vida nos espaços liminares da sociedade nacional tem como efeito a desestabilização de significados essencialistas e fixos. Não é possível entender a diferença cultural como isenta da oscilação entre posições e isenta de pluralidades no tempo da comunidade nacional, tempo esse vazio e homogêneo, um tempo da “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008). A diferença cultural é capaz de alterar o que se fala e de onde se fala, estando intrinsecamente ligada à questão do lugar de enunciação. Desse modo, seu objetivo é promover uma nova articulação do conhecimento por uma posição de significação dos sujeitos das margens, marcados pelo trânsito e ausência de fixidez. Suas memórias, assim, também carregam essas marcas.

O entre-lugar, ou terceiro espaço, é o espaço, proposto por Bhabha (2013), onde se situam os sujeitos pós-coloniais. Trata-se de um espaço intersticial, de abertura, capaz de produzir novas subjetividades, provocando o deslocamento no tempo e no espaço. A partir dele, antigas certezas são desestabilizadas, bem como definições de tradição e de modernidade. É partir desse espaço ainda que novas identidades culturais são problematizadas. Nesse sentido, para o crítico, o espaço também não cessa de estar em processo.

As problematizações até então apresentadas convergem para uma mesma linha de pensamento que atrela as concepções de espaço e memória a um compromisso ético, uma vez que uma visão geográfica de representatividade e responsabilidade social é exigida. Como já foi desenvolvido, a criança/o adolescente e a infância/adolescência não são sujeitos e fases da vida

considerados legitimados na ordem do discurso (FOUCAULT, 1996). Em que medida então as memórias que emergem das narrativas em questão importam? Como o seu caráter subterrâneo se desenha?

Neste capítulo, importa analisar os espaços suscitados pelas memórias nos romances em questão, entendendo-os, para além do seu caráter como lembrança, como narrativas sempre em construção, portanto, abertas e não passíveis de significações estanques. Interessa, da mesma forma, verificar como esses espaços lembrados e que suscitam lembranças situam os sujeitos que os retomam na história, individual e coletivamente, quais as memórias que esses espaços carregam.

Em todos os romances, é preponderante a memória do cotidiano familiar, uma vez que crianças/adolescentes se desenvolvem sob a tutela de adultos da família. Assim, são importantes para a memória desses sujeitos tanto os espaços mais frequentados, aqueles que, como destaca Halbwachs (2003), são fundamentais para que a lembrança aconteça, como o espaço da casa, as cidades, os países e os continentes onde vivem, como os espaços não necessariamente incluídos no espaço-tempo do sujeito, de acordo com Pollak (1992), mas que despertam o sentimento de pertença.

Assim como esses espaços modificam o sujeito também são modificados por ele, tendo em vista que o espaço é produto de relações sociais, como defende Massey (2008). Nesse sentido, também os deslocamentos pelo espaço são importantes para a memória, a formação identitária e para a modificação do espaço. É então a memória sobre os/dos espaços essencial para entender como os narradores, enquanto sujeitos históricos, se relacionam com os/nos espaços, e como se configuram essas memórias em relação à memória oficial.

Em *Caderno de memórias coloniais*, o leitor já é remetido ao espaço geográfico primeiro, recordado pela narradora na abertura do romance com a fotografia de Lourenço Marques (Figura 5), acompanhada da legenda “Lourenço Marques, Alto Maé, 1960”. Também após o último capítulo do romance é apresentada outra fotografia da cidade (Figura 6) junto da legenda “Lourenço Marques, 1960”, o que indica a importância que o espaço assume na narrativa. Nas imagens, a cidade apresenta indícios do desenvolvimento urbano com o

despontar de seus prédios, um deles parecendo estar ainda em construção, mais ao lado direito, na Figura 5.

O bairro mencionado na Figura 5 é um dos mais antigos da ainda Lourenço Marques, situado em uma região central. A localização temporal, indicada pelo ano nas duas legendas, é de um momento em que ainda perdura o colonialismo, sob o governo de Salazar durante o Estado Novo, no ano de 1960. Com o registro fotográfico somado ao título do livro, é como se a narradora colocasse o leitor diante de um álbum familiar e, para orientá-lo melhor sobre o que discorrerá ao longo das páginas, opta por situar sua narrativa em determinado tempo e espaço, recorrendo à materialidade da fotografia.

A retomada da memória se dá a partir da individualidade da narradora, convergindo para o que diz respeito a uma coletividade não só de experiências, mas também de espaços. Para além da fotografia da cidade, o primeiro capítulo insere a lembrança sobre a constatação da partida do continente africano,

Manuel deixou seu coração em África. Também conheço quem lá tenha deixado dois automóveis ligeiros, um veículo todo-o-terreno, uma carrinha de carga, mais uma camioneta, duas vivendas, três machambas, bem como a conta no Banco Nacional Ultramarino, já convertida em meticais.  
Quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures?  
(FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Há a ênfase, no excerto, para a experiência comum da perda que o processo de descolonização acarretou, nesse caso, para os sujeitos brancos. No entanto, essa perda é associada, de imediato, apenas a bens materiais, o que confere um tom irônico ao texto, em oposição ao sentimentalismo da primeira frase. O discurso lamentoso pela partida, assim, diz mais respeito à perda de bens materiais conquistados à custa da exploração dos sujeitos negros, de um *status* social privilegiado do que à suposta terra perdida.

A frase nostálgica do excerto anterior remete a um saudosismo referente à África que ainda se faz presente nas lembranças de muitos que no continente viveram, sobretudo devido às vantagens em nível social e econômico que tiveram. Por isso, ao relembrar o espaço, é inevitável que as lembranças façam emergir em algum grau as posições dos sujeitos que ocupam esse espaço, as quais são bem demarcadas.

Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo. Para esse fim, havia sempre muitos pretos, todos à partida preguiçosos, burros e incapazes a pedir trabalho, a fazer o que lhes ordenássemos sem levantar os olhos. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Analisando o passado em sua vida adulta e reproduzindo o discurso que ouvia, a narradora lembra-se do local onde nascera e de sua lógica de funcionamento para sujeitos brancos e negros, de modo a destacar a facilidade para os primeiros, que apenas foi possível pela violência para com os segundos. Violência essa já explícita na reprodução do discurso de cunho depreciativo, que determina esses sujeitos como “preguiçosos, burros e incapazes”, submissos e que reduz as suas existências à servidão ao branco, a fim de que exerça a sua função de patrão e civilizador.

As análises sobre o vivido são uma constante ao longo do texto e só reforçam a importância, para a narradora, da leitura, uma vez que a atitude reflexiva é permitida pela possibilidade de ler o mundo, ler novamente as lembranças sobre um passado constantemente presente. Daí o motivo de a narradora afirmar que seus livros mostravam que no lugar onde vivia a redenção não era possível. “Que aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração de negros sem identidade, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência.” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.).

O contraste entre “paraíso” e “campo de concentração” acentua duas perspectivas distintas tanto em relação à beleza que a geografia de Moçambique apresenta e ao que a terra representa em termos sociais aos sujeitos brancos que se mudaram em busca de melhores condições de vida, quanto em relação às condições desumanas em que viviam os sujeitos negros, destituídos inclusive da posse de seus corpos, o que acarreta a perda existencial, conforme as palavras da narradora. Nesse sentido, as lembranças sobre esse mesmo espaço colonial, e tempo, possibilitam análises distintas, de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos e são reveladoras do funcionamento do sistema colonial para a drástica e injusta disparidade de realidades.

Interessa atentar ainda na citação anterior a definição do país como “campo de concentração”. É de conhecimento geral o fato de a Alemanha nazista ter utilizado os campos de concentração para extermínio do povo judeu. Contudo, a referência a esse dado histórico certifica uma noção do espaço europeu como privilegiado no âmbito da memória, uma vez que não foi retomado um acontecimento histórico de massacre para com os sujeitos negros, apesar de existirem muitos. O holocausto é visto e aprendido como um fato absolutamente cruel. São diversas as narrativas disponíveis sobre esse acontecimento em romances, filmes, documentários, diários. É claro que essas narrativas são necessárias para a manutenção da memória. No entanto, parece que os entendimentos sobre crueldade e injustiça variam bastante conforme a cor da pele.

A lembrança sobre a então Lourenço Marques apresenta uma divisão na configuração do espaço que segue uma lógica de hierarquia social. Em oposição à urbanização gradual da cidade dita de cimento, habitada preponderantemente por brancos, existia o caniço, bem distante do centro urbano.

O caniço era para os lados de Xipamanine, ou do aeroporto, ou longe, longe. O caniço era como o labirinto do Minotauro, e o meu pai era o Minotauro que aí entrava e saía, quando lhe apetecesse, para exercer a sua justiça.

O caniço talhava-se de caminhos estreitos, recortados por entradas para aglomerados de palhotas, onde se juntavam mulheres falando, crianças chorando ou brincando, cães sarnosos dormindo, cabritos remoendo capim, pilões pilando milho, vozes altas, latas de comida fumegando sobre o carvão; a vida. O caniço era construído de cana velha, já cinzenta, ou nova, cor de café com leite clarinho. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

No excerto, a própria narradora explicita a distância do caniço em relação ao centro urbano. A repetição do advérbio definidor da distância no primeiro período remete às definições espaciais pensadas na infância. A equiparação entre o bairro e o labirinto do Minotauro diz muito sobre a visão infantil e a percepção de sua organização: a figura do pai, cuja imagem é associada a uma espécie de fera, é a única capaz de explorar o espaço, visto como caótico na perspectiva infantil, por isso, definido como labirinto. Assim, essa comparação, por si só, remete a um lugar desorganizado e ameaçador, mas do qual o pai não sentia medo e conseguia dominar. O parágrafo seguinte acentua a descrição de

um espaço caótico e revela a composição desse espaço, que justifica o seu nome.

Eduardo Medeiros (1985), no artigo “A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975): estudo bibliográfico”, destaca o acelerado crescimento de Lourenço Marques a partir de 1950. Esse aumento populacional se deve a uma soma de fatores. Conforme o estudo de Bruno Machado (2011), como resposta à Guerra Colonial, é promovido um discurso de valorização de uma sociedade multirracial nas colônias, que teria como elo a tradição cristã. Houve também a concessão de subsídios durante o regime salazarista como incentivo para a saída dos portugueses da metrópole, que passava por dificuldades econômicas. Além disso, ocorre grande investimento público e privado destinado às colônias entre os anos de 1950 e 1960, principalmente em Moçambique e Angola.

Esse crescimento da cidade, como ocorre em diversos lugares, promove a imposição do deslocamento das pessoas pobres para áreas menos privilegiadas, gerando cisões no espaço. Além da cisão gerada pelo caniço, ainda a cidade dividia-se em alta e baixa, sendo a primeira o lugar onde ficavam as instituições de administração, religiosas e as moradias de pessoas mais favorecidas economicamente, em geral colonos brancos, e a última o local onde eram realizadas as negociações, onde se localizava o centro comercial e também onde residiam pessoas com menor poder aquisitivo. Não é ao acaso que em 1952 surge o Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques, criado por João Aguiar, visando à consolidação de uma imagem urbana imponente que expressasse os valores do Estado Novo e da segregação social com a proposta de criação de uma área próxima à “cidade de cimento”, mas fora dela, para a permanência da população local (MELO, 2013).

O historiador Valdemir Zamparoni (1998), em sua tese de doutoramento sobre a cidade de Lourenço Marques, assinala que a preocupação das autoridades à época da colonização não se limitava à segregação da população negra em relação aos locais das moradias, mas também se centrava em ações efetivas para limitar sua circulação. De acordo com o pesquisador, as palhotas tiveram sua construção proibida em áreas urbanas já no ano de 1875 sob a justificativa de que poderiam causar outro incêndio além do que havia ocorrido

na cidade. Soma-se a isso, a exigência posterior de uma declaração da posse de terras ocupadas, da construção de uma casa pelo proprietário nos terrenos e a criação gradual de cada vez mais normas de urbanização, as quais a maioria dos proprietários negros não poderia cumprir. Para uma população pobre e em grande parte analfabeta, essas ações foram absolutamente excludentes. Ainda a população suburbana trabalhadora era proibida de circular na dita “cidade de cimento” após o cumprimento de seu horário de trabalho.

Essa memória do espaço, que suscita a reflexão sobre a história da formação da cidade, é reveladora da oposição cruel das relações sociais de exploração que sustentaram o colonialismo, uma vez que a riqueza do colonizador só é possível, nesses termos, com a pobreza do colonizado, como bem ressalta Albert Memmi (2007). Para o autor,

Tendo descoberto o lucro, por acaso ou por tê-lo buscado, o colonizador ainda não tomou, porém, consciência do papel histórico que lhe caberá. Falta-lhe um passo no conhecimento de sua nova situação: é preciso que compreenda igualmente a origem e a significação desse lucro. Para dizer a verdade, isso não tarda. Como poderia ele deixar de ver por muito tempo a miséria do colonizado e a relação dessa miséria com sua tranqüilidade? Ele percebe que esse lucro só é tão fácil por ser arrancado de outros. Em suma, ele faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio. (MEMMI, 2007, p. 40-41)

Não é possível que o colonizador não enxergue a condição miserável do colonizado. A facilidade com a mão de obra praticamente gratuita e o conseqüente lucro que essa exploração traz são inclusive atrativos para a ida para as ex-colônias, uma vez que grande parte dos portugueses deixa a então metrópole em busca de condições melhores de vida, como ocorre em todos os romances, com exceção de *O nosso reino*.

Memmi (2007) ainda atenta para a dupla ilegitimidade da figura do colonizador por criar para si um espaço e ao mesmo tempo tomar o do habitante. Não só o toma como cria legislações, isto é, regimentos da memória sobre como a organização do espaço deve funcionar, os quais são propositalmente pensados para impor a exclusão sob a justificativa de uma modernização do espaço.

Não só as lembranças da narradora de *Caderno de memórias coloniais* tornam bem evidente a separação dos sujeitos sobre um espaço, tido como uma superfície, desconsiderando sua multiplicidade e dinamismo, mas também as de Gita, narradora de *A árvore das palavras*. A estreiteza de sua relação com Lóia desde a infância possibilita uma aproximação da realidade dos sujeitos negros, uma vez que a personagem vivia no Caniço. Sobre a localização do bairro, ainda criança, Gita pergunta a Lóia:

Mas “longe” onde é, quero saber – mais longe que o Chamanculo, a Avenida Angola, Munhuana, Xipamanine, Mafalala? Mais longe que a Estrada das Lagoas?

Ela repete: Sim. Longe. E suspira.

Dos negros não sabemos nada, diz Amélia. Nem podemos procurá-los porque não sabemos onde moram, não tem endereço, vivem em sítios vagos, palhotas iguais umas às outras, no meio de corredores de caniço. É agulha em palheiro, se se quiser achar alguém. (GERSÃO, 2004, p. 26)

Gita deseja satisfazer sua curiosidade infantil. As localizações citadas pela narradora são exemplos de regiões afastadas do centro, em geral bairros considerados suburbanos, e mencionadas, assim, como referência geográfica para traçar de forma estimada a distância do Caniço, a qual Lóia percorria diariamente para trabalhar. A fala da mãe sobre os sujeitos negros ecoa na memória de Gita, de modo que, ao longo da narrativa, diversas são as menções à afirmação de que não é possível saber nada sobre os negros, de que são traiçoeiros. A descrição sobre o bairro desconsidera a segregação imposta espacialmente, bem como o descaso das instituições coloniais para com os subúrbios, uma vez que, conforme Zamparoni (1998), as ruas, em sua maioria, não tinham nomes nessas regiões nem passavam por outras intervenções para suprir necessidades básicas dos habitantes. Sendo assim, da mesma forma que os sujeitos pareciam indistinguíveis ao olhar do colono, suas habitações também assim pareciam-lhe, como bem destaca Zamparoni (1998) sobre a cidade de Lourenço Marques, semelhantemente a representação no romance de Gersão.

São os nomes das ruas utilizados geralmente como referências históricas, na medida em que reiteram a história de um povo. Importantes nomes da história, de homens, mulheres, locais, eventos são utilizados como forma de realizar um “trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992), uma vez

que reforçam aos habitantes da cidade diariamente quem ou o que deve ser lembrado. Esse trabalho é realizado por historiadores, nos termos de Pollak (1992), autorizados a falar, e obedece a exigências que precisam ser justificadas.

As memórias sobre os espaços de colonização, sobre sua construção e organização só confirmam o que Memmi (2007) já havia destacado acerca da anulação da memória do colonizado. Entendendo o colonizador como um usurpador, Memmi (2007, p. 90, grifo do autor) afirma que

Sua vitória [a do colonizador] *de fato* jamais o preencherá: resta-lhe inscrevê-la nas leis e na moral. Seria necessário para isso que convencesse os outros, se não a si próprio. Ele precisa, em suma, lavar-se de sua vitória, e das condições em que ela foi obtida. Daí sua obstinação, espantosa em um vencedor, em relação a aparentes futilidades: ele se esforça para falsificar a história, faz com que os textos sejam reescritos, apagaria memórias se necessário. Qualquer coisa, para conseguir transformar sua usurpação em legitimidade.

Para o autor, o colonizador ao mesmo tempo em que reivindica o território que coloniza também sabe ser este um lugar usurpado, o que significa admitir uma imagem condenada por ele mesmo. Por isso, a necessidade da afirmação da vitória. Essa afirmação implica o que Memmi (2007) chama de falsificação da história. Para tanto, é necessário apagar memórias anteriores dos povos que no lugar viviam.

Se a cidade apresenta construções com formas preferidas pelo colonizador, nomes de rua que recordam suas províncias distantes, nada nesse espaço parece ser capaz de reforçar a memória do colonizado. Nesse sentido, conforme as lembranças de Gita, a ausência de preocupação com o espaço do Caniço, que inclui a não nomeação das ruas, desconsidera o reconhecimento da existência de uma história desses habitantes, impondo-lhes uma perda progressiva da memória.

Em *Caderno de memórias coloniais*, a narradora retoma uma lembrança muito significativa sobre o nome de Lourenço Marques.

O meu primo nasceu em Lourenço Marques e nunca pronunciou as três sílabas muito difíceis da palavra Maputo. As cinco de Lourenço Marques fluíam líquidas. Muito brancas.

Maputo era nome de preto, uma zona selvagem, um rio podia chamar-se Maputo, Incomati, Limpopo, Zambeze. Uma vila de pretos podia chamar-se Marracuene, Inhaca, Infulene, Xipamanine. Uma cidade de

brancos, não. Tinha de ser Lourenço Marques, Beira, Vila Luísa, Mocimboa da Praia.  
 [...] Nenhum branco que tenha saído de Lourenço Marques se habituou a chamar-lhe... outro nome qualquer. [...] Pensa Lourenço Marques e diz, com gozo, com desforra, como se manter o nome fosse manter o que designa, Lourenço Marques. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

No excerto, a recordação é motivada pela lembrança mais específica do primo, mas posteriormente engloba outros brancos que também viviam na cidade de Lourenço Marques e se negavam a chamá-la pelo nome que recebe após a independência. É interessante que a narradora qualifica as palavras como brancas devido à língua e por saber tratar-se de um nome que remete à história portuguesa de exploração do território africano. Lourenço Marques foi um explorador português. Por ter comandado expedições em Moçambique no século XVI, chega à baía da região, que passa a ser denominada por seu nome de início informalmente, mas, depois, oficialmente por ordem de D. João III, conforme explica Carla Ferreira Alves (2017). Trata-se de um nome, então, intimamente ligado à colonização.

Ainda refletindo a partir do excerto, negar a pronúncia do nome de Maputo, um nome com origem na língua xironga, e, portanto, que representa culturalmente os povos africanos, é negar o curso da história, a independência de Moçambique, o fim do colonialismo histórico. Daí o motivo da pronúncia com gozo e desforra, como mencionado pela narradora. Os outros nomes, também de origem africana e que nomeiam espaços ocupados pelos sujeitos negros, são igualmente caracterizados pejorativamente como “de pretos” e selvagens. Só são suportados porque designam espaços permitidos aos sujeitos negros, conforme a lembrança da narradora. Sendo assim, essa recordação apenas confirma, mais uma vez, que não só o sujeito negro é caracterizado como selvagem, mas também os espaços por ele ocupados.

No terceiro capítulo de *A árvore das palavras*, Gita traz à tona uma lembrança bastante detalhada e imagética sobre as habitações:

Lóia estava ligada ao mundo quotidiano dos negros, aos bairros pobres que por toda a parte nos cercavam – casas baixas, pintadas, feitas de pedaços de materiais avulsos, que pareciam desenhos de crianças da escola ou cenários abandonados, desbotando ao sol: Uma porta e duas janelas, uma de cada lado, mais abaixo uma faixa pintada de azul forte, amarelo ou rosa. Em cima, sem forro, um telhado mal assente,

às vezes também debruado a tinta. E na entrada em geral um degrau ou dois, para encher o espaço que faltava até à rua. Através das portas abertas viam-se, dentro das casas, pedaços desconexos de coisa nenhuma, uma mesa, uma cama no meio de um quarto, um armário partido, uma cadeira esventrada, algures ouvia-se um rádio tocando alto, barulho de vozes, choros de criança ou de mulher. (GERSÃO, 2004, p. 153)

A composição das habitações recupera a carência, também tratada por Zamparoni (1998), de recursos materiais. Uma vez que as palhotas de caniço e barro foram proibidas na cidade, sendo substituídas por casas de alvenaria ou madeira com telhado de zinco, surge a necessidade de comprar materiais e pagar por um serviço já que as pessoas não conheciam esse tipo de construção. Essa nova forma de construção das casas está atrelada aos diversos projetos coloniais de urbanização que tinham como objetivo a modernização da cidade.

A substituição das palhotas redondas de materiais oriundos da natureza por casas retangulares de alvenaria ou madeira com telhados de zinco ainda abarca a dimensão simbólica de abandonar uma forma considerada primitiva (a circular) e assumir uma considerada evoluída (a retangular) (ZAMPARONI, 1998). Na impossibilidade de adquirir os materiais, então, para as construções, eram aproveitados materiais possivelmente descartados por outros, o que dá a impressão em Gita de que são “cenários abandonados”, porque lhe parecem incompletos e decadentes devido à falta de recursos.

De acordo com a memória de Gita, assim, os espaços reservados aos negros, além de promoverem a exclusão desses sujeitos, refletem o completo descaso por parte do colonizador com o bem-estar alheio, bem como uma forma de aniquilação de suas subjetividades. Ainda são importantes indicadores de uma visão do outro. Um outro tão indigno a ponto de não ser considerado cidadão. Memmi (2007) critica o fato de o colonizado não ter direito a nenhum dos atributos da nacionalidade. Conforme o autor,

O colonizado não desfruta de nenhum dos atributos da nacionalidade; nem da sua, que é dependente, contestada, sufocada, nem, bem entendido, da do colonizador. Ele quase não pode contar com uma nem reivindicar a outra. Uma vez que não tem seu justo lugar na cidade, que não goza dos direitos do cidadão moderno, que não está submetido a seus deveres correntes, que não vota e não carrega o peso das questões comuns, não pode se sentir um verdadeiro cidadão. Depois da colonização, o colonizado praticamente jamais vive as experiências da nacionalidade e da cidadania, a não ser *privadamente*:

*nacionalmente, civicamente, ele é apenas aquilo que o colonizador não é.* (MEMMI, 2007, p. 136, grifos do autor)

Memmi enfatiza a falta de lugar para o sujeito negro na cidade, bem como a impossibilidade de usufruir de direitos como qualquer cidadão, de modo a gerar uma fratura em sua identidade, tal como a condição de vida presente na memória de Gita. Em suas palavras, é “como se nada valesse a pena e tudo o que se estragava fosse irremediavelmente degradar-se ainda mais. Pessoas mortas caminhando na luz.” (GERSÃO, 2004, p. 154). Esta última imagem, a qual ela recorre para construir sua lembrança sobre os moradores desses bairros, indica as condições sociais de extrema pobreza a que estão submetidos esses sujeitos e a criticidade de sua formação.

A memória sobre o espaço da cidade de Lourenço Marques nos romances de Figueiredo e de Gersão traz à tona uma cidade organizada conforme uma hierarquia social. Os espaços são analisados e codificados, retomando as palavras de Foucault (2004), de modo a satisfazer a exigência de funcionalidade e a necessidade de vigiar. A exclusão, cada vez mais intensa, dos sujeitos negros da “cidade de cimento”, retratada nos romances, é então disciplinar, na medida em que favorece o controle da atividade ao estabelecer censuras, determinar horários e ciclos de repetição (FOUCAULT, 2004). Essa memória do espaço pode ser confrontada com a memória oficial bem consolidada acerca de uma colonização mais branda conforme uma perspectiva luso-tropicalista.

O etnólogo Jorge Dias (1971), em seu *Estudos do carácter nacional português*, foi um dos tantos estudiosos que sustentou essa memória oficial acerca da colonização, que caracteriza a identidade portuguesa em termos de seu carácter humanitário, sensível, bondoso e amoroso, contudo, sem demonstração de fraqueza. Para o autor, também a religiosidade se sustenta sob esse mesmo fundo humano do português. Perspectivas como a de Dias (1971) possibilitaram a perpetuação de uma memória sobre uma colonização portuguesa mais branda e, sobretudo, não racista. Este último aspecto se justificaria pelas relações estabelecidas entre portugueses e mulheres dos territórios ocupados. No entanto, como bem atenta Boaventura de Sousa Santos (2010), a miscigenação indica um tipo de racismo diferenciado, e não sua ausência.

É então a memória sobre o espaço da cidade nos romances que possibilita realizar esse confronto com a memória oficial. As lembranças sobre o percurso de desenvolvimento da cidade evidenciam uma lógica de segregação social, de modo a dividir as áreas em civilizadas e não civilizadas, conforme o estabelecimento de uma hierarquia para os corpos que os organiza nesses espaços de acordo com sua definição igualmente como civilizados ou não civilizados. Nesse sentido, até que ponto o colonialismo português não praticou também uma espécie de *apartheid*? Não aos moldes da África do Sul, mas um *apartheid* mais insidioso.

A diferenciação dos sujeitos a partir da determinação de uma “raça” acaba por condizer com a diferença espacial, uma prática colonial tão antiga e que ao mesmo tempo ainda perdura na contemporaneidade. Stuart Hall (2003) explica que

Conceitualmente, a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto àquelas encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui lógica própria (Hall, 1994). Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p. 69)

A tentativa de justificar diferenças pela biologia cria uma ideia de naturalização, de modo a fazer parecer estável e científica a noção de “raça”. No entanto, é uma noção construída que serviu e ainda serve como justificativa para dominação, exploração e exclusão dos sujeitos negros.

Como bem destaca Boaventura de Sousa Santos (2019), sustentou-se tão eficazmente a ideia de que o colonialismo acabou após as lutas independentistas do século XX que é quase absurdo pensar que ele não chegou ao fim. No entanto, como elucidado por Grada Kilomba (2019, p. 61), em consonância com o que afirma Hall (2003), ainda hoje “as relações de poder desiguais de ‘raça’ são então rearticuladas nas relações de poder desiguais entre os espaços”. Assim, a memória do espaço da cidade evidencia o despertar nas narradoras para a consciência em relação à diferença social pela percepção das distâncias

entre os bairros, a formação excludente da cidade, a falta de recursos básicos à vida dos sujeitos negros.

Em *O retorno*, tendo como presente o dia da partida para Portugal, numa tentativa desesperada de agarrar um mundo familiar, Rui afirma: “Insistimos em pormenores insignificantes porque começámos a esquecer-nos. E ainda nem saímos de casa.” (CARDOSO, 2012, p. 8). Esse apego ao que ele denomina como “pormenores” se faz fundamental para fornecer algum suporte e segurança. São retomadas diversas lembranças recentes que envolvem o cotidiano familiar em Luanda e posteriormente em Portugal.

Nas palavras de Halbwachs (2003, p. 158): “A estabilidade da habitação e sua aparência interior não deixam de impor ao grupo a imagem pacificante de sua continuidade”. É a sensação de imobilidade proporcionada por esse espaço então que gera um sentimento de estabilidade, que é reconfortante, uma vez que o espaço conhecido faz recordar formas de ser comuns a muitas pessoas. Desse modo, a memória do espaço da casa da família evidencia o quanto esse espaço se configura um lugar de afirmação no mundo, de constituição de identidade, de reconhecimento, de identificação, de construção de uma memória comum. No entanto, habitar a casa não é mais seguro devido à guerra, que impõe o deslocamento da família e, portanto, significativa perda de subjetividade e de perspectiva futura.

Com a necessidade da partida, o “retorno” para a metrópole onde Rui nunca esteve, é preciso, para suportar a perda do espaço familiar, convencer-se das vantagens que Portugal pode ter.

Mas na metrópole há cerejas. Cerejas grandes e luzidas que as raparigas põem nas orelhas a fazer de brincos. Raparigas bonitas como só as da metrópole podem ser. As raparigas daqui não sabem como são as cerejas, dizem que são como as pitangas. Ainda que seja, nunca as vi com brincos de pitangas a rirem-se umas com as outras como as raparigas da metrópole fazem nas fotografias. (CARDOSO, 2012, p. 7)

O uso da conjunção adversativa na primeira frase do livro já indica a necessidade de contornar a partida obrigatória de casa, sem poder levar praticamente nada consigo que ao menos auxiliasse no processo de rememoração e permitisse, mesmo que muito superficialmente, a sensação de

estabilidade de que Halbwachs (2003) trata. É possível entender essa imagem positivada sobre Portugal como resultante do que Pollak (1992) denomina projeção ou transferência da memória familiar, uma vez que a personagem nunca esteve no país e, portanto, não tem referências de experiências concretas sobre o espaço. O narrador aprende com a mãe, que viveu de fato em Portugal e com o país tem uma relação de saudosismo, a criar essa imagem, fortalecendo o vínculo de pertença ao grupo familiar.

Entram em cena dois elementos no discurso de Rui oriundos da metrópole, as cerejas e as raparigas. Esses dois elementos, para que sejam supervalorizados, são contrapostos a outros dois elementos locais, as pitangas e as raparigas de Angola. As cerejas, as quais Rui aprende com a mãe serem as melhores frutas, são desconhecidas pelas raparigas de Angola, o que contribui para a desvalorização destas e valorização das portuguesas. No discurso do narrador, as frutas e as jovens são postas em um mesmo patamar, revelando assim um pensamento machista, fundamentado na estrutura do espaço em que se encontra.

A supervalorização de Rui aos elementos portugueses encontra sustentação também no próprio discurso colonial, ancorado por uma memória oficial, que circula no presente da narrativa e que tem na mãe e no pai seus propagadores, ainda mais em uma fase da vida tão suscetível à influência familiar. O narrador reflete sobre os efeitos de Angola para a doença da mãe e o que dizem ela e seu pai sobre a ida para a África:

A culpada de a mãe ser assim é esta terra. Sempre houve duas terras para a mãe, esta que a adoeceu e a metrópole, onde tudo é diferente e onde a mãe também era diferente. O pai nunca fala da metrópole, a mãe tem duas terras mas o pai não. Um homem pertence ao sítio que lhe dá de comer a não ser que tenha um coração ingrato, era assim que o pai respondia quando lhe perguntavam se tinha saudades da metrópole. (CARDOSO, 2012, p. 11)

Rui apenas repete a afirmação de sua mãe, que culpa o local onde vive por sua condição mental. Para o pai, são demônios que entram pelo corpo da mulher, e, para ela, o local onde esses demônios existem é Angola, a terra que a adoece. Essas afirmações sobre a doença da mãe e a culpa da terra são repetidas diversas vezes ao longo da narrativa. A repetição do narrador apenas

confirma a projeção ou transferência (POLLAK, 1992) da memória familiar acerca do espaço: um espaço caracterizado de forma estereotipada, uma África mítica, misteriosa, repleta de demônios, que está intimamente atrelada à visão preconceituosa sobre as religiões africanas.

Essa visão do espaço gera o sentimento de pertença ao grupo familiar e, de uma forma mais ampla, à identidade portuguesa, pautada na superioridade do sujeito português e na inferioridade do sujeito africano. Tem como base narrativas, perpetuadas por uma memória oficial, de diminuição do sujeito negro, visto como o outro, e de sua cultura, que são sustentadas por uma perspectiva de espaço como um sistema fechado, uma simples superfície, que precisa ser dividido conforme uma hierarquização imposta pela “raça” e cuja divisão corresponde a uma sequência temporal, como ensina Massey (2008). Essa dinâmica implica o estabelecimento de uma concepção de desenvolvimento em função do tempo que não leva em consideração as diferenças nas trajetórias, porque as reduz a uma só.

Benjamim, em *O nosso reino*, por sua vez, lembra-se da trajetória sua e de sua família a partir do espaço da aldeia, não denominada, isolada na costa de Portugal, em que se incluem a casa da família e a igreja, fundamentais para o entendimento da relação do menino com o mundo. No romance, não ocorre o deslocamento do narrador para a África, mas há representações dela a partir do que Benjamim ouve falar, que o faz formar uma idealização, e a partir da fala de personagens.

em angola os bichos eram tantos que por vezes os soldados estavam a disparar e vinha uma boca dentada que lhes engolia uma perna. era um perigo, porque não eram só os soldados inimigos, era o mato que estava repleto de ameaças. em angola tudo podia acontecer, porque os lugares eram ermos, esquecidos de tudo e de todos e deus não devia saber sequer que eles existiam. [...] podiam os homens ter filhos, que muitos pretos só tinham pai, muitos só tinham mãe e outros nasciam dos bichos, a maior parte, até há anos, nascia dos macacos, e em angola tudo era possível por isso, porque deus não ordenava as coisas, porque as coisas eram dominadas por um caos que ninguém podia explicar e por isso pareciam magia. eu juro, havia mulheres que se aproximavam de nós para fugir ao preto, e falavam de como deixavam os filhos com os pés plantados no chão para que a terra os fizesse crescer como plantas, e falavam de casas no interior da terra onde se podia dormir em nuvens que ali ficaram presas nos invernos mais densos, quando o céu parecia desabar e juntar-se à terra. eu queria ter trazido uma pedra que se lamentava à noite, num murmúrio muito baixo, por ser disforme e feia. que havia pedras muito negras

polidas pelas águas dos rios e do mar que adquiriam o macio da pele. mas esta era uma pedra rude como muitas outras. à noite, se estivéssemos nas trincheiras meio enterrados no chão, e se o inimigo sossegasse por momentos, ouvíamos murmúrios vários, e a terra chegava a mover-se com o esforço incrível que as pedras faziam para serem ouvidas. (MÃE, 2012, p. 44-45)

Essa imagem sobre o espaço de Angola surge na narração de Benjamim no momento em que todos se reúnem para ver fotografias da guerra trazidas por Carlos, irmão de Manuel. A fotografia, como importante recurso de mobilização da memória, cumpre as funções de despertar a lembrança e, de certa forma, comprovar a narrativa de Carlos. A lembrança de Carlos sobre Angola reforça a imaginação de uma atmosfera de mistério, misticismo, selvageria, um lugar tão isolado do que a personagem entende por mundo a ponto de ser esquecido por deus e, por isso, não sofrer interferência na ordenação realizada por deus no restante do mundo, resultando no caos absoluto, segundo suas palavras. Não só o espaço é caótico como tudo e todos que nele estão inseridos. Daí a lembrança da organização familiar dos negros como falha. A animalização dos negros é dada como fato quando da afirmação de que nasciam dos macacos. Além da redução e bestialização que essa memória faz perdurar, há ainda a carga pejorativa que o animal macaco apresenta historicamente no Ocidente.

Essas memórias não são questionadas por Benjamim. Sua reação às lembranças de Carlos também revelam a influência de uma narrativa recorrente sobre a África que a determina como selvagem, caótica e que precisa ser civilizada. Trata-se de um continente que precisa ser salvo da condição em que se encontra e a que submete os seus habitantes, na visão do narrador, buscando seguir o padrão comportamental de santidade que deseja para si.

as histórias de angola espantavam-me, imaginava os campos repletos de crianças plantadas com os cabelos a ondularem ao vento. crianças sem escola, sob o sol intenso, a escurecer mais e mais a pele, e eu senti pena delas, a pensar como seriam belas e vulneráveis, e como era cruel que deus não conhecesse toda a sua invenção. mas eu compreendia, fazemos coisas sem saber, e ao fazer a nossa vila deus pode ter feito angola sem saber, por isso a ignorava. talvez o que tínhamos de conseguir era mostrar-lha, mostrar-lha, e eu pensava que, se a dona darci fosse à igreja e falasse sobre moçambique, deus, que inventou a nossa vila, saberia que sem querer inventou áfrica, e poderia ir lá ver como as coisas eram e ordená-las, ajudá-las a seguir o melhor caminho, como se lhes ensinasse a viver. (MÃE, 2012, p. 45)

O sentimento de pena, relatado pelo narrador, implica colocar-se em uma posição hierarquicamente superior, e essa superioridade se dá devido ao espaço que ele ocupa como português e cristão. A África é construída em sua memória como criação accidental ou inconsciente de deus, o que acarreta a desordenação desse espaço e das pessoas que o habitam. Daí a necessidade de ordenação e auxílio mencionada ao final do excerto. No entanto, essa memória sobre o espaço, tal como a de Rui, também não se apoia em uma experiência concreta. Ela também é da ordem da transferência ou projeção (POLLAK, 1992), nesse caso, de uma memória coletiva, que possibilita a identificação dos sujeitos portugueses entre si e conseqüentemente a afirmação de uma identidade comum.

Eduardo Lourenço (2016, p. 53), ao analisar as contradições da mitologia colonialista portuguesa, toma como ponto de partida a leitura do Ato Colonial, publicado no período que antecipa o Estado Novo, e a tentativa de atenuar “a doutrina de colonizadores sem má-consciência” no ano de 1963 (em crítica ao discurso de Salazar de 12 de agosto de 1963). Para o filósofo, basta uma simples análise vocabular para perceber que a colonização portuguesa se pautou em uma ótica tutelar, designando o lugar subalterno ao sujeito negro, com uma convicção inabalável da superioridade do português diante da “criança negra”, que ainda precisa percorrer muito tempo para alcançar o desenvolvimento europeu. Como destaca o professor:

*Superiores* [os portugueses], enquanto *civilizados* e *agentes de civilização*, superiores igualmente enquanto cristãos e elementos de cristianização, os brancos de mais nada precisam para ter por incontestável a sua efetiva *presença* africana. (LOURENÇO, 2016, p. 70-71, grifos do autor)

Mesmo criança, Benjamim apresenta em sua memória traços dessa mentalidade tutelar que coloca o outro em uma situação de dependência, subjugação, de modo a certificar a superioridade de que Lourenço fala. Uma superioridade que está intimamente atrelada ao espaço (europeu, no caso), uma vez que cada espaço, por carregar consigo uma memória (do que é tido como civilização ou incivilização, por exemplo), é definidor também da identidade dos sujeitos. A ideia da necessidade de tutela, também tratada por Lourenço (2016),

ainda liga o negro à imagem da criança, vista nesse caso pejorativamente como dependente, como quem tem o raciocínio limitado e precisa aprender a viver. Somam-se à mentalidade tutelar também os valores cristãos de fraternidade e o paternalismo, igualmente mencionados por Lourenço (2016), e condizentes com o discurso de 12 de agosto de 1963, proferido por Salazar, na forma sobretudo do “humanitarismo cristão” do português (DISCURSO, s. d., n. p.).

Desse modo, ao mesmo tempo em que a memória individual do menino Benjamim é construída a partir do espaço português ao longo da narrativa e que carrega em si a marca desse espaço colonialista, também há a retomada de uma memória que diz respeito à coletividade, uma vez que é parte constituinte da história portuguesa. A memória de Benjamim acerca de um espaço que precisa ser salvo do pecado e civilizado está presente também na memória coletiva, uma vez que a Igreja, em torno da qual a vila se organiza, é uma das principais responsáveis por propagar essa memória.

Semelhantemente em *O retorno*, a marca do espaço colonial fica bem evidente a partir dos pensamentos de Rui, em oscilação entre passado e presente. Apesar de parte da experiência de Rui ocorrer no espaço africano, as evidências da colonização, do racismo estão muito presentes em sua formação, visão de mundo e tratamento para com o outro. A personagem inicia um processo de desenvolvimento da criticidade em relação à situação africana quando da chegada em Portugal. No entanto, essa criticidade ainda é bem mais limitada que a desenvolvida por Gita e a narradora de *Caderno de memórias coloniais*.

Apesar da criticidade desenvolvida a partir da memória de Gita e da narradora de Figueiredo, algumas lembranças sobre a África não parecem incluir essa capacidade crítica sobre o espaço colonial.

Saindo da cidade, os lugares podiam tornar-se selvagens e inabitados por quilómetros e quilómetros. Eu e a minha mãe tínhamos a noite, e só pensávamos em como sair dos apuros em que o meu pai nos metera por ter descoberto uma estrada que ‘de certeza devia ir dar a qualquer sítio’. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Ao rememorar os passeios com o pai e a mãe, a narradora evoca uma imagem do espaço africano, semelhantemente a Benjamim e a Rui, como

selvagem e do pai como desbravador desse espaço. Daí a associação do pai ao Minotauro, como anteriormente mencionado. Ao mesmo tempo, a imagem do pai como desbravador remete à própria identidade do povo português sustentada pela jornada expansionista e intimamente ligada ao “sonho messiânico”, utilizando uma expressão de Lourenço (2012), e à corrida imperial, que encontra em *Os lusíadas* seu maior representante. Tal noção identitária configura uma existência heroica (LOURENÇO, 2012) e que carrega importante carga semântica na cultura portuguesa ainda na contemporaneidade.

O excerto é indicador de como se dá a ocupação do espaço pelos sujeitos que nele habitam e suas respectivas funções. O pai lembrado, como sujeito ativo no espaço, age sobre a terra africana, aqui associada ao gênero feminino, de forma a intervir violentamente sobre ela. Em posição de dominação, o medo não cabe a esse homem, devido ao privilégio que o gênero e a raça lhe proporcionam em uma sociedade fortemente patriarcal, racista e cristã. Às mulheres, sob orientação dessa sociedade, como sujeitos em desvantagem na disputa pelo poder, cabe a resignação e a preocupação. Nesse sentido, a própria visão que as personagens têm sobre o espaço direciona suas ações nele e em relação aos seus povos. Assim, não só a terra é explorada pelo pai da narradora, mas os corpos das mulheres africanas e indígenas, como abordado no capítulo 3, bem como os corpos da mãe da narradora e o dela também são submetidos à ordenação imposta pelo pai.

A narradora define da seguinte forma o continente: “Era África, inflamante, sensual e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Tremia. Um coração inchado. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexida, a terra queimada, e cheirava sempre.” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). Essa definição confirma a influência de narrativas estereotípicas sobre a África, muito difundidas ainda hoje nos veículos midiáticos: uma África mítica e feminina, na medida em que a sensualidade é historicamente atribuída às mulheres. A escolha pelo vocábulo “inflamante” também remete ao aspecto da sensualidade, bem como à caracterização pela cor, posteriormente mencionada. À liberdade associa-se o crescimento incontrolável, sugerindo novamente a incivilidade. A marca constante do cheiro, como sugestivo da sujeira tão odiada pela mãe da

narradora, retoma o aspecto da incivilidade e a impossibilidade de não se fazer notar pelos sentidos.

A fotografia da machamba (Figura 7), propriedade agrícola colonial, como suscitadora da hipotética lembrança contida no fragmento de número sete, ao mesmo tempo em que traz à tona um registro feito pelo pai (a legenda inserida no verso da fotografia) e, conseqüentemente, a marca do afastamento temporal, também destaca aos olhos do leitor a disposição do espaço e dos sujeitos que nele estão. O local recebe interferência em sua configuração natural com a retirada de parte da mata e construções aparentemente de madeira. Ocupando o espaço, há predominantemente pessoas negras exercendo atividades. Há um homem branco, no primeiro plano da fotografia, agachado, possivelmente o dono da machamba a quem a legenda escrita pelo pai da narradora fazia referência.

A exploração dos corpos negros tem na fotografia seu registro material, suscitando a retomada da questão da posse das terras, tratada por Zamparoni (1998), as quais os sujeitos negros são privados de obter a fim de garantir a manutenção do colonialismo e, conseqüentemente a dependência desses sujeitos em relação ao patrão branco. Nesse sentido, a memória sobre esse espaço evidencia a atuação do homem branco frente à natureza e, portanto, aos seus habitantes no âmbito de uma domesticação.

Se a fotografia sugere uma ordenação do espaço e dos corpos que nele estão, indicando um olhar denunciador acerca da atuação colonial sobre o continente e sua população, a imagem da África retida na memória da narradora não consegue fugir da influência colonial, acabando por reproduzir estereótipos, e não apenas por denunciá-los a partir de uma análise do passado.

Homi Bhabha (2013) destaca a importância do conceito de fixidez para o discurso colonial, uma vez que é a partir desse conceito que é construída a alteridade. O estereótipo é uma das estratégias utilizadas por esse discurso e carrega em si uma ambivalência, pois oscila entre o que já se conhece e o que será repetido. De acordo com o estudioso,

[...] é a força da ambivalência que dá ao estereótipo colonial sua validade: ela garante sua repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas mutantes; embasa suas estratégias de individualização e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em

excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente. (BHABHA, 2013, p. 118)

Se o estereótipo é sustentado pelo discurso colonial, ele também é um modo de conhecimento e poder por ser consequência do aparato que o discurso representa. A partir desse discurso, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as diferenças raciais, históricas e culturais, elas também são rejeitadas. A outridade do colonizado, bem estabelecida nesse discurso, não impede a apreensão e a visibilidade das diferenças, indicando uma visão do colonizado como uma “realidade social” (BHABHA, 2013, p. 124). Nesse sentido, a função estratégica desse discurso é a de estabelecer um espaço para os “povos sujeitos” por meio da produção de conhecimento, criando um sistema representacional que contribui para o efeito de verdade mencionado no excerto.

As narrativas estereotípicas são bem marcadas nas falas, nas ações e na relação com o espaço da personagem paterna de *Caderno de memórias coloniais*. O caráter estereotípico e, portanto, limitado dessas narrativas é percebido pela narradora e criticado. No entanto, suas lembranças evidenciam que esse discurso não deixa de estar presente também na formação do seu pensamento, na sua relação com a terra, em certa medida, também com os sujeitos negros, o que certifica a impossibilidade de desvencilhar-se da marca do colonialismo, mesmo tendo uma visão crítica sobre ele.

No romance de Gersão, as lembranças de Gita que retomam o espaço também evidenciam a impossibilidade de livrar-se da reprodução de narrativas estereotípicas. As lembranças sobre Lóia constroem a imagem de uma mulher forte, acolhedora, sempre acessível, maternal, capaz de nutrir o corpo da personagem, como desenvolvido no capítulo 3, alegre, provedora da casa, paciente. Mesmo partindo de um bairro muito distante com duas filhas para ir para o trabalho, Lóia exerce suas atividades contente, conversa com os bichos e parece em integração com a natureza, exercendo influência no desenvolvimento da identidade híbrida de Gita. No entanto, essa visão em muito remete à própria representação da África no feminino, à associação da mulher com a terra, assumindo a função de grande mãe acolhedora, uma visão romantizada, redutora e que não destaca a condição de violência e exploração extrema a que estão submetidos espaço e corpo.

A exploração de mulheres negras durante o colonialismo é tratada por Grada Kilomba (2019, p. 141, grifo da autora) a fim de salientar o uso do trabalho dessas mulheres como uma forma de “nutrir e prover a casa *branca*”. Para a autora,

Essa imagem da mulher *negra* como “mãe” vem servindo como um controle de “raça”, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres *negras* à função de serventes maternas, justificando a subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres *negras* com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família *branca*. (KILOMBA, 2019, p. 142, grifos da autora)

A leitura realizada por Kilomba pode ser ampliada para o continente africano. No caso do espaço, esse tipo de representação o confina ao lugar de um espaço subordinado e explorado pelo colonizador, tal como Said (1995) coloca. Assim como a mulher negra, o espaço africano é muito amado pelo colonizador por ter proporcionado tal exploração e conseqüente riqueza e privilégios sociais. É reforçado, assim, um estereótipo a partir da construção da personagem de Lóia que certifica a imagem da mulher negra trazida por Kilomba e do espaço africano, de forma mais ampla.

A partir da memória de Gita, também é possível perceber uma demarcação bem estabelecida já no início da narrativa, que define os espaços de Lóia e Amélia, os quais estão fortemente atrelados à noção de pertencimento para a narradora:

E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta. A Casa Branca era a de Amélia, a Casa Preta a de Lóia. O quintal era em redor da Casa Preta. Eu pertencia a Casa Preta e ao quintal.

[...]

Na Casa Preta não havia medo dos mosquitos, nem se receava, a bem dizer, coisa nenhuma. Na Casa Preta as coisas cantavam e dançavam. As galinhas saíam do galinheiro e pisavam a roupa caída do estendal, cagando alegremente sobre ela. Lóia gritava enxotando-as mas desatava a rir ajoelhada na terra, esfregava outra vez a roupa com um quadrado de sabão e regava-a com o regador cheio de água. (GERSÃO, 2004, p. 10-11)

É importante atentar para o fato de a narradora associar a Casa Preta ao quintal, primeiro espaço lembrado e onde ambienta fundamentalmente sua infância. Cozinha e quintal se configuram os espaços mais habitados pela

narradora justamente por serem locais onde há mais atividades de trabalho e onde é permitido, historicamente, a circulação de empregados, os quais em geral também são incumbidos de cuidar das crianças. Em oposição à Casa Branca, um lugar em que o medo é constante, sobretudo pela possibilidade de “contágio”, a Casa Preta e o quintal são os espaços da liberdade, da alegria, da integração com a natureza, da dança; espaços que não podem ser contidos, onde o mato (e a própria narradora) cresce livremente, daí a denominação de “quintal selvagem” (GERSÃO, 2004, p. 10).

Esse espaço, retomando os preceitos de Foucault (2004), não pôde ser disciplinado, pois sua natureza “selvagem” se sobrepôs à força colonizadora, aqui representada por Amélia. Por isso o ódio de Amélia destinado ao quintal (e, conseqüentemente, à África) e a implicância constante com Lóia para arrumá-lo. No entanto, pensando a Casa Preta e o quintal como espaços que representam o continente africano, de forma mais ampla, as características mencionadas reforçam o estereótipo da África como lugar selvagem, por mais que nesse caso o adjetivo tenha sido positivado, uma África forte, que não se deixa disciplinar, onde, embora haja dificuldades, a alegria e a dança são predominantes; em suma, uma África mítica.

Essa visão também é reforçada em uma passagem em que Gita relembra um momento com seu pai:

É verdade que uma certa embriaguez nos assaltava, tomava conta de nós, África entorpecia-nos, sim, entrava dentro de nós como um bruxedo.

[...]

E quando a gente respirava fundo havia o cheiro do mato no quintal, como se estivesse ali muito perto, como se todas as coisas fossem contíguas, de repente a cidade acabava e era o “Caniço” e o mato – (GERSÃO, 2004, p. 50)

A associação do espaço com os vocábulos “embriaguez”, “entorpecer”, “bruxedo”, de mesmo campo semântico, ao mesmo tempo que retoma a ação do álcool sobre quem o ingere, somam-na ao efeito que o espaço opera sobre os sujeitos. Álcool e espaço são equiparados de alguma forma. É o espaço capaz de alterar as condições de sentido, de modo a levar a uma espécie de inércia, de imobilidade, “como se o mundo tivesse acabado e se fosse ficar sentado para

sempre” (GERSÃO, 2004, p. 50). O mato novamente é mencionado suscitando a imagem de uma vegetação que não recebe interferências em seu desenvolvimento e também ele remete ao âmbito dos sentidos, estimulando o olfato (sentido destacado também em *Caderno de memórias coloniais*), de modo a causar a sensação de proximidade do Caniço, bairro que não recebeu intervenção do planejamento urbano e, portanto, tal como o mato, não passou por um processo disciplinador.

Said (2007, p. 29), em seu *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, em uma de suas definições para o termo, destaca-o como “instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”. Sua análise envolve o entendimento do Orientalismo como discurso, uma vez que a cultura europeia se vê autorizada a produzir e controlar o conhecimento sobre o Oriente. Para que essa produção tenha valor de verdade, constrói-se uma autoridade intelectual recorrendo a tradições e instituições que validem as representações do Oriente. Essa autoridade intelectual, assim, dá respaldo à construção de uma memória oficial.

Tendo em vista que uma autoridade intelectual determina valores e cânones, os recursos midiáticos e os bens culturais são importantes disseminadores dos estereótipos sobre o Oriente. Com o consumo de diferentes bens culturais, o sujeito cria uma ideia de Oriente que está fortemente atrelada ao acesso a esses bens, ao conhecimento de diferentes narrativas. Sendo assim, por mais que a narradora de *Caderno de memórias coloniais* e Gita observem narrativas distintas das suas, estejam sensíveis a elas e tenham sobre elas uma leitura crítica, a memória sobre os espaços ainda é permeada, em alguns momentos, de aspectos estereotípicos e redutores.

Essa visão é intensificada nas compreensões de Amélia e do pai da narradora de Figueiredo. Gita evidencia o estereótipo sobre o espaço africano com as lembranças sobre a personalidade da mãe. A narradora reconstrói a imagem da mãe como extremamente preconceituosa em relação aos negros, à cultura local, à terra. Para Amélia, o espaço da cidade de Lourenço Marques é causador de doenças.

Asseguram-nos que não é verdade, diz Amélia, mas as febres antigas ainda aí estão, terçãs e quartãs. E epidemias, dizem que hepatite e difteria andam na Manhiça e febre aftosa em Moamba. No gado e na gente. Dizem, dizem. Mas só quando o vizinho morre é que acreditam que anda aí também, na nossa rua.

Prevenir todos os contágios era um dos seus cuidados. Para evitar o pé de atleta esfregava os pés com Nixoderm e nunca pisava o chão descalça, nem mesmo ao sair do banho. Como se a cidade pudesse armar-lhe uma cilada e mordê-la num pé – uma mordedura animal, infecta e malcheirosa. (A cidade arreganhando os dentes aos seus pequenos pés brancos, desprevenidos, calçados em sapatos finos. Pisar a cidade com pés leves, escapulir-se dali, fugir rente às paredes pelas ruas mais estreitas, como um rato apanhado que poderia ainda safar-se, com esperteza.). (GERSÃO, 2004, p. 41)

Os distritos citados estão situados na região norte e tinham a agricultura familiar como principal atividade dos habitantes. Muitas das terras dessa região foram tomadas dos negros e cedidas, à época colonial, para colonos, seguindo a mesma lógica de usurpação na posse de terras que Zamparoni (1998) destaca. Alguns negros podiam permanecer nas terras na condição de trabalhadores dos colonos. No excerto, gado e gente são equiparados, mas não se trata de qualquer gente, e sim dos negros que, para Amélia, equivaliam a animais. De acordo com essa perspectiva reducionista, espaço e sujeito estão contaminados. O contágio, o qual Gita relembra diversas vezes ao longo da narrativa associado à mãe, é uma possibilidade permanente. Por isso a necessidade do incessante cuidado.

Grada Kilomba (2019) chama atenção para o uso da palavra “contágio”. Para a pesquisadora, o termo é bastante evocativo por expor o modo como o sujeito negro é fantasiado no imaginário branco, atribuindo ao sujeito negro o papel de agente transmissor de uma doença que a ele é incurável. Kilomba também destaca os aspectos da infantilização, primitivização, incivilização, animalização e erotização, vistos como imanentes aos sujeitos negros. Parece que a ideia de contágio está mais associada à primitivização, à incivilização e à animalização. A manutenção desses estereótipos como conhecimento acerca do outro sustentou a justificativa para o ato de colonizar. Daí o motivo de Bhabha (2013) ver o estereótipo como um facilitador das relações coloniais.

Inseparável a essa visão do sujeito, está a visão do espaço, uma vez que a África com frequência ainda é associada aos aspectos anteriormente

destacados, como se percebe a partir da memória dos narradores. No excerto do romance de Gersão, a cidade é ameaçadora e, como um animal, pode morder, ferir e transferir à personagem sua doença. Em oposição, a personagem é representada em sua fragilidade diante desse animal feroz. Tal lembrança acerca da mãe, com tantos detalhes sobre sua personalidade e acesso a falas, só é possível devido à repetição do discurso e ao incômodo gerado à narradora, à medida que passa a ler com mais clareza as relações de poder que se estabelecem à sua volta.

Outra lembrança sobre o pensamento de Amélia que reforça essa visão estereotipada do espaço é a seguinte:

Havia pessoas a quem aquela terra amolecia e fazia perder o norte, dizia Amélia. Como se lhes lançasse um feitiço. Podia-se cair em África como num poço. África sugava as forças, sugava a gente, como areia movediça. Nunca mais se voltava, nunca mais se era igual ao que se fora antes. Uma força nos levava para o fundo, como uma doença. Mortal. Se não se lutasse o suficiente. Se não se teimasse o suficiente. (GERSÃO, 2004, p. 51)

Nesse caso, a caracterização não é voltada apenas para a cidade, mas para o continente inteiro, como se ele fosse um todo homogêneo. É interessante atentar para a semelhança entre essa lembrança e a do momento com o pai, recentemente citada. A rememoração do espaço realizada por Gita quando da retomada do seu próprio pensamento está fortemente atrelada à lembrança sobre a mãe. “Amolecer”, “embriagar” e “entorpecer” são escolhas de campo semântico em comum, bem como “bruxedo” e “feitiço”. Desse modo, a memória de Gita faz aparecer uma influência do discurso da mãe, e do sistema colonial, mais amplamente, para a sua visão do espaço maior do que a própria narradora parece perceber.

O estereótipo, como bem afirma Bhabha (2013), depende da repetição. Pela repetição contínua de uma narrativa por instituições que legitimam o saber, essa narrativa deixa de ser questionada e passa a ter valor de verdade (SAID, 2007). As narrativas estereotípicas apresentadas nos romances são fundamentais para a formação de uma memória oficial. Memória essa ainda hoje repetida e inquestionada porque oferece soluções simplistas e reducionistas em uma busca constante por unificação das identidades culturais.

As lembranças da narradora de *Caderno de memórias coloniais* sobre o pai também dizem muito sobre o espaço, sobretudo quando relembra as ações paternas em relação aos sujeitos brancos e negros. Para o pai, a um branco não se podia bater, não tinham “a mesma força de besta, resistência e mansidão” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.) que os negros. Nesse capítulo, de número quatro, a narradora lembra-se das definições que ouvia sobre brancos e negros, como as relações se davam, o que era tido como natural e inquestionável. Ao seu pai, cabia a missão civilizatória, a necessidade de exercer “alguma porrada pedagógica” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.) para educar os negros e mostrar-lhes como se devia viver, ao mesmo tempo organizar o espaço, e os corpos nele, conforme uma ordenação que proporcionasse mais rendimentos e maior produtividade. Assumir essa postura significa entender o país como selvagem, não civilizado, primitivo, semelhantemente a outras visões redutoras sobre o continente já analisadas e que certifica a ideia de Massey (2008) sobre uma concepção de espaço como uma superfície simplesmente e a consequente anulação das trajetórias dos povos que habitam os espaços colonizados.

Sobre a ocupação do espaço pelos colonos, a narradora recorda:

No marcelismo, os navios acostavam cheios, todas as semanas. Os colonos chegavam misturados com as tropas e ficavam por ali, alugavam casa, instalavam-se, punham os filhos no liceu, na escola comercial ou industrial, arranjavam um mainato recomendado, ou arriscavam um que lhes fosse bater à porta; os que não trouxessem uma habilitação profissional técnica, acadêmica, ou não dependessem da administração da província compravam uma cantina, perto ou longe, a quinhentos ou seiscentos quilômetros da capital, e vendiam carvão, petróleo, farinha, peixe seco e cerveja aos pretos que saíam do mato e não falavam português. Aprendiam a falar todas as línguas, eram intermediários em negócios, safavam-se bem. Uma parte seguia para o negócio das machambas. A mão-de-obra era praticamente gratuita, e o solo, cultivado, generoso. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Essa lembrança evoca um tempo bem delimitado, o momento em que Marcelo Caetano assume o governo português, entre 1968 e 1974, em que há certa esperança de renovação do Estado por meio de uma abertura política. A crise social e econômica se agrava ainda mais em Portugal, o que influencia a população na decisão da partida para as “províncias ultramarinas” na tentativa de ter uma vida melhor. No entanto, como observa Aurélio Santos (2003, n. p.), a modificação do governo de Caetano foi apenas no vocabulário: o “Estado

Novo” passa a designar-se “Estado Social”, o “império colonial” é denominado “Portugal pluricontinental” e “pátria plurirracial”. Essas denominações parecem de fato anunciar tal abertura com a ideia da multiplicidade de continentes e “raças”. Contudo, a liberalização e autonomia anunciadas não passaram de estratégia demagógica (SANTOS, 2003).

Chama atenção na lembrança anteriormente citada a facilidade que o homem branco tem para a ocupação do espaço, seja por meio da compra ou do aluguel de propriedades, transações essas dificultadas para os sujeitos negros. A naturalidade das ações dos colonos e a facilitação para sua adaptação por parte do Estado indica novamente a anulação da trajetória dos povos que habitavam esse espaço, a ponto de reduzi-los a meros corpo-objeto, utilizados para exploração e benefício econômico do colono. A concepção de espaço como culturalmente vazio (AZEVEDO, 2007), superfície contínua (MASSEY, 2008) e destituído de memória é que possibilita tal redução.

Se os acontecimentos graves são importantes para determinar a relação de um grupo com o espaço, como quer Halbwachs (2003), importa refletir sobre as recordações que envolvem conflitos que antecedem e sucedem a Revolução dos Cravos para compreender como afetam essa relação. No caso do romance de Figueiredo, logo após a Revolução dos Cravos, o pai da narradora e os demais colonos sonhavam com uma independência branca, uma nova Califórnia ou África do Sul.

Tal aspiração é muito significativa pois vê como salvação para o país a administração sob a tutela de brancos, bem como toma como referência dois locais que têm a língua inglesa como oficial, com todo o prestígio que carrega consigo, e que são considerados bem desenvolvidos economicamente. Para o pai da narradora, a África do Sul é bem-vista ainda sobretudo devido ao *apartheid*, o que ele considera ser uma boa forma de administração dos corpos negros, a única possível para que houvesse o desenvolvimento de Moçambique. Novamente a postura assumida é a de civilizador para o desenvolvimento do espaço e salvação das pessoas que nele habitam em uma dimensão temporal homogeneizada.

Em 7 de setembro, outro importante episódio lembrado pela narradora, o conflito entre brancos e negros se intensifica e muitas mortes acontecem.

Importa lembrar que em 7 de setembro é assinado o acordo de Lusaka em 1974 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em que Portugal garante a independência do país após um governo transitório. Benedito Machava (2015) esclarece que os colonos conservadores, ao se considerarem traídos pelo governo português, invadem o Rádio Clube de Moçambique e o aeroporto de Lourenço Marques. Entre 7 e 10 de setembro ocorrem diversos conflitos muito violentos. Após esse evento e antes da sua partida para Portugal, a narradora recorda a crença cega do pai em um novo movimento de brancos:

Havia que expulsar o poder negro da cidade, e remetê-lo ao mato, de onde tinha vindo, onde pertencia, e domesticá-lo ou chaciná-lo. Um ou outro, conforme fosse merecido. Uma África de brancos, sim, uma África de brancos, repetíamos-lo.  
Porque aquela terra, senhores, era do meu pai. O meu pai era todo o povo moçambicano. Vivia-o em força e raiva. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Mesmo com a cidade a esvaziar-se cada vez mais, a esperança de que ocorresse uma modificação abrupta em relação ao estado de coisas ainda é presente para o pai da narradora, não importasse a violência que tal modificação exigisse. Tal pensamento surge como uma tentativa desesperada de agarrar-se ao que de conhecido ainda resta do espaço, justamente por sua modificação gerar a perda da recordação de maneiras de ser, quase como uma perda de parte de si. Está esse sentimento intrinsecamente ligado ao processo de formação da identidade cultural. Por isso a recordação sobre a expectativa do pai está associada à afirmação sobre a posse da terra e em seguida à própria definição de sua existência. Espaço, grupo e memória estão intimamente imbricados em uma relação de influência mútua.

O desespero pela perda do ambiente material e a violência que essa perda envolve despertam a necessidade de narrar a experiência vivida. O pai da narradora pede-lhe que, ao chegar em Portugal, ela conte o que ocorreu aos brancos nesse momento. Sua voz é considerada valorosa e digna de ser ouvida se ela preferir o discurso, tido como única verdade, sobre a violência dos negros contra os brancos. À menina de 13 anos é exigida a ocupação do papel de narradora em Portugal, uma vez que a ela fica a incumbência de retomar o passado. No entanto, o sentido para esse passado já lhe é determinado quando

da partida para Portugal. Daí o motivo de lembrar-se desse pedido com o uso da palavra “matéria”. Tal como uma matéria escolar que precisa ser aprendida, a narradora revê essa memória com a qual não concorda, mas que a família e a comunidade tentam transferir-lhe.

Essa lembrança sobre a necessidade de propagar uma narrativa evidencia a disputa pela memória, pelo poder de narrar, de modo a fazer prevalecer uma memória atrelada a um espaço, para determiná-lo como o espaço de uma única narrativa. Dar continuidade à narrativa familiar, à mensagem de que se dizia portadora, implicaria certificar a memória oficial sobre o colonialismo em Moçambique. No entanto, como ela mesma afirma, nunca pôde entregar essa mensagem e tem consciência de que a ideia de verdade é uma questão de perspectiva:

A verdade era uma história muito longa e complexa, rica de narrativas encaixadas alternadas, simultâneas, polifônica. O que meu pai pretendia que eu contasse, era o caos em que se transformara a descolonização, a vida ameaçada a cada segundo, o risco físico, constante, real, de não se saber se conseguiria voltar a casa, depois de sair. O que ele queria que eu contasse era apenas uma parte do gigantesco todo. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A consciência da existência de diversas narrativas sobre o passado, que têm como base experiências distintas e afiliações a grupos sociais diferentes, impede a concordância da narradora. Ela nega a incumbência do testemunho predefinido, conscientemente a fim de não reforçar unicamente essa narrativa como conhecimento sobre a descolonização. A identificação, de alguma forma, com os sujeitos negros parece garantir o cruzamento de correntes de pensamento diferentes e, assim, um estado individual para a reconstrução do passado (HALBWACHS, 2003).

A modificação no espaço e o deslocamento também são responsáveis por alterar a memória em relação ao lugar, gerar o sentimento de não pertencimento à terra, a materialidade do espaço que diversas vezes é reiterada como inseparável da narradora e do pai, como uma “nódoa de caju” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.) da qual não podem se desfazer. A ideia de sujar-se é repetida como uma metáfora para a impossibilidade de tirar de si, de sua memória, as marcas desse espaço. “Íamos com a terra. Estávamos envolvidos nela resolutamente”,

recorda a narradora sobre ela e o pai. Daí a explicação sobre o desterro, abordada no capítulo 3. A lembrança sobre a partida atesta a importância do espaço a partir de uma análise do presente: “Já estou aqui, contudo, ainda estou lá. Todo o passado, presente e futuro ali se fundiram, naquela viagem, e eu só posso falar usando as palavras de fronteira, de transição, manchas, duas que aí se formaram.” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.). A permanência no espaço se dá pela memória. O advérbio mencionado para fazer menção a Moçambique não encontra referências espaciais como as vividas pela narradora, pois esse espaço já sofreu alterações, bem como alterou os grupos que nele habitavam. Essa referência espacial, portanto, só existe na memória.

Em *O retorno*, a narrativa já inicia com o dia do deslocamento de Angola para Portugal, um domingo ao almoço, tendo em vista que Rui recorda-se da manhã enquanto narra o presente e pensa na viagem que se aproxima à noite. Ao refletir sobre o presente, Rui retoma narrativas que caracterizam a família, os vizinhos, os amigos, o espaço e as transformações que este foi sofrendo, bem como as posições dos sujeitos em relação a ele. A retomada dessas narrativas é uma forma de agarrar-se à memória que lhe resta, ao que de conhecido ainda resta, entre as quais está a memória sobre o espaço, sobre como as ações se davam no espaço da casa, repetidamente, trazendo a sensação de estabilidade de que trata Halbwachs (2003). É o choro da mãe que faz Rui regressar à consciência da ruptura dessa continuidade e fazer a seguinte reflexão:

A nossa última manhã. Tão silenciosa apesar dos tiros. Nem os tiros conseguem desfazer o silêncio da nossa partida, amanhã já não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou. (CARDOSO, 2012, p. 14)

O processo de descolonização e a consequente imposição da ida para Portugal geram uma cisão entre grupo e espaço. O narrador tem consciência da impossibilidade de voltar à Angola que ele e sua família conheceram. Por isso a tentativa de gravar o máximo possível do que lhe é familiar, a fim de ter referências que sustentem as lembranças de um momento crucial na sua constituição enquanto sujeito.

A impossibilidade de levar consigo os objetos da casa também causa frustração à família. Halbwachs (2003) destaca a importância dos objetos materiais da casa para a memória. Para o autor, de certa forma esses objetos constituem marcas do sujeito, da família, e a partir deles é possível lembrar os modos de ser. Rui lembra-se de uma ação que a mãe repetia tendo como estímulo um retrato da época em que havia ido para Angola: “Era outono quando [a mãe] veio para cá no Vera Cruz com laços nas pontas das tranças como no retrato que está pendurado na parede da sala. A mãe nunca mais poderá olhar para o retrato e contar como tudo foi [...]” (CARDOSO, 2012, p. 23). Como era comum na época e como acontece também na formação familiar de *Caderno de memórias coloniais* e *A árvore das palavras*, as mulheres casavam-se sem conhecer os homens com quem iriam constituir família. Bruno Machado (2011) esclarece que muitos casamentos ocorriam à distância e que a ida de mulheres portuguesas para a África era incentivada a fim de afastar a união de colonos brancos com mulheres negras, indicando a preponderância do racismo também na formação familiar.

O casamento de Glória, a mãe de Rui, acontece por procuração. A expectativa da ida para Angola era grande, pois sabia que não viveria em condição de pobreza tão intensa como era a vida na aldeia com os pais. O sonho de uma vida melhor a incentivou a fazer todo o enxoval do casamento nas horas em que não trabalhava no campo, à noite. O bordar do enxoval é de certa forma uma tessitura da vida, da esperança de uma vida com mais conforto e facilidades. Quando da necessidade de voltar para Portugal, Rui vê sua mãe com uma das toalhas por ela bordadas, um símbolo de uma esperança futura que se desfaz à frente da família no dia da partida, uma vez que é necessário deixar praticamente todos os bens para recomeçar a vida sem nenhum recurso. A toalha bordada e o retrato pendurado na parede da sala são exemplos de importantes objetos materiais que compõem o espaço da casa (reconhecidos inclusive por Rui como tais) a partir dos quais são retomadas narrativas que dizem respeito à memória da mãe, mas também à memória familiar. Não é possível levar esses objetos para Portugal, o que constitui uma perda para além da perda material, é quase uma perda de parte de si e, portanto, de sua memória.

A perda do ambiente material familiar e a ida para o hotel, um espaço novo, tão padronizado e sobre o qual, portanto, as personagens não têm nenhuma memória, geram saudade de casa em Glória, uma saudade que Rui considera contraproducente:

Mas se contrario a mãe e digo, nunca mais podemos voltar, a nossa casa já não existe, a mãe fica zangada, estás a arreliar-me, e eu, a nossa vida lá acabou é melhor esquecer a casa e as saudades que tem da casa, tem de se esquecer de tudo, a mãe cada vez mais zangada, eu insisto, temos de esquecer, a mãe manda-me calar, a falta que o teu pai cá faz, tornaste-te muito desrespeitador, a falta que um pai faz. (CARDOSO, 2012, p. 163)

Sem o pai, Rui assume o papel de responsável pela família e enfatiza a necessidade de esquecer para levar a vida adiante, perder o pouco que lhes resta, que é a memória. No entanto, a reação das pessoas que vivem no hotel é justamente a de agarrar-se à memória sobre o espaço, sobre uma vida não mais possível na tentativa de retomar um sentimento de estabilidade e pertencimento. Surgem então diversas lembranças sobre a vida em Angola, as casas e o que cada um teria deixado para trás. No entanto, essas lembranças incluem elementos de efabulação, objetos com os quais as personagens sonhavam, a fim de criar para si uma vida ideal e tornar o passado ainda mais saudoso. Glória conta às pessoas que tinha um aspirador, objeto com o qual sonhava, mas que Mário não podia comprar, deixando a sua aquisição como uma promessa para o ano seguinte. Rui conta aos amigos do hotel que tinha uma moto, a qual aspirava comprar assim que tivesse dinheiro. A inserção desses objetos que não existiram de fato no passado das personagens é como se tornasse mais valorosa sua perda.

O último acontecimento grave que ocorre em Angola e que impõe a necessidade urgente da partida, a prisão de Mário em frente à família, além de modificar a relação com o espaço, passa a ser uma lembrança constante para Rui. No capítulo sobre a partida para Portugal, momento em que as personagens ainda estão no aeroporto, ao fim de cada parágrafo é inserida uma frase que retoma a lembrança recente da prisão. Essas frases compõem imagens soltas dessa lembrança que vão surgindo ao fim de cada parágrafo como uma forma

de representar a presença do passado no presente do narrador. É essa a lembrança que, quando da chegada ao hotel, basta fechar os olhos para rever:

Não consigo parar de pensar que se não tivesse começado a ver tudo branco eles não tinham levado o pai, vamos para casa, rapaz, se eu tivesse andado, mas não andei e os pretos levaram o pai. O jipe desapareceu depois da casa da Editinha, a poeira demorou a assentar, a poeira depois de tudo, a mãe tombou os vasos das escadas tal a pressa com que as desceu, a mãe a correr por dentro da poeira que não assenta, a minha irmã sem conseguir descer as escadas, sem conseguir acreditar, levaram o pai, a mãe de braços caídos no fim da rua, os pretos que ocuparam a casa da D. Gilda na varanda a falarem uns com os outros, as folhas de bananeira da D. Alda a abanarem ligeiramente, talvez ainda por causa do vento que o jipe fez ao passar, a mãe parada no fim da rua, sem gritar, sem dizer nada. Como é que se faz para voltar para casa. (CARDOSO, 2012, p. 81)

É interessante atentar para a forma como as imagens que compõem essa lembrança surgem na memória do narrador. No capítulo sobre a passagem no aeroporto, algumas das frases ao fim de cada parágrafo compõem as mesmas cenas narradas no trecho anteriormente citado:

[...] O jipe desaparece depois da casa da Editinha. [...] A poeira demora a assentar. [...] A mãe de braços caídos no fim da rua. [...] Os vasos da escada tombados. [...] A minha irmã sem conseguir descer as escadas. [...] A mãe a correr por dentro da poeira que não assenta. (CARDOSO, 2012, p. 59-63)

Esse acontecimento tem um peso tão grande na vida do narrador, sobretudo pela culpa sentida, que as imagens que compõem a lembrança ressurgem diversas vezes em seu pensamento. Mesmo que queira, não consegue desvencilhar-se dessa lembrança que reconstrói o espaço sob o signo da poeira. Na memória de Rui, a poeira não assenta, demora a assentar e encobre o corpo da mãe em desespero, o que sugere a composição de uma visão turva e, ao mesmo tempo, uma ideia de finitude, na medida em que é a poeira o que resta à família. Tal como o pai é levado preso e separado, portanto, da família, também a casa é perdida, não só como bem material, mas como bem afetivo, criando um cenário de desolação. Essa lembrança gera uma angústia tão intensa que a busca de conforto e a estabilidade estão justamente na volta para casa. Daí o motivo de o narrador perguntar como se faz para voltar.

A fim de suportar a estadia no hotel, tendo de dividir o espaço de um quarto com a mãe e a irmã, Rui tenta, no presente, memorizar o local como a nova casa da família: “Um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é a nossa casa.” (CARDOSO, 2012, p. 163). A consciência da discordância de Glória e Milucha em relação ao seu ponto de vista é analisada a partir das falas das personagens. Rui percebe que a mãe e a irmã não se sentem em casa no hotel e, por isso, quando estão fora dele não mencionam que voltarão para casa, mas para o hotel. Assim, sem ter referências que auxiliem na ressignificação do espaço, Rui repete a afirmação do quarto como casa diversas vezes ao longo da narrativa a fim de se convencer e de modificar a memória do lugar, apropriar-se dele, torná-lo familiar e estável.

Contudo, a repetição certifica a não consolidação acerca da ressignificação do espaço. Daí o motivo de surgirem também afirmações contrárias ao longo da narrativa:

Não vamos poder ficar para sempre neste quarto com esta varanda de onde se vê o mar e por isso a mãe e a minha irmã têm razão, este quarto com esta varanda de onde se vê o mar não é uma casa. Muito menos a nossa casa. Se fosse a nossa casa devia ser bom fumar aqui um cigarro. Seria só fumar um cigarro como quando fumava no muro da tabacaria do Sr. Manuel. Mas assim é diferente, assim é fumar um cigarro num sítio a que não pertenço e a que nunca pertencerei. (CARDOSO, 2012, p. 172)

O narrador procura por provas que confirmem seu pensamento, tanto quando afirma ser o hotel a nova casa quanto quando nega, como no caso do excerto. Como provas, Rui recorre à memória de ações cotidianas ambientadas em espaços familiares, a partir dos quais são memorizadas ações que se tornam hábitos. Por isso, tais lugares ficam associados a essas ações, como é o caso do muro da tabacaria do Sr. Manuel. Ao viver em um mesmo local que permanece materialmente igual, o sujeito fica cercado dessas referências, o que dá o sentimento de estabilidade e coesão social (HALBWACHS, 2003). Nesse sentido, por mais que a ação de fumar pareça ser a mesma realizada em Angola, não é possível que seja a mesma, pois a sua realização se dá em outro espaço, com o qual o narrador não tem familiaridade e em que não escolheu estar.

Enquanto em *O retorno* o dia da partida para Portugal dá início à narrativa, em *A árvore das palavras* ele aparece ao final do romance. O planejamento do

deslocamento parece suscitar toda uma revisão sobre o passado, seja ele mais ou menos recente. Esse deslocamento não chega a ocorrer, na medida em que a narrativa acaba antes da partida, em sua última noite em Lourenço Marques. É motivado sobretudo devido à desilusão amorosa com Rodrigo, ao contexto familiar e, menos aparentemente, ao contexto do país. Não há a imposição da partida no sentido que ocorre em *O retorno* e *Caderno de memórias coloniais*, mas, diante do cenário vivido, a narradora só vê como alternativa a ida para Portugal para estudar. No entanto, seu engajamento político a favor da independência de Moçambique torna essa viagem uma forma de luta pela liberdade, sua e do país. Sobre o momento em que ainda estava em Moçambique ela reflete:

Um país mal governado. Mal pensado. Mas podia-se fazê-lo explodir, para o obrigar a pensar tudo de novo. O Velho estava sentado no seu trono – mas não era verdade que podíamos derrubá-lo? Quem viver, verá. E eu vou viver. E ver explodir, ou implodir, o país-casa-das-primas. (GERSÃO, 2004, p. 186)

O discurso sobre Portugal ser um país mal governado surge diversas vezes em sua memória como uma fala do pai. No entanto, Gita, diferentemente do pai que sai de Portugal em busca de uma vida melhor em Moçambique, vai ir para Portugal justamente com ânsia por revolução. No entanto, sabe que no local será tida como estrangeira, “a prima de África” (GERSÃO, 2004, p. 188). Em alusão a Salazar e à histórica queda da cadeira que marca o início do fim do Estado Novo, no trecho o ditador é colocado em um pomposo trono do qual Gita vê a possibilidade de ser derrubado. Com toda a voracidade adolescente, as frases finais do trecho indicam a certeza de uma revolução bem-sucedida, o que reforça seu sentimento de pertencimento a Moçambique. Dessa forma, a revisão realizada pela narradora nesse capítulo ocorre no sentido de reafirmar o que é importante em sua subjetividade, como é o caso do pertencimento ao país e a luta pela independência. O excerto a seguir é bem significativo para pensar essa questão:

Som de África, penso pegando numa maçala seca e escutando, junto ao ouvido, o bater das sementes. Som de África, perto e longe. Como um búzio.

Guardo-a na mala, levá-la-ei comigo (porque de repente é o último dia em Lourenço Marques, a mala está feita, ainda aberta, sobre a cama). (GERSÃO, 2004, p. 187)

A partida gera em si a necessidade de reter de alguma forma a memória sobre esse espaço em que cresceu e pelo qual lutou até pouco tempo antes de ir embora. A maçala, fruto de uma árvore comum em Moçambique, é tomada como representante do continente, uma materialidade que desperta os sentidos. Sendo assim, ao optar por levar consigo a maçala, é como se estivesse levando uma parte da África, reiterando a ideia da importância dos objetos materiais para rememoração do espaço.

Para além das lembranças sobre os espaços africanos, sobre os acontecimentos graves que modificaram a relação dos sujeitos com o espaço, a influência da casa e dos objetos nessa relação, interessa também analisar como são as lembranças sobre Portugal, como os narradores registram em suas memórias imagens de Portugal e como essas lembranças afetam suas relações com o espaço. Em *A árvore das palavras*, as imagens de Portugal são retomadas na voz de Gita pela perspectiva de outras pessoas, como o pai e uma amiga da escola. No primeiro capítulo, em um excerto em que são apresentadas recordações sobre a formação da cidade de Lourenço Marques quando da chegada de Laureano, aos 19 anos, a narradora lembra-se o que o pai contou sobre a cidade onde nasceu e afirma, dirigindo-se a ele:

[...] de Portugal não tenho imagens nem nenhuma certeza, a não ser que é um retângulo muito pequeno no mapa, do outro lado do mundo. Nas paredes do *Café Scala* há quadros a cores, com imagens de Sintra, do Algarve, de Lisboa e de outros lugares. Sabe-se que é o Algarve porque se veem amendoeiras em flor. E sabe-se que é Lisboa porque se veem os barcos, e o rio.

A cidade, a partir da Catembe ou do cais da Matola, é muito parecida com Lisboa, dizes. Vista da margem sul, que lá se chama a Outra Banda. Uma cidade branca, à beira da água. Mas não gostas de falar de lá. Há um travo amargo nas frases que te ouço às vezes (“país mal governado. Mal pensado. Lisboa não dialoga com os africanos”). (GERSÃO, 2004, p. 46)

A imagem de Portugal em um mapa está presente também nas lembranças de Rui sobre a escola, remetendo a tão aludida imagem do mapa cujo título é “Portugal não é um país pequeno” (Figura 8). Esse mapa é criado para a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada em 1934 na cidade do

Porto, e posteriormente distribuído em Portugal e nas então colônias. A imagem apresenta os territórios colonizados por Portugal demarcados em cor vermelha e sobrepostos ao território europeu a fim de comparar os tamanhos e mostrar que os principais países da Europa não eram tão extensos em superfície como o império português.

Em pleno início da Segunda Guerra Mundial, recorrendo a um sentido celebrativo para o passado, essa exposição cumpre importante função no enquadramento da memória oficial. Como o historiador Fernando Rosas destaca no documentário “Portugal a preto e branco: A Exposição do Mundo Português”, de autoria de Diana Mota *et al.* (2012) e produzido pela RTP, há a intenção de marcar, com a exposição, a diferença entre o mundo caótico em guerra e a paz que se vive em Portugal sob o regime salazarista. Exposição e mapa fazem parte de um projeto maior de educação da população acerca do colonialismo, da grandiosidade do império português, acentuando o aspecto da unidade, e da missão civilizatória portuguesa (SERRA, 2016). Pode-se pensar, assim, o colonialismo português durante o Estado Novo, como o ápice de reafirmação e celebração da defesa de uma ideia de pátria, colocando a existência portuguesa em um patamar superior ao da existência de outros povos.

Gita, ao lembrar-se de Portugal como um país pequeno no mapa mundial, revela também seu posicionamento político acerca do espaço, certificado pela escolha da palavra “certeza”. Nesse sentido, apesar de nada saber sobre o país, certa ela está da sua pequenez. Essa lembrança evidencia uma narrativa que segue na contramão das narrativas disseminadas pela memória oficial, exemplificada pela referida exposição e pelo mapa. O café mencionado tem em suas paredes fotografias de Portugal, como uma forma de manter presente a memória da metrópole e como símbolo de refinamento e modernização.

Tendo como referência de memória espacial Lisboa, apesar de não gostar da cidade, Laureano realiza a comparação entre os espaços, pois, mesmo que queira desvencilhar-se da memória do espaço português, não é possível esquecê-lo, nem retirar de si as marcas que esse espaço deixou. Daí o motivo de Gita perceber um “travo amargo” quando o pai se lembra da vida em Portugal.

Além das comparações de Laureano entre Lourenço Marques e Lisboa, Gita tem como referências do espaço português os retratos familiares e as

lembranças do pai sobre a vida em Portugal. No entanto, ela rememora essas narrativas do pai em detalhes, quase como se fosse sua memória, o que indica a repetição dessas histórias e a importância dada à experiência paterna. Ela relembra: “País mal governado, repetes. Mal pensado. O “Velho” apodrece no poleiro, cercado pelos galináceos como ele, e não ouve ninguém. Nem os africanos nem os de lá – lá o povo passa fome e cala.” (GERSÃO, 2004, p. 49). A narradora recorda esse discurso crítico do pai sobre Portugal diversas vezes, uma narrativa fundamental para a sua visão sobre Portugal e a sua defesa pela libertação de Moçambique. Nesse sentido, as lembranças do pai sobre os espaços são importantes formadoras das lembranças de Gita. Daí o motivo de querer ir para Portugal com desejo de modificá-lo.

Em *Caderno de memórias coloniais*, diferentemente da narrativa de Gersão, não há memórias paternas sobre Portugal. Segundo a narradora, “O meu pai nunca falava do passado” (FIGUEIREDO, 2015, n. p.), o que sugere uma dificuldade de lidar com esse passado. Ao contrário do pai, a narradora reconstrói seu passado na tentativa de ressignificá-lo. As imagens sobre Portugal são lembradas, assim, a partir de sua experiência no país. Para ela,

A metrópole era suja, feia, pálida, gelada. Os portugueses da metrópole eram pequeninos de ideias, tão pequeninos e estúpidos e atrasados e alcoviteiros. Feios, cheios de cieiro, e pele de galinha, as extremidades do corpo rebentadas de frio e excesso de toucinho com couves. Que triste gente! (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Se na narrativa de Gersão a pequenez portuguesa é atribuída à extensão territorial, no excerto de Figueiredo ela é estendida aos seus habitantes. A escolha por essa caracterização a associa ao título do mapa anteriormente mencionado, indicando a mediocridade, limitação e conservadorismo portugueses. Tal definição sugere a presença da difundida propaganda portuguesa na memória da narradora e, ao mesmo tempo, para a negação dessa propaganda. Nesse sentido, negá-la é também não aceitar como definitiva a memória oficial, consolidada sob o uso de várias propagandas durante o regime que cultuavam seus valores.

Na narrativa de Cardoso (2012, p. 65), a expectativa que Rui cria sobre a ida para a metrópole é frustrada logo na chegada: “Então a metrópole é isto”,

diz. É interessante atentar para o recurso utilizado a fim de acentuar a decepção do narrador, há um capítulo só para essa frase. O narrador repassa o momento da chegada, recém vivido, da seguinte forma:

Foi esquisito pisar na metrópole, era como se estivéssemos a entrar no mapa que estava pendurado na sala de aula. Havia sítios onde o mapa estava rasgado e via-se um tecido escuro ou sujo por trás, um tecido rijo que mantinha o mapa inteiro e teso. (CARDOSO, 2012, p. 76-77)

Trata-se do mesmo mapa, pois, em seguida, Rui lembra-se do que estava escrito nele. A observação sobre o estado do mapa é significativa para o entendimento do contexto colonial. As expressões “tecido escuro ou sujo” e “tecido rijo” podem ser entendidas como metáforas do regime ditatorial, na medida em que é esse tecido por trás do mapa que o mantém, tal como o Estado Novo fez questão de manter o império português. Interessa ainda observar a caracterização desses tecidos, que evidencia uma ideia do funcionamento desse regime, calcado em uma atuação sombria, criminoso, desumano. No entanto, essa atuação é que auxilia na sua manutenção.

Ainda sobre o choque da chegada, Rui reflete:

Não, a metrópole não pode ser como hoje a vimos. A prova de que Portugal não é um país pequeno está no mapa que mostrava quanto o império apanhava da Europa, um império tão grande como daqui até a Rússia não pode ter uma metrópole com ruas onde mal cabe um carro, não pode ter pessoas tristes e feias, nem velhos desdentados nas janelas tão sem serventia que nem para a morte têm interesse. (CARDOSO, 2012, p. 84)

A partir do excerto, é possível perceber que Rui está lembrando as imagens que viu no mesmo dia da narração. Em meio a tantas instabilidades, seja do contexto social, seja da adolescência, em busca de certezas que confirmem o que aprendeu sobre Portugal, o narrador analisa o mapa anteriormente referido como prova. Lembra-se da sobreposição dos países africanos e da sua extensão sobre os países europeus. No entanto, sua incredulidade permanece presente sobre a metrópole.

Ao narrar a primeira noite que passam no hotel, Rui retoma a lembrança recente sobre a ida ao IARN para pedir auxílio e elabora uma imagem-síntese

do que viu: “Estavam lá retornados de todos os cantos do império, o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de que ninguém queria saber” (CARDOSO, 2012, p. 86). Para formar uma imagem sobre o espaço recém visitado da instituição, Rui recorre a uma memória relacionada ao espaço tão cara aos portugueses, a memória do império. A grande quantidade de pessoas na instituição em condições extremamente desfavoráveis, para ele, materializa a imagem desse império, ensinado na escola como grandioso. Ao contrário da imagem passada e ensinada, esse império não é mais motivo de orgulho, e, sim, passa a ter um valor de estorvo pela necessidade de administrar uma quantidade tão grande de pessoas sem ter realizado qualquer preparação para isso e de ter de olhar para um passado no qual ninguém quer mexer.

A memória sobre o espaço português no romance torna, então, mais clara a influência dos discursos do estado, da escola e das demais instituições envolvidas na produção de conhecimento para a construção de uma memória hegemônica sobre o espaço, de modo que ela se propague entre a população como uma verdade inquestionável. Com a ida para Portugal, Rui inicia um processo de rasurar essa memória confrontando as imagens que vê com o que aprendeu. A narradora de Figueiredo, por sua vez, não alimenta a ilusão sobre a vida na metrópole, mas reconhece a sua existência entre os que são obrigados a ir para Portugal. No entanto, como ela mesma esclarece, logo essa ilusão cai por terra devido ao desenraizamento. Nesse sentido, parece se estabelecer uma ruptura consciente com a memória oficial mais precocemente.

O processo de descolonização não envolve apenas a problemática do retorno e dos conflitos nas ex-colônias, mas também os reflexos que a política pró-império causou em Portugal. Se, por um lado, nos romances de Gersão, Figueiredo e Cardoso, considerando as suas diferenças, é tratada a experiência de quem viveu em uma ex-colônia, em *O nosso reino*, por outro lado, há a experiência de quem sempre esteve em Portugal, sem a opção da busca por uma vida melhor, preso à dependente condição que coloca a infância.

Já no início da narrativa de Mãe, a memória sobre o espaço da vila portuguesa configura-se um ambiente de medo pela subida do mar e o caos que se instala devido às enchentes. A circulação do menino Benjamim se restringe à

igreja, à praia, à escola e à casa de Manuel. A retomada desses espaços marca sua alteração com o passar do tempo, sobretudo após a morte dos avós:

naquele tempo as fomes das pessoas eram grandes e tudo o que se trabalhava dava pouco dinheiro. a minha casa, que era a dos meus avós e dos meus pais, era uma das poucas casas com fartura. era uma casa de gente fina, como eu acreditava, fina era a minha avó, que nós sem ela só íamos empobrecendo cada vez mais. (MÃE, 2012, p. 79)

Essa lembrança sobre o espaço evidencia a capacidade crítica do narrador, que consegue comparar a condição dos moradores da vila à condição de sua família, de forma a perceber a diferença de realidades. Após a morte dos avós, também a situação da vila onde a família vive parece agravar-se: “o inverno a apertar e as chuvas constantes a criarem gripes e pneumonias. ouvia-se falar de gente que acabava. muita gente acabava no inverno, que era quase todo ano, mas ali por janeiro é que piorava.” (MÃE, 2012, p. 82). Além das doenças, havia também a escassez de comida, uma vez que não era possível pescar, e perdiam-se os alimentos com a lama das enchentes.

Os milagres que acontecem ao longo da narrativa parecem amenizar apenas no momento a gravidade da condição dessas pessoas para, logo em seguida, essa condição agravar-se ainda mais. Por isso, à medida que a narrativa avança as menções ao espaço são mais frequentes: as pessoas surgem metidas na lama, a terra é definida como úmida, as chuvas se intensificam e o inverno fica cada vez mais intenso e aniquilador. Essas alterações no espaço operam uma modificação na condição humana dos sujeitos. Daí o motivo de Benjamim lembrar-se do pai da seguinte forma quando ele volta para casa e espanca a mãe:

pensei também que um homem a bater numa mulher era algo porco, o mais porco dos atos, porque vinha da covardia e mostrava o espírito demente de quem achava na violência uma força aceitável. e pensei no meu pai a roncar pelos campos fora, mordido de estupidez, sem nunca mais perceber o caminho de volta, tornado bicho, odioso, nunca mais o meu pai, nunca mais um homem, apenas uma desgraça pelas opções erradas que tomara. faltou-me o meu pai. faltou-me muito o meu pai. (MÃE, 2012, p. 102)

Ao lembrar-se de como soube da Revolução dos Cravos, na escola, por meio da professora Blandina, mas sem obter qualquer informação por parte da

família, Benjamim associa o pai aos ditadores (denominados pelo narrador como maus) e justifica a violência dele contra a mãe pelo fracasso no controle do país. A oposição simplista entre bem e mal, tão propagada pela Igreja, perpassa todo o raciocínio analítico de Benjamim. Nesse sentido, também as relações que se dão no espaço e em disputa por ele são pensadas nesses termos.

É depois do 25 de abril que ressurgem os tios, que haviam partido para a França em busca de condições melhores de vida e para fugir da guerra, deixando a família para trás em Portugal. O retorno desses tios não é para participação no funeral dos avós de Benjamim, mas para a divisão da herança, representada na casa onde o narrador vivia com a família. A deterioração do espaço da casa intensifica-se cada vez mais, apodrecendo junto ao espaço da vila. Assim, ao lado da degradação espacial há a degradação familiar e social: a não sensibilização dos tios à situação da família, a loucura da mãe até chegar ao ápice do suicídio, o desespero e descontrole da tia e de seu marido diante da morte do filho. É interessante ainda atentar para o fato de os irmãos de Benjamim morrerem sob os escombros dessa casa.

O quadro composto pelas lembranças de Benjamim é tão desolador que não há lugar para a sobrevivência a não ser pela completa degradação do sujeito:

e dizia-me por despedida, não sei, benjamim, não sei entender nada, sei que dizem que és o rapaz mais triste do mundo. e era verdade que a fome tão grande me trazia coelhos selvagens à mesa, dentes caninos, e a destreza das mãos aumentava para tarefas tão duras, calos espessos e a pele secando de fealdade e terra. do que a morte come, terra e o silêncio intenso sobre toda a verdade. (MÂE, 2012, p. 158)

António Barreto (1995), em “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995”, enfatiza a existência de duas sociedades vivendo sob o mesmo Estado na década de 1960, mas separadas em territórios e caminhos distintos. De um lado, há uma sociedade urbana, com concentração no litoral, que vivia as vantagens de uma modernização, mesmo que lenta, tendo acesso a fontes de informação e ensino. Com hierarquias formais, essa sociedade se baseava mais em prerrogativas legais. No que diz respeito ao trabalho, sua organização era típica das sociedades capitalistas, com produção organizada

em empresas. Suas relações sociais eram dominadas por cultura, comércio e emprego (BARRETO, 1995). Por outro lado, Barreto (1995, p. 842-843) atenta para uma sociedade rural,

[...] tradicional, dispersa pelo chamado interior, estava como que cortada das formas modernas de acesso ao consumo e à informação. As relações humanas e sociais repousavam na família e no costume, as hierarquias eram informais e atávicas, a subsistência era o critério de organização da vida econômica e a religião dominava a cultura.

Essa descrição da divisão da sociedade portuguesa é importante para entender as lembranças de Benjamim sobre o espaço e o modo como ele foi se transformando e transformando as relações sociais. A opção de Salazar por manter as colônias teve um custo bem alto para a população portuguesa. Com a longa duração da Guerra do Ultramar, Portugal entra em uma crise econômica e social, acentuando sobretudo a desigualdade em relação à distribuição de renda. Nesse sentido, a população rural vive sob condições mais precárias que a população urbana. A preponderância da influência da Igreja na cultura é visível em todo o país, sendo inclusive incentivada pelo governo até nos materiais escolares. Contudo, sendo o espaço rural de mais fácil vigilância pelo menor número de pessoas, essa influência é intensificada.

Refletir sobre as questões históricas anteriormente mencionadas permite a compreensão da gradual degradação do espaço nas lembranças de Benjamim como a degradação do país enquanto império. À medida que o espaço se modifica, também as relações sociais se alteram, bem como a relação do grupo com o espaço. Na narrativa de Mãe, as personagens vivem desgraças constantemente e estão à mercê da própria sorte ou de um milagre. A Igreja parece cumprir uma função alienante no romance. É ela a definidora dos espaços sagrado e profano, bem como das memórias propagadas, contribuindo para a manutenção de ideais salvacionistas e civilizadores, como os apresentados por Benjamim, mesmo ainda tão criança. O ruir da casa, assim como mata os irmãos de Benjamim, também pode ser entendido como a deterioração da instituição familiar. A sua animalização surge, assim, como resultado desse processo de degradação espacial, como o que é capaz de produzir uma sociedade em apodrecimento.

Em *Caderno de memórias coloniais* e *O retorno*, é evidenciada a experiência da perda do espaço da infância e da adolescência. O deslocamento para Portugal impossibilita o acesso a memórias pelo reconhecimento ao lugar, uma vez que nenhum dos narradores havia vivido no país. Não é mais possível, como refere a narradora de *Caderno*, olhar para um prédio ou janela e recordar a história que acontecera no local. Os espaços, aos olhos dos narradores quando do deslocamento, são vazios de memória, pois não remetem a nenhuma lembrança, resultando em perda da estabilidade e uma profunda ruptura na formação da identidade desses sujeitos.

Se nos romances de Figueiredo e Cardoso, há a experiência da perda desse espaço devido ao deslocamento, em *O nosso reino*, apesar de não haver o deslocamento de Portugal, há a perda do espaço da casa ainda na infância, que resulta na perda dos irmãos e posteriormente da mãe. A perda da casa ainda impõe ao menino Benjamim a situação extrema da ida para a rua, sem qualquer amparo adulto. Desse modo, é também essa perda de Benjamim geradora do sentimento de desamparo e da ruptura com a ideia de continuidade de pertencimento a um grupo possibilitada pela permanência na casa.

Ao longo deste capítulo, buscou-se evidenciar a imbricação inevitável e fundamental entre memória e espaço. As lembranças sobre os espaços da cidade em *Caderno de memórias coloniais* e *A árvore das palavras* tornam clara a segregação espacial a que são submetidos os sujeitos negros. Segregação essa que colabora para um regime disciplinador de vigilância, uma vez que ao limitar o espaço, mais fácil se torna o controle (FOUCAULT, 2004). Também a própria configuração espacial das cidades retomada pelas narradoras é pensada de forma a favorecer o apagamento da memória da população negra e a destituição, portanto, de sua história, o que revela a fixidez na memória colonial de uma concepção de espaço tido como uma superfície simplesmente, vazia culturalmente, e pensado a partir de um tempo homogêneo, um tempo que coloca todas as populações que vivem no local em um mesmo patamar desenvolvimentista, definido, é claro, conforme os valores eurocêtricos (MASSEY, 2008; AZEVEDO, 2007; SANTOS 2004). Essas memórias sobre o espaço da cidade permitem ainda o confronto com a memória oficial acerca da colonização portuguesa, de modo a colocá-la em xeque.

As lembranças sobre o continente africano, por sua vez, apresentam imagens estereotípicas por meio de uma análise do discurso das personagens do pai da narradora de Figueiredo e de Amélia, mãe de Gita. Essa análise realizada pelas narradoras por meio da rememoração do passado não as isenta, contudo, de também apresentarem visões estereotipadas, o que indica a impossibilidade de, mesmo a partir de uma visão crítica sobre o colonialismo, desvencilhar-se de suas marcas e das marcas das visões da família.

No caso de Rui, as imagens da terra africana evidenciam a importância das concepções familiares para o seu entendimento sobre o espaço, o que sugere a ocorrência da projeção ou transferência da memória familiar ao adolescente. Benjamim, mesmo tão criança, semelhantemente a Rui, apresenta imagens de uma África estereotipada, mítica, ainda sob a influência do discurso cristão, que colaborou fortemente para a propagação de uma memória tida como oficial acerca da inferioridade africana e da necessidade, portanto, da salvação de seus povos. Essa imagem não está ancorada em uma experiência concreta no espaço, sendo, portanto, da ordem da transferência ou projeção a partir da memória coletiva, familiar e da comunidade.

O deslocamento no espaço, em *Caderno de memórias coloniais* e *O retorno* obrigatório, também é um importante modificador da relação dos sujeitos com o espaço, e, portanto, com sua memória. O pai da narradora de Figueiredo, ao esperar até o último momento por uma intervenção branca, mostra a necessidade de agarrar-se ao que lhe é conhecido. Seu pedido à filha para ocupar a posição de narradora de apenas uma versão da história do processo de descolonização indica as disputas em que a memória está envolvida, na medida em que essa narrativa consolidaria uma experiência. No entanto, a narradora, ao não cumprir a vontade do pai, cumpre a própria vontade, ressignificando seu passado com uma narrativa não condizente à narrativa propagada pela memória oficial. O sentimento de não pertença e de perda de uma referência espacial a partir da qual se possa retomar a própria experiência de vida torna a ausência do espaço uma presença constante em sua memória.

Em *O retorno*, esse deslocamento gera em Rui a necessidade de segurar-se ao que ainda lhe resta como solidez, semelhantemente ao pai de Figueiredo. Daí a vontade de fixar lembranças ainda em Angola e daí também a observação

da casa e dos objetos, que ao se separarem da família perdem seu sentido de existir, uma vez que não estão mais acompanhados das narrativas que lhes dão vida. As personagens, ao sofrerem a perda material da casa, dos objetos, do espaço onde sempre viveram, também sofrem significativa perda em suas subjetividades, é como se perdessem parte de si. Nesse sentido, a repetição de afirmações pelo narrador apresenta-se como uma tentativa de reformular a memória sobre o espaço, tentar retomar a segurança perdida quando da partida de Angola.

Diferentemente da narradora de Figueiredo e de Rui, o planejamento de deslocamento de Gita não se dá de forma obrigatória. Sua memória sobre Portugal revela a influência e a valorização da memória paterna, de modo a ser essa memória constituinte também da memória da narradora. Tal influência justifica, mesmo antes da partida, o desejo por revolução nesse país, reforçando o pertencimento da narradora a Moçambique. Por isso, antes da partida, também há a necessidade de levar consigo na mala algo que lembrasse a África, de reter na memória a lembrança do que considera ser seu espaço no mundo.

Por fim, as lembranças sobre Portugal são significativas para a relação dos sujeitos com o espaço. Em *Caderno de memórias coloniais*, *O retorno* e *A árvore das palavras*, é retomada a imagem do país associada a sua adjetivação como pequeno, o que possibilita a associação dessas caracterizações ao mapa intitulado “Portugal não é um país pequeno”, criado em 1934, tido como narrativa construída por uma memória oficial que visava a educar a população acerca da grandiosidade imperial. Contrariamente à memória oficial, as imagens de Portugal no romance apenas certificam sua pequenez, indo na contramão da narrativa anteriormente mencionada.

Em *O nosso reino*, as lembranças de Benjamim sobre a permanência no espaço português mostram a degradação desse espaço, que ocorre gradualmente e em concomitância com a perda também gradual da humanidade das personagens. Essa imagem do espaço da vila pode ser entendida de forma mais ampla como a degradação a que chegou o espaço português com o Estado Novo, a deterioração do grandioso império português, da instituição familiar e da Igreja, basilares ao governo. Ironicamente, esse é o reino de Benjamim. Em clara referência à oração “Pai Nosso”, uma das orações mais conhecidas na cultura

judaico-cristã, é esse o reino que apodrece, deixando uma criança à mercê da própria sorte.

As memórias trazidas à tona nos romances estudados revelam a relação inevitável e absolutamente estreita com o espaço. Como sujeitos que fazem parte de uma sociedade, esses narradores não podem se desfazer dos espaços de que fizeram parte, nem é possível apagar as marcas que deixam neles. Assim, essas memórias apresentam narrativas que podem ser confrontadas com a memória oficial sobre os espaços, tendo em comum a proposição de uma reflexão sobre o espaço como testemunha da desigualdade, da injustiça, do racismo, do sofrimento, da apropriação de territórios, da negação de uma história anterior à chegada do colonizador, da negação de subjetividades e formas de organização social diferentes das europeias e do esfacelamento social.

A imagem do subterrâneo associada à memória retoma uma metáfora espacial. O que é subterrâneo não é visto, a não ser por quem sabe da sua existência, por estar abaixo do chão. Da mesma forma, a clandestinidade remete à ideia de algo que é realizado ou que existe de maneira oculta. As memórias dos narradores em questão são, desse modo, memórias subterrâneas na medida em que são apresentadas por sujeitos que não teriam legitimidade para falar a partir dos espaços que ocupam, devido à condição que impõe a infância e a adolescência. Da mesma forma, são memórias interditas, memórias malvistas pela sociedade portuguesa ainda hoje justamente por confrontarem narrativas condizentes com a memória oficial e por fazerem emergir do subsolo um passado que se deseja esquecer.

## 6 “O QUE HÁ DE PERSEGUIR-NOS SEMPRE”: ENTRE INFÂNCIAS E ADOLESCÊNCIAS, AS MEMÓRIAS QUE NÃO SE DEIXAM ESQUECER

*Nunca nos curamos de nossa infância.*

Autor desconhecido

O documentário “A toca do lobo” (2015), produzido por Catarina Mourão, baseia-se em sua busca pela figura de seu avô, Tomaz de Figueiredo, escritor cujo livro mais conhecido é justamente o que dá título ao filme. Ao abrir esse livro, entre as epígrafes, Mourão encontra a frase citada, de autor desconhecido, que faz atentar justamente para a infância. Destaca-se aqui a dimensão que a infância toma na vida de um sujeito. Durante esse primeiro momento da vida, o indivíduo é introduzido ao mundo, uma vez que é na infância que se formam as primeiras compreensões sobre o mundo, o eu e o outro, o próprio corpo, os espaços e tempos habitados, os sentimentos.

Nesse sentido, a escolha pelo verbo “curar” remete ao entendimento sobre essa fase da vida como uma ferida, assim como a cicatriz também uma significativa metáfora para a memória, que não pode ser sarada, que permanece latente em cada um, semelhantemente à ideia de infância que suscita o excerto do romance de Isabela Figueiredo (2015, n. p.): “A partir de certa idade, muito cedo na infância, já somos nós, o que há de perseguir-nos sempre”. E se persegue, é preciso dizer, é porque a memória sobre essa fase da vida não se ausenta das consciências.

Em busca de sentidos para si, os narradores de *Caderno de memórias coloniais*, *A árvore das palavras*, *O nosso reino* e *O retorno* apegam-se à memória para tentar compreender suas infâncias e adolescências em um passado em comum, os últimos anos do colonialismo português. Com os romances, se inscrevem infâncias e adolescências que partem de um ponto de vista individual, consolidado por uma memória individual, que se insere em uma coletividade. Essas fases da vida, como cruciais no desenvolvimento do sujeito, em que se está mais suscetível a influências externas e, ao mesmo tempo,

tende-se para um olhar mais incomum sobre o mundo, ainda trazem a complexidade de um tempo bem demarcado historicamente. Se a memória diz respeito a um passado, ela estabelece uma relação intrínseca com o tempo. Nas narrativas de Teolinda Gersão, Isabela Figueiredo, Dulce Maria Cardoso e Valter Hugo Mãe, diante dos olhos do leitor, são reconstruídos tempos por meio dos fios que tecem essas memórias.

Maurice Halbwachs (2003) afirma que o sujeito, por viver em uma sociedade, é obrigado a lidar com o tempo e suas durações. O sociólogo destaca a existência de uma representação coletiva do tempo, cujas divisões tradicionais são bem aceitas pelos indivíduos, mas cuja uniformidade pesa sobre eles. Há, assim, uma necessidade de se fazer diferenciar do que é denominado por ele como “disciplina social” (HALBWACHS, 2003, p. 114), referindo-se, sobretudo, ao trabalho, e de ser cauteloso com o próprio tempo para não o perder.

Apesar de haver a imposição de divisões do tempo, essas divisões servem como referências para as durações individuais, a percepção de cada indivíduo sobre o tempo. Destaca-se aqui a importância da ideia de o tempo social não ser indiferente às divisões nele introduzidas e de que cada grupo social cria sua própria representação do tempo. Sendo assim, os tempos coletivos, assim como a memória, são sempre plurais e existem em quantidade tanto quanto os grupos sociais, não podendo ser estabelecido, então, um tempo social único.

Em continuidade aos estudos de Halbwachs, Michael Pollak (1992) reflete sobre o tempo em associação com o espaço. Os elementos constituidores da memória por ele citados podem abarcar espaços-tempos que dizem respeito à vida de um indivíduo com ou sem apoio no tempo cronológico, o que implica dizer que as lembranças também são construídas a partir de identificações com grupos sociais. Nesse sentido, pode-se compreender a representação do tempo, nos termos do autor, como uma construção histórica que parte dos grupos sociais e também da experiência individual.

As diferentes experiências vividas, com relações de pertencimento distintas e diferentes atuações sociais, permitiriam a criação de uma pluralidade de cronologias. O tempo ganha aqui a inclusão da subjetividade de quem o recupera pela memória, sendo possível, assim, também pensar em uma

pluralidade. A própria ideia de memória subterrânea (POLLAK, 1989) permite pensar tempos outros, que não o considerado pela memória oficial, subjacentes àquele que se relaciona com a memória oficial.

Essas concepções de tempo interessam por proporcionar a reflexão acerca de sua heterogeneidade. Se há mais de um tempo, representado na memória de diferentes povos, ele não pode ser homogêneo e impositor de uma ideia linear de evolução. Homi Bhabha (2013, p. 24) chama atenção para um tempo diferente do que conta a “mão morta da história”, como se contasse as contas de um rosário, sequencialmente, em busca de conexões causais. O teórico destaca a contestação a uma ideia de tempo como “um todo progressivo e ordenado” (BHABHA, 2013, p. 79) que a luta contra a opressão colonial possibilita.

Ao sujeito colonial, foi imposto um tempo linear e homogêneo, centrado em uma noção de progresso que ainda na contemporaneidade é muito disseminada, sendo mais uma herança colonial. Para determinar o que progrediu ou não, é necessário estabelecer um modelo ao qual se possa realizar a comparação, pois quem progride, progride em relação a algo, alguém. O parâmetro civilizacional determinado como padrão para realizar essa comparação, é claro, é o ocidental e europeu.

De acordo com Stuart Hall (2003, p. 55), “o colonialismo – sempre uma inscrição dupla – tentou inserir o colonizado no “tempo homogêneo vazio” da modernidade global, sem abolir as profundas diferenças ou disjunturas de tempo, espaço e tradição”. Inserir o colonizado em um tempo que não considera as diferenças é reduzi-lo. Esse tempo vazio é o tempo que norteou a organização das grandes narrativas históricas. É também, nesse sentido, o tempo de uma memória oficial, que objetiva a reunião de narrativas que certifiquem o ponto de vista da história oficial. Nas palavras do teórico,

Característica desta fase [a globalização contemporânea] é a compreensão do espaço-tempo (Harvey, 1989), que tenta – embora de forma incompleta – combinar tempos, espaços, histórias e mercados no centro de um cronotopo espaço-temporal “global” homogêneo. (HALL, 2003, p. 58)

O estabelecimento de um tempo homogêneo cria identidades coloniais, que se apoiam em imagens estereotipadas, negando a diferença cultural, e coloca em constante presença a falta ou o caráter invisível como constituidores do sujeito colonial.

Em consonância com as ideias de Bhabha, Stuart Hall (2003, p. 60) vê na globalização uma tendência homogeneizante, mas afirma existir junto desta a “proliferação subalterna da diferença”. Para ele, as conexões laterais que marcam o eixo vertical do poder possibilitam uma perspectiva de mundo de diferenças “locais”. Não sendo considerado um simples resíduo do passado, esse “localismo” apresenta um caráter novo e se constitui do que é escamoteado pela globalização, mas que retorna para perturbá-la. Conforme suas palavras, “o ‘local’ não possui um caráter estável ou trans-histórico. Ele resiste ao fluxo homogeneizante do universalismo com temporalidades distintas e conjunturais” (HALL, 2003, p. 61). Desse modo, esse “localismo” é responsável por fazer existir diferentes temporalidades.

Dipesh Chakrabarty (2020) atenta para o fato de a construção histórica de uma temporalidade gerar o efeito de separar o sujeito colonial de si mesmo. Ao refletir sobre a história indiana, o autor afirma que

as construções dos camponeses-trabalhadores de reinos “míticos” e de passados e futuros “míticos” encontram um lugar nos textos denominados história “indiana”, precisamente por meio de um procedimento que subordina estas narrações às regras da evidência e ao calendário secular, linear, que a escrita da “história” deve seguir. (CHAKRABARTY, 2020, p. 122)

O historiador destaca, no excerto, a adoção de um tempo linear que norteia a organização da escrita da história, no singular, a história da Europa. É a temporalidade europeia tomada como ponto de partida para a escrita das diversas histórias, mesmo de povos não europeus. Daí o motivo de o autor pensar a Europa como “sujeito soberano” (CHAKRABARTY, 2020, p. 104) de todas as histórias, o que coloca histórias e seus sujeitos em uma posição de subalternidade.

Como orientador da produção de diversas narrativas históricas, esse tempo tem sua influência na disputa pela memória. Sendo a Europa um espaço de privilégio no âmbito da repercussão dos discursos, sobretudo pelo processo

de colonização que diversos países europeus exerceram sobre territórios não europeus, como é o caso envolvendo Portugal, Angola e Moçambique, esse espaço está interligado a um tempo colonial, cuja finalidade disciplinar evidencia o esforço pelo trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1992).

É esse o trabalho de reavaliação constante de um material histórico que busca fortalecer o sentido de unidade, o sentimento de pertença entre os povos, à custa da exclusão de muitas outras histórias coletivas e de sua análise tendo como parâmetro a história europeia. Nesse caso, fatos sociais assumem o valor de coisas, como enfatiza Pollak (1989), sendo pensados a partir de uma temporalidade da permanência, que os faz durar e apresentar um caráter estável, como é a memória oficial.

Em oposição a uma visão de tempo que enfatiza sua homogeneidade, linearidade e as ideias de desenvolvimento e progresso, Bhabha (2013) pensa o tempo pós-colonial, um tempo denominado por ele como revisionário, que possibilita intervir no presente. Um tempo, da mesma forma, em deslize, de modo a problematizar a divisão binária entre passado e presente, tradição e modernidade. Pensar o tempo dessa forma possibilita o acesso a um passado que não necessariamente se mostrará fiel à memória histórica. Para o teórico, “[...] o tempo pós-colonial questiona as tradições teleológicas de passado e presente e a sensibilidade polarizada historicista do arcaico e do moderno.” (BHABHA, 2013, p. 218). Tal como sua noção de um terceiro espaço, é o tempo também intervalar, emergindo, assim, de vozes marginalizadas.

Achille Mbembe (2001), ao refletir sobre o tempo que orienta as sociedades africanas, propõe uma discussão que dialoga com a noção de tempo pós-colonial, de Bhabha (2013). O filósofo chama atenção para o fato de as sociedades africanas apresentarem uma historicidade peculiar, marcada por uma multiplicidade de tempos, trajetórias e formas de pensar. O tempo da existência africana é destacado pelo autor como não linear. Também não se trata de uma simples sequência ou série, mas de muitos passados, presentes e futuros emaranhados que mantêm outros passados, presentes e futuros. Para Mbembe (2001), é um tempo feito de perturbações, oscilações e flutuações constantes.

Essas noções de tempo permitem o manejo das lembranças que dizem respeito a coletividades de modo singular, bem como pensar o tempo como forma de articulação política, influenciando na organização social, nas narrativas constituidoras da sociedade, na memória coletiva. São, assim, sujeitos que se encontram às margens do centro, “ex-cêntricos”, como ressalta Linda Hutcheon, que possibilitam a rememoração a partir de temporalidades outras porque se encontram em posições marginalizadas na história colonial. Para Hutcheon (1991, p. 96),

Ser ex-cêntrico, ficar na fronteira ou na margem, ficar dentro e, apesar disso, fora é ter uma perspectiva diferente, que Virginia Woolf (1946) já considerou como sendo “alienígena e crítica”, uma perspectiva que está “sempre alterando seu foco” porque não possui força centralizadora.

Essa localização de excentricidade é entendida neste trabalho como a localização dos narradores dos romances de Figueiredo, Gersão, Mãe e Cardoso, uma vez que estão dentro do império colonial, mas também fora de seu centro. São ditos portugueses pelo regime, mas estão fora da metrópole e, quando passam a habitá-la, são rechaçados como menos portugueses, como é o caso da narradora de Figueiredo, de Rui, narrador de Cardoso, e Gita, narradora de Gersão. Pensando especificamente no caso de Benjamim, narrador de Mãe, o menino é português, nunca deixou a metrópole, e, assim, não viveu nas colônias portuguesas na África, como as demais personagens dos outros romances. Contudo, está às margens do império por viver em uma vila portuguesa interiorana. No local, sofre a fome e a miséria, produtos da política colonial de Salazar, que utilizou os poucos recursos do país para sustentar a guerra colonial. Além disso, apesar de os narradores apresentarem discursos absolutamente lúcidos, carregam consigo a deslegitimação que infância e adolescência impõem aos seus discursos.

Devido a essa condição, esses narradores teriam seu direito de narrar (BHABHA, 2014) inviabilizado. No entanto, em ruptura a essa condição, fazem emergir do subsolo as suas histórias malvistas socialmente porque não reafirmadoras da história oficial. Por isso, são suas memórias subterrâneas, entendidas neste trabalho também como memórias coletivas, por estarem

inseridas em uma sociedade, mas não se integram à memória coletiva nacional. São as memórias que não se encaixam no trabalho de enquadramento.

Além de serem memórias coletivas no sentido de fazerem parte das histórias das sociedades portuguesa, moçambicana e angolana, embora tenham sido negadas, essas memórias também são coletivas no sentido de formarem uma narrativa em comum com seus pares. Narrar essas memórias é uma forma de integração entre essa geração que viveu o fim do colonialismo durante suas infâncias/adolescências e que, de alguma forma, realizou uma ruptura com a memória familiar, também chamada por Margarida Calafate Ribeiro (2012, p. 93) como a geração “dos netos que Salazar não teve”. Assim, nascidos em espaços que não podem mais ser revisitados porque sofreram modificações profundas, também se impõe aos narradores em questão a marca de uma identidade fragmentada, notadamente marcada por essa condição de ex-centricidade.

Ao mesmo tempo, essas memórias remetem a fases da vida de inserção do sujeito no mundo e de desenvolvimento de sua consciência nos mais diversos âmbitos. Walter Omar Kohan (2015), relacionando infância e filosofia, associa a infância à ideia de começo. Assim, a infância possibilitaria a condição de eterno recomeço do pensamento,

[...] pensar de verdade, pensar-se a si mesmo, fazer da filosofia um exercício de se colocar a si mesmo em questão exige, a cada momento, ir até a mais recôndita infância do pensamento, começar a pensar tudo de novo como se nunca tivéssemos pensado, como se, a cada vez, estivéssemos pensando pela primeira vez. (KOHAN, 2015, p. 217)

É interessante atentar para as ideias de questionamento constante e de busca pela reflexão. Analisando o pensamento de Sócrates, o pesquisador vê na ignorância pressuposta da infância um saber não considerado pelo senso comum, capaz de mover possibilidades. É, para ele, a infância também a possibilidade de um “tempo sensível” (KOHAN, 2015, p. 225), que, portanto, afeta e é sentido.

Se a infância possibilita esse tempo sensível, a adolescência, tendo como imposição um tempo de suspensão devido à indefinição que o sujeito sofre nessa fase da vida (CALLIGARIS, 2000), possibilita uma vontade de subversão. Nas narrativas analisadas, as memórias da infância e da adolescência enfatizam a

descoberta e a dificuldade de lidar com os corpos, alheios e próprios, o despertar para a diferença cultural, a injustiça e as violências que o colonialismo impôs, o rebelar-se, mesmo nas formas mais sutis que o verbo pode assumir.

Há, na narradora de *Caderno de memórias coloniais*, a recuperação de uma infância em que se inicia uma conscientização sobre a diferença cultural e a injustiça. O episódio a seguir é significativo para pensar essa questão.

Os pretos começavam a pedir trabalho às nossas portas desde crianças, rapazes e raparigas. Batiam ao portão, abríamos, e apareciam crianças esfarrapadas, descalças, ranhosas e esfomeadas de farinha dirigindo-nos as poucas palavras que conheciam, “trabalho, patrão”. Crianças da minha idade ou mais novas. Abria a porta aos pedintes e ficava a olhá-los sem palavras. Não compreendia. Chamava a minha mãe, que rapidamente enxotava, “vai-te embora, aqui não há nada”, e eu seguia para o meu quarto e continuava a ler Dickens ou o que quer que fosse. Não compreendia. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

O encontro com as crianças negras à porta de casa fica marcado na memória da narradora, de modo que é possível recordar a forma como se apresentavam quando desse encontro. As ações de abrir a porta e olhar são como equivalentes a um processo de transição do simples olhar ao reparar. A não compreensão, mencionada pela narradora, é uma evidência da reflexão de adulta ao retomar essa lembrança. No entanto, há nitidamente um acometimento da narradora diante desse encontro, que a deixa sem palavras e em que ocorre uma espécie de espelhamento na construção da imagem das duas crianças com ênfase para a diferença.

Na reflexão a seguir, essa imagem espelhada é esclarecida.

Moçambique é essa imagem parada da menina ao sol, com as tranças louras impecavelmente penteada, perante a criança negra empoeirada, quase nua, esfomeada, num silêncio em que nenhum sabe o que dizer, mirando-se do mesmo lado e dos lados opostos da justiça, do bem e do mal, da sobrevivência. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

As duas crianças são colocadas uma em frente à outra, por força de uma necessidade de análise da mulher que narra, com o sol a iluminar suas diferenças físicas tão marcadamente visíveis: uma branca, loira, com cabelos alinhados; a outra negra, com pó sobre seu corpo praticamente nu e com fome. A oposição entre essas crianças, cujos corpos evidenciam vidas tão distintas,

realça a crueldade a que são submetidas, mesmo estando “do mesmo lado”, como a narradora afirma, por serem simplesmente crianças. Desse modo, o acometimento que acontece à narradora ainda na infância também acontece ao leitor, que vê diante de si as duas crianças, uma branca e outra negra, uma com direito à infância, outra sem a garantia sequer ao alimento.

Se os adultos podem escolher um posicionamento a tomar, se defensores ou não do regime colonial, e, assim, assumir as consequências que esse posicionamento traz, às crianças resta viver com as consequências dessas escolhas dos adultos, sejam elas boas ou ruins, devido à dependência familiar. Uma dependência que, apesar de dizer respeito à subsistência nos anos iniciais da vida, posteriormente, assume um sentido de dívida, uma dívida para com quem gerou a vida. Daí a importância dos signos da mancha, nódoa e da traição.

As pessoas não mudam. Um branco que viveu o colonialismo será sempre um branco que viveu o colonialismo até o dia da morte. E toda a minha verdade será para eles uma traição. Estas palavras, uma traição. Uma afronta à memória do meu pai. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A consciência acerca da impossibilidade de se desfazer do passado é apresentada nas primeiras linhas do excerto. A única forma de desfazer-se desse passado seria com a morte. A consideração de uma pluralidade de verdades é desenvolvida na narrativa não só nesse excerto, mas em outros também. No entanto, a divergência de perspectivas não é permitida no sistema familiar, sendo vista como uma traição e afronta. Interessa atentar para esses dois sentimentos, pois eles se originam de uma ruptura. O fato de a narradora pensar por si mesma, trazer à tona uma memória negada, representa romper com o discurso familiar.

A Igreja foi uma instituição fundamental para a manutenção do Estado Novo português e determinou padrões morais para a vida em sociedade. A família, instituição tão valorizada pela Igreja e que vê os filhos como uma espécie de extensão de bens privados, muitas vezes não admite o desenvolvimento de subjetividades diferentes das que já existem em sua composição. Uma das formas de incutir a culpa pela divergência de pensamento pode ser indicada, por exemplo, com a afirmação do quarto mandamento sobre honrar pai e mãe. A

moral cristã hierarquiza as posições ocupadas pelos sujeitos, e à criança são inculcados sentimentos de dívida e de culpa em relação aos tutores a fim de controlar seu comportamento.

Com o amadurecimento, a convivência com outros meios que não o familiar, o desenvolvimento da criticidade pelos processos formacionais, institucionais ou não, há a possibilidade do questionamento e da divergência. Para tanto, é necessário romper, de alguma forma, com o círculo familiar, como ocorre com a narradora de *Caderno de memórias coloniais*.

A conscientização gradual sobre as violências que o pai pratica e a reação ao presenciar algumas delas fazem a narradora de *Caderno de memórias coloniais* intensificar a sua percepção sobre a diferença entre sujeitos brancos e negros, diferença que não encontra motivos para existir. Da mesma forma, não compreende como esse pai, que lhe dedica tanto amor, é capaz de ser tão cruel com seus funcionários. Um exemplo desse choque entre as imagens do pai devido às práticas violentas é a lembrança sobre uma ida ao Caniço para buscar Ernesto, funcionário do pai que não ia trabalhar há três dias.

Nesse capítulo, de número 15, a narradora reproduz diversas falas violentas do pai sobre os sujeitos negros serem preguiçosos, viverem à custa de suas esposas e sobre uma necessidade de ensinar-lhes o valor do trabalho, em concordância com o discurso salvacionista tão propagado durante o colonialismo. À medida que entram no bairro à procura do homem, parece que a transformação do pai, na visão da narradora, se acentua a ponto de passar a chamá-lo de “o branco”. Por fim, ela conclui:

E o homem branco que me leva pela mão voando, atravessa o caniço veloz, procura a *Bedford* estacionada lá fora, senta-se, põe o motor a trabalhar, arranca, olha para mim, então, estás cansada, queres ir beber uma coca-cola? Queres que te deixe provar o meu penalti? Olho-o, não respondendo. Aquele não é o meu pai. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

À medida que a conscientização sobre a violência do pai se intensifica ao longo desse capítulo, ocorre a alteração da conjugação dos verbos do tempo passado para o presente, causando uma sensação de aproximação afetiva da lembrança. O baque ao se deparar com a violência exercida pelo pai apenas confirma o estado de perplexidade extrema em que a narradora se encontra, de

tal modo que, numa espécie de reviver a cena quando da narração, afirmar que aquele não “é”, no presente, seu pai. A ignorância infantil permite, assim, um outro saber, pois proporciona o questionamento por meio da visão de quem ainda desconhece o que foi consolidado como natural e justificável historicamente.

Em *O nosso reino*, a retomada do passado recente pelo menino Benjamim evidencia aspirações que apresentam ao leitor uma perspectiva que diverge da adulta por também possibilitar seu questionamento. É possível exemplificar essa perspectiva pelo desejo de morrer, que culmina na tentativa de suicídio para ficar junto de deus, gerado pela agressão do padre. Agressão essa que deixa o menino horrorizado e absolutamente triste. Daí a combinação entre Benjamim e Manuel.

fugidos para o pé do rio, eu e o manuel a perdermos as esperanças. não mataríamos o padre, víamos como fora implacável a enterrar a minha avó, como se deitara todo em orações vazias, fazendo a plateia rezar mas fitando-nos por sobre a bíblia. estava à procura do homem mais triste do mundo, que nos levasse, era isso o que queria, e não entendíamos porque não aparecera. ao pé do rio, mesmo junto ao rochedo que se levantava mais alto e de onde se contava que uma mulher se lançara para morrer, jurámos escapar, os dois, domingo, antes da missa, escaparíamos à vida. que ficassem os monstros à nossa espera, nós já teríamos partido, e estaríamos com deus antes que eles o suspeitassem. domingo, antes da missa, iríamos ao rochedo da louca suicida e saltaríamos para os braços de deus, corajosamente. e até o brilho da água se abriu a uma limpidez maior como a descortinar os seus conteúdos, como algo que se nos revelava enfim, algo que fomos capazes de conhecer, e ficámos seguros e subitamente felizes perante tamanha transparência. sim, eram os nossos conteúdos também revelados, num pacto com a natureza, serva e voz de deus. não sorrimos. a tristeza era profunda. mas apaziguámos os corações e respirámos mais capazes de esperar. (MÃE, 2012, p. 26)

É interessante perceber que os monstros, citados por Benjamim, estão na terra, próximos dele e do amigo Manuel, e na terra ficariam esperando os dois enquanto estes ficariam juntos de deus após o suicídio. A fim de não descumprir as ordens da mãe sobre as idas à igreja e ao confessionário, a resolução encontrada pela criança é extrema. Por isso a necessidade de a ação ocorrer no domingo, antes da missa. Assim, não teriam de suportar a violência do padre novamente. A estratégia encontrada pelo menino para fugir de tamanha crueldade produz no leitor indagações acerca do papel da igreja e dos adultos

em relação às crianças, durante o regime ditatorial em Portugal, uma vez que estas não têm suas infâncias permitidas.

O desejo pela santidade também se configura um exemplo para a ignorância infantil desencadeadora de sensibilidade, na medida em que não é um desejo comumente apresentado por crianças. Dona Hortênsia é quem fala dos santos ao menino depois da tentativa de suicídio. Seriam os santos os “homens bons” (MÃE, 2012, p. 31), os homens mais próximos de deus. Tão limpos a ponto de deus querer partilhar com eles sua coroa.

com a visita da dona hortênsia nesse dia julguei encontrar o argumento final, pedi-lhe que nos falasse dos santos, de como sofreram e de como eram iguais aos reis. que contasse ao manuel o quanto precisávamos de santos, pois eram eles o exemplo máximo, a prova de que se podia ser sempre melhor. e ela acabou dizendo como devíamos ser felizes só por estarmos vivos, que essa era a invenção maior de deus, a vida. que antes dela não existíamos, éramos como nada, ninguém, muito menos que mortos. a vida é que nos trouxe aqui e nos deu tudo, nos dá tudo. (MÃE, 2012, p. 32)

Benjamim pede a dona Hortênsia que conte a Manuel sobre os santos a fim de tentar convencê-lo de que aquele era um bom propósito de vida. Como uma criança que ouve uma história de um familiar para conseguir dormir, Benjamim ouve a história dos santos contada por Hortênsia para encontrar uma justificativa que explicasse o motivo de merecer estar vivo, já que, para o menino, era isso que significava não ter morrido. A alegria é tida como uma imposição, é o que “deve” ser sentido, a partir da consciência da vida, o que pressupõe uma postura de gratidão. Nesse sentido, mesmo em uma condição de vida miserável física e psicologicamente, a tristeza não é permitida à criança.

A religiosidade exacerbada da família e da comunidade onde Benjamim vive asfixiam seu pensamento. Apesar de a imaginação e a fantasia estarem muito presentes na narrativa, elas colaboram para a intensificação da sua obsessiva busca por definir o que é bom e o que é mau, o que pertence ao reino de deus e ao inferno. Ao mesmo tempo, é por meio da religiosidade que o menino encontra uma narrativa de consolo para o sofrimento que representa essa infância, uma vez que o santo é quem padece em nome de uma bondade e aceitação extremas.

Tal como ocorre com a narradora de *Caderno de memórias coloniais*, Benjamim se sensibiliza com questões relacionadas ao coletivo. Daí um dos motivos para o desejo pela santidade. Mesmo ainda tão pequeno, percebe a fome e o sofrimento vividos por sua família e pelos habitantes da vila. Questiona-se acerca da injustiça, da miséria e do autoritarismo, exercido sobretudo pela Igreja, com a figura do padre, que pairam sobre o local onde vive e orientam as relações sociais. Ao mesmo tempo, também reproduz um comportamento autoritário em diversas situações, o que evidencia, assim, uma sensibilização e influência para a forma como essas relações ocorrem na sociedade.

Gita, a narradora de *A árvore das palavras*, por não ter ainda internalizado na infância a diferenciação separadora entre sujeitos negros e brancos, vê a figura de Lóia, empregada da família, como preenchedora do vazio que sua mãe, Amélia, deixa em si. Consequentemente, identifica-se também com Orquídea, filha de Lóia, e busca ao máximo parecer-se fisicamente com a menina.

Quando Lóia não vinha eu ia em pensamento até ao lugar onde ela morava, que não sabia exatamente onde era, seguia até ao fim da cidade de cimento e entrava no “Caniço”, andava pelos caminhos de areia, nas sombras ralas de árvores dispersas, atravessava o emaranhado das construções muito pequenas, barracas, casas cobertas de zinco, palhotas maticadas.

Lóóóiaaaa – chamava em voz baixa. Ela respondia e pelo som eu encontrava a porta, entrava pé ante pé e deslizava para o meio das crianças que dormiam, procurava o meu lugar e deitava-me, empurrando um pouco para o lado Orquídea.

A esteira era fresca e eu ouvia lá fora o barulho dos grilos. O escuro, em redor, não me assustava. Eu estava em casa. Lóia pegava no medo e mandava-o para longe, para a floresta e o mato. E lá, o medo perdia-se.

[...]

De noite, pensava ainda outras vezes, de noite não havia diferenças. Eu reencontrava a minha cara escura, e vivia com Laureano e Lóia na Casa Preta. (GERSÃO, 2004, p. 37-38)

Como em um sonho, a menina ia ao encontro da mulher que representava para si a figura materna. Encontrá-la pelo som de sua voz é, de certa forma, como ouvir um chamado de reconhecimento, o que é confirmado pela procura de um lugar próprio entre os filhos de Lóia. Encontrar um lugar em pensamento representaria o desejo de encontrar esse lugar na infância, um lugar como filha e um lugar para ser filha. Daí o sentimento de estar em casa ao estar junto de Lóia e a necessidade de incluir Laureano, o pai, junto à casa preta.

A identificação de Gita permite, mesmo ainda criança, perceber, embora superficialmente, a lógica segregacionista que orienta a sociedade, à semelhança da narradora de *Caderno de memórias coloniais* e de Benjamim, e invade os mais diversos âmbitos da vida. Esse sentimento de pertença se estende à cidade de Lourenço Marques, que com seus muitos braços, não exclui ninguém, conforme suas palavras, e que, de alguma maneira, tem suas ruas impressas no sujeito, “[...] como linhas gravadas na palma da mão.” (GERSÃO, 2004, p. 44). Sua infância sensibiliza o leitor, então, para a irracionalidade que representa essa lógica segregacionista, que determina pela cor da pele uma hierarquia para os corpos.

No momento da retomada da sua adolescência, o que se percebe é que essa consciência se intensifica e se transforma em vontade de modificar o estado de coisas do mundo. Gita se posiciona contra o colonialismo desde muito jovem e milita em prol da libertação de Moçambique junto de seu amigo Roberto. A ida para Portugal é vista pela jovem como uma possibilidade de modificar o país pelo qual Laureano, seu pai, guarda tanto ressentimento e que foi responsável por manter um regime tão cruel por tanto tempo, sem se importar com as consequências sociais que essa manutenção geraria.

Rui, narrador de *O retorno*, por sua vez, ao mesmo tempo em que internaliza e reproduz a violência da sociedade colonial, quando do deslocamento para Portugal, passa a perceber a injustiça na forma como são tratados os retornados. Se em Angola a estrutura segregacionista sobre a qual se construiu a sociedade portuguesa permitia que o narrador exercesse a violência, em Portugal, essa violência recai sobre si, sua família e os demais cidadãos que precisaram renunciar a tudo na África para poder manter a vida.

Os homens também querem arranjar trabalho para mostrar aos mangonheiros da metrópole de que massa os retornados são feitos, se conseguimos construir terras como as que fomos obrigados a deixar também conseguimos mudar o atraso de vida que a metrópole é. Os de cá gostam cada vez menos de nós, andámos lá a explorar os pretos e agora queremos roubar-lhes os empregos além de estarmos a destruir-lhes os hotéis, a destruir a linda metrópole que nunca mais vai ser a mesma. (CARDOSO, 2012, p. 189)

A dificuldade para conseguir emprego deixa os retornados em situação de maior vulnerabilidade, pois permanecem dependentes dos auxílios governamentais, que estavam se tornando cada vez mais escassos, conforme é mencionado pelas personagens. O discurso dos portugueses que sempre viveram em Portugal é de inferiorização dos portugueses que viveram nas ex-colônias. Há uma retomada do passado com orgulho por parte dos homens das ex-colônias, citados no excerto, em que se opõem uma lembrança de fartura e desenvolvimento nas ex-colônias, pelo qual se viam responsáveis, e um presente de atraso que representa a metrópole. Esses sujeitos das ex-colônias levam consigo esse passado.

A consciência do preconceito sobre si e a família não torna Rui menos preconceituoso com os sujeitos negros, mas o faz, ao ter imposta uma condição de inferioridade, revoltar-se com os portugueses. A professora que o deprecia, o choque entre as imagens da metrópole real e da idealizada, o choque que a mudança climática causa, sobretudo pela carência de roupas quentes o suficiente, a saudade da casa, de Luanda, a consciência de saber não ser mais possível voltar para Angola desencadeiam um intenso sofrimento. A oscilação entre passado e presente é construída de modo a criar a sensação de que se está tendo acesso a todos os pensamentos do narrador, o que sensibiliza o leitor, assim, para o estado emocional de insatisfação do adolescente.

Desse modo, ao mesmo tempo em que há nessas narrativas a apresentação de lembranças de sensibilização para com o outro propiciada por uma ignorância mobilizadora, há também lembranças de uma condição de desassossego, de inquietude, necessária para não se acomodar diante da vida. Devido ao fato de esses sujeitos estarem ainda em uma condição mais solitária, menos disciplinada em relação ao mundo (FOUCAULT, 2004), essa sensibilidade e vontade de subversão são possíveis.

Afetar-se e afetar o outro são ações que os narradores em questão exercem, seja esse outro personagem, seja o leitor. Esses narradores, tendo seus discursos postos em xeque por uma ordenação social que privilegia modos de pensar pela perspectiva do adulto, que representaria a tão valorizada ideia de razão, não são colocados no outro extremo do discurso, o da revelação de uma verdade absoluta, como ocorre com o louco, conforme salienta Foucault (1996).

São, sim, apresentados em complexidade, com contradições, questionamentos, angústias, compreensões sobre o mundo que diferem em alguns pontos das do adulto e por isso permitem seu questionamento. Infâncias e adolescências são então potências do narrar, exercendo uma seleção de prioridades que possibilita o questionamento ao leitor, rasurando as narrativas de coesão tão difundidas acerca de Portugal e o seu império.

Com esse olhar crítico para o recente passado colonial, nos contextos das narrativas estudadas, é possível a produção de um novo tempo por meio da memória, um tempo pós-colonial, da ordem do sensível e do subversivo, pois desestabilizador das narrativas históricas oficiais (BHABHA, 2013). É, da mesma forma, um tempo disjuntivo (BHABHA, 2013), que intervém no presente ao colocar em questão as memórias da infância e da adolescência, voltadas para o cotidiano familiar, e mostrá-las como parte de uma memória que abrange uma coletividade.

A narradora de *Caderno de memórias coloniais* contrapõe o tempo passado ao presente ao refletir sobre o momento da escrita, o dever da memória e a constituição da identidade.

A forma como olhamos para as nossas mãos na infância, e a forma como olhamos para elas, agora; estou a olhar para as minhas mãos agora, não muda. As mesmas mãos. Como puderam envelhecer e ser ainda as mesmas? As unhas iguais. Os nós dos dedos. Os mesmos olhos. O mesmo pensamento, quando olhamos, com os mesmos olhos, as mesmas mãos. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

A partir do excerto, é interessante refletir sobre a ideia de permanência da infância (e conseqüentemente do passado) na constituição do sujeito e em sua memória. Não só os olhos são os mesmos, mas também a forma de olhar. A perspectiva sensível sobre o mundo e sobre si se constitui nesse momento e não deixa de integrar quem se é. Apesar do envelhecimento, o corpo traz em si a memória pelos aspectos físicos que continuam iguais, sugerindo não ser possível, assim, esquecer por completo.

Ao mesmo tempo, há a consciência acerca da volatilidade da memória:

Qual dos cenários é o real? A conversa sobre o 25 de Abril teve lugar lá em cima, no Alto-Maé, ou na Baixa? Foi a mesma conversa? Foram conversas diferentes sobre o mesmo assunto? Prefiro o segundo

cenário. Talvez as duas tenham acontecido. A coerência do tempo e do espaço, a uma grande distância, perde-se. “Foi assim”, “tenho cá esta ideia”. Uma coisa é certa: aconteceu. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

Ao buscar lembranças sobre o 25 de abril, a narradora coloca o leitor diante de dois momentos diferentes, como a chamar atenção para o fato de que a memória não é totalmente fidedigna, uma vez que, a cada momento em que se reconstrói uma lembrança, sua imagem se altera um pouco mais e está sempre condicionada a modificações geradas por interesses do presente. Daí o motivo de apresentar contradições ao leitor também em relação à lembrança sobre a partida de Lourenço Marques. Logo após ter dito não lembrar sobrevoar a cidade, não ter visto a baía pela última vez, afirma ter visto, sim, gerando uma aproximação ao processo de reconstrução dessa memória pela escrita.

É por meio desse processo de reconstrução do passado que novamente tem consciência da permanência, nesse caso, do passado em si. O trecho a seguir exemplifica bem essa questão:

[...] e *neste* instante em que tudo está perdido, em que já não há volta, em que *entro* por essa porta de vidro, após os beijos formais, um sentimento estranho que não consigo controlar, um vazio, um nunca mais vou voltar, uma coisa que se perde, um vazio, e esse amor tão escondido, tão evidente pelo meu pai, que me *projeta* para os seus braços, contra a minha vontade, como uma bala que o atravessa e o torna exangue, eu chorando a fio, não conseguindo largar o seu corpo, os seus braços enormes, o seu corpo enorme, as suas mãos enormes, a sua carne enorme, que beijo, que não quero largar.

[...]

Já estou aqui, contudo, ainda estou lá. Todo o passado, presente e futuro ali se fundiram, naquela viagem, e eu só posso falar usando as palavras de fronteira, de transição, manchadas, duais que aí se formaram. (FIGUEIREDO, 2015, n. p., grifos nossos)

Destaca-se, no primeiro excerto, os verbos utilizados no presente, bem como os pronomes demonstrativos, que sugerem proximidade. Esses recursos possibilitam uma aproximação em direção ao passado e permitem pensar que lembrar esse momento da vida é como revivê-lo devido ao trauma gerado, a ruptura com a figura paterna em um momento ainda tão precoce. Por isso, é possível a consciência de que ainda se permanece no passado. Ainda é esse passado responsável por fazer a narradora utilizar as angustiantes palavras de

fronteira, da impossibilidade de pertença aos locais em que viveu para inscrever e escrever a memória.

É essa ideia de permanência do passado na memória que permite a seguinte reflexão:

Criei o quarto-Império, para onde atirei aquilo de que não consigo libertar-me ainda, e, dentro dele, as caixas-império. Venham buscar. Uma pessoa precisa de tempo para conseguir atirar o passado borda fora.  
 Libertei-me de muito. Dei. Vendi ao desbarato. Reciclei. Neste momento, o mais vivo mono do Império que por aqui resta, acho que sou eu. (FIGUEIREDO, 2015, n. p.)

É possível compreender o quarto-império tanto com o sentido de local, de acordo com suas palavras, para onde a narradora atira o que ainda não pode se libertar, quanto como número ordinal. O que é objeto de desejo de libertação é o passado colonial. O tempo é indicado como necessidade pela narradora para que seja possível livrar-se desse passado. Quase como entidade apaziguadora, é como se a sua passagem garantisse o ruir da lembrança. No entanto, apesar de a narradora ter conseguido se libertar de muito, ainda não foi suficiente, pois o que resta do império está em si, inscrito em sua memória, em seu corpo, em sua forma de ver o mundo.

Em *O retorno*, o tempo passado é retomado constantemente enquanto Rui e sua família vivem o presente. Ainda no dia da partida para Portugal, no momento do almoço, sua irmã olha para o galo de louça sobre a bancada e diz lembrar-se do dia em que o objeto caiu e teve a crista lascada. A partir dessa lembrança, Rui reflete sobre o fato de ele e a família insistirem em “pormenores insignificantes” (CARDOSO, 2012, p. 8) porque o esquecimento já começa a acometê-los. O esquecimento é visto como uma ameaça inicialmente, pois é a memória que possibilita saber quem se é. Sem referências espaciais é ainda mais importante fixá-la já que não haverá, em Portugal, nem objetos que auxiliem nesse processo.

O silêncio que permeia a ida para a metrópole, a falta de perspectiva para o futuro, o cessar das atividades cotidianas, a relação da mãe com as vizinhas, a relação do pai com a metrópole e Angola, a manhã do dia da partida (tão

semelhante às manhãs de domingo), a dinâmica e as diversas histórias familiares são apenas alguns exemplos sobre as inserções do passado recente na narração de Rui. A consciência sobre o fim de um tempo, sobre não poder voltar, não ter mais contato com os amigos e vizinhos horroriza o adolescente, que tenta se consolar com uma imagem idealizada da metrópole e suas raparigas. Ao mesmo tempo, essas reflexões sobre o passado possibilitam que o leitor acompanhe seu processo de amadurecimento.

Acerca da expectativa positiva do pai na virada do ano 1974 para 1975, Rui se lembra:

Só que a banda nunca mais passou. Foi tudo tomando o seu lugar, cada um de nós no seu canto e em cada canto uma dor. Durante algum tempo o pai continuou a acreditar que 1975 ia ser o melhor ano das nossas vidas, vai correr tudo bem, vamos construir uma nação, pretos, mulatos, brancos, todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até que a América, isto é uma terra abençoada onde tudo o que se semeia nasce, não há no mundo outra terra assim. (CARDOSO, 2012, p. 32-33)

Essa lembrança sobre a festa de fim de ano é um significativo registro de uma memória de frustração bem delimitada no tempo. Tal como na canção de Chico Buarque, como forma de amenizar a dor da gente sofrida, em Luanda, a banda deixa de passar depois da ilusão gerada pela festa. O que resta, depois que tudo volta ao seu lugar, é a dor dos que permanecem em Angola na esperança de que não precisassem abrir mão da vida que tinham no país.

Após a partida de Angola, Rui vive o presente em Portugal, mas está muito vinculado ao passado no país onde nascera, semelhantemente à narradora de Figueiredo. A memória não lhe deixa esquecer a prisão de Mário, seu pai. Prisão essa que impõe a separação da família e a expectativa de espera pela sua chegada. Essa espera se torna insuportável a ponto de o adolescente optar por acreditar na morte do pai após o momento da independência de Angola, data que ele define como limite para a chegada de Mário. Esse tempo de espera faz a percepção sobre a duração dos dias se alongar, criando a sensação de que custam a passar, como afirma Rui, uma vez que as esperas se somam por dizerem respeito não só à chegada do pai, mas ao lugar no restaurante, ao lugar na sala de televisão e ao grande dia, o dia da partida do hotel. Em Portugal, ao

vivenciar esse tempo de espera no hotel, o jovem vê no esquecimento uma necessidade para manter a vida no presente. É necessário, assim, esquecer a vida que se teve, a casa, os objetos, o jardim, os amigos, a vizinhança, para poder seguir em frente, conforme seu pensamento.

Para Lucette Valensi (1994), a necessidade de esquecer algumas questões históricas surge como uma forma de manutenção da vida. Como exemplo, a autora menciona os crimes que envolvem o presidente da República da Áustria e os crimes praticados durante o nazismo na Alemanha. A fim de compensar esses momentos históricos de absoluta crueldade, essas nações negaram e silenciaram a existência desses momentos, e, conseqüentemente de quem foi vítima deles, de modo a construir verdades cômodas, que sustentassem uma identidade coletiva aceitável.

Essa reflexão de Valensi (1994) coloca em questão a memória coletiva e seu caráter regulamentar, uma vez que por meio dela se determina o que deve ser lembrado ou não na história oficial. De acordo com a autora,

Mentira oficial e mentira individual, memória truncada, negação, amnésia, silêncio são, em graus diversos, modalidades de um mesmo processo: elaborar um traumatismo maior, fazer as pazes com um passado difícil, assumir o passado trazido. (VALENSI, 1994, p. 8)

Em conformidade com as ideias de Pollak (1989), Valensi considera ser nos momentos trágicos e nas crises históricas de uma nação que surge a necessidade de elaborar o trauma vivido. A história de Portugal, assim como a dos países citados pela pesquisadora, também carrega em si a marca desses momentos trágicos. Entre eles está a guerra colonial, que ocorreu durante o regime ditatorial, e o conseqüente processo de descolonização sem qualquer tipo de preparação ou organização. Essa descolonização às pressas culminou com a imposição da partida para Portugal de tantos cidadãos que já haviam estabelecido suas vidas nas ex-colônias portuguesas.

Rui deseja esquecer as diferentes perdas que aconteceram junto à imposição da partida para Portugal: a perda da segurança que a figura de Mário representa para a família devido à prisão, a incerteza quanto à sua vida, a perda material e afetiva da casa, dos amigos, de um *status* social privilegiado em

relação aos negros, a perda do reconhecimento do espaço em que sempre viveu e em que construiu memórias. No entanto, não é possível apagar essa memória.

Se a narradora de *Caderno de memórias coloniais* vê no presente da narração o que há de mais vivo no império como a si mesma, a partir da avaliação proporcionada pela memória, Rui, ao lembrar-se da ida recente ao IARN, vê nos retornados, que na sala da instituição estavam, o que restava do império, em todo seu cansaço, fome, derrota e humilhação. Por representarem um passado sobre o qual ninguém quer saber, muito menos se responsabilizar, esses sujeitos, incluindo a família de Rui, sofrem as consequências de carregarem em si essa memória, por serem representações vivas dela.

Também no caso da narrativa de Cardoso, assim, há a ideia de permanência do passado. No entanto, essa permanência, por um lado, é vista como uma necessidade, em Angola, uma vez que não se pode, nem se deseja esquecer o passado, sob o risco de esquecer quem se é. Por outro lado, é rechaçada, em Portugal, pois gera sofrimento pela consciência das muitas perdas experienciadas pela família.

José Gil (2007, p. 16), ao problematizar a questão do espaço público em Portugal, afirma que, durante o salazarismo, esse espaço foi muito reduzido devido à censura, criando uma espécie de anestesiamento da população. Para o filósofo, uma das consequências da ausência de espaço público é a ausência do debate político na contemporaneidade, o que com certeza contribui para manifestações de celebração a Salazar e para a celebração de um sucesso histórico em relação à integração dos cidadãos que precisaram sair das ex-colônias e partir para Portugal. Daí a rejeição que Dulce Maria Cardoso e Isabela Figueiredo sofreram quando da publicação de suas obras.

Na contramão dessa tentativa de silenciamento, surgem memórias subterrâneas não só ficcionais, como as analisadas, mas também não ficcionais. Um exemplo destes últimos casos são as histórias reunidas por Catarina Gomes em *Pai, tiveste medo?* Na obra, a jornalista registra doze histórias de filhos que conheceram a guerra colonial por meio da memória dos pais e criaram memórias próprias sobre o conflito. Há, na casa desses filhos, vários objetos que auxiliam na retomada da memória sobre a África, na medida em que carregam consigo alguma história familiar. Entre essas histórias, muitas lembranças se

assemelham à memória familiar dos narradores de Cardoso, Figueiredo e Gersão. Mais especificamente em “Cabeça de veado”, André relata o seguinte:

O pai nasceu em Tabuaço, mas foi para Angola com treze anos – guarda da infância na vila beirã recordações duras a plantar couves e a trabalhar nas vinhas –, a mãe é de Vila Nova de Gaia e foi com a família para a África aos nove anos.

Só regressaram os dois a Portugal quando se tornou impossível continuar em Angola. Foram os últimos da família a sair porque eram os que lá mais queriam ficar.

[...]

A caminho do aeroporto confirmaram, pelos corpos que foram vendo espalhados, que não podiam mais ficar. A guerra civil estava instalada. Puseram o máximo de vida que conseguiram num contentor. À chegada a Portugal chamaram-lhe retornados. (GOMES, 2014, p. 110)

É inevitável não pensar nos pais de Rui, Gita e da narradora de *Caderno de memórias coloniais*. Tal como o pai não ficcional de André, os pais dos narradores, com exceção para o pai de Benjamim, passam por muitas dificuldades económicas em Portugal e veem na ida para a África, uma oportunidade de melhorar as condições da família. A partida de Angola, para os pais de André, é tão custosa quanto a partida para os pais de Rui e da narradora de *Caderno*. O que resta de material dessa vida, então, é o que cabe em um contentor. No entanto, a partida física imposta da África não significa a partida afetiva, como ocorre com o pai de André e com as personagens dos romances analisados, de modo a suscitar a problematização da permanência do tempo passado.

O fim da narrativa de Cardoso é preponderante para a marca da permanência do passado:

Um avião risca o céu a direito. Silencioso. Como um giz preguiçoso nas mãos invisíveis de deus. Noutro tempo ter-lhe-ia respondido daqui de baixo. Talvez ainda responda. Noutro tempo ter-lhe-ia escrito, talvez ainda escreva, em letras bem grandes a todo o comprimento do terraço para que não possa deixar de ver-me, eu estive aqui.

Eu estive aqui. (CARDOSO, 2012, p. 267)

O contexto do excerto diz respeito ao dia em que Rui e a família vão finalmente deixar o hotel, de onde desejavam sair desde o dia da chegada. “Noutro tempo” refere-se a um tempo passado, um tempo de maiores certezas. É nesse tempo que Rui localiza também uma certeza de resposta, mas ainda no

presente da narração a resposta é cogitada. A resposta escrita no chão, em letras grandes, inviabiliza o esquecimento, apesar da tentativa de imposição de um silêncio por parte da sociedade portuguesa. Escrever sua existência é também inscrever sua memória.

Se no caso de Rui há a escrita e a inscrição de si no chão do terraço do hotel, Gita, narradora de *A árvore das palavras*, lembra-se de um momento de sua adolescência que evidencia a relação entre escrita e memória firmadas em um tempo:

Foi quando decidimos escrever a frase a carvão, na parte de fora do muro do liceu. Para que não esquecessem. Porque a guerra era longe e a vida na cidade continuava igual, como se nada fosse.  
[...]  
Roberto escreveria “Viva Moçambique”, e a mim caberia escrever “Independente”. Com um ponto de exclamação a seguir.  
Exactamente no momento de cortar o T viram-se faróis no fim da rua. Acabei como pude o que faltava e escondi-me atrás da árvore mais próxima. (GERSÃO, 2004, p. 184)

A própria narradora vê na escrita a capacidade de reter a lembrança. Como parecia não haver guerra na cidade, Gita percebe a importância de fazer lembrar o conflito e o motivo de sua existência: a independência do país. A escrita se configura, também nesse caso, não só a afirmação da própria identidade, mas também a inscrição histórica de um tempo, em que viveu e lutou contra o colonialismo. É interessante pensar que a ela fica a responsabilidade de escrever a palavra “independente” e um ponto de exclamação. Tal como o país, Gita também precisa lutar por sua independência e, por isso, opta por partir para Portugal.

A lembrança sobre a confecção de um cartaz também em defesa da independência de Moçambique, para colar na porta da escola, permite pensar, da mesma forma, na inscrição de si em um tempo. Sobre esse momento, Gita recorda:

Ela crescia nos sonhos, digo a Roberto enquanto pintamos o cartaz. A árvore das palavras. Para contornar o seu tronco seriam precisas nove luas. E cada folha era extensa como um voo de pássaro.  
Mas de certeza que não só nos meus sonhos: Crescia também nos de toda a gente. (GERSÃO, 2004, p. 170)

A árvore, elemento tão importante nas culturas africanas, é mencionada diversas vezes ao longo da narrativa. Como um elemento que perpassa diferentes gerações, de modo a resistir aos efeitos do tempo, é ela responsável por conectar antepassados aos familiares que ainda estão vivos. Em alguma medida, é guardiã de uma memória que não se deseja esquecer. No excerto do romance, se a árvore é das palavras, novamente se associa a palavra à memória. É a palavra que não se quer perder e por isso fazer brotar e durar por meio da árvore. Desse modo, o crescer da árvore nos sonhos, ao mesmo tempo da feitura do cartaz e da guerra pela independência, sugere o crescer de um posicionamento crítico acerca do presente ancorado na lembrança do passado, a inscrição de uma palavra-memória própria.

Diferentemente dos outros romances, é muito utilizado o tempo presente para narrar a lembrança em *A árvore das palavras*. No entanto, percebe-se a marca da memória em reflexões como esta: “Não me ocorre, na altura, que aquela é uma casa rica, apenas a acho escura e asfixiante” (GERSÃO, 2004, p. 173). Esse excerto está inserido no contexto em que Gita comenta sobre as suas idas à casa de Rodrigo, seu namorado. Ao narrar essa situação do passado, ela se lembra de que na época não prestou atenção à condição social do rapaz, o que fará diferença posteriormente para compreender a forma como ela foi tratada por Rodrigo e seu pai. A expressão temporal “na altura” indica o afastamento temporal em que se encontra a narradora no momento em que conta sua história a partir da diferenciação entre a consciência da adolescência e da fase adulta. É, assim, por meio da utilização de índices como o citado, que se tem a confirmação de que os fatos narrados no presente aconteceram no passado.

Dessa forma, a memória surge pela voz da narradora que, ao recordar-se das situações do passado, como se voltasse a viver a lembrança, retoma esta no tempo presente. Assim, se, por um lado, as outras narrativas marcam as lembranças predominantemente com a inserção de verbos no tempo passado, deixando claro um distanciamento, mesmo que recente, com a escolha pela inserção de verbos também no presente, o romance de Gersão enfatiza uma maior proximidade com a experiência vivida, evidenciando um passado que é quase como revivido no momento do refazer da trajetória, um passado tão latente que se torna presente.

Em *O nosso reino*, o passado é recuperado com frequência por meio de pronomes e dias da semana que marcam o distanciamento temporal, além dos verbos no passado. São frequentes expressões como “nesse tempo” (MÃE, 2012, p. 17), “naquele dia” (MÃE, 2012, p. 12), “nessa noite” (MÃE, 2012, p. 18), “no domingo seguinte” (MÃE, 2012, p. 21), “nessa altura” (MÃE, 2012, p. 21), apenas a título de exemplificação. Também o verbo “lembrar” é utilizado pelo narrador em alguns excertos (tais como em MÃE, 2012, p. 15, 22, 24, 45). A passagem do tempo, por sua vez, é evidenciada pelo narrador com a mudança das estações, o que sugere uma perspectiva mais provinciana para a apreensão do tempo, pois são as estações que norteiam práticas de subsistência, como, por exemplo, a prática da pesca na vila.

De acordo com Benjamim, essas mudanças climáticas não faziam tanta diferença assim, pois ele diz serem as estações muito semelhantes, à exceção do verão, que se diferenciava mais acentuadamente das demais. O inverno é mencionado diversas vezes na narrativa, com sua ausência de sol, frio e umidade. Com a intensificação das chuvas, Benjamim enfatiza um processo de degradação dos espaços e das pessoas, como é possível verificar no excerto: “o inverno a apertar e as chuvas constantes a criarem gripes e pneumonias. ouvia-se falar de gente que acabava. muita gente acabava no inverno, que era quase todo ano, mas ali por janeiro é que piorava” (MÃE, 2012, p. 82). Nesse sentido, a mudança das estações, com destaque para o inverno, indica a preponderância de um caráter psicológico à passagem do tempo. Há, assim, no inverno uma dimensão simbólica capaz de representar o estado de solidão e tristeza com que o menino relembra a miséria, as doenças e as violências sofridas pelos habitantes da vila.

Uma atmosfera de escuridão, umidade, pobreza, doenças, frio e sofrimento perpassa toda a narrativa e, ao mesmo tempo em que é possível perceber que, com o passar do tempo, há uma piora na vida das pessoas, há também a percepção para as personagens de que o tempo não passa, de que tudo segue imóvel. A mãe de Benjamim, já em um momento em que a loucura a acometia, conversa com os irmãos sobre essa questão:

[...] para mim, digo para mim, embora seja verdade que parece chover mais e mais, já quase temos só inverno e a primavera na nossa vila não é diferente do outono que é igual ao inverno, e o pior é que a gente se habitua, parece que temos o corpo feito para ter mais calor em volta, e está sempre tanto frio, não deixamos de ansiar, de querer, e procurar e lamentar para sofrermos muito, sempre mais, e não deixámos nada, parece que parámos num tempo e num lugar e não saímos dali agarrados a tudo sem largar, a ver as mesmas coisas e as mesmas pessoas e eu estou convencida de que não fico mais ali, vou-me embora, vocês não sabem como as coisas mudaram depois que os pais morreram, e eu a acreditar que iriam para o céu, mas deixaram a casa tão amaldiçoada, onde poderão eles estar. (MÃE, 2012, p. 117-118)

Não só Benjamim tem essa percepção de que quase só há inverno, sua mãe também vê as mudanças climáticas dessa forma. O sentimento de sofrimento e a sensação de imobilidade são muito intensos para essa mulher que passa a criar os filhos sozinha e não tem fonte de renda para evitar a fome. Essa forma de perceber a passagem do tempo, em seu caráter psicológico e simbólico, permite pensar acerca da estagnação social em que se encontrava Portugal durante o colonialismo, configurando-se, assim, uma crítica a essa condição social.

Outro excerto significativo para pensar essa estagnação social das vilas portuguesas é o seguinte:

vi o céu escuro, pouco estrelado, e senti que viria a tempestade para começarmos setembro a pensar no inverno, na danação de sempre. e a seguir soprou o vento e a seguir choveu e a seguir tudo desabava como se deus estivesse arreliado com o tanto que lhe exigia. (MÃE, 2012, p. 121)

Benjamim já sabe o que esperar porque o ciclo se repete. O próprio trecho do romance apresenta um ritmo. As repetições de “e a seguir” sugerem a ideia de ciclicidade em sua memória e, por isso, de permanência da “danação de sempre”. A observação do narrador sobre a estagnação social mobiliza uma análise sobre a situação de sua família. No entanto, sua condição como criança não possibilita uma modificação dessa situação.

Essa percepção sobre o tempo enfatiza uma memória de permanência do estado de coisas, de abandono e estagnação sociais em um país que esgota todos os seus recursos para manter uma guerra em diferentes territórios do continente africano, em nome da sustentação de uma identidade passada,

mesmo que à custa da fome e do sofrimento de sua população. Ao mesmo tempo, é importante pensar que essa é a forma como Benjamim lembra o ambiente a sua volta, e, como toda memória, a sua também está sujeita à subjetividade. Nesse sentido, as lembranças sobre essa percepção do tempo também dizem muito sobre o estado de espírito desse menino desamparado pela sociedade em uma vila interiorana decadente.

As narrativas literárias de infâncias e adolescências em nada idealizadas desmistificam as narrativas unificadoras da nação, que evidenciam um tempo homogêneo e, portanto, também uma memória homogênea. No romance de Mãe, a memória de Benjamim traz à tona um país em apodrecimento apesar da empresa colonial. Nos romances de Figueiredo, Cardoso e Gersão, a memória dos protagonistas assinala a hipocrisia de um discurso nacionalista que enaltece o português, mas o trata como “cidadão de segunda” caso tenha nascido e/ou vivido nas colônias africanas. São essas memórias, desse modo, da ordem das “contranarrativas” (BHABHA, 2013), subterrâneas (POLLAK, 1989) e contra-hegemônicas (GRAMSCI, 1982), pois contribuem para rasurar fronteiras e questionar legitimidades.

Considerando a forma como se entende o pertencimento muito simplista, Stuart Hall (2003, p. 84) assevera que

Às vezes nos revelamos mais pelos nossos vínculos quanto mais lutamos para nos livrar deles, ou discutimos, criticamos ou discordamos radicalmente deles. Como os relacionamentos paternos, as tradições culturais nos moldam quando nos alimentam e sustentam, e também quando nos forçam a romper irrevogavelmente com elas para que possamos sobreviver.

No excerto, o autor destaca uma vinculação inevitável, porque, embora haja um embate com esse vínculo, não é possível livrar-se dele. É interessante atentar para a comparação traçada entre a tradição cultural e o relacionamento paterno, enfatizando o papel da tradição para moldar o ser, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de estabelecer uma ruptura com ela como condição para a sobrevivência.

A memória dos narradores dos romances analisados evidencia uma vinculação inevitável mesmo com o que por eles é negado. Como geração que vivencia infância e adolescência durante o colonialismo, suas lembranças se

configuram uma forma de inserção no tempo nacional, não certificando narrativas homogeneizantes da nação, mas reivindicando um outro *lócus* de enunciação que se afirma nesse tempo. Um tempo que, por ser da ordem do sensível, proporciona o questionamento do que é tido como natural nas formas de organização social e nas relações sociais. No entanto, embora esse questionamento seja possível, não é possível aos narradores se libertar do peso do passado sobre suas formações e sobre suas memórias. Esse passado permanece sendo importante parte constituidora de cada um deles, uma vez que, como sugere a abertura de *Caderno de memórias coloniais*, a memória, o colonialismo e o pai, mesmo após seu suposto fim, persistem porque seguem onipresentes na vida de quem os viveu.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU REFLEXÕES SOBRE REPARAR, LEMBRAR E NARRAR

*Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.*

Epígrafe de *Ensaio sobre a cegueira*

José Samarago inicia seu *Ensaio sobre a cegueira* com a epígrafe escolhida para iniciar as considerações finais desta pesquisa. Na citação, o verbo “olhar” é tomado em sua acepção mais técnica, como uma ação possível pela penetração, no interior dos olhos, dos raios luminosos que incidem nos objetos e, por sua vez, são projetados pela córnea para a superfície da retina. Tendo o pleno funcionamento do sistema óptico, qualquer indivíduo pode exercer a ação de olhar. No entanto, o verbo é citado em uma oração condicional, sendo tido, então, como uma condição para a ação de ver. O verbo “ver” é, nesse sentido, diferenciado da simples ação de olhar, de modo a assumir um sentido mais analítico em relação ao objeto visto e a ser considerado uma condição para reparar. A escolha lexical por “reparar” indica a necessidade de notar, perceber, importar-se com o objeto ao qual a visão se dirige. Essa ação não pode ser realizada por qualquer indivíduo que tem o seu sistema óptico em funcionamento, pois exige uma consciência crítica diante do mundo, o que implica uma existência não automatizada.

As memórias subterrâneas dos narradores de *O retorno*, *A árvore das palavras*, *Caderno de memórias coloniais* e *O nosso reino* evidenciam que, embora crianças e adolescentes sejam tão deslegitimados no âmbito da repercussão dos discursos, suas perspectivas alcançam a capacidade de reparar e fazer reparar. Por não estarem tão condicionados ao disciplinamento que a vida em sociedade exige, o que é tido como natural para os adultos a sua volta muitas vezes é visto com perplexidade e/ou revolta pelos narradores crianças/adolescentes ou adultos que relembram esses momentos de suas vidas. Assim, essa percepção diante do mundo tende a acometer também o leitor que se depara com essas histórias.

Interessante perceber que o romance português do século XXI recupera a temática africana a fim de problematizar o processo de descolonização que afetou não só as ex-colônias portuguesas, como também Portugal. Entre esses romances, frequentemente a memória sobre o colonialismo é retomada pela perspectiva infantil. Acresce-se ainda a perspectiva adolescente igualmente significativa. Assim, foi analisado o funcionamento dessas memórias e o motivo da escolha por narradores/protagonistas crianças/adolescentes para o tratamento de um tema tão importante para o passado português.

Considerando que as memórias da infância e da adolescência envolvem momentos de significativa transição na formação dos sujeitos, em concomitância ao violento momento histórico do colonialismo português, e a análise de seu funcionamento, a escolha dos romances para esta pesquisa envolveu a perspectiva infantil/adolescente, seja com narradores crianças/adolescentes, seja com narradores adultos que relembram suas infâncias/adolescências. Também foi preponderante para a escolha dos romances os espaços que envolvem as narrativas. Entre eles estão duas das mais importantes ex-colônias portuguesas, Angola e Moçambique, e a ex-metrópole. Como convém destacar, a importância de incluir a ex-metrópole está no fato de o colonialismo ter incidido profundamente na estrutura social não só dos países africanos que se tornaram independentes, mas também de Portugal. Manter a opção pela guerra, mesmo quando praticamente não havia recursos para tanto, e, assim, lutar pela manutenção do império colonial, causou graves consequências para o país.

As narrativas de Isabela Figueiredo, Valter Hugo Mãe, Dulce Maria Cardoso e Teolinda Gersão problematizam não só a legitimidade das memórias dos sujeitos que narram, mas também o deslocamento da história para o âmbito familiar. Esses romances enfatizam uma perspectiva da história negada oficialmente, e, por isso, silenciada do discurso histórico oficial, por meio de memórias individuais, que trazem à tona o cotidiano familiar. Esse deslocamento para uma história a partir da memória familiar gera um efeito de maior proximidade entre os sujeitos e a história de que fazem parte. São, assim, memórias individuais, mas que fazem parte de uma coletividade em relação à sociedade portuguesa e também a essa geração que viveu o colonialismo

durante a infância/adolescência e precisou crescer em um momento de grande violência.

Considerando o corpo uma construção social e que, portanto, carrega em si as marcas de uma sociedade, bem como espaço de articulação primeiro da memória, concluiu-se que as memórias desses corpos infantis/adolescentes expressam marcas da cultura, de gênero, das identidades que lhes são impostas, do sofrimento por que passaram como herança do passado colonial. Dessa forma, a importância da influência da cultura africana, a imposição do discurso religioso, a vulnerabilidade social, a expressão do conflito entre corpo e mundo, a violência de gênero, a condição específica do retorno são aspectos fixados nas memórias desses/sobre esses corpos que aprendem a existir no contexto colonial.

Os corpos dos narradores, percebidos pelos familiares como ameaçados pela terra africana ou pelo pecado de uma vivência não cristã, sofrem um processo de disciplinamento para se tornarem dóceis, mas ainda assim menos dóceis que os dos adultos. Entende-se que o sistema colonial produz uma pedagogia orientadora das formas de existir, que é também orientadora desses corpos, fixando-se em suas memórias e deixando impressas nos narradores marcas inapagáveis, cicatrizes que não são visíveis superficialmente, porque dizem respeito a suas interioridades. O passado colonial, assim, não pode ser esquecido, porque de alguma maneira ele está impresso nesses sujeitos. Esses corpos são representações vivas desse passado negado pela memória oficial.

As memórias dos espaços enfatizam a perda dos espaços da infância e da adolescência, seja o país onde nasceram, seja a casa familiar. São espaços que jamais podem ser recuperados, pois inexistem na configuração social e histórica anteriormente conhecida, que era a colonização. Essa perda acarreta a impossibilidade do fácil acesso a memórias familiares, como ocorre devido à perda dos objetos da casa, os lugares de cidade/país/continente.

Essas memórias apresentam espaços bem delimitados socialmente, em que há a limitação de circulação dos sujeitos negros, expressa principalmente por meio das lembranças sobre a configuração da cidade de Lourenço Marques. Configuração essa que evidencia a segregação social dos sujeitos negros e que auxilia no estabelecimento de um regime disciplinador de vigilância. Da mesma

forma, essa configuração colabora para o apagamento da memória da população negra, uma vez que favorece uma organização da cidade que reafirma memória, história e cultura europeias, desde sua arquitetura até a nomeação de bairros, ruas e cidades.

As memórias sobre o continente africano, de modo geral, e seus países, mais especificamente, evidenciam estereótipos que, mesmo quando questionados, não deixam de estar presentes na formação do pensamento das personagens. Tornam claro, da mesma forma, o quanto o discurso colonial é forte e perpassa a formação de todos os sujeitos. As caracterizações dos espaços africanos, tidos como selvagens e necessitados da intervenção do colonizador, se estendem também aos seus habitantes, inferiorizados e animalizados na visão do colonizador. Daí a forte presença, nessas memórias, de uma perspectiva salvacionista e paternalista, tão significativas na cultura portuguesa e fundamentais para justificar a necessidade das colonizações historicamente.

Já as memórias sobre Portugal não sustentam a ilusão da ida para a metrópole idealizada. Em oposição à valorização do país como uma grande potência imperial, defendida por uma memória oficial, são destacados os aspectos da frieza, da pequenez, da violência, da pobreza e do preconceito vividos no país, que culminam no sentimento de não pertença, angústia e desamparo das personagens, justamente em um momento em que mais necessitavam de acolhimento e refúgio para enfrentar o período de transição por que passavam.

É sugerida, da mesma forma, a ideia de um país em apodrecimento, em estado de deterioração no centro do grande império, que governou contra a própria população. Também são memórias que evidenciam, por um lado, o controle e a organização dos espaços portugueses mesmo para os sujeitos brancos provindos do continente africano, que passam a habitar o país na condição de retornados. Por outro lado, para a população interiorana que nunca pode sair de Portugal, o controle do espaço é exercido pela Igreja, e esse espaço reflete a condição miserável a que os cidadãos portugueses estavam submetidos.

As memórias sobre os espaços analisados, assim, possibilitam o confronto com narrativas que sustentam a memória oficial sobre esses espaços. Seriam esses espaços testemunhas do que neles e a partir deles ocorre, como o racismo, a desigualdade social, a usurpação de territórios, a negação da existência de uma história diferente da do colonizador, a negação de formas de existir diferentes das europeias.

Por fim, buscou-se tratar da intrínseca relação entre memória e tempo. Em oposição à noção de um tempo vazio e homogêneo, que norteou narrativas consolidadoras de uma memória oficial, as narrativas analisadas expressam memórias de um tempo disjuntivo, da ordem do sensível e da insubordinação. Por proporcionarem a afirmação de memórias subterrâneas, de sujeitos considerados ex-cêntricos (HUTCHEON, 1991) na organização social, os romances analisados retomam infâncias e adolescências em que os sujeitos que lembram despertam para a sensibilização diante da diferença e da desigualdade sociais. Despertam, também, para a percepção da injustiça e para a revolta diante de uma realidade social com a qual não concordam, permitindo que o leitor se sensibilize diante do questionamento de quem não vê como natural tantas ações assim tidas pelos adultos.

Sendo assim, as memórias do corpo e do espaço analisadas se consolidam em diferentes tempos que norteiam as existências, pois as sociedades se constituem sobre uma multiplicidade de tempos, hierarquizando-os conforme seus interesses. Se, por um lado, há o tempo homogêneo da nação, que se expressa, por exemplo, nos pensamentos de Amélia, dos pais de Rui, da narradora de Figueiredo, Benjamim e a população da vila, as narrativas dos romances em questão, ao problematizar esse tempo homogêneo, rasuram-no, propondo um tempo de sentir e subverter, em que a permanência do passado é problematizada e vista como fundamental para compreender o presente e afirmar-se nele.

A análise do funcionamento da memória nesses romances confirma a ideia mencionada no título deste trabalho, retirada de uma entrevista com Isabela Figueiredo (2009) concedida a Alexandra Prado Coelho: o colonialismo foi pai dessas crianças e adolescentes por ser o regime político em que cresceram e aprenderam a existir em resistência. Como parte da tríade de valores louvados

por Salazar, é importante lembrar que, durante o Estado Novo, com o apoio da Igreja, a noção de família sofreu uma apropriação pelo regime ditatorial, que investiu massivamente em uma educação com a finalidade de inculcar valores nacionalistas e colonialistas aos cidadãos.

Nesse sentido, esse sistema de pensamento estava intrinsecamente ligado à educação doméstica de crianças e adolescentes portugueses. A presença desse pai metafórico, mesmo que não percebida conscientemente, não pode ser apagada nem após a vida adulta. É esse sistema, então, assim como infância e adolescência, parte constituidora desses sujeitos.

O escritor uruguaio Eduardo Galeano (2002) afirma que nenhum tapete pode encobrir a sujeira da memória, por mais que a sociedade tente impor o esquecimento. A literatura, não tendo um compromisso com discursos oficialmente considerados verdade, possibilita fazer emergir diferentes memórias, para as quais não se havia dado atenção propositalmente por trazerem à tona um passado que atormenta.

Chama atenção a importância da memória, sobretudo nas narrativas portuguesas pós-25 de abril, e o papel que ela cumpre socialmente. Ora, a memória é um elemento fundamental na construção da democracia, no contexto do fim do século XX e início do XXI, pois possibilita a manutenção da história colonial e suas violências. Se há dificuldade de determinados temas serem debatidos no âmbito público em Portugal, como é o caso com a guerra colonial, a ditadura e o processo de descolonização de uma forma geral, quem dá conta disso é a literatura.

De acordo com José Gil (2007, p. 16),

O 25 de abril recusou-se, de um modo completamente diferente, a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamentos de Pides nem de responsáveis do antigo regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da “Revolução” pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou. Mas não se constrói um “branco” (psíquico ou histórico), não se elimina o real e as forças que o produzem, sem que reapareçam aqui e ali, os mesmos ou outros estigmas que testemunham o que se quis apagar e que insiste em permanecer.

Essa reflexão de Gil é fundamental em se tratando do apagamento das memórias subterrâneas analisadas nesta pesquisa. O 25 de abril foi tido como uma revolução não violenta por não se valer de conflitos armados para a deposição do Estado Novo português. No entanto, para fazer essa análise, não são considerados os muitos anos de guerra em diferentes territórios africanos que o antecederam. Construir historicamente o apagamento da guerra e da colonização é uma forma de conviver com a identidade de modo aceitável, criando uma mentira cômoda e realizando um trabalho de enquadramento da memória, nos termos de Pollak (1989). No entanto, conforme o filósofo afirma, o que se tenta apagar acaba por permanecer.

Os romances analisados nesta pesquisa realizam o trabalho de exigir a democracia com a memória, criando, por meio da individualidade dos narradores, uma memória que diz respeito a uma coletividade cuja existência é publicamente renegada – como se fosse possível, por meio dessa negação, fazer esquecer. Desse modo, esta pesquisa buscou responder a forma como essas memórias se configuram no que diz respeito ao discurso histórico oficial e como influenciam as narrativas portuguesas pós-coloniais. Foi possível concluir que essas memórias se configuram como memórias subterrâneas, pois provêm de sujeitos sem legitimação do âmbito da circulação de discursos. Nesse sentido, elas fazem emergir do subsolo narrativas que possibilitam o questionamento do discurso histórico oficial.

São memórias, da mesma forma, que propiciam um olhar outro sobre o colonialismo justamente devido ao fato de esses sujeitos não estarem ainda condicionados a um sistema disciplinar como exigido pela vida em sociedade. Essas perspectivas são, assim, menos automatizadas que as dos adultos e permitem o tensionamento entre as narrativas oficiais e não oficiais, de modo a gerar sensibilização por meio de uma ignorância mobilizadora e a evidenciar a insubordinação devido à percepção e não aceitação da injustiça social. Dessa forma, essas memórias influenciam as narrativas portuguesas pós-coloniais ao realizarem sua inscrição na memória coletiva, tensionando passado e presente ao mostrar que o colonialismo constitui uma herança na atualidade nacional.

O crescente número de estudos sobre a memória nas mais diversas áreas tem em comum a exigência de um compromisso político e ético. Não só

escritores exercem o importante papel social de não deixar esquecer, mas também os pesquisadores, que auxiliam na circulação das obras literárias. Nesse sentido, a escrita e a leitura dessas obras assumem uma dimensão política e ética, uma vez que são movidas pela necessidade de narrar o passado para que seja inscrito socialmente, não permitindo que o medo de recordar adoeça a capacidade da memória.

Mesmo após quase cinquenta anos do fim oficial do império colonial português e do reconhecimento da independência dos países africanos, a consciência e conseqüentemente o debate acerca da continuidade do colonialismo nas sociedades são pouco expressivos. No entanto, o colonialismo perpassa práticas sociais, políticas e econômicas de forma insidiosa ainda na atualidade, conforme Santos (2019, n. p.) ressalta, dando “a impressão de um regresso, quando o que regressa nunca deixou de estar”. O que as memórias da infância e da adolescência analisadas nos romances fazem é justamente colocar em evidência essa complexa relação entre falso regresso e permanência. Desse modo, ao provocarem sensibilização e tensionamento, essas memórias não permitem que a sujeira do passado colonial, mais do que nunca presente, seja ocultada pelos muitos tapetes da contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS

A TOCA do lobo. Direção: Catarina Mourão. Fotografia: João Ribeiro. Lisboa: Alambique, 2015. 1 DVD (100 min).

A VIDA em Cristo. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap2\\_2196-2557\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap2_2196-2557_po.html)>. Acesso em: 10 jul. 2019. s. a.

ALMEIDA, São José. Retornados – Uma história de sucesso por contar. *Público*, 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/04/20/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ALVES, Carla Ferreira. E quem era Lourenço Marques? *Expresso*, 2017. Disponível em: <https://expresso.pt/cronica/2017-04-25-E-quem-era-o-Lourenco-Marques->. Acesso em: 5 nov. 2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Tradução de: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

AZEVEDO, Ana Francisca de. Geografias pós-coloniais: contestação e renegociação dos mundos culturais num presente pós-colonial. In: PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, José; AZEVEDO, Ana Francisca de (Coords). *Geografias pós-coloniais: ensaios de geografia cultural*. Porto: Figueirinhas, 2007.

BARRETO, António. Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise social*, v. 30, n. 134, p. 841-855, 1995.

BIBLIOTECA Nacional de Portugal. Portugal não é um país pequeno: superfície do império colonial português comparada com a dos principais países da Europa. Organizado por Henrique Galvão. Disponível em: <https://purl.pt/11440>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. The right to narrate. *Harvard Design Magazine*, n. 38, 2014. Disponível em: < <http://www.harvarddesignmagazine.org/issues/38/the-right-to-narrate>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRANDÃO, Luis Alberto. Breve história do espaço. *Cerrados: Revista do Programa de Pós-graduação em Literatura*, Brasília, n. 19, ano 14, p. 115-134. 2005.

CALLIGARIS, Contardo. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Dulce Maria. “Há retornados que acham que sou uma traidora”. [Entrevista concedida a] Kathleen Gomes, *Público*, 2015. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2015/09/17/culturaipsilon/noticia/dulce-1708071>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *O retorno*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CHAKRABARTY, Dipesh. *A pós-colonialidade e o artifício da história*. Tradução de Erahsto Felício. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/7384/5483>. Acesso em: 13 nov. 2020.

COHN, Clarice. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CONCORDATA entre a Santa Sé e a República Portuguesa (Maio de 1940). Disponível em: <http://www.estudos-biblicos.net/conco.html>. Acesso em: 26 jun. 2019. s. a.

CORDEIRO, Veridiana Domingos. *Por uma sociologia da memória: análise e interpretação da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

DIAS, Jorge. *Estudos do carácter nacional*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

DISCURSO de António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/politica-ultramarina/>. Acesso em: 27 jun. 2019.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Alfagride: Editorial Caminho, 2015. e-book.

\_\_\_\_\_. Isabela Figueiredo: “O colonialismo era meu pai”. [Entrevista concedida a] Alexandra Prado Coelho, *Público*, 2009. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2009/12/23/culturaipsilon/noticia/isabela-figueiredo-quoto-colonialismo-era-o-meu-paiquot-247765>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

FORLI, Cristina Arena. *Sobre não ter a memória dos peixes: a identidade em questão n’A máquina de fazer espanhóis*. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade – a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. Outros espaços. In: \_\_\_\_\_. *Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos e escritos III)*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território e População*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir – Nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. In: \_\_\_\_\_. *Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e pesquisas em psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 147-160, abr. 2007.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GERSÃO, Teolinda. *A árvore das palavras*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

GIL, José. *Em busca da identidade. O desnorde*. Lisboa: Relógio D'água, 2009.

\_\_\_\_\_. *Portugal, hoje – O medo de existir*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

GOMES, Catarina. *Pai, tiveste medo?* Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HAMILTON, Russel. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, p. 12-23. 1999.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHAN, Walter Omar. Visões de filosofia: infância. *ALEA*, Rio de Janeiro, v. 17/2, p. 216-226, 2015.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Antropologia do corpo e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LEITE, Ana Mafalda. o “entre-lugar” dos discursos pós-coloniais. In: \_\_\_\_\_. *Oralidades & escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso impensado*. Organização de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2016.

\_\_\_\_\_. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. "Pedagogias da sexualidade". In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O corpo educado*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MACHADO, Bruno. Os filhos dos "retornados": a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade, 2011. Dissertação (Mestrado em População, Sociedade e Território) - Instituto de geografia e ordenamento do território da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

MACHAVA, Benedito. Galo amanheceu em Lourenço Marques: o 7 de setembro e o verso da descolonização de Moçambique. *Revista crítica de Ciências Sociais*, n. 106, maio, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5876>. Acesso em: 13 maio 2020.

MÃE, Valter Hugo. *O nosso reino*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. *On the postcolony*. Califórnia: University of California Press, 2001.

MEDEIROS, Eduardo. A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975): estudo bibliográfico. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 3, jan/dez, p. 231-239, 1985.

MELO, Vanessa de Pacheco. Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 71-88, jan.-jun., 2013.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. La razón postcolonial. Gragoatá, Niterói, n. 1, p. 7-29, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Tradução de Monique Augras.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Tradução de Dora Rocha Flaksman.

RIBEIRO, Margarida Calafate. “A Casa da Nave Europa – miragens ou projeções pós-coloniais?” In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (Orgs.). *Geografias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

\_\_\_\_\_. *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade*. Porto: Edições Húmus, 2012.

\_\_\_\_\_. *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Disponível em: < <http://web.ces.uc.pt/ces/publicacoes/oficina/188/188.pdf> > Acesso em: 15 fev. 2016.

RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

MOTA, Diana *et al.* *Portugal a preto e branco: A Exposição do Mundo Português*. Documentário, RTP, 23 min., 2012. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/exposicao-do-mundo-portugues/>. Acesso em: 12 jan 2021.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o exílio. In: \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maria Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Aurélio. A desesperada missão do marcelismo. *O militante*, Lisboa, n. 262, jan/fev, 2003. Disponível em: <https://dori.pcp.pt/index.php/histria-do-pcp-menumarxismoleninismo-103/85-momentos-da-historia-do-pcp/385-a-desesperada-misso-do-marcelismo>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Boaventura: o colonialismo e o século XXI. In: *Outras palavras – jornalismo de profundidade e pós-capitalismo*, 15 jan. 2019. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66, julho 2003, pp. 23-52.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SERRA, Filomena. Visões do império: a 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934 e alguns dos seus álbuns. *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 1, jan., 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4516/2655>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. Tradução de Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2006.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. *Entre Narros & Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c. 1890-c.1940*, 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

WEEKS, Jeffrey. "O corpo e a sexualidade". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

**FIGURAS**

Figura 1 – Uma característica para distinção das mulheres negras pelos homens brancos, mencionada pela narradora de *Caderno de memórias coloniais*, é o feitio do seio. Após o momento da narrativa em que há essa explicação, como que a exemplificar e representar o olhar colonial, é inserida esta imagem no livro. Tal como mencionado pela narradora, a mulher negra da fotografia apresenta seios de tamanhos diferentes, provavelmente pela exploração de seu trabalho como ama de leite, como era comum à época.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 2 – Nesta fotografia, bem como na Figura 1 e 3, há a confirmação da memória sobre a mãe da narradora gostar de vesti-la de branco. Além da menção em diversos momentos sobre a preferência da cor pela mãe, esta imagem, com destaque para roupa, meias e calçados completamente brancos, contrasta com o ambiente rural a sua volta. Por meio da roupa, é exercido um processo de disciplinamento e controle do corpo da menina.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 3 – Nesta fotografia, a menina também tem uma das peças de sua roupa da cor branca. Como na Figura 2, seus cabelos estão muito bem alinhados, divididos em duas tranças, em consonância com a memória acerca das recomendações da mãe para arrumar os cabelos constantemente, confirmando a função das fotografias como um resquício de materialidade de um tempo.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 4 – Esta fotografia, a última em que a narradora aparece, evidencia seu desenvolvimento corporal em idade que parece ser aproximada à da partida para Portugal, momento em que a família lhe impõe a identidade de mulher. Apesar do incipiente desenvolvimento corporal da menina, este já é suficiente para sofrer assédio por parte dos homens que trabalhavam na oficina na frente da qual ela precisava passar todos os dias para ir para a escola.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 5 – Esta fotografia da cidade de Lourenço Marques está localizada na abertura do romance, acompanhada da legenda “Lourenço Marques, Alto Maé, 1960”. Esse bairro é um dos mais antigos da cidade e localiza-se na região central. A referência temporal diz respeito a um momento de vigência do salazarismo. A junção do registro fotográfico ao título do livro remete o leitor à ideia de um álbum familiar da narradora, que inicia sua narração situando esse leitor em um tempo e espaço.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 6 – Esta fotografia está localizada após o último capítulo do romance, junto da legenda “Lourenço Marques, 1960”. São as imagens de uma cidade que não existe mais em sua antiga configuração social e histórica que iniciam e encerram o romance de Isabela Figueiredo, indicando a importância que o espaço assume na narrativa.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 7 – Esta imagem é a de uma machamba, propriedade agrícola colonial, localizada antes do fragmento de número sete, sobre a qual a narradora tenta recordar, mas não consegue. Destaca-se a disposição do espaço e dos sujeitos que o ocupam. Ocorre interferência na sua configuração natural com a presença de construções de madeira. Na imagem, há predominantemente pessoas negras trabalhando e um homem branco agachado no primeiro plano da fotografia, possivelmente o dono da machamba cujo nome a narradora não consegue distinguir pela letra do pai. Esta imagem funciona como um registro material da exploração dos corpos negros.



Fonte: Figueiredo (2015).

Figura 8 – A lembrança de Portugal representado no mapa a seguir está presente em *A árvore das palavras* e *O retorno*. Em *Caderno de memórias coloniais*, há a alusão à pequenez portuguesa, o que remete ao título do mapa a seguir. Este mapa foi criado para a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, no ano de 1934, e posteriormente foi distribuído em Portugal e nas ex-colônias. Na imagem, há a apresentação, em cor vermelha, dos territórios colonizados por Portugal em sobreposição ao território europeu para mostrar a grande extensão do território português, que seria maior inclusive que a dos principais países europeus.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (2020).